ISSN: 1646-8848

EGITANIA SCIENCIA

Revista journal

ANO 15 | JUL 2021 DEZ | N29

PERIOCIDADE SEMESTRAL | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

TÉCNICO POLI GUARDA

EGITANIA SCIENCIA

Revista journal

TÉCNICO POLI GUARDA

FICHA TÉCNICA

Nome
Egitania Sciencia

Proprietário
Instituto Politécnico da Guarda

NIPC
600023265

Presidente do Instituto Politécnico da Guarda
Joaquim Manuel Fernandes Brigas

Editores
Manuela Natário e Cecília Fonseca

Revisão
Maria João Costa, Ana Margarida Fonseca, Florbela Antunes e Rosa Figueiredo

Coordenação Gráfica
Maria de Fátima Bartolomeu da Cruz Gonçalves
João Sá Maurício

Edição, publicação, impressão e redação
Instituto Politécnico da Guarda, Av. Dr. Francisco Sá Carneiro nº 50 | 6300-559 Guarda, Portugal

Contactos
Telefone 351 271 220 100 | Fax 351 271 222 690 |
Email: egitaneasciencia@ipg.pt

Endereço Web
www.ipg.pt/revistaipg/
(submissão: http://egitaniasciencia2.ipg.pt)

Diretor
Maria Eduarda Revés Roque Cunha Ferreira

Conselho Editorial
www.egitaniasciencia.ipg.pt/conselho.aspx

Comissão Científica
www.egitaniasciencia.ipg.pt/comissao.aspx

Estatuto editorial
www.egitaniasciencia.ipg.pt/estatuto.aspx

Tiragem
20 exemplares

Depósito Legal
260795/07

ISSN
1646-8848

Periocidade
Semestral

Preço
Gratuito

Indexação
ProQuest database; EBSCO Publishing; Latindex; Google Scholar, International Scientific Indexing

Anotação
Entidade Reguladora para Comunicação Social

Revisão Científica
Abílio Figueiredo (Instituto Politécnico da Guarda); Agostinha Corte (Instituto Politécnico da Guarda); Alcina Nunes (Instituto Politécnico de Bragança); Ana Cristina Vinha (Universidade Fernando Pessoa); Ana Isabel Lopes (Instituto Politécnico da Guarda); Ana Jorge (Instituto Politécnico da Guarda); Ana Pedro (Universidade de Lisboa); Ana Sapeta (Instituto Politécnico de Castelo Branco); Anabela Sardo (Instituto Politécnico da Guarda); André Coelho (Instituto Politécnico de Lisboa); André Novo (Instituto Politécnico da Guarda); António Moreira (Universidade de Aveiro); António Arco (Instituto Politécnico de Portalegre); António Damásio (Instituto Politécnico de Coimbra); Arménio Cruz (Instituto Politécnico de Coimbra); Carlos Canelas (Instituto Politécnico da Guarda); Celeste Antão (Instituto Politécnico de Bragança); Clara Nunes (Faculdade Metropolitana São Carlos); Cristina Chaves (Instituto Politécnico da Guarda); Dulce Galvão (Escola Superior de Enfermagem de Coimbra); Ermelinda Marques (Instituto Politécnico da Guarda); Ernestina Silva (Instituto Politécnico de Viseu); Ezequiel Carrondo (Instituto Politécnico da Guarda); Fernanda Lopes (Instituto Politécnico da Guarda); Flávio Tiago (Universidade dos Açores); Florbela Rodrigues (Instituto Politécnico da Guarda); Graça Seco (Instituto Politécnico de Leiria); Helena Arco (Instituto Politécnico de Portalegre); Jacinta Moreira (Instituto Politécnico de Leiria); José André; (Instituto Politécnico da Guarda); José Carlos Alexandre (Instituto Politécnico da Guarda); José Santos (Instituto Politécnico de Setúbal); Luís Cardoso (Instituto Politécnico de Portalegre); Luísa Campos (Instituto Politécnico da Guarda); Luísa Carvalho (Instituto Politécnico de Setúbal); Márcio Rodrigues (Instituto Politécnico da Guarda); Margarida Cerqueira (Universidade de Aveiro); Maria Basílio (Instituto Politécnico de Beja); Maria Cristina Teixeira (Instituto Politécnico de Castelo Branco); Maria de Fátima Gonçalves (Instituto Politécnico da Guarda); Maria Del Carmen Ribeiro; (Instituto Politécnico da Guarda); Maria Eduarda Ferreira (Instituto Politécnico da Guarda); Mário Meleiro (Instituto Politécnico da Guarda); Marta Henriques (Instituto Politécnico de Coimbra); Omar Ameir (Moravská vysoká škola Olomouc); Paulo Costa (Instituto Politécnico da Guarda); Richele Machado (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte) Romeu Lopes (Instituto Politécnico da Guarda); Rosa Figueiredo (Instituto Politécnico da Guarda); Rosa Martins (Instituto Politécnico de Viseu); Vaida Zeguniene (Klaipeda University); Vítor Roque (Instituto Politécnico da Guarda).

Nota de abertura

A revista Egitania Sciencia apresenta-se à comunidade científica como um instrumento valioso de comunicação de conhecimento em vários domínios científicos, como é um bom exemplo este número 29, que começa a expor temáticas no campo da saúde (designadamente hipertensão arterial, diabetes, VIH, saúde oral), depois passa para a administração pública e a do setor bancário, ainda aborda desporto, design, tecnologia, comunicação (em imprensa generalista), educação (ensino básico) e termina com duas revisões sistemáticas de literatura sobre o consumo alimentar das crianças e a obesidade infantil, que tanto nos deve preocupar!

Neste contexto, pretende-se relevar o conhecimento técnico e científico através da nossa Revista do Instituto Politécnico da Guarda (IPG), quer a produzida pelos seus investigadores quer por colaboradores de outras Instituições, que nos submetem os seus trabalhos com o intuito de partilhar as suas pesquisas através das publicações da nossa Egitania Sciencia. Neste sentido, pretende-se aqui, também, agradecer a todos pelo seu investimento e dedicação à investigação, mais pura ou mais aplicada, no sentido de ajudar a compreender melhor os problemas da nossa realidade e a propor caminhos que nos ajudem a sermos mais resilientes e a alcançar a necessária sustentabilidade, que será essencial ao futuro da própria Humanidade!

De facto, a evolução da investigação com vista ao desenvolvimento sustentável colocará imensos desafios à comunidade científica, dada a enorme exigência deste desiderato, que poderá ser o caminho mais difícil para o Homem! Assim, um pequeno passo, mas muito importante, no sentido adequado, foi a apresentação da Agenda 2030 pelas Nações Unidas, constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Trata-se de uma agenda muito alargada e necessariamente ambiciosa, que tem de incluir as várias dimensões (sociocultural, económica e ambiental) com vista a propor e a implementar um modelo de desenvolvimento mais equilibrado, que garanta a conjugação dos interesses dos povos mas também os do planeta Terra, nas suas múltiplas dimensões.

Porque assumo que será esta uma tarefa difícil? Permitam primeiro uma questão: Qual será o maior cego, aquele que é mesmo invisual ou o economista, por exemplo, que gere os recursos da Terra como que sejam infinitos? Talvez a sensibilidade de uma pessoa invisual seja superior nas perceções dos seus vários sentidos em relação aquele que gere a casa (Terra) e nega as consequências dos impactes da sua pegada ecológica, que podem ser extremamente negativos. Esta cegueira só poderá ser ultrapassada pela Ciência e pelo conhecimento de base científica, que vai respondendo aos problemas e às necessidades dos seres humanos, mas também nunca pode esquecer o seu planeta e as suas múltiplas fragilidades, pelo que a resiliência não pode ser apenas uma adaptação a circunstâncias de curto prazo mas também tem de ter sempre presente a visão de sustentabilidade e de vida a longo prazo!

Manuel Salgado
Vice-Presidente do Instituto Politécnico da Guarda

Índice

09 ADESÃO À TERAPÊUTICA NA PESSOA COM HIPERTENSÃO ARTERIAL: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA
Adherence to therapy in people with hypertension: an integrative literature review
Adherencia a la terapia en personas con hipertensión: una revisión bibliográfica integradora
Andrea Silva Santos Pinto, Dora Maria Ricardo Fonseca Saraiva, Ermelinda Maria Gonçalves Bernardo Marques

29 DIABETES MELLITUS - A REALIDADE DE UM CONCELHO DE PORTUGAL
Diabetes mellitus - The reality of council of Portugal
Diabetes mellitus - La realidad de un consejo de Portugal
Patrícia Coelho, Anabela Seabra, Francisco Rodrigues

41 TESTES RÁPIDOS PARA O RASTREIO DE INFEÇÕES POR VIH EM FARMÁCIA COMUNITÁRIA - ESTUDO EXPLORATÓRIO
Point-of-care tests for HIV screening in community pharmacy - exploratory study
De pruebas rápidas de cribado de vih en farmacias comunitarias - estudio exploratorio
Micael Gomes, Ângelo Jesus

55 EFICIÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CABO-VERDIANA: O CASO DA CASA DO CIDADÃO NA CIDADE DA PRAIA
Efficiency of cape verdean public administration: a case study of the citizen's house in Praia
Eficiencia en la administración pública del cabo verdiano: el caso de la casa del ciudadano en la ciudad de Praia
Eunice de Jesus Correia Varela, Amândio Pereira Baía, Maria Manuela Santos Natário

83 THE IMPORTANCE OF SERVICE VALUE AND CORPORATE IMAGE ON CUSTOMER SATISFACTION IN PORTUGUESE MOBILE BANKING SERVICES
A importância do valor do serviço e da imagem corporativa na satisfação do cliente em serviços de banca no telemóvel em portugal
La importancia del valor del servicio y la imagen corporativa en la satisfacción del cliente en los servicios de banca móvil en portugal
Anabela Fragata, Luísa Paula Cruz Lopes, Helena Portugal

101 O EFEITO DA IDADE RELATIVA NO FUTEBOL FEMININO PORTUGUÊS DE ELITE
The effect of relative age on elite portuguese women's football
El efecto de la edad relativa en el fútbol femenino portugués de élite
José C. Araújo, Gonçalo Vieira

113 O CONHECIMENTO DE DESIGN NUM PROJETO DE CRIAÇÃO DA IDENTIDADE VISUAL DE UMA MARCA: UM ESTUDO QUALITATIVO SOBRE A PRÁTICA LEGITIMADA DO DESIGN GRÁFICO
Design knowledge in a brand visual identity project: a qualitative study about legitimated graphic design practice
El conocimiento de diseño en un proyeto de creación de la identidad visual de una marca: un estudio cualitativo sobre la practica legitimada del diseño gráfico
Manuela Maia

Índice

133 UTILIZAÇÃO DO COMÉRCIO ELETRÓNICO POR ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ALUNOS DO BRASIL E DE PORTUGAL
Use of e-commerce by higher education students: comparative study between students from Brazil and Portugal
Uso del comercio electrónico por estudantes de educación superior: um estúdio comparativo entre estudantes em Brasil y Portugal
Ana Fernandes, Lilian Martins, José Alexandre Martins, Glauciene Martins, Vitor Roque

153 SAÚDE ORAL E QUALIDADE DE VIDA EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS
Oral health and quality of life in institutionalized elderly
Salud oral e calidad de vida en los ancianos institucionalizados
Maria José Gomes, Olga Moura Ramos

169 OS TEMAS ECONÓMICOS EM DESTAQUE NAS CAPAS DE DOIS JORNAIS DIÁRIOS GENERALISTAS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19
The economic topics featured on the front pages of two generalist daily newspapers during the covid-19 pandemic
Temas económicos presentados en las portadas de dos diarios generalistas durante la pandemia del covid-19
Joana Martins Mota

185 PROGRAMA DE PRESSÃO ARTERIAL DA BEIRA BAIXA – HIPERTENSÃO ARTERIAL E HIPOTENSÃO ORTOSTÁTICA NO CONCELHO DO FUNDÃO
Beira baixa blood pressure program - blood hypertension and orthostatic hypotension in the fundão county
Programa de presión arterial de beira baixa – hipertensión arterial e hipotensión ortostática en el municipio de fundão
Sofia Pinto, Patrícia Coelho, Ana Santos, Francisco Rodrigues, Joana Pires

205 COMPREENSÃO DE TEXTOS EXPOSITIVOS: AVALIAÇÃO DE UMA INTERVENÇÃO EM LEITURA NO 4.º ANO DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO
Reading comprehension of expository texts: an evaluation of an intervention in reading in a fourth-grade classroom
Comprensión de textos expositivos: evaluación de una intervención en lectura en el 4º de educación primaria
Teresa Costa-Pereira, Otília Sousa

223 INFLUÊNCIA DA EXPOSIÇÃO TELEVISIVA NO CONSUMO ALIMENTAR DAS CRIANÇAS – REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA
The influence of television exposure on children's food consumption – systematic review of literature
Influencia de la exposición televisiva en el consumo de alimentos infantiles - revisión sistémica de la literatura
Rita Ribeiro, Ana Pereira, António Fernandes

245 EXPOSIÇÃO TELEVISIVA E OBESIDADE INFANTIL DAS CRIANÇAS DOS 6 AOS 11 ANOS. QUE RELAÇÃO? REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA
Television exposure and childhood obesity of children from 6 to 11 years. What relationship? Systematic review of literature
Exposición de televisión y obesidad infantil de niños de 6 a 11 años. ¿qué relación? Revisión sistemática de la literatura
Rita Ribeiro, Ana Pereira, António Fernandes

ADESÃO À TERAPÊUTICA NA PESSOA COM HIPERTENSÃO ARTERIAL: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

ADHERENCE TO THERAPY IN PEOPLE WITH HYPERTENSION: AN INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW **EN**

—

ADHERENCIA A LA TERAPIA EN PERSONAS CON HIPERTENSIÓN: UNA REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA INTEGRADORA **ES**

ANDREA SILVA SANTOS PINTO
Mestre em Gestão de Unidades de Saúde, Mestre em Enfermagem Comunitária, Enfermeira na Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados do Teixoso, Portugal.
✉ andreass.enf@gmail.com

DORA MARIA RICARDO FONSECA SARAIVA
Especialista em Enfermagem Médico Cirúrgica, Mestre em Gestão de Unidades de Saúde, Enfermeira no Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira, Covilhã, Portugal.
✉ dorasaraiva1@hotmail.com

ERMELINDA MARIA GONÇALVES BERNARDO MARQUES
PhD Educação, Mestre em Saúde Pública, Especialista em Enfermagem Comunitária, Professora Adjunta no Instituto Politécnico da Guarda – Escola Superior de Saúde, Portugal, Unidade de Investigação para o Desenvolvimento do Interior do Instituto Politécnico da Guarda (UDI/IPG), Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde (CINTESIS) da Universidade do Porto; Centro Académico Clínico da Beiras (CACB).
✉ emarques@ipg.pt

Pinto, A., Saraiva, D. & Marques, E. (2021). Adesão à terapêutica na pessoa com hipertensão arterial: revisão integrativa da literatura. *Egitania Sciencia*, 29 (jun/dez), pp.9-22.

Submitted: 15th June 2020
Accepted: 6th March 2021

RESUMO

A Hipertensão Arterial (HTA) tem uma elevada prevalência em todo o mundo, constituindo um grave problema de saúde a nível mundial. A adesão à terapêutica constitui um fator primordial no controlo adequado da pressão arterial, na prevenção de complicações associadas e na melhoria da qualidade de vida da pessoa com HTA. Os profissionais de saúde desempenham, assim, um papel diferenciador no âmbito desta problemática. Este estudo tem como objetivo conhecer os fatores facilitadores e dificultadores da adesão à terapêutica, na pessoa com HTA.

Foi feita uma revisão integrativa da literatura, realizada nas bases de dados: Complementary Index; Academic Search Complete e ScienceDirect, com artigos indexados no período de 1 de janeiro de 2018 a 15 de maio de 2019, com descritores MeSH. Também se efetuou uma pesquisa secundária livre, englobando documentos de elevada idoneidade científica.

Os resultados obtidos integram: 614 artigos na pesquisa inicial das bases de dados e 21 artigos na pesquisa complementar, considerando os critérios de inclusão previamente definidos. A adesão à terapêutica é fundamental no tratamento da HTA. Existem vários fatores que podem influenciar a adesão, pelo que a intervenção do enfermeiro é preponderante na identificação dos fatores facilitadores ou dificultadores da adesão, na educação, formação dos clientes e ou familiares.

Palavras-chave: *Adesão à terapêutica; adesão do cliente; adesão ao tratamento; hipertensão; enfermagem em saúde comunitária.*

ABSTRACT

Arterial hypertension (hypertension) is highly prevalent worldwide, constituting a serious health problem worldwide. Medidcation adherence is a major factor in the adequate control of blood pressure, in the prevention of associated complications and in the improvement of the quality of life of people with hypertension. The health professionals play a differentiating role in the context of this issue. This study aims to understand the factors that facilitate and hinder medicacion adherence, in people with hypertension.

An integrative literature review was carried out, carried out on the databases: Complementary Index; Academic Search Complete and ScienceDirect, with articles indexed from January 1, 2018 to May 15, 2019, with MeSH descriptors. A free secondary search was also carried out, including documents of high scientific suitability.

The results obtained include: 614 articles in the initial search of the databases and 21 articles in the complementary search, considering the inclusion criteria previously defined. Medication adherence is essential in the treatment of hypertension. There are several factors that can influence adherence. The nurse`s intervention ispreponderant in the identification of conditioning factors or facilitate of adherence, in education, training of clients and or family members.

Keywords: *Medication adherence; patient compliance; treatment adherence and compliance; hypertension; community health nursing.*

RESUMEN

La hipertensión arterial (hipertensión) es altamente prevalente en todo el mundo, lo que constituye un grave problema de salud en todo el mundo. La adherencia a la terapia es un factor importante en el control adecuado de la presión arterial, en la prevención de complicaciones asociadas y en la mejora de la calidad de vida de las personas con hipertensión. Los profesionales de la salud juegan un papel diferenciador en el contexto de este problema. Este estudio tiene como objetivo comprender los factores que facilitan y dificultan la adherencia a la terapia, en personas con hipertensión.

Se realizó una revisión bibliográfica integradora, realizada en las bases de datos: Índice Complementario; Búsqueda académica completa y ScienceDirect, con artículos indexados del 1 de enero de 2018 al 15 de mayo de 2019, con descriptores MeSH. También se realizó una búsqueda secundaria gratuita, incluidos documentos de alta idoneidad científica.

Los resultados obtenidos invluyen: 614 artículos en la búsqueda inicial de las bases de datos y 21 21 artículos en la búsqueda complementaria, considerando los criterios de inclusión previamente definidos. La adherencia a la terapia es esencial en el tratamiento de la hipertensión. Hay varios factores que pueden influir en la adherencia. La intervencioón de la enfermera espreponderante en la identificación de factores condicionтes o facilitadores de la adherencia, en educación, capacitación de clientes y / o miembros de la familia.

Palavras-clave: *Adherencia a la terapia; adhesión del cliente; adherencia al tratamiento; hipertensión; enfermería de salud comunitaria.*

INTRODUÇÃO

Atualmente em todo o mundo assiste-se ao envelhecimento da população, pelo que as Doenças Crónicas Não Transmissíveis (DCNT`S), designadamente a HTA tornam-se cada vez mais frequentes. Na Europa, 30,0% a 45,0% da população tem HTA (Sociedade Portuguesa de Hipertensão, 2018), sendo que, em Portugal cerca de 36,0% da população é hipertensa (Ministério da Saúde, 2018).

As estratégias no controlo e tratamento da HTA têm por base a adesão da pessoa à terapêutica, tendo esta temática sido alvo de inúmeros estudos a nível internacional (Boratas e Kilic, 2018; Ehwarieme et al., 2018).

Segundo a World Health Organization [WHO (2003)] a adesão à terapêutica envolve vários comportamentos, como por exemplo a procura de profissionais de saúde, a toma apropriada da medicação, a procura de imunização, a gestão das DCNT`S, entre outros. Neste estudo, foi adotada a definição de Gadkari e McHorney (2012) em que a adesão à terapêutica, consiste no cumprimento das recomendações da prescrição de um tratamento, respeitando as horas, a dosagem, a frequência e a duração da terapêutica prescrita. Neste contexto, é determinante o conhecimento dos fatores facilitadores e dificultadores deste processo, de forma a poderem ser definidas estratégias que promovam os fatores facilitadores da adesão à terapêutica e medidas que minimizem ou eliminem os fatores que contribuem para a não adesão.

Neste contexto, foi definido como objetivo: "Conhecer os fatores facilitadores e dificultadores da adesão à terapêutica, na pessoa com HTA.

1. METODOLOGIA

1.1. QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO

Foi constituída a seguinte questão de investigação: "O que é conhecido na literatura científica sobre a adesão à terapêutica e fatores associados, na pessoa com HTA?".

1.2. CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

A revisão integrativa da literatura reune estudos sobre adesão à terapêutica na pessoa com HTA. A existência de outras patologias não constituiu um critério de exclusão, podendo os participantes das diferentes amostras apresentar outras comorbilidades para além da HTA.

Os critérios de inclusão dos artigos resultantes da pesquisa primária incluem o horizonte temporal de 2018 a 2019, a língua inglesa, com recurso aos descritores "medication adherence" AND "patient compilance" AND "treatment adherence and compilance" AND "hypertension" AND "community health nursing". Foi ainda ativado o filtro limitadores de texto completo e as revistas foram o tipo de fonte selecionado. As publicações foram pré-selecionadas pela análise do título e do resumo, tendo sido excluídos 595 artigos por não darem resposta à questão de investigação.

1.3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os artigos científicos utilizados nesta revisão foram selecionados através de uma pesquisa primária na plataforma Biblioteca do Conhecimento Online (b-on). Nesta, acederam-se a três bases de dados eletrónicas: Complementary Index, ScienceDirect e Academic Searsh Complete. Na pesquisa foram utilizados os descritores Medical Subject Headings (MeSH), designadamente: "medication adherence" AND "patient compilance" AND "treatment adherence and compilance" AND "hypertension" AND "community health nursing".

Posteriormente, com intuito de ampliar o campo de pesquisa a ser analisado, foi efetuada uma pesquisa secundária livre (com o horizonte temporal de 2018 a 2019) que permitiu incorporar outros estudos de elevada índole científica, com conteúdos publicados que respondem à questão de investigação.

Na pesquisa realizada foram incluídos artigos que permitem identificar os fatores facilitadores e dificultadores da adesão à terapêutica, para que no futuro possam ser definidas estratégias individualizadas que promovam os fatores que favorecem a adesão e medidas corretivas eficazes dirigidas aos fatores que a dificultam.

Seguindo a metodologia explicada por Mendes, Silveira e Galvão (2008) foram selecionados 611 artigos resultantes da pesquisa nas bases de dados e 8 artigos da pesquisa complementar, obtendo-se um total de 619 artigos. No final das etapas metodológicas apresentadas na Figura 1 obtiveram-se 21 artigos.

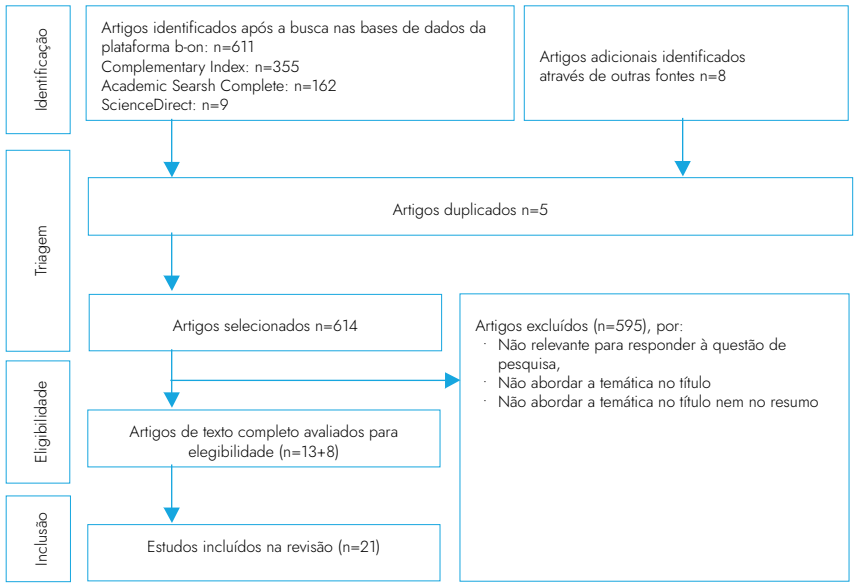


FIGURA 1. DIAGRAMA DAS ETAPAS METODOLÓGICAS DE SELEÇÃO DOS ARTIGOS SOBRE A ADESÃO À TERAPÊUTICA.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Constatou-se que 100,0% dos artigos da pesquisa primária pertencem a revistas que apresentam Fator de Impacto (FI), o que indica a relevância das publicações científicas de acordo com o Journal Citations Reports (JCR).

Em relação à zona geográfica onde foram realizados os estudos da pesquisa primária, em igual percentagem 33,3% foram efetuados nos continentes Asiático, Africano e Europeu. Em Portugal não foram identificados estudos sobre a temática.

A Tabela 1 apresenta um resumo das características dos estudos selecionados na pesquisa inicial.

TABELA 1. CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS SOBRE A ADESÃO À TERAPÊUTICA NUM GRUPO DE PESSOAS PORTADORAS DE HTA, INCLUÍDOS NA PESQUISA INICIAL.

REFERÊNCIA, (ANO) E LOCAL DO ESTUDO	TIPO DE ESTUDO (ESPAÇO TEMPORAL)	OBJETIVOS DO ESTUDO	AMOSTRA (N)	IDADE (EM ANOS)	PREVALÊNCIA DA ADESÃO AO TRATAMENTO (%)
Atinga, Yarney e Guvu (2018), Gana	Qualitativo (6 meses)	Avaliar os motivos da não adesão à terapêutica.	49	≥ 40	-
Ashoorkhani et al. (2018), Irão	Qualitativo (5 meses)	Identificar os fatores que afetam a adesão ao tratamento da HTA.	35	≥ 30	-
Boratas e Kilic (2018), Turquia	Transversal (3 meses)	Avaliar a adesão à terapêutica em pessoas portadoras de HTA e identificar os fatores influentes.	147	≥ 18	TF= 70,3
Ehwarieme et al. (2018), Nigéria	Transversal (7 meses)	Avaliar o nível de adesão ao tratamento das pessoas com HTA, no serviço de ambulatório.	309	≥ 18	TF= 90,0
Kimani et al. (2018), Quénia	Transversal (6 meses)	Avaliar a associação entre a modificação do estilo de vida e a adesão à terapêutica.	229	≥ 49	TF= 85,2 TNF= 12,0
Obirikorang et al. (2018), Gana	Transversal (3 meses)	Avaliar a adesão à terapêutica e os fatores associados.	678	≥ 30	TF= 41,4
Sheilini, Hande, Prabhu et al. (2018), Índia	Transversal (24 meses)	Identificar o padrão de prescrição de terapêutica anti-hipertensora nos idosos e explorar as razões para a não adesão à terapêutica.	800	≥ 60	TF= 61,4 TNF= 59,4
Yousefabadi, Arbabshastan, Sarani e Rigi (2018),Irão	Transversal (12 meses)	Identificar a relação entre a adesão à terapêutica e a crença sobre medicamentos na pessoa portadora de HTA.	385	≥ 18	TF= 15,2
Zhang et al. (2018), China	Transversal (5 meses)	Avaliar a relação entre os fatores influentes e a adesão à terapêutica em clientes com HTA.	1916	≥ 35	TF= 85,0
Sinan e Akyuz (2019), Turquia	Experimental (6 meses)	Avaliar os efeitos das visitas domiciliárias na adesão à terapêutica.	45	≥ 65	TF= 44,4
Uchmanowicz, Chudiak, Uchmanowicz e Mazur (2019), Polónia	Transversal (não especifica)	Avaliar o efeito da síndrome de fragilidade na adesão ao tratamento em idosos com HTA.	150	≥ 65	TF= 36,1
Uchmanowiz, Chudiak, Uchmanowic, Rosińczuke e Froelicher (2019), Polónia	Transversal (não especifica)	Identificar os fatores demográficos, socioeconómicos e clínicos que afetam a adesão à terapêutica nos idosos com HTA.	150	≥ 65	TF= 36,0
Ulley, Harrop, Alton e Davis (2019)	Revisão sistemática da literatura	Avaliar a prescrição, como uma estratégia eficaz para melhorar a adesão à terapêutica em adultos mais velhos na comunidade.	-	-	-

LEGENDA: TF – TRATAMENTO FARMACOLÓGICO; TNF – TRATAMENTO NÃO FARMACOLÓGICO

Os estudos consultados apresentam como objetivos: avaliar a adesão à terapêutica; fatores que a afetam; as dificuldades com a terapêutica prescrita; identificar a relação existente entre a adesão à terapêutica e a crença sobre medicamento; avaliar os efeitos das visitas domiciliárias e a presença de uma patologia na adesão ao tratamento da HTA.

A metodologia utilizada nos diferentes estudos foi diversificada. Alguns autores utilizaram uma abordagem quantitativa, descritiva, transversal (Falcão et al., 2018; Solbiati et al., 2018; Moretti et al., 2018) e exploratória (Blanski e Lenardt, 2018). Outros investigadores realizam estudos qualitativos, descritivos, (Atingia, 2018; Resende et al., 2018; Sousa et al., 2018) e analíticos (Albuquerque et al., 2018). Um dos estudos selecionados consiste numa revisão sistemática da literatura (Ulley et al., 2019)

Relativamente ao método de amostragem, foi utilizada uma amostra intencional e heterogénea, com clientes que têm HTA há pelo menos 1 ano (Ashoorkhani et al., 2018). Outra investigação utiliza uma amostra aleatória sistemática (Kimani et al., 2018), e uma outra utilizou uma amostra aleatória simples (Obirikorang et al., 2018). Também foi utilizado o método não probabilístico por conveniência (Yousefabadi, et al., 2018; Albuquerque et al., 2018).

Na recolha de dados foram utilizados questionários validados (Boratas e Kilic, 2018; Ehwarieme et al., 2018; Obirikorang et al., 2018; Yousefabadi et al., 2018; Albuquerque et al., 2018; Moretti et al., 2018; Falcão et al., 2018; Sinan e Akyuz, 2019; Uchmanowicz, Chudiak, Uchmanowicz e Mazur, 2019), questionários semiestruturados (Kimani et al., 2018; Blanski e Lenardt, 2018; Solbiati et al., 2018), entrevistas com guião (Sousa et al., 2018; Atingia, 2018; Resende et al., 2018) e discussões em grupos focais (Ashoorkhani et al., 2018).

Em relação à duração das intervenções dos estudos, a maioria são transversais, pelo que vão desde um período mínimo de 1 mês a um período máximo de 24 meses.

A literatura revela que a nível mundial, as taxas de prevalência de adesão à terapêutica na HTA são muito variáveis, situando-se entre os 15,2% e os 90,0%, dependendo da zona geográfica onde são realizados, como se observa nas Tabelas 1 e 2.

Por exemplo, na Europa Central, nas investigações realizadas na Polónia a taxa de adesão à terapêutica situa-se nos 36,1% (Uchmanowiz, Chudiak, Uchmanowic, Rosińczuke e Froelicher, 2019; Uchmanowicz, Chudiak, Uchmanowicze e Mazur, 2019). Em Portugal, o estudo de Ferrão (2018) revela uma taxa de adesão à terapêutica nas pessoas com HTA de 91,3%. A variabilidade apresentada nas diferentes investigações pode ser devido às diferentes metodologias de estudo e escalas utilizadas para a avaliação da adesão à terapêutica.

É expectável encontrar uma associação entre a adesão à terapêutica e a vigilância da pressão arterial, pois, a não adesão à terapêutica é uma das causas da vigilância inadequada desta (Sousa et al., 2018; Falcão et al., 2018). Assim, a adesão à terapêutica constitui um fator primordial para o sucesso do tratamento, refletindo-se na estabilidade da doença (Sousa et al., 2018; Sinan e Akyuz, 2019), evitando possíveis complicações (Sinan e Akyuz, 2019).

A Tabela 2 apresenta um resumo das características dos estudos resultantes da pesquisa complementar.

TABELA 2. CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS SOBRE A ADESÃO À TERAPÊUTICA NUM GRUPO DE PESSOAS COM HTA, INCLUÍDOS NA PESQUISA COMPLEMENTAR.

REFERÊNCIA (ANO) E LOCAL DO ESTUDO	TIPO DE ESTUDO (ESPAÇO TEMPORAL)	OBJETIVOS DO ESTUDO	AMOSTRA (N)	IDADE (EM ANOS)	PREVALÊNCIA ADESÃO AO TRATAMENTO (%)
Ferrão (2018), Portugal	Transversal (4 meses)	Avaliar a adesão à terapêutica e os níveis de literacia em saúde numa amostra de pessoas com HTA.	76	≥25	TF=91,3
Albuquerque, Oliveira, Silva e Araújo (2018), Brasil	Transversal (6 meses)	Avaliar a adesão à terapêutica e o acompanhamento dos serviços de saúde.	270	≥ 26	TF= 63,0
Blanski e Lenardt (2018), Brasil	Exploratório (2 meses)	Investigar as dificuldades dos idosos com a terapêutica prescrita.	45	≥ 60	-
Falcão et al. (2018), Brasil	Transversal (3 meses)	Avaliar o estilo de vida e a adesão à terapêutica.	254	≥ 60	TF= 52,8
Moretti, Ruy e Saccomann (2018), Brasil	Transversal (não especifica)	Avaliar a adesão à terapêutica e a compreensão da prescrição	50	≥ 60	TF= 80,0
Resende et al. (2018) Brasil	Qualitativo (3 meses)	Analisar as dificuldades dos idosos na adesão ao tratamento da HTA.	17	≥ 60	-
Solbiati, Oliveira, Teixeira e Gomes (2018), Brasil	Transversal (não especifica)	Avaliar adesão ao TF e TNF.	11	≥ 50	TF= 60,0
Sousa et al. (2018), Brasil	Qualitativo (1 mês)	Verificar as particularidades que envolvem a adesão ao tratamento farmacológico nos idosos com HTA.	20	≥70	TF= 72,7

LEGENDA: TF – TRATAMENTO FARMACOLÓGICO; TNF – TRATAMENTO NÃO FARMACOLÓGICO

A adesão à terapêutica nas pessoas com HTA constitui uma preocupação significativa dos profissionais, organizações e políticas de saúde, pelo que é importante saber quais os fatores que a influenciam.

2.1. FATORES FACILITADORES E DIFICULTADORES DA ADESÃO À TERAPÊUTICA

A comunidade científica internacional e nacional tem tido uma preocupação crescente e um papel preponderante na identificação dos múltiplos fatores que influenciam a adesão à terapêutica. Segundo a WHO (2003) existem cinco grandes grupos de fatores que contribuem para a diminuição da adesão à terapêutica, designadamente: i) os fatores sociais, económicos e culturais; ii) os fatores relacionados com os profissionais e os serviços de saúde; iii) os fatores relacionados com a doença de base e as comorbilidades; iv) os fatores relacionados com a terapêutica prescrita e v) os fatores individuais relativos ao cliente.

Especificando cada um:

i) Fatores sociais, económicos e culturais

Como fatores sociais destaca-se o apoio da família (Moretti et al., 2018) e dos profissionais de como promotores da adesão ao tratamento (Ashoorkhani et al., 2018).

A nível económico, salienta-se o rendimento mensal (Ehwarieme et al., 2018; Obirikorang et al., 2018; Solbiati et al., 2018), o emprego, o custo dos transportes (WHO, 2003) e da terapêutica (El-Saifi et al., 2019) e a acessibilidade às instituições de saúde (WHO, 2003), como aspetos que condicionam a adesão.

No contexto cultural, os principais fatores que interferem na adesão à terapêutica estão relacionados com as crenças e os costumes (WHO, 2003), a perceção da HTA como doença incapacitante e a motivação pessoal na procura de melhorar o estado de saúde (Sousa et al., 2018).

ii) Fatores relacionados com os profissionais e os serviços de saúde

As dificuldades existentes no sistema de saúde contribuem para a diminuição da adesão à terapêutica, entre as quais: a falta de terapêutica; a ausência de conhecimento e a formação dos profissionais de saúde em relação às DCNT`S; o pouco tempo gasto nas consultas e a pouca disponibilidade para o seguimento; a falta de incentivos e a incapacidade de avaliar o grau de adesão (WHO, 2003). De realçar que os clientes que não têm consultas regulares e não fazem vigilância regular da pressão arterial são os que menos aderem à terapêutica (Zhang et al., 2018).

iii) Fatores relacionados com a doença de base e comorbilidades

A WHO (2003) menciona que a gravidade dos sintomas, a progressão da doença, a deficiência/ incapacidade/ desvantagens geradas e a existência de comorbilidades, poderão contribuir para a diminuição da adesão à terapêutica. No que se refere à presença de comorbilidades, estas irão dificultar a adesão ao tratamento (Ashoorkhani et al., 2018). A literatura revela que problemas auditivos, visuais (Blanski e Lenardt, 2018; Moretti et al., 2018) e a demência (El-Saifi et al., 2019) influenciam negativamente a adesão ao tratamento nos idosos. Também as alterações do estado emocional (Resende et al., 2018) podem interferir na adesão à terapêutica.

iv) Fatores relacionados com a terapêutica prescrita

A diminuição da adesão à terapêutica pode estar relacionada com a complexidade da prescrição, a duração do tratamento, os insucessos da terapêutica, as alterações frequentes na posologia, a ausência imediata de melhoria clínica e os efeitos adversos dos medicamentos (WHO, 2003).

Também o *pill burden*, ou seja, a toma simultânea de múltiplas classes farmacológicas, com várias tomas diárias, quer sejam medicamentos anti-hipertensores ou outros, devido à sua complexidade, pode contribuir para uma menor adesão ao tratamento (Iskedjian, Einarson, MacKeigan et al., 2002; Ashoorkhani et al., 2018). Corroboram com estes autores Blanski e Lenardt (2018) e El-Saifi et al. (2019), pois a adesão ao tratamento é influenciada pela utilização de vários fármacos concomitantemente. Visto que a toma de vários fármacos é um fator condicionante da adesão à terapêutica, numa primeira fase, é desejável que o profissional prescritor conheça a realidade da pessoa, simplificando a terapêutica, evitando o *pill burden*, pelo que é necessário fazer regularmente uma revisão da terapêutica (Moretti et al., 2018).

v) Fatores pessoais relativos ao cliente

Os fatores pessoais dos clientes que contribuem para a diminuição da adesão à terapêutica (WHO, 2003) são: a ausência de informação, de conhecimento ou educação dos clientes em relação à doença, a diminuição da motivação e da confiança no tratamento, a ansiedade inerente à toma da terapêutica, a incapacidade em gerir

a terapêutica, a ausência de perceção sobre a necessidade do tratamento e o medo de dependência ou a discriminação. Também as características da personalidade, a falta de força de vontade e a ansiedade, contribuem para a baixa adesão à terapêutica (Ashoorkhani et al., 2018).

A idade avançada constitui um fator determinante de uma menor adesão à terapêutica (Uchmanowiz, Chudiak, Uchmanowic, Rosińczuke e Froelicher, 2019; Ulley et al., 2019), uma vez que a idade tem influência na função cognitiva do idoso, por exemplo, causando esquecimento, défice no autocuidado (Resende et al., 2018), dificuldades na gestão e compreensão da terapêutica (Moretti et al., 2018), no horário e na dosagem correta (Blanski e Lenardt, 2018).

Em relação ao sexo, a literatura evidencia que os homens aderem menos ao tratamento que as mulheres (Uchmanowicz, Chudiak, Uchmanowicz e Mazur, 2019). Contrariamente, as investigações de Uchmanowiz, Chudiak, Uchmanowic, Rosińczuke e Froelicher (2019) demonstram que as mulheres apresentam uma menor adesão à terapêutica, comparativamente aos homens.

O estado civil e a composição familiar são outros fatores a exercer influência na adesão à terapêutica, pois as pessoas casadas têm mais apoio na compreensão da terapêutica (Moretti et al., 2018). O apoio do cônjuge é fundamental, pois fornece suporte emocional e motivação (Resende et al., 2018).

No que se refere às habilitações literárias, investigações revelam que o nível educacional está associado à adesão à terapêutica (Obirikorang et al., 2018). Estudos revelam que quanto maior o grau de formação, maior o conhecimento acerca da terapêutica (Moretti et al., 2018; Uchmanowiz, Chudiak, Uchmanowi, Rosińczuke e Froelicher, 2019). A baixa literacia, a dificuldade na compreensão da prescrição médica, das indicações e a utilização de uma linguagem inadequada, podem dificultar a adesão à terapêutica (Ashoorkhani, 2018; Blanski e Lenardt, 2018).

Uma boa adesão à terapêutica promove a saúde, melhora a qualidade de vida e a esperança de vida dos clientes (ICN, 2010). Assim, numa primeira fase o enfermeiro deve conhecer a adesão à terapêutica da pessoa com HTA, para posteriormente, delinear estratégias que promovam a adesão com base nos fatores de risco identificados (Tabela 3).

TABELA 3. SÍNTESE DOS FATORES FACILITADORES E DIFICULTADORES DA ADESÃO À TERAPÊUTICA

FATORES FACILITADORES E DIFICULTADORES DA ADESÃO				
SOCIAIS, ECONÓMICOS E CULTURAIS	**PROFISSIONAIS E SERVIÇOS DE SAÚDE**	**DOENÇA DE BASE E COMORBILIDADES**	**TERAPÊUTICA PRESCRITA**	**SOCIODEMOGRÁFICOS**
- Dificuldades financeiras - Desemprego - Instabilidade habitacional - Elevado custo dos transportes - Elevado custo da terapêutica - Acessibilidade às instituições de saúde - Pouco apoio familiar - Crenças e costumes	- Falta de conhecimento - Dificuldade no acesso às consultas - Falta de ações educativas	- Existência de comorbilidades - Gravidade dos sintomas	- Terapêutica complexa - Duração do tratamento - Insucesso da terapêutica - Alterações frequentes na posologia - Ausência imediata de melhoria clínica - Utilização de vários fármacos	- Idade - Sexo - Estado civil **SOCIOPROFISSIONAIS** - Habilitações literárias - Literacia **INDIVIDUAIS** - Ansiedade - Características da personalidade - Má auto-eficácia - Falta de força de vontade

FONTE. ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2019)

A presente revisão integrativa permite, desta forma, sistematizar a informação acerca da evidência científica disponível sobre a temática analisada, ajudando a conhecer a adesão à terapêutica da pessoa com HTA, assim como, reunir os fatores que a facilitam ou promovem e os fatores que a dificultam.

CONCLUSÃO

A HTA é uma doença com elevada prevalência a nível mundial. Para que o seu tratamento seja efetivo é imprescindível a adesão à terapêutica pelos clientes. As taxas de adesão à terapêutica a nível mundial oscilam muito, dependendo dos estudos e da metodologia utilizada. A literatura revela que existem vários fatores que podem facilitar ou dificultar a adesão à terapêutica, designadamente fatores sociais, económicos e culturais; fatores relacionados com os profissionais e os serviços de saúde; fatores relacionados com a doença de base e comorbilidades; fatores relacionados com a terapêutica prescrita e fatores pessoais relativos ao cliente.

Como implicações para a prática, esta revisão integrativa inclui a análise de pesquisas que apoiam a tomada de decisão e a melhoria da prática clínica no âmbito da HTA, possibilitando a síntese do estado do conhecimento sobre adesão à terapêutica neste contexto. O enfermeiro pode direcionar de forma assertiva a sua atuação no sentido de planear intervenções específicas que promovam os fatores facilitadores da adesão. Também será importante introduzir medidas corretivas que minimizem ou eliminem os fatores dificultadores.

A informação reunida possibilita o planeamento de políticas públicas de saúde que favoreçam os fatores facilitadores da adesão e minimizem os fatores dificultadores, enquanto elementos essenciais para a promoção da adesão à terapêutica nestes clientes. Para além do exposto, o conjunto de fatores influenciadores identificados nesta revisão podem servir de ponto de partida para a elaboração de uma escala de avaliação da adesão à terapêutica na pessoa com HTA. Por fim, salientar que este estudo permite apontar lacunas no conhecimento desta temática no nosso país, sendo fundamental a realização de estudos futuros.

Este estudo possui algumas limitações, salientamos a não utilização de um instrumento para análise da qualidade dos artigos e a não inclusão de outros idiomas na seleção dos artigos. Estes aspetos podem conduzir à exclusão de artigos pertinentes para a área em estudo. Outra limitação refere-se à diversidade das populações estudadas e o reduzido número de estudos na Europa (nomeadamente em Portugal).

Apesar das limitações expostas, consideramos que este estudo alcançou o objetivo de encontrar evidências sobre o estado atual das investigações acerca do tema em análise.

REFERÊNCIAS

Albuquerque, n. L. S.; oliveira, a. S. S.; silva, j. M. e araújo, T. L. (2018). Associação entre acompanhamento em serviços de saúde e adesão terapêutica anti-hipertensiva. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71(6), 3182-3188.

Ashoorkhani, M.; Majdzadeh, R.; Gholami, J.; Eftekhar, H. e Bozorgi, A. (2018). Understanding non-adherence to treatment in hypertension: a qualitative study. International *Journal of Community Based Nursing and Midwifery*, 6(4), 314-323.

Atinga, R. A.; Yarney, L. e Guvu, N. M. (2018). Factors influencing long-term medication non-adherence among diabetes and hypertensive patients in Ghana: a qualitative investigation. *Plos One*, 28, 1-15.

Blanski, C. R. K. e Lenardt, M. H. (2018). Compreensão da terapêutica medicamentosa pelo idoso. *Revista Gaúcha Enfermagem*, 26(2), 180-188.

Boratas, S. e Kilic, H. F. (2018). Evaluation of medication adherence in hypertensive patients and influential factos. *Pakistan Journal of Medical Sciences*, 34(4), 1-6.

Ehwarieme, T. A.; Chukwuyem, E. N. e Osayande, C. O. (2018). Knowledge of and compliance with therapeutic regimens among hypertensive patients in Nigeria. *Africa Journal of Nursing and Midwifery*, 20(1), 1-23.

Falcão, A. S.; Silva, M. G. C.; Junior, A. F. R. et al. (2018). Estilo de vida e adesão ao tratamento de hipertensão arterial sistémica em homens idosos. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, 31(2), 1-10.

Ferrão, Â. F. M. (2018). *Avaliação dos níveis de adesão ao tratamento e de literacia em saúde numa amostra de doentes com hipertensão arterial*. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade da Beira Interior, Covilhã.

Gadkari A. S. e McHorney C. A. (2012). Unintentional non-adherence to chronic prescription medications: how unintentional is it really? *BMC Health Services Research*, 12, 98.

Iskedjian, M.; Einarson, T. R.; MacKeigan, L. D. et al. (2002). Relationship between daily dose frequency and adherence to antihypertensive pharmacotherapy: evidence from a meta-analysis. *Clinical Therapeutics*, 24(2), 302–16.

Kimani, S.; Mirie, W.; Chege, M.; Okube, O. T. e Muniu, S. (2018). Association of lifestyle modification and pharmacological adherence on blood pressure control among patients with hypertension at Kenyatta National Hospital, Kenya: a cross-sectional study. *BMJ Open*, 9, 1-15.

Mendes, K. D. S.; Silveira, R. C. C. P. e Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enfermagem*, 17(4), 758-764.

Ministério da Saúde (2018). Retrato *da Saúde*, Portugal. Lisboa, Portugal: Ministério da Saúde. Acedido em dezembro, 27, 2018, em: https://www.sns.gov.pt/retrato-da-saude-2018/

Moretti, M. C. M. S.; Ruy, A. B. A. B. e Saccomann, I. C. R. (2018). A compreensão da terapêutica medicamentosa em idosos em uma Unidade de Saúde da Família. *Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba*, 20(1), 7-12.

Obirikorang, Y.; Obirikorang, C.; Acheampong, E. et al. (2018). Predictors of noncompliance to antihypertensive therapy among hypertensive patients Ghana: application of health belief model. *International Journal of Hypertension*, 2018, 1-9.

Resende, A. K. M.; Lira, J. A. C.; Prudêncio, F. A. et al. (2018). Difficulties of elderly people in accession to the treatment of blood hypertension. *Journal of Nursing UFPE online*, 12(10), 2546 - 2554.

Sheilini, M.; Hande, H. M.; Prabhu, M. et al. (2018). Self-reported reasons for non adherence to antihypertensives and lifestyle practices among the elderly. *Journal of Clinical and Diagnostic Research*, 12(1), 1-4.

Sinan, O. e Akyuz, A. (2019). Effects of home visits on medication adherence of elderly individuals with diabetes and hypertension. *Eastern Journal of Medicine*, 24(1), 8-14.

Sociedade Portuguesa de Hipertensão (2018). *Conheça melhor a hipertensão arterial*. Acedido em maio, 22, 2018, em: https://www.sphta.org.pt/pt/base8_detail/24/90

Solbiati, V. P.; Oliveira, N. R. C.; Teixeira, C. V. S. e Gomes, R. J. (2018). Adesão ao tratamento para prevenir agravos relacionados à hipertensão arterial e a diabetes. *Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, 12(73), 629-633.

Sousa, R. C.; Lucena, A. L. F.; Nascimento, W. S. et al. (2018). Particularities of hypertensive elderly people to medicinal treatment adherence. *Journal of Nursing UFPE*, 12(1), 216-223.

Uchmanowicz, B.; Chudiak, A.; Uchmanowicz, I. e Mazur, G. (2019). How may coexisting frailty influence adherence to treatment in elderly hypertensive patients? *International Journal of Hypertension*, 1, 1-8.

Uchmanowicz, B.; Chudiak, A.; Uchmanowicz, I.; Rosińczuk, J. e Froelicher, E. S. (2019). Factors influencing adherence to treatment in older adults with hypertension. *Clinical Interventions in Aging*, 13, 2425-2441.

Ulley, J.; Harrop, D.; Alton, S. e Davis, S. F. (2019). Deprescribing interventions and their impact on medication adherence in community-dwelling older adults with polypharmacy: a systematic review. *BMC Geriatrics*, 19(15), 1-13.

World Health Organization [WHO (2003)]. *Adherence to long term therapies. Evidence for action*. Acedido em janeiro, 16, 2019, em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/42682/1/9241545992.pdf

Yousefabadi, S. R.; Arbabshastan, M. E.; Sarani, A. e Rigi, K. (2018). Why medication adherence in hypertensive patients? *Drug Invention Today*, 10(5), 651-658.

Zhang, Y.; Li, X.; Mao, L. et al. (2018). Factors affecting medication adherence in community-managed patients with hypertension based on the principal component analysis: evidence from Xinjiang, China. *Patient Preference and Adherence*, 12, 803-812.

DIABETES MELLITUS - A REALIDADE DE UM CONCELHO DE PORTUGAL

DIABETES MELLITUS - THE REALITY OF COUNCIL OF PORTUGAL **EN**

—

DIABETES MELLITUS - LA REALIDAD DE UN CONSEJO DE PORTUGAL **ES**

PATRÍCIA COELHO
Sport, Health & Exercise Unit (SHERU) | Qualidade de Vida no Mundo Rural (QRural) | Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias - Instituto Politécnico de Castelo Branco
✉ patriciacoelho@ipcb.pt

ANABELA SEABRA
Fisiologia Clínica - Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias - Instituto Politécnico de Castelo Branco
✉ anabela62009@hotmail.com

FRANCISCO RODRIGUES
Qualidade de Vida no Mundo Rural (QRural) | Sport, Health & Exercise Unit (SHERU) - Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias - Instituto Politécnico de Castelo Branco
✉ franciscobrodrigues@ipcb.pt

Coelho, C., Seabra, A. & Rodrigues, F. (2021). Diabetes Mellitus - a realidade de um concelho de Portugal. *Egitania Sciencia*, 29 (jun/dez), pp.23-40.

Submitted: 7th August 2020
Accepted: 6th July 2021

RESUMO

A Diabetes Mellitus é uma patologia considerada pela Organização Mundial de Saúde como a pandemia do século XXI. As avaliações feitas para o cálculo da sua prevalência, conhecimento e controlo estão dependentes de estudos de investigação junto da população que mostrem a realidade desta patologia, cuja tendência é aumentar exponencialmente, considerando-se, desta forma, de elevada pertinência o estudo epidemiológico da população portuguesa. Determinar a prevalência da diabetes na população adulta do concelho de Paredes é, assim, o objetivo. Trata-se de um estudo transversal e observacional, com recolha de dados prospetiva e aleatória em várias ruas do concelho de Paredes. Foram estudados 1054 indivíduos, dos quais 60,82% são do sexo feminino e 39,18% do masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 90 anos. A recolha de dados foi efetuada com recurso à avaliação dos níveis de glicose no sangue. Registou-se uma prevalência de diabetes de 8,4%%, dos quais 7,5% tinham conhecimento da patologia, 0,8% sabiam que eram diabéticos e tinham valores de glicémia aumentados e 0,9% correspondiam a indivíduos não diagnosticados igualmente com valores de glicémia aumentados. Existe uma elevada taxa de diabetes no concelho de Paredes e um número significativo de indivíduos que desconhece ser diabético.

Palavras-chave: *Prevalência; Diabetes Mellitus; Hiperglicemia, Fatores de risco.*

ABSTRACT

Introduction: Diabetes Mellitus is a pathology considered by the World Health Organization as a pandemic. The assessments made to calculate its prevalence, knowledge and control are dependent on research studies with the population that show the reality of this pathology whose tendency is to increase exponentially, considering the epidemiological study of the Portuguese population as highly relevant. Objective: To determine the prevalence of diabetes in the adult population of the municipality of Paredes. Materials and methods: This is a cross-sectional and observational study, with prospective and random data collection on several streets in the municipality of Paredes. 1054 individuals were studied, of which 60.82% are female and 39.18% male, aged between 18 and 90 years. Data collection was carried out using blood glucose levels. Results: There was a prevalence of diabetes of 8.4 %%, of which 7.5% were aware of the pathology, 0.8% knew they were diabetic and had increased blood glucose values and 0.9% corresponded to non-diabetic individuals. also diagnosed with increased blood glucose values.

Conclusion: There is a high rate of diabetes in the municipality of Paredes and a significant number of individuals who are unaware of being diabetic.

Keywords: *Prevalence; Diabetes Mellitus; Hyperglycemia, Risk factors.*

RESUMEN

Introducción: la diabetes mellitus es una patología considerada por la Organización Mundial de la Salud como una pandemia. Las valoraciones realizadas para calcular su prevalencia, conocimiento y control dependen de estudios de investigación en la población que muestren la realidad de esta patología cuya tendencia es aumentar exponencialmente, considerando el estudio epidemiológico de la población portuguesa de gran relevancia. Objetivo: determinar la prevalencia de diabetes en la población adulta del municipio de Paredes. Materiales y métodos: Se trata de un estudio observacional y transversal, con recoja de datos prospectiva y aleatoria en varias calles del municipio de Paredes. Se estudiaron 1054 individuos, de los cuales el 60,82% son mujeres y 39,18% hombres, con edades comprendidas entre 18 y 90 años. La recoja de datos se realizó con recoje de una muestra de sangre para veer los niveles de glucosa en sangre. Resultados: Hubo una prevalencia de diabetes del 8,4 %, de los cuales el 7,5% conocía la patología, el 0,8% sabía que era diabético y tenía valores elevados de glucemia y el 0,9% correspondía a individuos no diabéticos y que tenian valores elevados de glucosa en sangre. Conclusión: Existe una alta tasa de diabetes en el municipio de Paredes y un número importante de individuos que desconocen que son diabéticos.

Palavras-clave: *Prevalencia; Diabetes mellitus; Hiperglucemia, factores de riesgo.*

INTRODUÇÃO

A Diabetes Mellitus (DM) é uma desordem crónica e metabólica que se caracteriza pela variação dos níveis de glicose no sangue, originando distúrbios ao nível do metabolismo dos hidratos de carbono, lípidos e proteínas (Ortiz and Zanetti,2001; Lucena, 2007; Sociedade Portuguesa de Diabetologia, 2015; Barreto, Kislaya, Gaio et al, 2017;).

Nos últimos anos a prevalência da diabetes tem vindo a aumentar tornando-a num importante problema de saúde pública. A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que tenha havido um aumento de 108 milhões de pessoas com diabetes em 1980 para 422 milhões em 2014, o que corresponderá a uma prevalência mundial de 8,5% de diabéticos em indivíduos com idades superiores a 18 anos (Fernandes, Júnior, Tasca, Pelloso, and Cuman, 2005). De acordo com os dados do *International Diabetes Federation*, o número de pessoas diabéticas deverá aumentar de 366 milhões em 2011 para cerca de 552 milhões em 2030 (International Diabetes Federation Atlas Seventh Edition 2015). Estima-se que a nível mundial existam cerca de 382 milhões de pessoas com diabetes. Segundo o relatório anual do observatório nacional de diabetes de 2015, a prevalência estimada da patologia na população portuguesa com idades compreendidas entre os 20 e os 79 anos foi de 13,3%. Ainda de acordo com estes resultados verifica-se existir uma diferença significativa entre ambos os sexos, sendo a sua prevalência superior no sexo masculino (15,9%) em comparação com o sexo feminino (10,9%) (Anual do Observatório Nacional da Diabetes, 2016).

À diabetes estão associadas inúmeras patologias, entre elas as doenças cardiovasculares que se encontram associadas aos fatores de risco cereborcardiovasculares nomeadamente, a hereditariedade, obesidade, DM gestacional, idade, presença de hipertensão arterial (HTA) e hipercolesterolemia (Gamba, Gotlieb, Bergamaschi and Vianna, 2003; Barreto, Kislaya, Gaio et al, 2017). Estas patologias representam uma das causas de morte mais comuns na população diabética (50-80%) que, por sua vez, apresenta uma maior probabilidade de desenvolver um evento deste tipo, conduzindo ainda ao aparecimento de complicações micro e macro vasculares com especial destaque para a retinopatia, a nefropatia e a neuropatia (Lucena, 2007; Mclellan, Barbalho, Cattalini and Lerario, 2007; Viana and Rodriguez, 2010).

Tendo em consideração a sua tendência crescente e consequências, torna-se essencial que sejam adotadas medidas preventivas, tais como a modificação do estilo de vida, a prática de uma alimentação equilibrada, controlo do peso, prática regular de exercício físico, entre outras (Viana and Rodriguez, 2010). Assim constitui-se objetivo deste trabalho determinar a prevalência de diabetes na população adulta do Concelho de Paredes.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

2.1. DESENHO DO ESTUDO

Estudo transversal e observacional, com colheita de dados prospetiva, tendo a amostra sido recolhida aleatoriamente em várias ruas do concelho de Paredes entre março e abril de 2016 com a avaliação da pressão arterial (PA), avaliação dos níveis de glicose no sangue, aplicação de um questionário e obtenção do consentimento informado livre, que no caso dos indivíduos analfabetos foi obtido verbalmente.

EGITANIA SCIENCIA | N 29 | 2021 | ISSN 1646-8848

2.2. AMOSTRA

A amostra deste estudo foi calculada com base na população residente no concelho de Paredes, utilizando-se para isso os resultados dos CENSOS de 2011, publicados no site do Instituto Nacional de Estatística (INE) (Censos de 2011, 2011) que indica que viviam neste concelho 86854 habitantes, assim e para um erro amostral de 3% e um nível de confiança de 95% calculou-se uma amostra mínima de 1054 indivíduos.

De forma a conseguir uma amostra aleatória recorreu-se ao tipo de amostragem probabilística aleatória por clusters, que foi obtida a partir do contacto com todos os moradores das ruas que foram selecionadas aleatoriamente através de um programa informático do concelho estudado, sendo que todas as participações no estudo foram voluntárias e consentidas. Para proceder à recolha dos dados, foram considerados como critérios de inclusão indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, de ambos os sexos e residentes no concelho de Paredes.

A amostra é constituída por 1054 indivíduos de um total de 86854 sendo 60,82% do sexo feminino e os restantes 39,18% do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 90 anos, uma idade média de 46,10 anos e desvio padrão de 16,39 anos.

As idades foram agrupadas em intervalos de 10 anos e tal como se pode verificar através do gráfico 1, o grupo etário mais prevalente é o dos 40-49 anos, com uma percentagem de 24,22%.

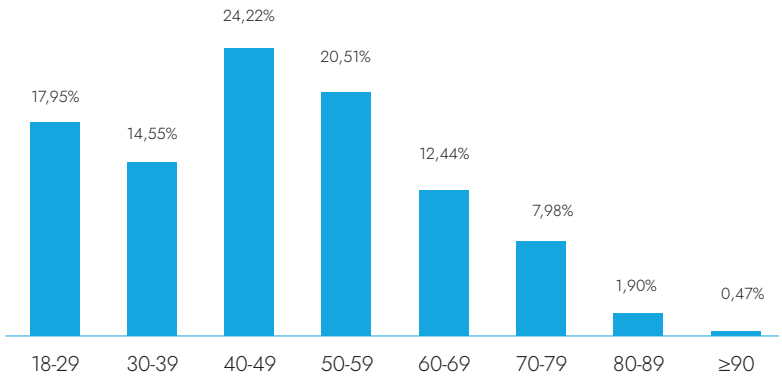


GRÁFICO 1. DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR GRUPOS ETÁRIOS

2.3. PROTOCOLO DE ESTUDO

Foi aplicado um questionário a todos os indivíduos com o objetivo de obter informações para o estudo de variáveis de caraterísticas demográficas, sociais, sexo e idade; através da aplicação do questionário foram ainda estudados os hábitos tabágicos, alcoólicos, alimentares, a presença de história familiar de doença cardíaca, antecedentes pessoais de doença cardíaca, diabetes, HTA e a atividade física (tendo sido englobados todos os tipos de desporto e tendo em conta a sua duração)

Foram também obtidas variáveis antropométricas, como a altura (m) e o peso (kg) e calculado o índice de massa corporal (IMC) em kg/m^2. Para determinar o IMC, foi utilizada uma balança manual da Philips® para se obter o peso de cada indivíduo (foi considerado o peso incluindo a roupa vestida, com exceção de casacos) enquanto que, a altura foi confirmada pelo cartão de cidadão. Para o IMC foi considerada a classificação da OMS, sendo os indivíduos agrupados nas seguintes classes: baixo peso se <18,5kg/m^2, peso normal se 18,5 – 24,9kg/m^2, excesso de peso se 25 – 29,9kg/m^2 e obesidade quando> 30 kg/m^2 (12).

Relativamente à HTA, esta foi dividida em vários subtipos:

HTA em inquérito (HTA I) que compreende as respostas dadas pelos inquiridos quando questionados se eram hipertensos; HTA medida (HTA M) avaliação efetuada a cada indivíduo no momento da recolha da amostra; HTA medicada (todos os indivíduos que se encontravam a fazer medicação anti-hipertensiva); HTA controlada (todos os que estavam sob terapêutica e apresentavam valores de PA dentro da normalidade) e HTA geral (HTA G), que compreende todos os indivíduos que apresentam valores de PAS (Pressão arterial sistólica) ou PAD (Pressão arterial diastólica) superiores ao que é considerado normal e tinham diagnóstico de HTA. Em relação à classificação dos valores da PA, os indivíduos foram agrupados com base nas *Guidelines for the management of arterial hypertension* of 2013, considerando-se uma PA normal quando os valores de PAS estiverem entre 120-129 mmHg e PAD entre 80-84 mmHg; a PA aumentada foi considerada quando os indivíduos apresentavam valores de PAS superiores a 140 mmHg e PAD superiores a 90mmHg (Mancia, Fagard, Narkiewicz, Redón, Zanchetti and Bohm, 2013).

Após estabelecer um breve contacto inicial onde foi explicado de forma sucinta e clara em que consistia o estudo e a forma como os indivíduos poderiam participar, cada Pessoa foi questionada acerca da sua anuência em colaborar. Foi aplicado um questionário a todos os indivíduos que concordaram em fazer parte do estudo e assinaram o consentimento informado. Avaliou-se a PA, segundo o método auscultatório, com o recurso a um esfigmomanómetro manual da marca MDF *Instruments*®. A avaliação foi efetuada com os participantes sentados, pernas em ângulo reto e pés assentes no chão, sendo que o braço a ser utilizado estava ao nível do coração e com a palma da mão voltada para cima, após cinco minutos de repouso. De seguida foi colocada a braçadeira a cerca de 2-3 cm da fossa cubital, centralizado com base na artéria braquial. A braçadeira era então insuflada, até se atingir um nível superior ao estimado da PAS para posteriormente ser lentamente desinsuflada, sendo assim determinadas a PAS e PAD, que correspondem ao 1° e último som de *Korotkoff*, respetivamente. A fim de tornar o mais fiável possível foram efetuadas 3 medições da PA e posteriormente foi calculado o seu valor médio, tendo sido esse mesmo valor que foi analisado neste estudo.

Em relação à DM esta foi definida como: DM medicada (todos os indivíduos que se encontravam a fazer terapêutica); DM controlada (todos os inquiridos que sob terapêutica apresentavam valores de glicémia dentro da normalidade) e DM não controlada (todos os indivíduos que apesar de se encontrarem medicados apresentavam valores de glicémia superiores ao normal). De acordo com o relatório anual do observatório da diabetes, no que diz respeito à classificação dos valores para a glicémia, os indivíduos foram agrupados como sendo diabéticos se: em jejum apresentam valores de glicose superior ou igual a 126 mg/dl (nenhum sujeito da amostra estudada) ou se após as refeições apresentavam níveis de glicose iguais ou superiores a 200 mg/dl (7). Por fim, foram medidos os níveis de glicose com recurso a um glicosímetro da marca *Onetouch Select. Plus*®. Foi-lhes infligida uma pequena picada num dos dedos para depois recolher a amostra necessário encontrando-a à tira de teste até se preencher o seu depósito e assim obter o valor de glicose no sangue.

2.4. ANÁLISE ESTATÍSTICA

Os dados relativos à amostra foram inseridos, analisados e tratados com o recurso ao software de análise estatística IBM SPSS Statistics® (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 24.

Para se proceder à caracterização da amostra e distribuição das variáveis, calculou-se nas variáveis qualitativas a frequência absoluta (n) e a relativa (%) enquanto que para as variáveis quantitativas foram calculados os valores mínimos e máximos, o desvio padrão e a média.

O teste não paramétrico de qui-quadrado foi utilizado para avaliar a associação entre variáveis nominais e o teste paramétrico de *t-student* para verificar as diferenças entre 2 grupos de amostras independentes.

De modo a avaliar o valor preditivo dos fatores de risco ajustados na probabilidade de apresentar DM ou HTA, foram ajustados modelos de regressão logística com método *enter*, excluindo as variáveis preditoras com *p-value* > 0,05. Os procedimentos e pressupostos dos modelos obtidos foram feitos de acordo com o descrito em Maroco (2010) (Maroco, 2010).

Como critério de significância estabeleceu-se um $p \leq 0,05$ e um intervalo de confiança de 95% para todos os testes executados.

2.5. ÉTICA

Antes da recolha dos dados o projeto foi submetido à avaliação da Comissão de Ética da Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias, tendo obtido parecer positivo.

Os dados do presente estudo foram tratados com a máxima confidencialidade tendo estes apenas sido utilizados para fins académicos, científicos e estatísticos assim como para a sensibilização da população para a patologia estudada, orientando, caso existisse necessidade, os indivíduos para os cuidados de saúde competentes. Apesar do anonimato do processo, os investigadores deram informação aos sujeitos, aconselhando a procura do médico de família sempre que justificado.

A equipa de investigadores declara não existirem conflitos e ter cumprido todos os princípios da declaração de Helsínquia.

3.RESULTADOS

PERFIL ANTROPOMÉTRICO

Na análise do perfil antropométrico verifica-se que o valor de IMC máximo é de 41,23 Kg/m^2 e o mínimo de 16,21 Kg/m^2, obtendo-se assim um valor médio de 25,56 Kg/m^2.

No que diz respeito à distribuição dos indivíduos em classes de IMC, representada no gráfico 2, verifica-se que 43,73% dos indivíduos se encontravam com excesso de peso e 11,29% com obesidade, podendo-se constatar que a maioria dos indivíduos da amostra tinha peso acima do valor considerado normal para a sua estatura, o que nos indica que mais de metade da população deste concelho tem excesso de peso ou obesidade.

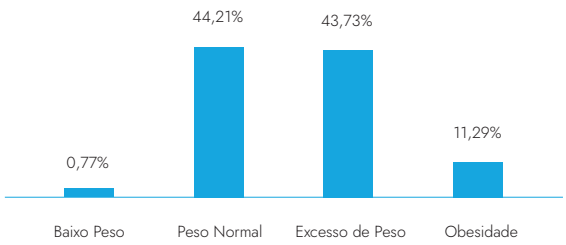
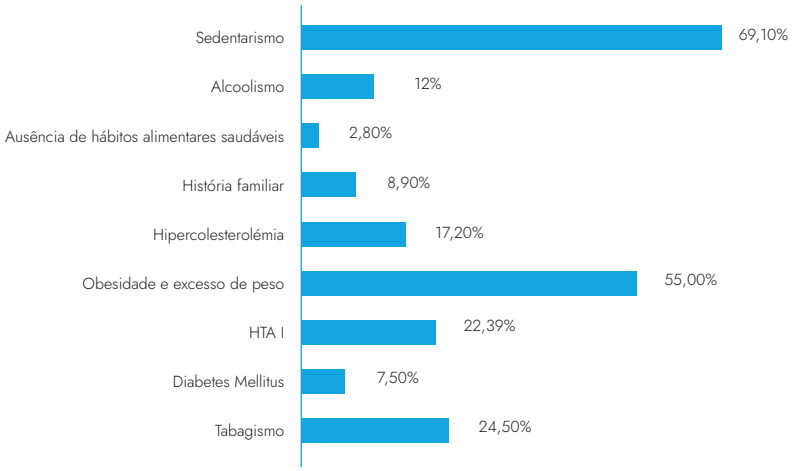


GRÁFICO 2. DISTRIBUIÇÃO DOS INDIVÍDUOS POR CLASSE DE ÍNDICE DE MASSA CORPORAL

FATORES DE RISCO

Através da aplicação do questionário aos indivíduos foi possível perceber quais os fatores de risco mais comuns na população estudada. Deste modo, verificou-se que os fatores de risco predominantes são o sedentarismo (69,1%), o IMC>25Kg/m^2 (55%) e a presença de hábitos tabágicos (22,5%). Apurou-se ainda que, do total de inquiridos, 22,39% apresentavam HTA I e 17,2% hipercolesterolémia. Para além destes fatores de risco constatamos ainda que 12% referenciavam ter hábitos alcoólicos às refeições, 8,9% afirmaram ter história familiar de doenças cardíacas e 2,8% confirmaram não terem hábitos alimentares saudáveis. Constatou-se que 7,5% dos inquiridos apresentava DM constituindo deste modo o oitavo fator de risco mais frequente, conforme podemos visualizar no gráfico 3.



LEGENDA. HTA I: HIPERTENSÃO ARTERIAL EM INQUÉRITO

GRÁFICO 3. FATORES DE RISCO PRESENTES NA POPULAÇÃO

De modo a ajustar os fatores de risco estudados, foi efetuada uma regressão logística multivariada para que se pudesse avaliar o poder preditivo dos fatores de risco ajustados sobre o desenvolvimento da DM. De acordo com este modelo, constatámos que as variáveis idade e hipercolesterolemia mostraram uma relação com o desenvolvimento da Diabetes *Mellitus* (tabela 1). Segundo este modelo, por cada ano de idade que passe, aumenta em 1,057 vezes a probabilidade de desenvolver DM e a hipercolesterolémia aumenta o risco de apresentar a doença em 2,656 vezes.

TABELA 1. RELAÇÃO ENTRE A DIABETES MELLITUS E OS DIFERENTES FATORES DE RISCO, ANÁLISE MULTIVARIADA

Fatores de risco	Significância	*Odds* ratio	Intervalo de confiança a 95% do *odds* ratio	
			Limite mínimo	Limite máximo
Idade	<0,001	1,057	1,038	1,077
Hipercolesterolémia	<0,001	2,656	1,565	4,506

DIABETES NO CONCELHO DE PAREDES

PERCENTAGEM DE INDIVÍDUOS QUE AFIRMARAM SER DIABÉTICOS EM INQUÉRITO

Do total das respostas dadas pelos inquiridos no questionário, verifica-se que a prevalência de DM no concelho de Paredes é de 7,50%, tal como se pode observar através do gráfico 4. Este número traduz que em cada 100 habitantes, 7 têm Diabetes *Mellitus*.

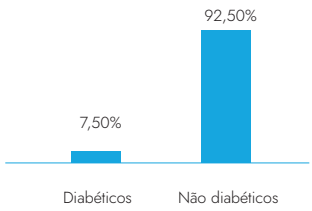


GRÁFICO 4. DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA PELOS GRUPOS DIABÉTICO E NÃO DIABÉTICO

Para perceber como se distribuía a DM pelo sexo e pela idade, realizámos a análise que se pode observar no gráfico 5. Assim, concluímos que é no sexo feminino que existe uma maior prevalência desta patologia em todos os intervalos etários à exceção do intervalo 40-49 anos, onde se verifica um predomínio do sexo masculino.

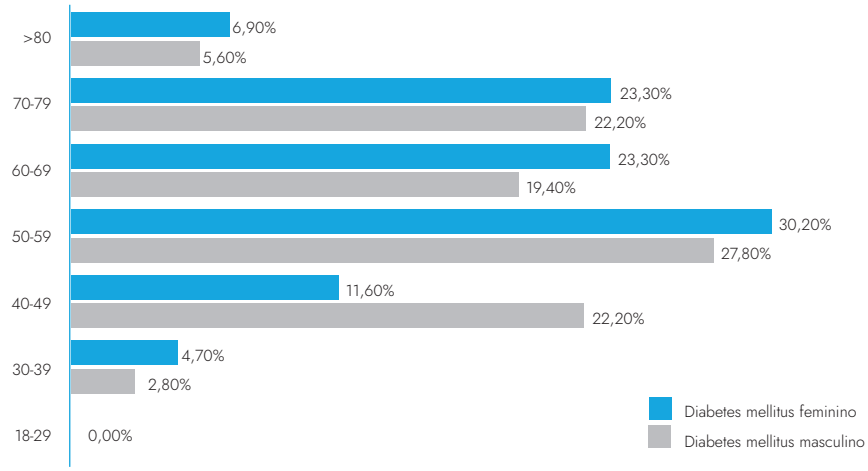


GRÁFICO 5. DISTRIBUIÇÃO DA DIABETES MELLITUS POR SEXO E CLASSE ETÁRIA

NÍVEL DE GLICÉMIA MEDIDO NA POPULAÇÃO

Para aferir qual a percentagem de indivíduos com nível de glicémia superior ao que é considerado normal efetuou-se a medição dos seus níveis de glicémia no sangue com recurso a um glicosímetro, atendendo a que nenhum indivíduo estava em jejum, considerou-se o mesmo valor de limite da normalidade para todos (≥200 mg/dl). Com esta análise constatou-se que 1,70% dos indivíduos apresentavam níveis de glicémia acima do normal tal como podemos verificar no gráfico 6.

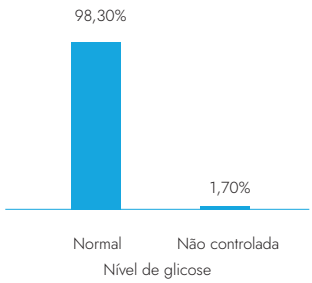


GRÁFICO 6. DISTRIBUIÇÃO DO NÍVEL DE GLICÉMIA AVALIADO PELA AMOSTRA ESTUDADA

De modo a averiguar qual a percentagem de indivíduos que afirmaram no questionário que eram diabéticos e que apresentavam níveis de glicémia não controlados realizou-se a análise constante do gráfico 7. Percebe-se que dos 1,70% que apresentavam nível de glicose não controlados, 0,80% tinham diagnóstico de Diabetes Mellitus enquanto 0,90% não eram diabéticos conhecidos, o que nos leva a concluir que quase 1 em cada 100 indivíduos não tinha diagnóstico de DM, o que poderá ser indicativo de eventuais casos desconhecidos. Devemos, contudo, ter em consideração que estes valores podem estar influenciados pelo momento e tipo da última refeição, sendo estes indivíduos aconselhados e procurarem apoio clínico para diagnóstico.

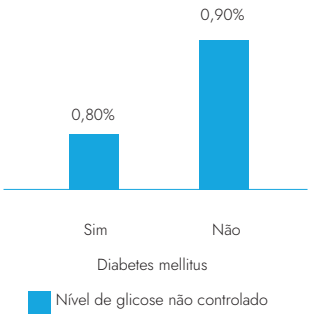


GRÁFICO 7. DISTRIBUIÇÃO DO NÍVEL DE GLICÉMIA NÃO CONTROLADO NO GRUPO DOS DIABÉTICOS

RELAÇÃO ENTRE OS DIVERSOS FATORES DE RISCO E O DESENVOLVIMENTO DE DIABETES MELLITUS

No cruzamento das variáveis dos fatores de risco estudados com a DM constatámos que existe uma relação estatística significativa entre o IMC, a idade e a HTA I e uma relação marginalmente significativa entre o sedentarismo e o desenvolvimento da diabetes tal como se pode analisar pela tabela 2.

TABELA 2. RELAÇÃO ENTRE OS FATORES DE RISCO E A DIABETES MELLITUS

		PRESENÇA DE DM		P *VALUE*
		SIM	NÃO	
História familiar de diabetes (n=1054)	Sim	0,38% (n=4)	8,54% (n=90)	p= 0,21
	Não	7,12% (n=75)	83,97% (n=885)	
Sexo (n=1054)	Masculino	3,42% (n=36)	35,77% (n=377)	p=0,23
	Feminino	4,08% (n=43)	56,74% (n=641)	
Sedentarismo (n=1054)	Sim	5,88% (n=62)	63,19% (n=309)	p=0,06
	Não	1,61% (n=17)	29,32% (N666)	
IMC (n=1045)	μ IMC diabéticos	26,99 ± 3,59 Kg/m2 (n=79)		p<0,001
	μ IMC não diabéticos	25,44 ± 3,61 Kg/m2 (n=966)		
Idade (n=1054)	μ idade diabéticos	59,70 ± 12,26 anos (n=79)		p<0,001
	μ idade não diabéticos	44,99 ± 16,195 anos (n=975)		
HTA I (n=1054)	Sim	2,47% (n=26)	19,92% (n=210)	p=0,02
	Não	5,03% (n=53)	72,58% (n=765)	

LEGENDA. DM: DIABETES MELLITUS; IMC: ÍNDICE MASSA CORPORAL; HTA I: HIPERTENSÃO ARTERIAL EM INQUÉRITO; μ: MÉDIA

4. DISCUSSÃO

O presente estudo tem algum grau de inovação, no sentido de que não se limita apenas a avaliar os níveis de glicémia, mas vai mais longe, tentando perceber um pouco mais o estilo de vida do indivíduo e as implicações que o mesmo tem de forma mais holística, obtendo uma série de dados que em comparação permitem perceber algumas interações.

A diabetes é uma patologia complexa que afeta quer a qualidade quer o estilo de vida das pessoas que padecem desta patologia, podendo inclusive originar uma diminuição da esperança média de vida (LYRA, OLIVEIRA, Lins and Cavalcanti, 2006; Pasqual OTTO, ALBERTON and Frigeri, 2012). Esta síndrome metabólica é caraterizada pela presença de hiperglicemia originada por problemas no mecanismo de produção e/ou ação da insulina nos tecidos (Pasqualotto, Alberton and Frigeri, 2012). Deste modo, a DM, é considerada uma doença multifatorial sendo o envelhecimento populacional e as alterações no estilo de vida considerados fatores de destaque e responsáveis pelo aumento da sua prevalência nos últimos anos (SARTORELLI, FRANCO and Cardoso, 2006).

Segundo o estudo de Uva *et al*, verificou-se um aumento na taxa anual de incidência de diabetes entre 1992-2012, ou seja, um aumento de 261,7/10^5 habitantes em 1992-1994 para 647,9/10^5 habitantes em 2010-2012 (Uva, Antunes, Nunes, Rodrigues and Dias, 2013). Segundo dados da associação europeia de fabricantes de meios de diagnóstico, em 2003 a diabetes afetava cerca de 27 milhões de pessoas nos 27 estados membros da União Europeia (o que era equivalente a mais de 7,60% da população), projeções recentes indicavam ainda que cerca de 31,5 milhões de cidadãos (próximo de 8,90% da população) iriam ser afetados pela diabetes na União Europeia em 2025 (Associação europeia de fabricantes de meios de diagnóstico, 2007). Dados mais recentes a nível nacional, indicavam que segundo o relatório anual do observatório nacional da diabetes em 2016 a prevalência da doença na população com idades compreendidas entre os 20 e os 79 anos foi de 13,30% (Anual do Observatório Nacional da Diabetes, 2016). Este facto é suportado pelo estudo, tendo em conta que, com os resultados obtidos aferiu-se, mediante realização de inquérito, uma prevalência de DM na população adulta de 7,50%, acrescendo a estes 0,9% de indivíduos com níveis de glicémia aumentados, que não tinham qualquer diagnóstico de DM, podendo ser interpretados como casos desconhecidos.

Relativamente à distribuição da DM obtida no concelho de Paredes por sexo, observou-se que a patologia foi mais comum em indivíduos do sexo feminino (4,08%) em relação ao masculino (3,42%). Pela aplicação do teste qui-quadrado observou-se não existir qualquer relação estatística entre o sexo e a presença de DM (p=0,23), o que vai ao encontro com os resultados do estudo de Goldenberg *et al* que também não apresentou grandes diferenças estatísticas entre o sexo feminino (9,40%) e o masculino (8,70%) (GOLDENBERG, SCHENKMAN and Franco, 2003). No entanto o mesmo não se verificou no estudo de Dias et al em que a DM foi mais comum no sexo masculino (14,40%) face ao feminino (11,90%) (Dias, Martins, Belo and Fiuza, 2010). no estudo Prevadiab onde se constatou uma maior percentagem de diabéticos nos homens - 11,70% em relação às mulheres - 9,50% (Correia et al, 2010).

A presença de DM foi ainda relacionada com a idade o que permitiu perceber que é nos intervalos 50-59, 60-69 e 70-79 anos em que há uma maior prevalência desta patologia. Desta forma e de modo a estudar a relação existente entre a idade e a DM foi realizado o teste t-student com o qual se apurou que os indivíduos diabéticos (μ de 59,70 anos) apresentavam uma média de idades superior à dos não diabéticos (μ de 44,99 anos),

verificando-se assim que estas diferenças representavam uma alta significância estatística (p<0,001). Estes resultados vão ao encontro dos resultados obtidos no estudo de Dias *et al* em que se concluiu que a prevalência da DM aumentou progressivamente com a idade, existindo uma maior prevalência nos seguintes grupos etários: 50-59; 60-69; 70-79 e >80 anos (Dias, Martins, Belo and Fiuza, 2010), tendo-se verificado o mesmo no Prevadiab onde se comprovou que a DM e a idade estão intimamente relacionadas, visto que, à medida que a idade aumenta também a prevalência da DM aumenta (Correia et al, 2010).

O envelhecimento da população é considerado um fenómeno universal e tal facto está relacionado com o tempo de exposição aos fatores de risco que, por sua vez, podem conduzir ao desenvolvimento de diversas patologias. Deste modo, indivíduos idosos desenvolvem mais facilmente doenças cardiovasculares quer devido a fatores genéticos, ambientais ou alterações no estilo de vida. Com o avançar da idade verifica-se um aumento do sedentarismo, por vezes associado a dificuldades na locomoção; aumento da gordura abdominal; diminuição da elasticidade arterial; secreção alterada de insulina ou mesmo resistência insulínica (Tavares, Drumond and Pereira, 2008; Gomes, 2011).

De acordo com Mello et al, o sedentarismo é responsável por degradar a qualidade de vida ao comprometer a composição corporal e a aptidão física dos indivíduos, constituindo assim um preditor de mortalidade (Mello, Belo, Pontes, Pagotto, Nakatani and Martins, 2016). Deste modo, com bases nestes resultados, percebe-se que a prática de atividade física é benéfica, na medida em que, a sua prática regular provoca o aumento da captação de glicose, aumentando assim a sensibilidade insulínica, daí que exista algum grau de associação entre estas variáveis (Lyra, Oliveira, Lins and Cavalcanti, 2006). Ao estudar os fatores de risco verificou-se que no caso do sedentarismo, grande parte dos indivíduos que participaram neste estudo admitiram não praticar exercício físico com regularidade. Para testar a associação entre o sedentarismo e a DM foi usado o teste de qui-quadrado tendo-se constatado que apenas existe algum grau de associação entre as variáveis (p=0,06). Também Ortiz et al obteve no seu estudo resultados semelhantes aos encontrados neste estudo, pois 69,70% dos indivíduos estudados não praticavam atividade física regular (Ortiz and Zanetti, 2001).

Através da distribuição em classes de IMC percebeu-se que grande parte da população se encontrava com excesso de peso (43,73%) ou obesidade (11,29%). Estes dados estão relacionados com os resultados obtidos em vários estudos e que expressam o elevado número de indivíduos com peso superior ao desejado, tal como verificou Ortiz et al (25), em que 43,4% dos indivíduos apresentavam excesso de peso e 8,1% eram obesos, no estudo de Dias et al, (Dias, Martins, Belo and Fiuza, 2010) em que entre os diabéticos, 39,5% apresentavam excesso de peso e 45,10% eram obesos e no estudo de Mazzini et al que concluiu que 65,70% da população apresentava valores de IMC superiores ao normal (Mazzini et al., 2013). Para estudar a relação existente entre o IMC e o desenvolvimento de DM foi utilizado o teste de t-student permitindo perceber que os diabéticos apresentavam valores de IMC médio de 26,99 kg/m^2 e os não diabéticos de 25,44 kg/m2 constituindo estas diferenças uma alta significância estatística (p<0,001). Com base nos resultados relativos ao IMC podemos constatar que quer o excesso de peso quer a obesidade aumentam significativamente o risco de desenvolver diabetes, podendo esse risco aumentar até 3 vezes mais (Silveira, 2003).

Ainda em relação aos fatores de risco estudados, outro dado importante foi o facto de a HTA I estar presente em 22,39% do total da amostra. Foi ainda possível perceber-se que 2,47% dos indivíduos hipertensos têm DM e através do teste de qui-quadrado comprovou-se que esta relação era estatisticamente significativa (p=0,02). Os resultados diferem um pouco dos obtidos por outros autores, nomeadamente Mengeshe (Mengesha, 2007) que verificou que 63,10% dos diabéticos tinham HTA e Dias et al

(Dias Martins, Belo and Fiuza, 2010) que constatou que 78,3% dos hipertensos eram diabéticos. O facto de os resultados obtidos nestes estudos serem bastante superiores aos nossos, podem ser explicados pela existência de taxas de HTA superiores à obtida no nosso estudo.

De todos os fatores de risco estudados constataram-se que os mais comuns nesta população, foram o sedentarismo (69,10%), o IMC (55%), o tabagismo (24,50%) e a HTA I (22,39%). Todos estes fatores de risco são passíveis de serem modificáveis e devem rapidamente ser alvo de intervenção, uma vez que, estão associados a um aumento do risco de desenvolver DM (Lyra, Oliveira, Lins and Cavalcanti, 2006).

A nicotina, princípio ativo, do tabaco pode estar associada à resistência insulínica, uma vez que, se pode ligar aos recetores nicotínicos das células pancreáticas (Netto, 2014). Segundo o relatório *The Health Consequences of Smoking—50 Years of Progress*, o tabagismo além de ser maléfico para os indivíduos diabéticos é também um dos fatores que pode levar ao desenvolvimento da diabetes, podendo aumentar o risco de desenvolver esta patologia em cerca de 30-40% (U.S Department of health and human services. (2014). Este fator de risco apresenta-se neste estudo como o terceiro mais comum.

É habitual, em indivíduos diabéticos, observar-se alguma variabilidade da PA, sendo isso considerado grave pois aumenta o risco de desenvolver eventos cardiovasculares (Jaramillo, Sánchez, Diaz, Cobos, Bryce E Carrillo, 2014; Pinho, Aguiar, Oliveira, Barreto E Ferreira, 2015). Este facto pode-se dever à estimulação da hiperinsulina sobre o sistema nervoso simpático, crescimento do músculo liso ou devido à relação entre a resistência à insulina e o stress oxidativo (Pinho, Aguiar, Oliveira, Barreto E Ferreira, 2015). De acordo com Nilsson e Cederholm, a HTA é até três vezes mais frequente em pacientes com DM tipo 2 do que em indivíduos não diabéticos (Nilssom E Cederholm,2010)

A HTA G foi definida como um termo que integra todos os indivíduos que apresentam valores de PAS ou de PAD superiores aos considerados valores de normalidade definidos pelas *Guidelines for the management of arterial hypertension of* 2013 e os indivíduos que em inquérito afirmaram ser hipertensos. Assim com base nos resultados do nosso estudo pode-se entender que 29,22% da população inquirida apresentava valores de PAS e/ou PAD aumentados.

Os valores médios de PAS e PAD encontrados no nosso estudo foram respetivamente, 121,42 e 77,65 mmHg, verificando-se a existência de alguma discrepância quando comparados com outros estudos, nomeadamente no que diz respeito aos valores médios de PAS no estudo PAP (Macedo, Lima, Silva, Alcantara, Ramalhinho e Carmona, 2007) onde se obteve um valor de 134,70 mmHg, no estudo de Batista et al (Batista, Coelho e Pereira, 2014) o valor da PAS foi mais similar ao encontrado no presente estudo (123,99 mmHg). Já em relação aos valores da PAD obtiveram-se valores similares aos deste trabalho no estudo de Gomes et al (Gomes, Coelho e Pereira, 2012) (77,70 mmHg) e no de Batista et al (Batista, Coelho e Pereira, 2014) (75,09 mmHg).

Todos os indivíduos que admitiram ser hipertensos afirmaram que se encontravam medicados com anti-hipertensores (22,39%), esta percentagem foi inferior à obtida no estudo de Batista *et al* (Batista, Coelho e Pereira, 2014) (35,10%) e de Dias et al (Dias, Martins, Belo e Fiuza, 2010) em que 78,40% se encontravam medicados. Estas diferenças encontradas podem ser explicadas pela existência de maiores taxas de HTA nestes estudos e da localização geográfica da população estudada. Relativamente ao nosso estudo, os indivíduos que foram incluídos na HTA medicada, 16,49% apresentavam valores de HTA controlada, isto é, valores de PA dentro da normalidade e 5,90% apesar de medicados apresentavam valores de PA superiores ao normal. No

estudo de Simões et al, obteve-se uma percentagem de 23,90% de indivíduos com HTA controlada e 11,20% não controlada (Batista, Coelho e Pereira, 2014) enquanto no estudo de Dias et al apesar de existir uma elevada prevalência de indivíduos medicados, apenas 9,30% destes se encontravam controlados (Dias, Martins, Belo e Fiuza, 2010).

A terapêutica farmacológica para a DM apresenta como principal objetivo manter os níveis de glicose plasmática estáveis e adiar ou prevenir o aparecimento de complicações associadas à doença. Resultado da tendência crescente desta patologia tem-se registado, nos últimos anos, um aumento bastante acentuado do consumo de medicamentos para tratar a patologia (Sá et al., 2015).

Relacionando a DM com a terapêutica neste estudo, sabe-se que 7,40% dos indivíduos se encontravam medicados, sendo que destes 6,60% apresentavam valores de DM controlados e os restantes 0,80% apesar da terapêutica implementada ainda apresentavam valores de glicémia alterados. Os nossos resultados diferem bastante dos obtidos por Dias et al (Dias, Martins, Belo and Fiuza,2010) (90,20% dos indivíduos se encontravam medicados, 51,70 apresentavam DM controlada e o restantes 48,3% não controlada) e Braz et al (Braz, Palma, Pinto, Santos and Ferreira, 2008) (92,60% medicados, apenas 18% controlados e 82% não controlados). O facto dos resultados obtidos por estes autores serem bastante discrepantes dos obtidos com o nosso estudo poderá estar relacionado com a existência de uma maior prevalência de diabéticos envolvidos no estudo e daí que, as taxas de medicação implementadas sejam também superiores, com a região em que os estudos foram realizados, com o conhecimento da patologia por parte dos indivíduos que integraram os respetivos estudos ou mesmo devido ao intervalo de tempo decorrido entre estes estudos e o momento em que realizámos a recolha da amostra do concelho de paredes.

Para além dos fatores anteriormente abordados, constata-se que 8,90% dos inquiridos que participaram no estudo apresentavam história familiar de doenças cardíacas, sendo que, através da aplicação do teste de qui-quadrado constata-se que a história familiar e a diabetes não apresentavam qualquer relação estatística (p=0,21). No entanto, no estudo de Marinho et al (Marinho, Vasconcelos, Alencar, Almeida and Damasceno, 2013) foi possível aferir que 47% dos indivíduos apresentavam história familiar de DM e no estudo de Falcão *et al* (Falcão *et al.*, 2008) constatou-se que 14,7% dos indivíduos tinha tido acidente vascular cerebral; 8,50% enfarte agudo do miocárdio, 4,10% angioplastia ou bypass coronário e 0,50% bypass arterial coronário. Já o estudo de Dias et al obteve resultados mais similares aos nossos, uma vez que, na população geral seguida nos cuidados de saúde primários em Portugal se verificou uma prevalência de 5,10% de doenças coronárias (Dias, Martins, Belo and Fiuza, 2010).

Tendo em conta as elevadas percentagens de fatores de risco presentes na população estudada é fundamental que se estabeleçam medidas de controlo dos fatores de risco para que se possam implementar medidas de prevenção adequadas. De modo a promover a redução das taxas de diabetes no concelho em estudo deveriam existir iniciativas de educação para a saúde de forma a motivar e a controlar a população em risco.

5. CONCLUSÃO

Conclui-se que existe uma prevalência de 8,4% de diabéticos no concelho de Paredes e que existe uma relação estaticamente significativa com o IMC, a HTA e a idade.

Os fatores de risco mais prevalentes foram o sedentarismo, A obesidade e excesso de peso, o tabagismo, HTA I e a hipercolesterolemia.

Constatou-se que a idade e a hipercolesterolemia mostraram uma relação com o desenvolvimento da Diabetes *Mellitus*.

Sugere-se o incentivo para que as autoridades de saúde públicas introduzam e adotem medidas terapêuticas como forma de combater esta doença bem como a repercussão no desenvolvimento de doenças Cerebrocardiovasculares.

O facto de a informação do nosso estudo ter sido recolhida através de inquérito pode apresentar-se como uma limitação podendo expor alguma imprecisão em certas respostas. Assim, admite-se que possa existir algum viés de informação, no entanto, partiu-se do pressuposto que responderam com máxima veracidade a cada uma das questões e por isso assumiram-se as respostas como verdadeiras, uma vez que é uma metodologia cientificamente válida.

REFERÊNCIAS

Anual do Observatório Nacional da Diabetes. (2016). Sociedade Portuguesa de Diabetologia. Diabetes:Factos e números. p. 8-59.

Associação europeia de fabricantes de meios de diagnóstico: Factos e números sobre a diabetes. (2007). p. 4.

Barreto, M; Kislaya, I; Gaio, V et al (2017). Prevalência, conhecimento e controlo da diabetes em Portugal: resultados do Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico (INSEF 2015). Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge. Especial 9. p 34-38

Batista, M; Coelho, P; Pereira, A. (2014). Prevalência de hipertensão arterial na população adulta do concelho do Fundão. Revista Portuguesa de Hipertensão e risco cardiovascular.vol 41. p. 12-13.

Braz, C; Palma, D; Pinto, R; Santos, H; Ferreira, P. (2008). Identificação de fatores de risco cardiovascular na população diabética de um posto de colheitas de um laboratório de análises clínicas. Revsta Lusófona de Ciências e Tecnologias da Saúde. vol 5. p. 211.

Censos de 2011. (2011) [cited 28/02/2016]; Available from: https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/widgetCensosGet.jsp.

Correia, G; Boavida, M; Raposo, F; Mesquita, C; Fona, C; Carvalho, R et al. (2010) First Diabetes prevalence study in Portugal: Prevadiab study. [01/04/2017]; Available from: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20653744.

Dias, N; Martins, S.; Belo, A.; Fiuza, M (2010). Prevalencia, tratamento e controlo da diabetes mellitus e dos factores de risco associados nos cuidados de saúde primários em portugal. Revista portuguesa de cardiologia. Vol29.P.516-527

Dias, N; Martins, S; Belo, A; Fiuza, M. (2010). Prevalência, tratamento e controlo da diabetes mellitus e dos fatores de risco associados nos cuidados de saúde primários em Portugal. Revista portuguesa de cardiologia. vol 29. p. 516-527.

Falcão, I; Pinto, C; Santos, J; Fernandes, M; Ramalho, L; Paixão, E et al. (2008). Revista portuguesa de clínica geral. Estudo prevalência de diabetes e das suas complicações numa coorte de diabéticos portugueses: um estudo na rede "Médicos-Sentinela". vol 24. p. 688.

Fernandes, C; Júnior, N; Tasca, R; Pelloso, S; Cuman, R. (2005) A importância da associação de dieta e de atividade física na prevenção e controle da Diabetes Mellitus tipo 2 p. 195-205.

Gamba, M; Gotlieb, S; Bergamaschi, D; Vianna,L. (2003). Amputações de extremidades inferiores por Diabetes Mellitus: Estudo caso-controle. Revista de Saúde Pública. vol. 38. p. 399-404.

Goldenberg, P; Schenkman, S; Franco, L. (2003) Arquivo brasileiro de epidemiologia. Prevalência de diabetes mellitus: diferenças de sexo e igualdade entre os sexos. vol 6. p. 22.

Gomes, A; Coelho, P; Pereira, A. (2012). Prevalência de hipertensão arterial na população adulta do concelho da Covilhã. Sociedade portuguesa de hipertensão. vol 32. p. 6-16.

Gomes, S. A. (2011) Diabetes Mellitus como determinante em saúde e envelhecimento: o conhecimento do diabético e a presença de complicações da doença- Dissertação de mestrado em Saúde e Envelhecimento. p. 11.

International Diabetes Federation Atlas Seventh Edition 2015. [cited 18/10/2015]; [Available from: http://www.idf.org/diabetesatlas/.

Jaramillo, P; Sánchez, R; Diaz, M; Cobos, L; Bryce, A; Carrillo, J et al. (2014). Consenso latino-americano de hipertensão em pacientes com diabetes mellitus tipo 2 e síndrome metabólica. p. 212.

Lucena, J. (2007). Diabetes Mellitus Tipo 1 e Tipo 2. Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas. p. 11.

Lyra, R; Oliveira, M; Lins, D; Cavalcanti, N. (2006) Arquivo Brasileiro de Endrocrinologia Metabólica: Prevenção do Diabetes Mellitus tipo 2. vol 50. p. 1.

Macedo, M; Lima, M; Silva, A; Alcantara, P; Ramalhinho, V; Carmona, J. (2007). Prevalência, conhecimento, tratamento e controlo da hipertensão em Portugal: Estudo PAP. Revista portuguesa de cardiologia. vol 26. p. 21-39.

Mancia, G; Fagard, R; Narkiewicz, K; Redón, J; Zanchetti, A; Bohm, M. (2013). ESH/ESC Guidelines for themanagement of arterial hypertension: TheTask Force for the management ofarterial hypertension of the European Society ofHypertension (ESH) and of the European Society of Cardiology (ESC). p. 1286.

Marinho, N; Vasconcelos, H; Alencar, A; Almeida, P; Damasceno, M. (2013). Risco para a diabetes mellitus e fatores associados. p. 152.

Maroco, J. (2010). Análise Estatistica com utilizacão do SPSS. ed Silabo.

Mazzini, M; Blumer, M; Hoehne, E; Guimarães, K; Caramelli, B; Fornari, L et al. (2013). Rastreamentodo risco de desenvolvimento de diabetes mellitus em pais de estudantes de uma escola privada na cidade de Jundiaí, São Paulo. Revista de associação médica Brasileira. vol 59. p.139.

Mclellan, K; Barbalho, S; Cattalini, M; Lerario, A. (2007) Diabetes Mellitus do tipo 2, síndrome metabólica e modificação no estilo de vida. Revista de Nutrição. vol 20. p. 516-519.

Mello, A; Belo, L; Pontes, A; Pagotto, V; Nakatani, A; Martins, K. (2016). Estudo de base populacional sobre excesso de peso e diabetes mellitus em idosos na região metropolitana de Goiânia, Goiás. p. 156.

Mengesha, Y. (2007). Hypertension and related risk factors in type 2 diabetes mellitus (DM) patientes in Gaborone city Council (GCC). p. 244-245.

Netto, A. (2014) O tabagismo aumenta o risco de diabetes? In Press [cited 02/04/2017]; Available from https://www.diabetes.org.br/publico/colunas/20-dr-augusto-pimazoni-netto/614-o-tabagismo-aumenta-o-risco-de-diabetes

Nilssom, M; Cederholm, J. (2010). Diabetes, hypertension and outcome studies: overview. Diabetes Care – American Diabetes Association p. 109-113.

Ortiz, M; Zanetti, M. (2001) Levantamento dos fatores de risco para Diabetes Mellitus tipo 2 numa Instituição de Ensino Superior. Revista Latino-Americana de Enfermagem. vol 9.

Pasqualotto, K; Alberton, D; Frigeri, H. (2012) Journal of Biotechnology and Biodiversity: Diabetes mellitus and complications. vol 3. p. 134.

Pinho, L; Aguiar, A; Oliveira, M; Barreto, N; Ferreira, C. (2015). Artigo de Revisão: Hipertensão e dislipidémia em pacientes com diabetes mellitus tipo 2. RENOME – Revista Norte Mineira de Enfermagem. p. 90.

Sá, A; Oliveira, C; Carvalho, D; Raposo, J; Polónia; J; Silva, J et al. (2015). Reuniões de reflexão da Revista Portuguesa de Farmacoterapia. A diabetes mellitus em Portugal: relevância da terapia farmacológica adequada. vol 8. p. 48-50.

Sartorelli, D; Franco, L; Cardoso, M. (2006). Revisão Sistemática: Intervenção nutricional e prevenção primária da diabetes mellitus tipo 2. p. 8.

Silveira, L. (2003). Pós graduação em Fisiologia do Exercício e Avaliação Morfofuncional Universidade Gama Filho. Correlação entre obesidade e diabetes tipo 2. p. 4.

Sociedade Portuguesa de Diabetologia. Definição, Diagnóstico e Classificação da Diabetes Mellitus. (2015) [cited 23/03/2017]; Available from: http://www.spd.pt/index.php/grupos-de-estudo-mainmenu-30/classificao-da-diabetes-mellitus-mainmenu-175.

Tavares, D; Drumond, F; Pereira, G. (2008). Condições de saúde de idosos com diabetes no Município de Ubaraba, Minas Gerais. p. 33.

U.S Department of health and human services. (2014) The Health consequences of smoking- 50 years of progress: a report pf the surgeon general. p. 10.

Uva, M; Antunes, L; Nunes, B; Rodrigues, A; Dias, C. (2013) Evolução da taxa de incidência anual da diabetes entre 1992 e 2012 na população sob observação pela rede "médicos-sentinela". p. 27.

Viana, M; Rodriguez, T. (2010) Artigo de revisão: Complicações Cardiovasculares e Renais no Diabetes Mellitus. Revista de Ciências Médicas e Biológicas. vol. 10. p. 290-292.

World Health Organization. Classification (2012) [cited 06/03/2016]; Available from: http://apps.who.int/bmi/index.jsp?introPage=intro_3.html.

TESTES RÁPIDOS PARA O RASTREIO DE INFEÇÕES POR VIH EM FARMÁCIA COMUNITÁRIA - ESTUDO EXPLORATÓRIO

POINT-OF-CARE TESTS FOR HIV SCREENING IN COMMUNITY PHARMACY - EXPLORATORY STUDY **EN**

—

DE PRUEBAS RÁPIDAS DE CRIBADO DE VIH EN FARMACIAS COMUNITARIAS - ESTUDIO EXPLORATORIO **ES**

MICAEL GOMES
BPharm; Estudante de Mestrado em Farmácia- Especialização de Farmacoterapia e Farmacoepidemiologia, Escola Superior de Saúde, Instituto Politécnico do Porto
Filiação
✉ micaelmg-99@hotmail.com

ÂNGELO JESUS
PhD, Professor Adjunto, Escola Superior de Saúde, Instituto Politécnico do Porto
✉ acj@ess.ipp.pt

Gomes, M. & Jesus, A. (2021). Testes rápidos para o rastreio de infeções por VIH em Farmácia Comunitária – estudo exploratório. Egitania Sciencia, 29 (jun/dez), pp.41-53.

Submitted: 17th July 2020
Accepted: 19th September 2021

RESUMO

A inclusão de testes rápidos de rastreio de VIH em farmácias comunitárias pode melhorar a deteção de infeções não diagnosticadas. As farmácias são parceiras valiosas nos esforços de promoção da saúde e podem ser um recurso de saúde acessível para a sua inclusão. No entanto, foram levantadas preocupações sobre a prontidão das farmácias comunitárias para fornecer este serviço, assim como a disponibilidade e preparação dos profissionais de farmácia. Neste estudo exploratório, foi aplicado um questionário aos profissionais de farmácia comunitária que exercem funções no concelho de Braga (N=64). Noventa e cinco por cento das farmácias estavam fisicamente prontas para prestar este serviço. Os profissionais de farmácia estavam cientes dos diferentes tipos de testes disponíveis e mais de 50% estavam dispostos a ter um papel central no processo para o rastreio do VIH. A maioria dos inquiridos considera que este tipo de teste proporciona "maior controlo da doença" (27,3%), "resultados rápidos" (25,6%) e "acessibilidade" (25%). No entanto, 95% dos profissionais inquiridos consideram que deve ser exigida formação prévia obrigatória, nomeadamente sobre "como lidar com resultados positivos", mas também sobre os fundamentos das opções de infeção, transmissão e tratamento do VIH. Este estudo exploratório mostra que as farmácias estão fisicamente preparadas para fornecer os testes rápidos e que a maioria dos profissionais estão dispostos a participar. No entanto, um foco na formação obrigatória e um código geral de conduta devem ser definidos, a fim de fornecer um serviço de qualidade.

Palavras-chave: *Farmácias / organização & administração; Triagem em massa / métodos; Infeções por VIH / diagnóstico.*

ABSTRACT

The inclusion of rapid HIV screening tests in community pharmacies can improve the detection of undiagnosed infections. Pharmacies are valuable partners in health promotion efforts and can be an accessible health resource for their inclusion. However, concerns were raised regarding the readiness of community pharmacies to provide this service, as well as the availability and preparation of the pharmacy workforce. In this exploratory study, a questionnaire was applied to community pharmacy professionals who work in the municipality of Braga (N = 64). Ninety-five percent of pharmacies were physically ready to provide this service. Pharmacy professionals were aware of the different types of tests available and more than 50% were willing to play a central role in the HIV screening process. Most respondents believe that this type of test provides "greater disease control" (27.3%), "quick results" (25.6%) and "accessibility" (25%). However, 95% of surveyed professionals consider that mandatory prior training should be required, namely on "how to deal with positive results", but also on the fundamentals of HIV infection, transmission and treatment options. This exploratory study shows that pharmacies are physically prepared to provide rapid tests and that most professionals are willing to participate. However, a focus on mandatory training and a general code of conduct must be defined, in order to provide quality service.

Keywords: *Pharmacies/organization & administration; Mass Screening/methods; VIH Infections/diagnosis.*

RESUMEN

La inclusión de pruebas rápidas de cribado de VIH en farmacias comunitarias puede mejorar la detección de infecciones no diagnosticadas. Las farmacias son socios valiosos en los esfuerzos de promoción de la salud y pueden ser un recurso sanitario accesible para la inclusión de las pruebas de VIH. Sin embargo, surgieron inquietudes con respecto a la capacidad de las farmacias comunitarias para prestar este servicio, así como la disponibilidad y preparación de los profesionales de farmacia. En este estudio exploratorio se aplicó un cuestionario a los profesionales de farmacia comunitaria que ejercen la actividad en el municipio de Braga (N = 64). El noventa y cinco por ciento de las farmacias estaban físicamente preparadas para prestar este servicio. Los profesionales de farmacia conocían los diferentes tipos de pruebas disponibles y más del 50% estaban dispuestos a desempeñar un papel central en el proceso de cribado de VIH. La mayoría de los encuestados considera que estas pruebas proporcionan "un mayor control de la enfermedad" (27,3%), "resultados rápidos" (25,6%) y "accesibilidad" (25%). No obstante, el 95% de los encuestados consideraron que la capacitación previa debería ser obligatoria en aspectos como "cómo actuar con resultados positivos", pero también en conceptos generales sobre la infección por VIH, la transmisión y las opciones de tratamiento. Este estudio exploratorio muestra que las farmacias están físicamente preparadas para proporcionar estas pruebas y que la mayoría de los profesionales están dispuestos a participar. Sin embargo, debe establecerse un enfoque en la capacitación obligatoria y un código general de conducta, a fin de proporcionar un servicio de calidad.

Palavras-clave: *Farmacias / organización & administración; Cribado en masa / métodos; Infección por VIH / diagnóstico.*

INTRODUÇÃO

O Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV/VIH) é o causador da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA). Segundo dados estatísticos, Portugal continua a apresentar uma das mais elevadas taxas de infeção por VIH da União Europeia, existindo igualmente uma percentagem considerável de doentes que desconhece o seu estado de infecção, podendo inconscientemente contribuir para a disseminação da doença (Direção-Geral da Saúde, 2018). Para além disso, indivíduos doentes não diagnosticados, não recebem tratamento e põem em risco a oportunidade de melhorar a sua qualidade de vida e de diminuir as disparidades observadas face à saúde racial/étnica associadas ao VIH (Amesty et al., 2015; Kuehn, 2012; Mugo et al., 2017; Prazuck et al., 2016). A inclusão dos testes rápidos de rastreio de VIH nas farmácias comunitárias pode facilitar a deteção de infeções, não diagnosticadas anteriormente (Mugo et al., 2017). As farmácias são parceiras inegáveis, na promoção da saúde. Podem ser um recurso facilmente acessível para a inclusão dos testes de VIH, aumentando a disponibilidade, a conveniência e a acessibilidade destes serviços à população. Destaque particular para as populações onde estabelecer o contacto profissional de saúde-utente é mais difícil ou aquelas que enfrentam múltiplas barreiras pessoais e estruturais (Amesty et al., 2015; Elizondo, Landache, & Braceras, 2013; Lecher et al., 2015). Existem, no entanto, dúvidas, no contexto português, se os profissionais estão disponíveis para assegurar este serviço, e se a farmácia será o local ideal para a realização destes rastreios. Estudos realizados em vários países, sugerem que a maioria dos profissionais de farmácia estarão dispostos a atuar nestas iniciativas, considerando a sua participação, uma mais-valia face ao seu crescente papel perante a comunidade (Dugdale, Zaller, Bratberg, Berk, & Flanigan, 2014; Myers et al., 2016). A implementação de testes rápidos nas farmácias é importante para melhorar o acesso ao diagnóstico e a aceitação do mesmo pelos portadores desta doença (Kuehn, 2012). Uma revisão da literatura sobre a participação dos profissionais de farmácia nos esforços de prevenção do VIH, concluiu que os profissionais de farmácia estavam interessados em ampliar os seus papéis para outros formatos de prevenção, onde se incluem os testes rápidos, desde que uma formação adicional seja proposta (Deas & Mccree, 2010). Sendo esta uma temática nova no contexto português, desenvolvemos um estudo exploratório no Concelho de Braga, com os objetivo de: determinar o conhecimento dos profissionais de farmácia sobre o teste rápido e o autoteste; analisar as características e preparação das farmácias comunitárias para implementar este tipo de serviço; determinar, com base na perspetiva dos profissionais, os benefícios e barreiras associados à introdução destes testes nas farmácias comunitárias; apurar a preparação e disponibilidade dos profissionais de farmácia para a aplicação dos testes; e, por último, relacionar a preparação e disponibilidade para aplicação dos testes com a profissão.

2. METODOLOGIA

Este estudo teve por base a aplicação de um inquérito por questionário. O instrumento de recolha de dados foi adaptado da versão "*Les tests de dépistage rapide du Virus de l'Immunodéficience Humaine: Evaluation de l'acceptabilité d'un dépistage communautaire par les pharmaciens d'officine et accueil des autotests*" (Fiegel, 2014), tendo sido traduzido por dois elementos da equipa de investigação. De seguida o questionário foi aplicado a um grupo piloto de forma a aferir potenciais problemas de interpretação e garantir a medição dos construtos definidos. O grupo piloto foi constituído por 10 elementos, todos profissionais de farmácia no activo. Da análise do grupo de controlo, resultou o questionário apresentado. O questionário é constituído por quatro secções: 1. Informações pessoais; 2. Características da farmácia; 3. Testes

Rápidos; 4. Autotestes. Durante o mês de maio de 2018, o questionário foi aplicado aos profissionais de farmácia - técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica de farmácia (TSDT-Farmácia) e farmacêuticos - que trabalham nas trinta e oito farmácias situadas no concelho de Braga e que estavam disponíveis, no seu horário de trabalho, aquando da visita do investigador; portanto, uma amostra de conveniência. A amostra consistiu de trinta e dois TSDT-Farmácia e trinta e dois farmacêuticos, perfazendo um total de sessenta e quatro questionários respondidos. A base de dados foi criada com recurso ao Microsoft Excel. Os dados foram tratados e analisados com recurso ao software *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS, versão 25). Procedeu-se à análise estatística das frequências absolutas e relativas das variáveis nominais e ordinais em estudo. Procedeu-se, igualmente, à análise da associação estatística entre a profissão e a disponibilidade/preparação dos inquiridos, para os testes rápidos e para os autotestes, através do Teste Exato de Fisher. Foi considerado na análise inferencial um nível de significância de 5%. Todos os intervenientes foram informados acerca da natureza e finalidade do estudo, declarando que a sua participação seria voluntária e que o anonimato dos dados recolhidos seria mantido, destinando-se este apenas para fins científicos e com uso potencial dos resultados para publicação. A presente investigação foi aprovada pela Comissão de Ética da Escola Superior de Saúde e seguiu os pressupostos do Regulamento da União Europeia 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, conhecido como Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD). A equipa de investigação teve em consideração as normas do artigo 6.° e do artigo 9.°, assim como as normas para o direito de informação previsto no artigo 13.° do RGPD. A equipa de investigação verificou ainda que o projeto de investigação cumpriu os princípios previstos no artigo 5.° do RGPD, em especial, o princípio da minimização dos dados e da indispensabilidade da sua recolha.

3. RESULTADOS

Os resultados foram agrupados de forma a melhor sistematizar os diferentes construtos do questionário e serão apresentados seguidamente (Tabela 1).

TABELA 1. SECÇÕES DO QUESTIONÁRIO

Conhecimento dos profissionais de em relação aos tipos de teste disponíveis	Questões 7, 8 e 16
Características e preparação da farmácia para a realização de testes	Questões 5, 6, 9, 13 e 18
Benefícios e barreiras associados a introdução dos testes nas farmácias comunitárias	Questões 10 e 11
Preparação e disponibilidade dos profissionais de farmácia para a aplicação dos testes	Questões 1,12,14,15 e 17

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

No total foram obtidas 64 respostas de forma presencial. Nesta amostra 4,7% (N=3) dos inquiridos eram farmacêuticos diretores técnicos, 45,3% (N=29) eram farmacêuticos e 50% (N=32) eram TSDT-Farmácia. Dos participantes no estudo, 62,5% (N=40) eram do sexo feminino e 37,5% (N=24) do sexo masculino. O número de profissionais que cada farmácia participante tinha nos seus quadros, era de 2 a 17 profissionais, sendo a média, aproximadamente, de 7 profissionais por farmácia.

3.2 CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE FARMÁCIA EM RELAÇÃO AOS TIPOS DE TESTES

Apenas 6% (N=4) não estavam ao corrente da possibilidade da realização destes testes em farmácia comunitária. Quarenta e seis inquiridos (71,9%) conheciam que esta era uma prática já instituída noutros países e 78% (N=50) já tinham conhecimento da existência do autoteste de rastreio do VIH, para além dos testes rápidos.

3.3 CARACTERISTICAS E PREPARAÇÃO DA FARMÁCIA

Cerca de noventa e cinco por cento (N=61) afirmaram que a sua farmácia estava dotada de gabinete de atendimento personalizado. Relativamente à possibilidade de a Farmácia aderir a este serviço, 50% (N=32) responderam não saber, 45,3% (N=29) afirmaram que a farmácia iria aderir e 4,7% (N=3) referiram que não iria haver adesão.

TABELA 2. MOTIVOS PELOS QUAIS A FARMÁCIA NÃO SERIA O LOCAL IDEAL

Falta de Infraestruturas	5 29,4%
Realização do teste no Centro de Saúde	4 23,5%
Dificuldade na comunicação dos resultados	2 11,8%
Formação dos profissionais	1 5,9%
Disponibilidade para o utente	1 5,9%
Segurança dos profissionais	1 5,9%
Realização do teste no Centro de Aconselhamento e Deteção	1 5,9%
Privacidade	1 5,9%
Confiança nos profissionais	1 5,9%
TOTAL	**17** **100%**

Quando questionados se consideravam a farmácia o local ideal para realizar os testes rápidos de rastreio de VIH, 67% (N=43) afirmaram que sim, 33% (N=21) responderam que a farmácia não era o local ideal para a realização dos testes. As razões apontadas estão detalhadas na Tabela 2.

Os participantes foram ainda inquiridos sobre a melhor opção de rastreio de VIH a disponibilizar na farmácia. Quarenta e quatro por cento (N=28) dos participantes creem que o teste rápido é a melhor opção, 33% (N=21) não fazem distinção de preferência e 23% (N=15) admitem que o autoteste seria a melhor opção de rastreio a disponibilizar.

3.4 BENEFÍCIOS E BARREIRAS ASSOCIADOS À INTRODUÇÃO DOS TESTES NAS FARMÁCIAS COMUNITÁRIAS

Relativamente às vantagens apresentadas, três mereceram mais atenção por parte dos inquiridos. Foram elas o "maior controlo da doença" (27,3%), "resultados rápidos" (25,6%) e a "acessibilidade" (25,0%). Resultados detalhados estão descritos no Gráfico 1.

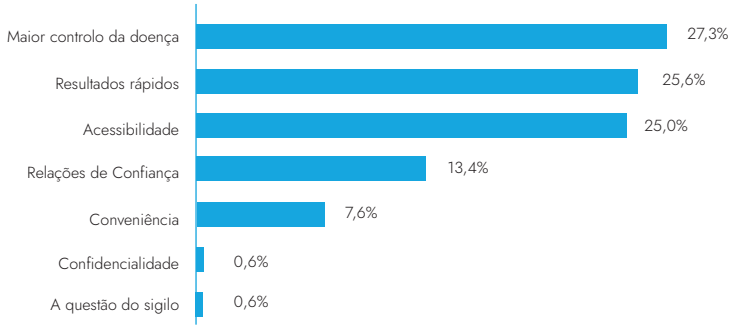


GRÁFICO 1. VANTAGENS DA INCLUSÃO DOS TESTES RÁPIDOS

Em relação às desvantagens ou barreiras associadas, destacam-se duas opções, em igual proporção (15,2%): o "custo do teste" e o "receio da transmissão da infeção". Resultados detalhados estão descritos no Gráfico 2.

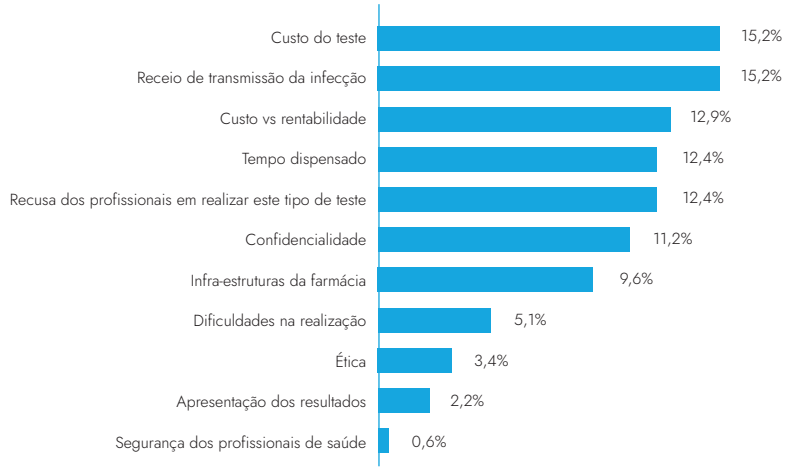


GRÁFICO 2. DESVANTAGENS DA INCLUSÃO DOS TESTES RÁPIDOS

3.5 PREPARAÇÃO E DISPONIBILIDADE DOS PROFISSIONAIS DE FARMÁCIA PARA A APLICAÇÃO DOS TESTES

Das respostas recolhidas (Gráfico 3), verifica-se que 20% (N=13) se sentem "totalmente à-vontade", 52% (N=33) "à-vontade", 19% (N=12) "pouco à-vontade" e, por último, 9% (N=6) dois inquiridos responderam "nada à-vontade".

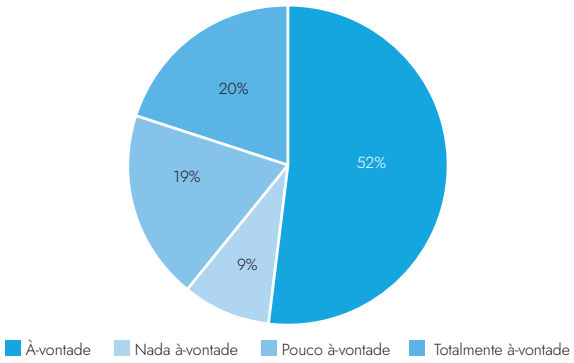


GRÁFICO 3. DISPONIBILIDADE NA REALIZAÇÃO DO TESTE RÁPIDO

Não obstante, os participantes elencaram várias opções que reconhecem como necessidades antes da disponibilização destes testes (Gráfico 4), nomeadamente a necessidade de formação para lidar com resultados positivos. Quando questionados sobre as instituições/organizações que deveriam assegurar esta formação aos profissionais, cinquenta e quatro por cento dos inquiridos, referem que será uma competência das "Autoridades de saúde (Ministério da Saúde, INFARMED, entre outras)". Ordens Profissionais, Laboratórios e Centro de Aconselhamento e Deteção (CAD) do VIH/SIDA recolhem 16% das preferências. Uma percentagem considerável de participantes não sabe/não respondem (30%).

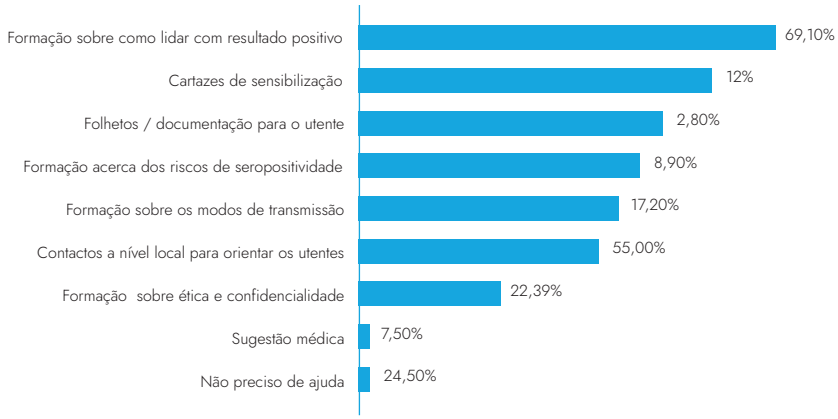


GRÁFICO 4. NECESSIDADES DE FORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO OU APOIO ELENCADAS PELOS PARTICIPANTES

3.5.1. RELAÇÃO ENTRE A PREPARAÇÃO/DISPONIBILIDADE E A PROFISSÃO

No sentido de averiguar uma potencial relação entre a profissão e a disponibilidade/preparação para disponibilizar o serviço de teste rápido ou do autoteste, foi aplicado o Teste de Fisher, no entanto, não foi encontrada uma relação estatisticamente significativa.

4. DISCUSSÃO

4.1 CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE FARMÁCIA EM RELAÇÃO AOS TIPOS DE TESTES

Das respostas recolhidas verificou-se que a maioria dos participantes (94%) estão ao corrente da possibilidade de realização de testes rápidos de rastreio de VIH em farmácia comunitária, isto deve-se, muito provavelmente, à recente publicação do Despacho n.º 2522/2018, o qual autoriza a realização de "testes rápidos (testes "point of care") de rastreio de infeções por VIH, VHC e VHB nas farmácias comunitárias e nos laboratórios de patologia clínica/análises clínicas", relativamente pouco tempo antes da aplicação do questionário.

4.2 CARACTERIZAÇÃO E PREPARAÇÃO DAS FARMÁCIAS PARA A REALIZAÇÃO DOS TESTES

A maioria dos inquiridos (95,3%) atestou que a sua farmácia era dotada de gabinete de atendimento personalizado. No entanto, é de notar que 4,7% respondeu negativamente. Esta percentagem, apesar de reduzida, merece especial atenção, uma vez que, a legislação portuguesa prevê que as Farmácias tenham obrigatoriamente um gabinete de atendimento personalizado, exclusivamente para a prestação de serviços.

Os resultados indicam alguma incerteza sobre a possível adesão das farmácias aos testes rápidos de rastreio de VIH. Essa incerteza deve-se, muito provavelmente, ao facto da decisão não estar ainda a ser discutida/tomada pelas entidades empregadoras e/ou do diretor técnico de cada farmácia.

A farmácia é identificada pela maioria dos inquiridos como um local apropriado para a realização dos testes. Investigações anteriores como a Amesty et al. (2013), e Ryder et al. (2013), relatam uma maior disponibilidade dos profissionais para a realização destes testes nas farmácias, considerando-as o local apropriado para a realização dos mesmos. No estudo de Maja et al. (2018), os profissionais reconhecem a pertinência do serviço nas farmácias, no entanto, 55% dos participantes consideram não estar preparados para tal. Reforça-se aqui o papel da formação destes profissionais em contexto de trabalho, ou até ainda em contexto curricular.

4.3. BENEFÍCIOS E BARREIRAS ASSOCIADOS À INTRODUÇÃO DOS TESTES NAS FARMÁCIAS COMUNITÁRIAS

De todas as vantagens apresentadas, destacaram-se o "maior controlo da doença", "resultados rápidos" e a "acessibilidade". A questão de acessibilidade é vista na literatura como uma grande vantagem, o ideal para as comunidades urbanas e rurais de difícil acesso e para populações não integradas no sistema de saúde (Amesty et al., 2013). Adicionalmente é reconhecido pela população, o papel da farmácia como primeiro contacto com um profissional de saúde (Ryder et al., 2013). A Farmácia pode contribuir assim para rápida obtenção de resultados e a diminuição da morbilidade, permitindo a luta contra a propagação do vírus na população (Gautheret-Dejeana et al., 2013). Em consonância com a literatura (Ryder et al., 2013; Mugo et al., 2017), foram ainda elencados, pelos participantes, como benefícios as "relações de confiança" a "conveniência", "confidencialidade" e o "sigilo".

Relativamente às desvantagens e barreiras enumeradas, duas tiveram um maior destaque: o "custo do teste" e o "receio da transmissão da infeção". O custo do teste pode revelar-se um obstáculo se os utentes não tiverem recursos económicos para o adquirir (Mugo et al., 2017; Myers et al., 2016). Paralelamente, discute-se a relação "custo vs. rentabilidade" e o impacto económico que terá nos pacientes, nas farmácias e na decisão das mesmas, em aderirem a este tipo de serviço. Relativamente ao "receio da

transmissão da infeção", e a "segurança dos profissionais de saúde" podemos estar na presença de alguma desinformação sobre a forma de aplicação dos testes, das medidas de segurança ou até de algum preconceito face a esta população específica. Esta situação foi já descrita em estudos prévios, onde os profissionais temiam pela sua segurança ao interagir com potenciais utentes infetados (Zaller, Jeronimo, Bratberg, Case, & Rich, 2010). Também a "apresentação de resultados" é destacada como potencial barreira, tem sido descrito em estudos semelhantes que os profissionais expressaram necessidade de formação específica para poderem lidar com esse momento (Ryder et al., 2013).

4.4. PREPARAÇÃO E DISPONIBILIDADE DOS PROFISSIONAIS DE FARMÁCIA

Relativamente à disponibilidade e à preparação dos profissionais de farmácia para a realização dos testes rápidos ou autotestes, no geral, verifica-se que se sentem preparados e disponíveis para a realização dos mesmos. A literatura é consistente neste ponto, sendo apresentadas conclusões semelhantes por Darin et al. (2015) e por Maja et al. (2018). Os participantes no estudo confirmam a necessidade de formação nesta área. Maja et al. (2018), refere inclusivamente que o reduzido envolvimento das farmácias comunitárias na zona estudada se ficou a dever à falta de formação dos profissionais, aconselhando o desenvolvimento de um módulo formativo para os profissionais de farmácia que trabalhem em farmácias comunitárias de todo o país. Também Diaz-Cruz et al. (2016), refere a formação como uma mais-valia para os estudantes de farmácia, destacando que os alunos que receberam formação sobre os testes rápidos de VIH fora do plano de aulas do curso estavam mais familiarizados com o assunto do que os alunos que não a tinham recebido (Diaz-Cruz, Bynum, & Thompson, 2016). A literatura destaca ainda que a formação deve abordar múltiplas questões, incluindo estigmatização, modos de transmissão do VIH, aconselhamento técnico e mecânico do funcionamento dos testes e formação sobre a entrega dos resultados (Ryder et al., 2013, Maja et al., 2018). De acordo com os dados do presente estudo, a formação pretendida pelos participantes incide mais concretamente em "formação sobre como lidar com um utente cujo resultado do teste é positivo", "formação acerca do aconselhamento em relação aos riscos de seropositividade"," formação sobre os modos de transmissão" e "formação sobre ética e confidencialidade".

Sobre as entidades que deveriam assegurar a formação dos profissionais, as opções dividem-se, sendo que as autoridades de saúde/INFARMED são apontadas pela maioria.

CONCLUSÃO

Desde o aparecimento do primeiro caso de VIH, Portugal tem acompanhado os extraordinários progressos verificados globalmente, alcançando resultados significativos. A aposta no diagnóstico precoce da infeção por VIH tem sido uma prioridade do Programa Nacional, com vista ao cumprimento da meta da ONUSIDA (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA). Nesse sentido, o Despacho n.° 2522/2018 que veio "permitir a realização de testes rápidos para VIH" em farmácias comunitárias é uma mais-valia. Tem-se verificou-se uma mudança no papel dos profissionais de farmácia comunitária, progredindo de um papel de dispensadores de medicamentos para membros ativos de equipas multidisciplinares e personalizadas. Com este estudo exploratório foi possível uma primeira análise da disponibilidade e aptidão dos profissionais de farmácia para atuarem ao nível dos testes rápidos de rastreio de VIH, motivado pelas mudanças legislativas em vigor. Apurou-se que os profissionais de farmácia estavam ao corrente da possibilidade de as farmácias poderem realizar testes rápidos de rastreio de VIH, identificando-as como um local apropriado para a realização dos mesmos. Das vantagens apresentadas, três merecem uma atenção

especial: o "maior controlo da doença", "resultados rápidos" e a "acessibilidade". Relativamente às desvantagens enumeradas, destacam-se três: o "custo do teste", a "apresentação dos resultados" e a "segurança dos profissionais de saúde". Foi notória a necessidade elencada de formação contínua destes profissionais. Relativamente às entidades que podem ou devem prestar formação, as opiniões dividem-se. Embora as Ordens Profissionais, tenham normalmente planos de formação destinados aos seus associados, convém lembrar que nem todos os profissionais de farmácia são necessariamente membros de uma Ordem Profissional. Mais ainda, fica por apurar o papel das Escolas Superiores e das Universidades. Em Portugal, os estudos sobre os testes rápidos de rastreio de VIH são ainda escassos. Este trabalho e em simultâneo a recente publicação do Despacho n.º 2522/2018, reforçam a pertinência deste tema. Os autores reconhecem que a natureza exploratória do estudo, não permite a generalização dos resultados, mas estabelece um caminho a percorrer para futuras intervenções, com uma amostra e distribuição geográfica superior.

REFERÊNCIAS

Amesty, S., Blaney, S., Crawford, N. D., Rivera, V. A., & Fuller, C. (2013). Pharmacy staff characteristics associated with support for pharmacy-based HIV-testing in pharmacies participating in the New York State Expanded Access Syringe Exchange Program. *J Am Pharm Assoc*, *52*(2003), 1–14. https://doi.org/10.1331/JAPhA.2012.10194.Pharmacy

Amesty, S., Crawford, N. D., Nandi, V., Perez-figueroa, R., Rivera, A., Sutton, M., & Al., E. (2015). Evaluation of Pharmacy-Based HIV Testing. In *AIDS Patient Care and STDs* (Vol. 29, pp. 437–444). https://doi.org/10.1089/apc.2015.0017

Darin, K. M., Klepser, M. E., Klepser, D. E., Klepser, S. A., Reeves, A., Young, M., & Al., E. (2015). Pharmacist-provided rapid HIV testing in two community pharmacies. *J Am Pharm Assoc*, *55*(1), 81–88. https://doi.org/10.1331/JAPhA.2015.14070

Deas, C., & Mccree, D. H. (2010). Pharmacists and HIV /AIDS prevention: Review of the literature. *J Am Pharm Assoc*, *50*(3), 411–415. https://doi.org/10.1331/JAPhA.2010.09039

Diaz-Cruz, E. S., Bynum, L. A., & Thompson, S. A. (2016). Student pharmacists ' perceptions on their preparedness and comfort level in counseling on HIV transmission risk factors and over-the-counter HIV tests. *Curr Pharm Teach Learn*, *8*(6), 757–766. https://doi.org/10.1016/j.cptl.2016.08.015

Direcção Geral da Saúde (2018). Infeção VIH e SIDA | Desafios e Estratégias. Retrieved from https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2018/07/RelatorioVIH_SIDA2018.pdf

Dugdale, C., Zaller, N., Bratberg, J., Berk, W., & Flanigan, T. (2014). Missed Opportunities for HIV Screening in Pharmacies and Retail Clinics. *J Manag Care Spec Pharm*, *20*(4), 339–345.

Elizondo, I., Landache, D. L., & Braceras, L. (2013). Programa de cribado de VIH / sida en las oficinas de farmacia en la Comunidad Autónoma del País Vasco. *Gac Sanit*, *27*(2), 164–166. https://doi.org/10.1016/j.gaceta.2012.02.010

Fiegel, N. (2014). *Les tests de dépistage rapide du Virus de l ' Immunodéficience Humaine : évaluation de l ' acceptabilité d ' un dépistage communautaire par les pharmaciens d ' officine et accueil des autotests*. Universite de Lorraine.

Gautheret-Dejeana, A. (2013). Actualités sur les tests rapides d 'orientation diagnostique de l'infection à VIH: législation , performances , avantages et inconvénients. *Immuno-Analyse et Biologie Specialisee*, *28*(1), 8–17. https://doi.org/10.1016/j.immbio.2012.10.003

Kuehn, B. M. (2012). CDC Pilot Program Will Offer Free Rapid HIV Tests Through Pharmacies. *JAMA*, *308*(4), 327.

Lecher, S. L., Shrestha, R. K., Botts, L. W., Alvarez, J., Moore, J. H., Thomas, V., & Al., E. (2015). Cost analysis of a novel HIV testing strategy in community pharmacies and retail clinics. *J Am Pharm Assoc*, *55*(5), 488–492. https://doi.org/10.1331/JAPhA.2015.150630

Maja, L., Polile, R., Khoarai, N., & Ramathebane, M. (2018). Pharmacists' Perspective on HIV Testing Services in Community Pharmacies in Maseru, Lesotho. *International Journal of Current Research in Life Sciences*, *7*(3), 1434–1438.

Meyerson, B. E., Ryder, P. T., Hippel, V. C., & Coy, K. (2013). We Can Do More Than Just Sell the Test: Pharmacist Perspectives About Over-the-Counter Rapid HIV Tests. In *AIDS and Behavior* (pp. 2109–2113). https://doi.org/10.1007/s10461-013-0427-y

Mugo, P. M., Micheni, M., Shangala, J., Hussein, M. H., Graham, M., Wit, D. T. F. R., & Al., E. (2017). Uptake and Acceptability of Oral HIV Self- Testing among Community Pharmacy Clients in Kenya: A Feasibility Study. *PLoS One*, 1–15. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0170868

Myers, J. E., Davis, O. Y. E., Weinstein, E. R., Remch, M., Edelstein, A., Khawja, A., & Al., E. (2016). Availability , Accessibility , and Price of Rapid HIV Self-Tests , New York City Pharmacies , Summer 2013. In *AIDS and Behavior* (pp. 515–524). Springer US. https://doi.org/10.1007/s10461-016-1594-4

Prazuck, T., Karon, S., Gubavu, C., Andre, J., Legall, J. M., Bouvet, E., & Al., E. (2016). A Finger-Stick Whole-Blood HIV Self-Test as an HIV Screening Tool Adapted to the General Public. *PLoS One*, 1–10. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0146755

Ryder, P. T., Meyerson, B. E., Coy, K. C., & Hippel, V. C. D. J. (2013). Pharmacists ' perspectives on HIV testing in community pharmacies. *J Am Pharm Assoc*, *53*(6), 595–600. https://doi.org/10.1331/JAPhA.2013.12240

Zaller, N., Jeronimo, A., Bratberg, J., Case, P., & Rich, J. D. (2010). Pharmacist and Pharmacy Staff Experiences with Non-prescription (NP) Sale of Syringes and Attitudes Toward Providing HIV Prevention Services for Injection Drug Users (IDUs) in Providence , RI. *J Urban Health*, *87*(6), 942–953. https://doi.org/10.1007/s11524-010-9503-z

EFICIÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CABO-VERDIANA: O CASO DA CASA DO CIDADÃO NA CIDADE DA PRAIA

EFFICIENCY OF CAPE VERDEAN PUBLIC ADMINISTRATION: A CASE STUDY OF THE CITIZEN'S HOUSE IN PRAIA **EN**

—

EFICIENCIA EN LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA DEL CABO VERDIANO: EL CASO DE LA CASA DEL CIUDADANO EN LA CIUDAD DE PRAIA **ES**

EUNICE DE JESUS CORREIA
Aluna de Mestrado em Gestão.- Administração Pública Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Instituto Politécnico da Guarda
✉ eunicevarela90@gmail.com

AMÂNDIO PEREIRA BAÍA
Professor na Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Polytechnic of Guarda – Portugal, UDI – Research Unit for Inland Development of Guarda Polytechnic Institute
✉ baia@ipg.pt

MARIA MANUELA SANTOS NATÁRIO
Doutora em Economia. Unidade de Investigação para o Desenvolvimento do Interior. Instituto Politécnico da Guarda (UDI/IPG)
✉ m.natario@ipg.pt

Correia, E., Baía, A. & Natário, M. (2021). Eficiência na Administração Pública Cabo-Verdiana: o caso da Casa do Cidadão na Cidade da Praia. *Egitania Sciencia*, 29 (jun/dez), pp.55-81.

Submitted: 16th September 2020
Accepted: 17th March 2021

RESUMO

O presente trabalho tem como propósito estudar a eficiência da Administração Pública Cabo-Verdiana, tomando como estudo de caso a Casa do Cidadão na Cidade da Praia, Cabo Verde. Este tema também foi escolhido para conhecer o nível de satisfação da população com os serviços prestados pelas instituições públicas, em particular pela Casa do Cidadão da Cidade da Praia. A metodologia utilizada é de cariz quantitativa, assenta na exploração de bibliografias sobre o tema, bem como na recolha de dados via questionário, e na análise e apresentação dos resultados. Aplicaram-se questionários aos utentes da Casa do Cidadão residentes na capital do país, que procuram esta instituição para resolver as suas solicitações. Conclui-se que a reforma do Estado em Cabo Verde conduziu a uma série de reformas no sector da Administração Pública, com o objetivo de acelerar a modernização e melhorar a sua adaptação aos novos tempos. A Administração Pública Cabo-Verdiana está a inovar para melhor servir e estar mais próximo dos cidadãos e das empresas, criando serviços públicos com foco no cidadão. A Casa do Cidadão de Cabo Verde apresenta-se como um serviço de excelência, reunindo num único lugar vários serviços, facilitando, assim, a vida dos cidadãos. As conclusões do inquérito apontam que os inquiridos se encontram mais satisfeitos com a Casa do Cidadão nas questões da Tangibilidade e menos satisfeitos na dimensão Confiabilidade. A maior satisfação é em termos de apresentação dos funcionários da Casa do Cidadão, em termos de higiene e limpeza da Instituição (Dimensão Tangibilidade) e em termos da cordialidade e gentileza dos funcionários (Dimensão Empatia). A menor satisfação prende-se com o tempo de espera para se ser atendido (Dimensão Atendimento) e com o serviço prestado estar conforme o solicitado (Dimensão Confiabilidade). Estes resultados poderão contribuir para a definição de políticas públicas que conduzam à melhoria da qualidade e eficiência dos serviços da Casa do Cidadão Cabo-Verdiana, em particular, e à Administração Pública Cabo-Verdiana, em geral.

Palavras-chave: *Modernização Administrativa, Governação Eletrónica, Serviços Públicos, Cabo Verde.*

ABSTRACT

The present work aims to study the efficiency of Cape Verdean public administration, taking as a case study, the Citizen's House in Praia, Cape Verde, as a response institution to the satisfaction of the public service. This theme was also chosen to know in depth the reality of Public Administration in Cape Verde, and also to get to know closely the concerns of the population regarding the services provided by public institutions, particular through the at the Citizen's House. The methodology used is quantitative, so much in the exploration of bibliographies on the subject, as well as data collection via questionnaire, analysis of results and their presentation later. Questionnaires were applied to users of Citizen's House resident in the country's capital, who seek this institution to resolve their requests. The study aims to understand the level of satisfaction of users regarding the services provided by Citizen's House in Praia. It is concluded that the reform of the State in Cape Verde led to a series of reforms in the Public Administration sector, with the objective of accelerating modernization and a better adaptation to the new times. The Cape Verdean Public Administration is innovating to better serve and be closer to citizens and businesses, creating public services with a focus on the citizen. The Cape Verde Citizen's House presents itself as a service of excellence, bringing together several services in one place and making life easier for citizens. The survey findings indicate that respondents are more satisfied with Casa do Cidadão in terms of

tangibility and less satisfied with the Reliability dimension. The greatest satisfaction is in terms of the presentation of the employees of Casa do Cidadão, in terms of hygiene and cleanliness of the Institution (Dimension Tangibility) and the cordiality and kindness of the employees (Dimension Empathy) and the least satisfaction is in relation to the waiting time to be served (Dimension Service) and the service provided is as requested (Dimension reliability). These results may contribute to the definition of public policies that lead to the improvement of the quality and efficiency of the services of the Cape Verdean Casa do Cidadão, in particular, and to the Cape Verdean Public Administration, in general.

Keywords: *Administrative Modernization, Electronic Governance, Public Services, Cap Verde.*

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo estudiar la eficiencia de la administración pública caboverdiana, tomando como caso de estudio la Casa del Ciudadano en Praia, Cabo Verde. Este tema también fue elegido para conocer el nivel de satisfacción de la población con los servicios prestados por las instituciones públicas, en particular por la Casa del Ciudadano en Praia. La metodología utilizada es de carácter cuantitativo, basada en la exploración de bibliografías sobre el tema, así como en la recolección de datos vía cuestionario y el análisis y presentación de resultados. Se aplicaron cuestionarios a los usuarios de Casa del Ciudadano residentes en la capital del país, que buscan esta institución para resolver sus solicitudes. Se concluye que la reforma del Estado en Cabo Verde derivó en una serie de reformas en el sector de la Administración Pública, con el objetivo de acelerar la modernización y mejorar su adaptación a los nuevos tiempos. La Administración Pública de Cabo Verde está innovando para servir mejor y estar más cerca de los ciudadanos y las empresas, creando servicios públicos centrados en el ciudadano. La Casa del Ciudadano de Cabo Verde se presenta como un servicio de excelencia, reuniendo en un solo lugar varios servicios facilitando así la vida de los ciudadanos. Los resultados de la encuesta indican que los encuestados están más satisfechos con Casa del Ciudadano en términos de tangibilidad y menos satisfechos con la dimensión de Fiabilidad. La mayor satisfacción es en términos de la presentación de los empleados de Casa del Ciudadano, en términos de higiene y limpieza de la Institución (Dimensión Tangibilidad) y en términos de la cordialidad y amabilidad de los empleados (Dimensión Empatía). La menor satisfacción está relacionada con el tiempo de espera para ser atendido (Dimension Service) y el servicio prestado para ser el solicitado (Dimension Reliability). Estos resultados pueden contribuir a la definición de políticas públicas que conduzcan a la mejora de la calidad y eficiencia de los servicios de la Casa do Cidadão Cabo-verdiana, en particular, y de la Administración Pública Cabo-verdiana, en general.

Palabras clave: *Modernización administrativa, gobernanza electrónica, servicios públicos, Cabo Verde.*

INTRODUÇÃO

A administração pública, como área de formação e como campo de estudos, constituiu-se há muitos anos nos EUA, tendo como objetivo a preparação de funcionários públicos para a administração pública moderna (Farah, 2011).

Atualmente o cidadão revela-se cada vez mais exigente, mais informado, mais defensivo, exigindo cumprimento dos prazos, sem esquecer que deseja eficiência e rapidez quando procura uma instituição para resolver um problema.

Neste estudo, pretende-se estudar a visão dos utentes no que diz respeito à questão da eficiência na Administração Pública Cabo-Verdiana e encontrar de forma clara as melhores estratégias para melhorar o atendimento nestas instituições. Neste sentido, efetuou-se uma pesquisa bibliográfica sobre a questão da eficiência na Administração Pública Cabo-Verdiana. Como objetivos específicos, pretende-se:

- Estudar em que medida a Casa do Cidadão têm contribuído para a eficiência da Administração Pública em Cabo Verde.
- Descrever e caracterizar os fatores que poderão influenciar o atendimento dos utentes da Casa do Cidadão.
- Avaliar a eficiência no atendimento nos Balcões da Casa do Cidadão na Cidade da Praia.

A metodologia adotada foi quantitativa, através da aplicação de inquéritos para estudar a eficiência da instituição escolhida (Casa do Cidadão), particularmente na capacidade de garantir a melhor utilização dos recursos da administração pública. Efetuou-se ainda a recolha bibliográfica e documental e a sua análise. A aplicação do questionário tem como propósito perceber o nível da satisfação dos utentes em relação aos serviços disponibilizados pela Casa do Cidadão. Por fim, é feita a recolha, o tratamento e a discussão dos resultados.

Este trabalho está dividido em quatro secções. Na primeira secção é feita a abordagem teórica sobre os conceitos da Administração Pública Cabo-Verdiana (Modernização Administrativa, Reforma do Estado e Governo Eletrónico). Na segunda secção faz-se a caraterização da instituição que se pretende estudar que é a Casa do Cidadão na Cidade da Praia. Na terceira secção expõe-se a metodologia utilizada. Na quarta secção é feita a análise e tratamento dos dados recolhidos através do inquérito, bem como a apresentação gráfica dos resultados. Por fim, apresentam-se as conclusões, as implicações, as limitações do trabalho e sugestões.

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CABO-VERDIANA

Segundo a informação disponibilizada no *site do governo de Cabo Verde* (www.reformadoestado.gov.cv/) o Arquipélago de Cabo Verde situa-se no Oceano Atlântico Norte, a cerca de 500 quilómetros da Costa Ocidental da África. É composto por dez ilhas e oito ilhéus que se distribuem em dois grupos que estão dispostos em relação à direção do vento alíseo do Nordeste: a Norte, o grupo do Barlavento que é formado pelas ilhas de Santo Antão, S. Vicente e Santa Luzia (desabitadas), São Nicolau, Sal, Boa Vista e pelos ilhéus desabitados dos Pássaros, Branco e Raso; e a Sul, o grupo

de Sotavento, que compreende as ilhas de Maio, Santiago, Fogo, Brava e os ilhéus desabitados de Santa Maria, Grande, Luís Carneiro, Sapado e de Cima (Figura 1). A superfície total do arquipélago é de 4.033 km^2.

FIGURA 1. ILHAS DE CABO VERDE
FONTE. PAGINAGLOBAL.BLOGSPOT.COM

Cabo Verde encontra-se integrado numa faixa de clima de tipo árido e semiárido, marcado por períodos de longas secas. A irregularidade do clima tem sido uma constante em toda a história de Cabo Verde. A demonstrá-lo, está a existência de períodos de grandes secas, ao longo dos séculos, alternando, por vezes com período de grandes precipitações.

A língua oficial é o Português, usada nas escolas, administrações públicas e empresas. A língua nacional é o crioulo. Cabo Verde apresenta várias dificuldades, mas sem dúvida nenhuma, a riqueza de Cabo Verde é o seu povo. Um povo rico em cultura e costumes, que sempre teve de trabalhar muito, com poucos recursos. Um País onde o povo não tem medo de arriscar em busca de novas oportunidades, do pão de cada dia e claro com o desejo de melhorar as condições de vida.

A Cultura Cabo-Verdiana é uma mistura da cultura dos europeus e dos africanos. Destaca-se a música, como um expoente máximo na exportação da cultura Cabo-verdiana além-fronteiras.

Um dos grandes desafios da Administração Pública Cabo-Verdiana é melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços prestados aos cidadãos do país e ao mesmo tempo, tornar o cidadão mais exigente em relação aos serviços a que tem direito.

A Administração Pública Cabo-Verdiana pode, segundo Hernandez (2011) enquadrar-se em três momentos:

- No primeiro período a Administração Pública de matriz colonial tinha como missão zelar pelos interesses da metrópole, não sendo tão complexa como a de hoje. Era centralizada e de certa forma eficiente apesar de todas as execuções das

tarefas serem manuais. Este período enquadra-se no Managerialismo (Santiago, Magalhães, & Carvalho, 2005; Gustafssonj, 1983), dando ênfase à atividade humana.

- No segundo período, marcado pelo uni-partidarismo, a Administração Pública trouxe ainda o mesmo modelo centralizador e controlador herdado do regime colonial, e consolidou a sua posição de maior empregadora do país: de 1970 funcionários públicos em 1974 passa 6235 em 1980 e em 1995 o número de funcionários nesse sector ascendeu aos 16 mil, com incidência nas categorias de auxiliares administrativos e do corpo docente. Este período pode enquadrar-se no modelo burocrático de Max Weber (Lacombe & Heilborn, 2008; Hughes, 2012; Andrade, 2016; Moraes, 2019), uma vez que uma das características deste modelo é de que cada funcionário recebe ordens que guiam as suas ações, cada função mais baixa esta sob controlo (Princípio da Hierarquia).
- O terceiro período qualifica-se entre outros pela abertura e liberalização da economia, pela promoção da iniciativa privada e pela retirada paulatina do Estado do controlo da economia, dando maior liberdade aos investidores privados (Hernandez, 2011). Este período está relacionado com a Nova Gestão Pública (Hood, 1995), com a entrada no sector público de gestores profissionais provenientes do sector privado.

A Constituição da República de Cabo Verde de 1999 estabelece no artigo 236° os princípios gerais da Administração Pública, nomeadamente:

1. *A Administração Pública prossegue o interesse público, com respeito pela Constituição, pela lei, pelos princípios da Justiça, da transparência, da imparcialidade e da boa-fé e pelos direitos e interesses legítimos do cidadão.*
2. *A Administração Pública é estruturada de modo a prestar ao cidadão um serviço eficiente e de qualidade, obedecendo, designadamente aos princípios da subsidiariedade, da desconcentração, da descentralização, da racionalização, da avaliação e controlo e da participação dos interessados sem prejuízo da necessária eficácia e unidade de ação da Administração e dos poderes de direção, superintendência e tutela dos órgãos competentes nos termos da lei.*
3. *A lei pode criar autoridades Administrativas independentes.*
4. *As associações públicas só podem ser constituídas para a satisfação de necessidades públicas específicas relevantes, não podem exercer funções de natureza sindical e têm organização interna baseada em princípios democráticos.*
5. *As entidades privadas que exerçam poderes públicos podem ser sujeitas nos termos da lei, a fiscalização Administrativa.*

O artigo 237° da mesma lei de, refere, entre outros, que:

1. *O Pessoal da Administração Pública e os demais agentes do Estado e de outras entidades públicas estão exclusivamente ao serviço do interesse público definido pelos órgãos competentes, devendo, no exercício das suas funções, agir com especial respeito pelos princípios de justiça, isenção e imparcialidade, de respeito pelos direitos dos cidadãos e de igualdade de tratamento de todos os utentes, nos termos da lei.*

A Administração Pública em Cabo Verde é, segundo o Decreto-Lei n.° 17/2009, de 15 de junho, estruturada de modo a prestar aos cidadãos um serviço eficiente e de qualidade, obedecendo, designadamente, aos princípios da subsidiariedade, da desconcentração, da descentralização, da racionalização, da avaliação e controlo e da participação dos interessados, sem prejuízo da necessária eficácia e unidade de ação da Administração e dos poderes de direção e superintendência e tutela dos órgãos competentes nos termos da lei.

2.1 MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O desenvolvimento de Cabo Verde, considerando a informação disponibilizada no *site* do governo[1] (https://www.reformadoestado.gov.cv), requer a modernização da sua Administração Pública, assente numa boa governação e na consolidação do estado de direito.

A atual estratégia de modernização da Administração Pública consubstancia-se ao serviço dos cidadãos e das empresas e está suportada pelas seguintes medidas:

- Facilitar a vida dos cidadãos e empresas;
- Expandir a governação eletrónica a todos os níveis de governo com especial incidência nos serviços públicos desconcentrados;
- Desburocratizar e simplificar os procedimentos administrativos em todos os serviços públicos com especial relevância para serviços de finanças, saúde, educação e administração pública;
- Formar e qualificar os recursos humanos, de forma contínua e melhorar as condições de trabalho;
- Adotar critérios modernos de gestão de recursos humanos;
- Conter os custos da administração pública, tanto no que se refere a gastos com pessoal como com bens e serviços;
- Racionalizar e melhorar a eficácia da administração pública;
- Adequar a administração pública aos objetivos de crescimento económico;
- Dotar a instituição de eficiência e rigor na gestão dos recursos organizacionais da administração pública;
- Reforçar a coordenação interdepartamental e dos serviços desconcentrados.

No sentido de concretizar a modernização administrativa em Cabo Verde, o governo atual, conforme se pode ver na sua página oficial (https://www.reformadoestado.gov.cv), suporta-se na utilização das novas tecnologias, *de forma a estimular a mudança da cultura organizacional e a construção de uma administração flexível e interligada,* está assente nos princípios básicos de: *desburocratização e simplificação administrativa, descentralização, transparência, responsabilização, ética, profissionalismo, competitividade e enfoque no cidadão e nas empresas* e privilegia *os serviços mais procurados (saúde, finanças, educação e justiça)*. Para tal materializa-se nas seguintes ações[2]:

- Implementar as redes da Casa do Cidadão;
- Implementar o Portal do Governo de Cabo Verde (https://www.reformadoestado.gov.cv/) e o Portal do Cidadão (https://portondinosilhas.gov.cv/);
- Melhorar a qualidade de acolhimento e atendimento dos cidadãos e dos empresários nos serviços públicos materializando progressivamente as medidas contidas na Lei da Modernização Administrativa;
- Desenvolver modelos e valores gerenciais para o sector público capazes de produzir resultados, desenvolver a cultura de melhoria contínua e excelência na prestação dos serviços públicos e reformar a dimensão gestão do Estado;
- Organizar e avaliar o serviço público em função de objetivos e resultados;
- Criar um programa nacional nos serviços públicos mais procurados, de eliminação de procedimentos desnecessários, eliminação de licenças e autorizações,

[1] Informação disponível em https://www.reformadoestado.gov.cv/index.php/modernizacao-adminstrativa/enq-moderniza-administrativa?showall=&limitstart.

[2] Considerando a informação constante no site da Unidade de Coordenação da Reforma do Estado, www.reformadoestado.gov.cv, consultado em outubro de 2019.

priorizando os serviços das finanças, saúde, justiça e educação, incentivado nomeadamente através da atribuição do Prémio Boas Práticas na Administração Pública;
- Adotar medidas legislativas e um programa de surgimento de organizações da sociedade civil vocacionadas para no quadro de parcerias público/privado assumirem a responsabilidade de gestão de determinados serviços nas áreas da educação, saúde, ação social, ambiente, cultura, equipamento social, etc;
- Rever o regime geral dos institutos públicos, serviços autónomos e fundos visando garantir a eficiência económica nos custos suportados e nas soluções adotadas para prestar serviços;
- Implementar a inspeção administrativa, nomeadamente através da generalização do livro de reclamações e de sugestões nos serviços públicos, com o objetivo de fazer o acompanhamento da aplicação das medidas da lei da modernização administrativa, pelos diversos serviços públicos ao nível de todos o país e nas embaixadas;
- Implementar um programa de qualidade nos serviços públicos sobretudo os voltados para o cidadão e empresas.

A reforma na Administração Pública de Cabo Verde tem como objetivo racionalizar as estruturas e adequar o processo decisório na perspetiva de contribuir para a melhoria do ambiente de negócios. Nesta reforma, os recursos humanos contarão com um conjunto de incentivos que passam, entre outros aspetos pela melhoria de quadro remuneratório (Almeida, 2017).

A Administração Pública deve ser centrada no cidadão e nas empresas, isto é servir as empresas é o mandato da primeira máquina pública. Todo o trabalho que tem que ser feito ao nível do quadro legal, da motivação e da mudança de atitude, tem que ter como objetivo único criar uma capacidade institucional capaz de servir cada vez melhor o cidadão e as empresas (Almeida, 2017).

2.2 REFORMA DO ESTADO

Com a reforma do Estado, o Governo de Cabo Verde implementou uma série de reformas no sector da Administração Pública, com o objetivo de acelerar a modernização e uma melhor adaptação aos novos tempos. De acordo com a informação constante no *site*[3] do Governo de Cabo Verde, de entre essas medidas podem salientar-se:

a) A Redução de Efetivos, comportando os seguintes programas:
   - Programa da Reforma Antecipada;
   - Programa de Abandono Voluntário.

b) Na área da formação, foram realizadas ações de formação nas áreas de secretariado, relações públicas, contabilidade pública, e no planeamento, etc.
c) Recenseamento Geral dos Servidores da Administração Pública e criação e atualização de uma Base de Dados, no âmbito do Projeto de Reforma e Capacitação do Sector Público;
d) Descentralização e reforço municipal tendo as atividades incidido na capacitação institucional e logística dos Municípios;
e) Reforma Legislativa e Modernização do Sistema Judicial, aprofundamento dos

[3] Unidade de Coordenação da Reforma do Estado: www.reformadoestado.gov.cv, consultado em outubro de 2019.

princípios do Estado de Direito democrático e a opção de desenvolvimento centrada no sector privado implicaram a reforma da legislação existente, bem como a introdução de procedimentos e sua adequação na Administração;

f) Reforma do Sistema de Aprovisionamento Público. Esta reforma centrou-se num conjunto de medidas de natureza legal e operativa visando os princípios da transparência no processo das aquisições públicas. Neste sentido, foi produzida legislação para harmonização de procedimentos e garantia de transparência;
g) Criação do Instituto Nacional de Estatística e Conselho Nacional de Estatística;
h) Apoio à Comunicação, que se centrou em atividades nas áreas de formação de Chefias e Jornalistas sobre Gestão Empresarial, técnicas e métodos de divulgação de temas económicos e análise crítica da política económica, gestão da informação, e fornecimentos de equipamentos.
i) Criação da Casa do Cidadão, do Núcleo Operacional de Sistema de informação, do «Porton di nos ilha», da Unidade de Coordenação e da Reforma do Estado, entre outros.

2.3 GOVERNO ELETRÓNICO EM CABO VERDE

A Administração Pública Cabo-Verdiana está a inovar para melhor servir e estar mais próximo dos cidadãos e das empresas, criando serviços públicos com foco no cidadão. Atualmente, com a evolução das novas tecnologias de informação e de comunicação e uma economia baseada na inovação, é importante refletir sobre a Administração Pública e pensar na melhoria contínua da qualidade do serviço prestado.

Segundo Morais (2010) o Governo Eletrónico é o processo de modernização da governação baseada na utilização da tecnologia de informação e comunicação e que coloca o cidadão e as empresas no centro das atenções. A sua implementação na Administração Pública torna-a mais eficaz, eficiente e responsabilizada, permite maior acesso e qualidade da informação pública, promove a melhoria da prestação e da acessibilidade de serviços públicos, aumenta as oportunidades de participação cívica e democrática, tornando a governação. Deste modo, através do Governo Eletrónico e do crescimento da economia digital e da sociedade de informação, o governo promove o desenvolvimento sustentado e contribui para reduzir os níveis de pobreza e as desigualdades sociais ao proporcionar maior acessibilidade aos serviços do Estado e a oportunidades socioeconómicas.

2.3.1 PESI E PAGE

O Programa Estratégico para a Sociedade de Informação (PESI) e o Plano de Ação para a Governação Eletrónico (PAGE) são os dois documentos orientadores da estratégia do governo para a implementação da sociedade de informação e que suportam as várias ações da Reforma do Estado e a transformação competitiva do país fortemente ancorada na utilização intensiva dos recursos tecnológicos e na qualidade dos recursos humanos. *O Plano de Ação para a Governação Eletrónica tem como objetivo definir as linhas de orientação estratégica para o Governo Eletrónico, estabelecendo de forma pragmática e objetiva os eixos de atuação, as ações e projetos, assim como o respetivo calendário de execução, com vista a promover a concentração de esforços e de recursos em torno das prioridades identificadas. O PAGE enquadra-se no Programa Estratégico para a Sociedade de Informação e é a principal ferramenta de planeamento estratégico e execução operacional das políticas para a Sociedade de Informação em Cabo Verde* (Morais, 2010: 24).

A ambição da Reforma do Estado deve assentar na ideia de aumentar a confiança dos cidadãos na democracia e nas instituições. Essa Reforma jamais será completa se ela não for fundamentada na ideia de construção consensual, que permitirá uma diferente capacidade de atuação sobre matérias de sublime importância dentro do sistema

político, nomeadamente, a revisão constitucional, a revisão da lei eleitoral, o regime do financiamento da atividade partidária, a reforma parlamentar, a reforma da justiça, o aprofundamento da descentralização e da desconcentração, a reforma e Administração Pública, etc. (Conselho de Ministros de Cabo Verde, 2005).

3. ESTUDO DE CASO - CASA DO CIDADÃO DA CIDADE DA PRAIA

Neste ponto faz-se a caraterização da instituição que se pretende estudar que é a Casa do Cidadão na Cidade da Praia,[4]nomeadamente a sua visão, missão, valores, a política de sistema de gestão integrada e os produtos e serviços prestados.

A Casa do Cidadão é uma organização que foi institucionalizada pelo Decreto-Lei nº 35/2007, de 29 de outubro. Esta instituição iniciou as suas atividades em novembro de 2007 com abertura do Service Center, serviços de informações pelo telefone, na Cidade da Praia. A abertura do primeiro balcão de atendimento presencial na ilha do Sal foi em 2008, seguida da abertura do balcão da Praia no mesmo ano e em São Vicente em 2010.

A Casa do Cidadão, para garantir a capacidade de resposta às solicitações dos cidadãos e das empresas, disponibilizou os seus serviços e produtos em outros balcões, em parceria com as Câmaras Municipais, Câmaras de Comércios, Direção Geral dos Registos Notariado e de Identificação e de outras instituições com as quais tem acordos a nível de serviços. Dispõe em abril de 2020 de um total de 50 balcões nacionais, nas ilhas de São Vicente, Fogo, Sal e Santiago.

Ainda, para facilitar o acesso dos clientes residentes fora dos centros urbanos, a Casa do Cidadão, lançou o serviço de atendimento móvel, através de viaturas especificamente equipadas.

Para aproximar cada vez mais os cidadãos e assegurar o acesso das comunidades emigradas aos serviços da Casa do Cidadão foi criado o balcão COL (Certidões Online) na diáspora. Nesse momento já tem 43 balcões a servir os cidadãos na diáspora. Lisboa foi a primeira cidade estrangeira contemplada com um balcão da Casa do Cidadão na Embaixada de Cabo Verde em Lisboa, seguindo-se Boston (EUA), no Consulado Geral. Em Portugal ainda existem, balcões em Odivelas e Faro. Também existem outros balcões nas instalações da Loja do Cidadão (projeto português equivalente à Casa do Cidadão. Em Paris (França), Roterdão (Holanda), Roma (Itália) em Madrid (Espanha), Bruxelas (Bélgica), foram recentemente inauguradas novas estruturas da Casa do Cidadão que funcionam junto das representações diplomáticas Cabo-Verdianas nessas cidades.

Brevemente serão instaladas novas estruturas presenciais da Casa do Cidadã em África: em Luanda (Angola) e São Tomé (São Tomé e Príncipe), onde se regista uma significativa presença de comunidades Cabo-Verdianas.

[4] A informação constante neste ponto foi disponibilizada pela Secretária da Diretora da Casa do Cidadão no dia 13 de fevereiro de 2019, pelas 10 horas e 30 minutos, na Cidade da Praia - Cabo Verde.

Para proporcionar uma melhor acessibilidade e qualidade na prestação do serviço, a Casa do Cidadão, segundo a informação presente no site do Porton di nos Ilha (https://portondinosilhas.gov.cv), dispõe de três canais de atendimento:

Canal Presencial: possui vários balcões em todas as ilhas de Cabo Verde e também na Diáspora, nos continentes Europeu, Africano e Americano. A Casa do Cidadão possui duas viaturas, na ilha de Santiago, que asseguram os serviços públicos, junto das comunidades distantes dos centros das cidades.

Canal Web: assegurado pelo portal "Porton di nos Ilha" é a interface de atendimento, que visa essencialmente facilitar, simplificar, e inovar o funcionamento e os serviços prestados disponíveis aos cidadãos nacionais e estrangeiros.

Canal Voz: assegurado pelo Service Center é o centro de prestação de serviços remoto do estado, para servir os cidadãos, tanto em Cabo Verde como na Diáspora. Esse canal tem como objetivo, apoiar os cidadãos na utilização dos serviços da Casa do Cidadão e também fazer o papel de interface entre o Cidadão e a Administração Pública, contribuindo para minimizar as deslocações aos serviços presenciais e, também, contribuir para a descentralização do acesso a informações sobre os serviços públicos.

3.1 POLÍTICAS DE SISTEMAS DE GESTÃO INTEGRADO

Ao promover e operacionalizar uma nova cultura de prestação de serviços públicos centrada nas necessidades do Cidadão e das Empresas, a Casa do Cidadão reconhece a qualidade, ética, preservação do meio ambiente, combate aos acidentes de trabalho e doenças profissionais, como forma de gestão basilares da sua atividade.

A visão, missão e valores da Casa do Cidadão são fundamentais ao seu desenvolvimento, uma vez que ajudam a formar a identidade e a estruturar a sua estratégia. Estes encontram-se definidos no Plano Estratégico e Operacional para a Casa do Cidadão 2017-2021 (Ministério das Finanças, 2017).

VISÃO

A Casa do Cidadão pretende ser a entidade de referência na implementação e gestão de canais de interação presencial e remota para a prestação de serviços públicos a cidadãos e agentes económicos, reconhecida a nível nacional e internacional, contribuindo para a modernização e desenvolvimento de Cabo Verde e para o posicionamento distintivo do país no contexto global (Ministério das Finanças, 2017:6).

MISSÃO

A Casa do Cidadão tem como missão *disponibilizar serviços públicos de terceiros a cidadãos e agentes económicos, em Cabo Verde e na diáspora, através de canais de interação presencial e remota, com qualidade e a um preço justo. Espalhar o seu modelo de atendimento por toda a Administração Pública Cabo-Verdiana e contribuir para a melhoria de desempenho dos canais de interação direta por parte de outras entidades, quer a nível nacional, quer internacional* (Ministério das Finanças, 2017:5).

VALORES

De acordo com Plano Estratégico e Operacional para a Casa do Cidadão 2017-2021 (Ministério das Finanças, 2017) os valores da Casa do Cidadão são:

- Excelência no atendimento - Procura atingir os mais altos padrões de qualidade global de atendimento presencial, quer nos canais sob gestão direta, quer nos canais de parceiros com quem colabora;

- Desenvolvimento e inovação - Foca uma parte significativa dos esforços desenvolvendo os seus colaboradores e inovando nas soluções de atendimento, nos seus processos e sistemas, e na respetiva gestão, para uma contínua melhoria do desempenho global;
- Cooperação e parceria - Trabalha de forma construtiva, cooperante, empenhada e fiável, como equipa e com os seus parceiros e partes interessadas, promovendo as relações humanas e institucionais e tendo sempre como objetivo final a criação e concretização de valor;
- Comunicação e transparência - Comunica e partilha o que fazem, como fazem e porque fazem, interna e extremamente, garantindo a transparência e escrutínio das suas ações;
- Eficiência e sustentabilidade - Seguem as regras de boa gestão, gerindo aos recursos de forma eficiente e parcimoniosa, de forma a garantir sustentabilidade e preços adequados dos serviços prestados.

Neste contexto, a Cada do Cidadão atua de acordo com os seguintes pressupostos:

- Centralizar nas necessidades e satisfação do cidadão e das empresas;
- Reforçar parcerias com as partes interessadas relevantes;
- Prevenir, eliminar ou reduzir os riscos de lesões ou doenças no trabalho;
- Desenvolver as competências internas;
- Pautar pela conformidade com a legislação, regulamentos, normas de referência, código de ética e outros requisitos aplicáveis;
- Rever periodicamente os princípios, objetivos e metas, tendo em conta a análise do contexto organizacional de forma a minimizar os riscos e maximizar as oportunidades organizacionais, nas quais estão incluídos os riscos laborais significativos, de modo a garantir um desenvolvimento sustentado e a melhoria contínua;
- Promover e participar na sensibilização dos serviços da Administração Pública para a implementação da Lei de Modernização Administrativa, Qualidade, Segurança no Trabalho, boas práticas ambientais, visando a satisfação dos cidadãos e das empresas.

3.2 A CASA DO CIDADÃO DA CIDADE DA PRAIA: PRODUTOS E SERVIÇOS

A Casa do Cidadão da Cidade da Praia confere um serviço de excelência, mas deve-se perspetivar no sentido de que todo o serviço público prestado tenha os padrões de qualidade exigidos pela Casa do Cidadão. O que se pretende é que todos os serviços públicos sejam uma verdadeira Casa do Cidadão, com qualidade de serviço prestado, com serviços facilitados, mas também com suporte tecnológico que permita a integração e um serviço mais próximo dos Cidadão e das empresas e também mais rápido em termos de decisão e a um custo muito baixo.

A modernização da Casa do Cidadão levou à concentração num único espaço de serviços aos cidadãos e aos empresários diversos, traduzindo-se numa inovação a nível do atendimento e prestação do serviço público e contribuindo para aumentar a eficiência da Administração Pública, e para aproximar o cidadão e as empresas *da máquina pública*. O serviço da Empresa no Dia ou uma simples Certidão de Nascimento ou Registo Criminal são disso exemplos que contribuíram para que Cabo Verde seja hoje um exemplo da "Boa Governação" em África. Todavia, dada a constante mudança a Casa do Cidadão está a passar por uma fase de transformação e adequação às novas procuras do mercado (Almeida, 2017).

Atualmente a Casa do Cidadão conta com três casas de gestão direta: Praia, Sal e São Vicente, mas os serviços estão descentralizados a nível nacional com presença em

todas as ilhas e praticamente em todos os concelhos, além da diáspora. Nas localidades mais dispersas, funciona a Casa do Cidadão Móvel que tem levado os serviços da instituição, facilitando a vida as pessoas portadoras de deficiência e com dificuldade de mobilidade. Existe ainda um leque de novos serviços a serem integrados na plataforma visando facilitar a vida do Cidadão e evitar que este tenha que se deslocar *de porta em porta* para ter acesso a um determinado serviço. Deve destacar-se o *site Porton di Nos ilha*. Este é o mais novo instrumento de relacionamento da Administração Pública Cabo-Verdiana com os utentes. A partir dessa única *interface*, o cidadão e as empresas podem, de forma segura, simples e rápida, obter informações, interagir e efetuar transações com diversos serviços da Administração Pública.

O portal *Porton Di Nos ilha* traz inúmeras vantagens para o cidadão e as empresas. Entre elas, uma maior rapidez em termos de navegação, maior atratividade e facilidade de interação e acessibilidade a diferentes serviços. Além disso, este portal irá colmatar algumas lacunas na prestação de serviços, tornando o seu acesso mais simplificado e aumentar o leque de serviços oferecidos aos utilizadores.

Porém nem tudo depende só da Casa do Cidadão. Para que seja possível trazer novos serviços para a instituição tem que haver uma forte colaboração, envolvimento, e aposta de outras instituições no processo de integração da informação nas plataformas da Casa do Cidadão.

Em modo de conclusão, pode referir-se que Cabo Verde por ser uma ex-colónia Portuguesa, «bebeu» muito da Administração Portuguesa, em várias áreas. A Loja do Cidadão portuguesa, desenvolveu vários modelos de atendimentos para dar respostas às necessidades dos cidadãos e das empresas. Os utentes valorizam este conceito integrado e estão globalmente satisfeitos com o serviço prestado, percecionando como boa a qualidade do atendimento e destacando a simpatia e profissionalismo dos funcionários. Nas razões assinaladas pelos cidadãos como preferência pela Lojas de Cidadão destaca-se a concentração dos serviços num único local. Para além de proporcionarem conforto e comodidade aos cidadãos, permitem tratar de vários assuntos num mesmo espaço, com ganhos de tempo e redução de custo de deslocação. As lojas também permitem partilhar recursos, infraestruturas e plataformas, potenciando a eficiência e a redução de custos do Estado.

É isso que a Casa do Cidadão de Cabo Verde tem vindo a fazer, reunir em único lugar vários serviços, fazendo com que o utente ganhe tempo e facilitando a vida do cidadão, em relação ao tempo e aos custos de deslocações (Almeida, 2017).

A Tabela 1 mostra um resumo do leque de produtos e serviços públicos oferecidos aos cidadãos e às empresas disponibilizados pela Casa do Cidadão, via presencial e/ou via *online*.

TABELA 1 - PRODUTOS E SERVIÇOS DA CASA DO CIDADÃO.

NO ATENDIMENTO PRESENCIAL:	ONLINE CIDADÃO:
Certidão de Casamento	Certidão de Casamento
Certidão de Perfilhação	Certidão de Perfilhação
Certidão de Nascimento	Certidão de Nascimento
Certidão de Óbito	Certidão de Dívida Fiscal
Certificado de Registo Criminal (apenas certidões negativas)	Certidão de Rendimento para Bolsa de Estudo
Certificado de Rendimento	Declaração do Número de Identificação Fiscal (2ª via)
Certificado de Rendimento para Bolsa de Estudo	Certificado Admissibilidade de Firma
Pedido de Número de Identificação Fiscal (pessoa singular)	Certidão de Casamento
Declaração de Número de Identificação Fiscal (2ª via)	**ONLINE EMPRESA:**
Inscrição no Programa Casa para Todos (expeto nas Unidades Móveis)	Consulta Conta Corrente
Pedido de Certidões Portuguesas	Consulta Declarações
Certificado de Admissibilidade de Firmas	Entrega e Substituição de Declarações
Prorrogação Certificado de Admissibilidade de Firma	Gerar liquidações
Alteração do Certificado de Admissibilidade de Firmas	
Chave de ativação	
Empresa no Dia	
Encerramento Empresa no Dia	
Alteração Empresa no Dia	
Cartão Nacional de Identificação	
Passaporte Eletrónico	

FONTE. HTTPS://PORTONDINOSILHAS.GOV.CV/

De acordo com a Tabela 1, verifica-se que a Casa do Cidadão presta vários serviços aos seus utentes. Entre eles pode destacar-se o serviço Empresa no Dia que veio facilitar a "vida" dos empresários Cabo-Verdianos. De todos os serviços prestados pela instituição, o Cartão Nacional de Identificação e o Passaporte Eletrónico foram introduzidos há pouco tempo. A Casa do Cidadão faz apenas a recolha dos dados do indivíduo, e enviam essa informação à entidade competente responsável (Direção de Emigrantes e Fronteiras) para finalização do processo. No entanto, pode fazer-se o levantamento desses serviços (Cartão Nacional de Identificação e Passaporte Eletrónico) na Casa do Cidadão.

4. METODOLOGIA

Neste estudo empírico pretende-se analisar a perceção que a população da cidade da Praia (Platô), tem sobre a eficiência do atendimento na Casa de Cidadão.

4.1 O MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO E O REGISTO DE DADOS

Neste trabalho foi utilizado o método quantitativo para fazer a análise dos resultados dos inquéritos aplicados. Assim, este método, segundo Barañano (2008) é uma orientação que facilita ao investigador o planeamento da sua investigação, a formulação de hipóteses, a realização de experiências e a interpretação dos seus resultados.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir de material já elaborado, principalmente através de livros e artigos científicos. Procurou-se conhecer de perto a realidade da Administração Pública Cabo-Verdiana e, por conseguinte, quais as estratégias do Governo para tornar esta Administração mais eficiente e para ir ao encontro das inquietações da população Cabo-Verdiana. Segundo Gil (2008) a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no facto de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenómenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Foi desenvolvido um questionário, para saber da eficiência no atendimento na instituição escolhida, para dar resposta aos anseios da população da Cidade da Praia. O questionário foi aplicado entre janeiro e fevereiro do ano 2019. Um questionário segundo Barañano (2008) é a ferramenta para a obtenção de informação em primeira mão, e onde o entrevistador tem bastante conhecimento sobre o tema em análise e foca explicitamente os aspetos essenciais em que tenciona aumentar os seus conhecimentos.

Utilizou-se ainda a metodologia de estudo de caso, que segundo Yin (1984) é uma estratégia de pesquisa que responde à pergunta "como" e "porquê" e que foca contextos da vida real, de casos atuais. Yin (2013) define ainda estudo de caso como uma abordagem empírica que investiga um fenómeno atual no seu contexto real. Esta metodologia é utilizada quando os limites entre determinados fenómenos e o seu contexto não são claramente evidentes e quando são usadas muitas fontes de dados.

Assim, para este estudo de caso, foi escolhida a Casa do Cidadão na Cidade da Praia. Esta é uma instituição de referência no processo da modernização da Administração Pública em Cabo Verde, e através dos seus serviços, dá respostas aos utentes que procuram a instituição para resolverem os seus problemas contribuindo assim para uma Administração eficiente.

4.2 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA PARA RECOLHA DE DADOS

A presente investigação ocorreu na Casa do Cidadão da Cidade da Praia. Os intervenientes foram os cidadãos que regularmente ou não procuram esta instituição para resolver os seus problemas. O universo deste estudo engloba uma população de cerca de 155 252 habitantes do Concelho da Praia em Cabo Verde (Instituto Nacional de Estatística, 2016). Tuckman (2000) entende por população (ou universo) o grupo em relação ao qual incide o estudo e a amostra é constituída pelos elementos desse grupo, selecionados para participar no estudo.

Segundo Carmo e Ferreira (1998:191) "o número de elementos de uma população é demasiado grande para ser possível, dado o custo e o tempo, observá-los na sua totalidade, sendo então necessário proceder-se à seleção de elementos pertencentes a essa população ou universo". Assim, "a amostra é um subconjunto de uma população ou de um grupo de sujeitos que fazem parte de uma mesma população (Fortin, 2000:202).

Um passo importante a ter em consideração antes de iniciar o cálculo do tamanho da amostra é definir qual o erro amostral para o estudo a realizar. Neste estudo, definiu-se um grau de confiança de 95% para uma margem de erro de 5% donde resultou a inquirição de 368 indivíduos. Assim, na impossibilidade de inquirir toda a população que frequenta a instituição em estudo, foi aplicado um inquérito de forma aleatória a 368 indivíduos que se deslocaram à Casa do Cidadão na Cidade da Praia, de janeiro e fevereiro do ano 2019, como já foi referido.

4.3 INSTRUMENTO DE RECOLHA DE DADOS

O instrumento de recolha de dados foi o inquérito por questionário que se apresenta dividido em duas partes:

A primeira parte compreende a caracterização geral do inquirido (sociodemográfica), o número de vezes que o inquirido se desloca à Casa do Cidadão e obre a existência de livro de reclamações da Instituição. Nesta parte foram colocadas questões relacionadas com a idade, sexo, habilitações literárias, número de filhos, situação profissional e número de vezes que frequenta a Casa do Cidadão por ano.

A segunda parte inclui as cinco dimensões, usadas por Parasuraman, Ziethaml e Berry (1988) Confiabilidade; Atendimento; Segurança; Empatia; e Tangibilidade para avaliar a satisfação dos inquiridos sobre a qualidade dos serviços prestados pela Casa do Cidadão da Cidade da Praia. Refira-se que a eficiência dos serviços (a que se pode acrescentar qualidade (Sadeh, 2017), pode, segundo Fai, Ioi, e Jiao (2015), ser medida pelo grau de satisfação dos utilizadores do serviço, que depende da perceção que os utentes têm sobre a prestação do serviço.

Foi pedido aos inquiridos que avaliassem todos os itens das diferentes dimensões numa escala de *Likert* de satisfação (em que 1 corresponde a insatisfação e 5 muita satisfação). As dimensões incluem:

- Confiabilidade: A capacidade de executar o serviço prometido de maneira confiável e precisa;
- Atendimento: A vontade de ajudar os clientes e de fornecer um serviço rápido;
- Segurança: O Conhecimento e cortesia dos funcionários e a sua capacidade de transmitir confiança;
- Empatia: O esforço de cuidar, e dar atenção individualizada ao consumidor;
- Tangibilidade: A aparência das facilidades, dos equipamentos e dos materiais de comunicação.

4.4 DEFINIÇÃO DE HIPÓTESES

Köche (2013) define hipótese como explicação, condição ou princípio, em forma de proposição declarativa, que relaciona entre si as variáveis que dizem respeito a um determinado fenómeno ou problema.

Com este estudo pretende perceber-se a visão dos utentes no que diz respeito à eficiência da Administração Pública Cabo-Verdiana e encontrar de forma clara as estratégias para melhorar a questão de atendimento nas instituições públicas em Cabo Verde. Assim, como objetivos específicos, pretende-se:

- Saber em que medida a Casa do Cidadão têm contribuído para a eficiência da Administração Pública em Cabo Verde.
- Descrever e caracterizar os fatores que poderão influenciar o atendimento aos utentes da Casa do Cidadão.
- Avaliar a eficiência no Atendimento nos Balcões da Casa do Cidadão na Cidade da Praia.

Tendo em conta o objetivo da pesquisa procurou-se analisar a eficiência administrativa da Casa do Cidadão na Cidade da Praia nas dimensões referidas e verificar se o nível de satisfação nessas dimensões variava em função do género, escalão de idades, nível de escolaridade, estado civil, atividade profissional do inquirido e o número de vezes que inquirido vai à Casa do Cidadão por ano.

Como consequência, foram formalizadas as seguintes hipóteses:

H1: A satisfação com os serviços prestados pela Casa do Cidadão na Cidade da Praia está relacionada com as condições sociodemográficas do utente;
H2: A satisfação com os serviços prestados pela Casa do Cidadão na Cidade da Praia é influenciada pelo número deslocações à Casa do Cidadão, pelo utente.

5. ANÁLISE E TRATAMENTO ESTATÍSTICO DOS DADOS

Neste ponto procede-se à apresentação e discussão dos resultados obtidos a partir da análise do questionário aplicado aos utentes da Casa do Cidadão da Cidade da Praia, Cabo Verde. O tratamento de dados foi feito no programa estatístico SPSS *Statistics 25*.

5.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA AMOSTRA

Os inquiridos na sua maioria são do género feminino (53%), a idade varia entre os 18 a +60 anos, sendo que a maioria (48,9%) se situa no escalão 31 a 44 anos. Quanto ao nível de escolaridade a maioria, (45,7%), dos inquiridos possui uma licenciatura e 60,6% são solteiros (Tabela 2).

TABELA 2. DADOS GERAIS DOS INQUIRIDOS

		Frequência	Percentagem
Género	Masculino	173	47,0
	Feminino	195	53,0
Idade	18-30	95	25,8
	31-44	180	48,9
	45-60	77	20,9
	mais 60	16	4,3
Escolaridade	1° Ciclo	22	6,0
	2° Ciclo	44	12,0
	Secundário	76	20,7
	Bacharelato	26	7,1
	Licenciatura	168	45,7
	Mestrado	32	8,7
Estado Civil	Solteiro	223	60,6
	Casado/ União de Facto	93	25,3
	Divorciado	34	9,2
	Viúvo	7	1,9
	Outro	11	3,0
Atividade Profissional	Funcionário Público	113	30,7
	Funcionário do Sector Privado	96	26,1
	Empresário	9	2,4
	Reformado	16	4,3
	Desempregado	58	15,8
	Estudante	32	8,7
	Outra	44	12,0
N° de Filhos	Nenhum	86	23,4
	1-3	203	55,2
	4-7	56	15,2
	+7	23	6,3

A maior parte dos inquiridos são funcionários públicos (30,7%) e funcionários do setor privado (26,1%) sendo que 55,2% têm entre 1 a 3 filhos.

Na Tabela 3, pode verificar-se que 73,4% dos inquiridos responderam que vão entre 1 a 2 vezes por ano, à Casa do Cidadão, 84,3% dizem conhecer a existência do livro de reclamações e 92% referem nunca o ter usado.

TABELA 3. NÚMERO DE VEZES QUE OS INQUIRIDOS FREQUENTAM A CASA DO CIDADÃO POR ANO E CONHECIMENTO E USO DO LIVRO DE RECLAMAÇÕES

		FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
Nº de vezes que vai a casa do Cidadão por ano	1-2	270	73,4
	3-5	62	16,8
	+5	36	9,8
Têm conhecimento da existência do livro de reclamações	Sim	310	84,2
	Não	58	15,8
Uso do Livro de Reclamações	Sim	29	7,9
	Não	339	92,1

5.2 ANÁLISE DESCRITIVA

Para estudar a perceção que os inquiridos têm da eficiência dos serviços prestados pela Casa do Cidadão efetuou-se a análise descritiva das dimensões definidas e das variáveis que englobam cada uma das dimensões. Apresenta-se a média e desvio padrão, bem como a percentagem de respostas de cada item.

Através de uma análise pormenorizada da Tabela 4, verifica-se que os inquiridos na dimensão da Confiabilidade apresentam uma satisfação média de 3,72 (numa escala de Likert de 1 a 5) e um desvio padrão de 0,774. Nesta dimensão, o item onde os inquiridos se encontram mais satisfeitos é sobre se os funcionários são competentes para resolver os problemas dos utentes e o item onde se encontram menos satisfeitos é se o serviço prestado pela Instituição é realizado conforme o prometido.

A dimensão do Atendimento assume um valor médio de satisfação de 3,78 e um desvio padrão de 0,746. O item com maior satisfação é sobre o atendimento em geral e o item com menor satisfação é o relativo ao tempo de espera para ser atendido.

A dimensão Segurança apresenta um valor médio de satisfação de 4, e um desvio padrão de 0,606. Nesta dimensão todos os itens apresentam valores de satisfação igual ou acima de 4,0, denunciando que os inquiridos se sentem muito satisfeitos em termos de segurança.

Na dimensão Empatia, os inquiridos também se encontram muito satisfeitos, apresentando esta dimensão um valor médio de 4,03 e um desvio padrão de 0,579. Nesta dimensão, o item onde os inquiridos se encontram mais satisfeitos é sobre a cordialidade dos funcionários e o item com menor satisfação é o relativo ao custo dos serviços prestados.

A dimensão Tangibilidade apresenta um valor médio de 4,06 e um desvio padrão de 0,600. Os inquiridos referem que estão menos satisfeitos no que diz respeito ao conforto e à comodidade da Instituição e estão mais satisfeitos com a apresentação dos funcionários.

TABELA 4. PERCEÇÃO DOS INQUIRIDOS PELOS ITENS E DIMENSÕES

	N	%					Média	Desvio Padrão
		1	2	3	4	5		
CONFIABILIDADE								
A Instituição realiza os serviços no prazo prometido?	368	6,8	6,5	11,1	57,9	17,7	3,73	1,044
O serviço é realizado conforme o prometido?	368	3,3	12,8	11,4	59,0	13,6	3,67	0,973
Como avalia o horário de atendimento ao público.	368	1,9	10,9	18,5	51,6	17,1	3,71	0,939
Os funcionários são competentes para resolver os problemas dos utentes?	368	2,7	9,0	14,1	56,3	17,9	3,78	0,936
Confiabilidade	**368**	**3,7**	**9,8**	**13,8**	**56,2**	**16,6**	**3,72**	**0,774**
ATENDIMENTO								
	N	%					Média	Desvio Padrão
		1	2	3	4	5		
Como considera o atendimento?	368	1,9	5,2	13,0	62,0	17,9	3,89	0,823
Considera que houve objetividade na informação prestada?	368	1,1	6,5	12,0	64,4	16,0	3,88	0,791
Relativamente ao tempo de espera, como avalia?	368	4,6	10,6	17,7	53,8	13,3	3,61	0,998
Qual é o grau de satisfação relativamente ao problema apresentado?	368	4,6	8,4	13,6	56,3	17,1	3,73	0,994
Atendimento	**368**	**3,1**	**7,7**	**14,1**	**59,1**	**16,1**	**3,78**	**0,746**
SEGURANÇA								
	N	%					Média	Desvio Padrão
		1	2	3	4	5		
Os funcionários transmitem segurança aos utentes?	368	1,1	2,2	9,8	69,6	17,4	4,00	0,677
A Instituição possui funcionários dedicados e respeitosos?	368	1,4	1,9	6,8	70,4	19,6	4,05	0,679
Os funcionários transmitem clareza durante o atendimento?	368	1,1	3,3	8,7	66,6	20,4	4,02	0,721
A Casa do Cidadão respeita os direitos e os deveres dos utentes/ consumidores?	368	1,6	2,2	8,4	67,7	20,1	4,02	0,721
Segurança	**368**	**1,3**	**2,4**	**8,4**	**68,5**	**19,4**	**4,02**	**0,606**
EMPATIA								
	N	%					Média	Desvio Padrão
		1	2	3	4	5		
Recomenda esta instituição a outros?	368	0,8	1,4	9,0	68,5	20,4	4,06	0,647
Satisfação em relação ao custo dos serviços prestados.	368	0,8	2,2	14,1	67,1	15,8	3,95	0,677
Os funcionários são cordiais?	368	0,8	3,5	5,4	67,7	22,6	4,08	0,700
Os horários dos atendimentos são proveitosos para os utentes?	368	2,4	2,7	7,3	63,0	24,5	4,04	0,804
Empatia	**368**	**1,2**	**2,4**	**9,0**	**66,6**	**20,8**	**4,03**	**0,579**
TANGIBILIDADE								
	N	%					Média	Desvio Padrão
		1	2	3	4	5		
Como classifica o conforto e a comodidade na instituição referida?	368	3,0	3,0	5,4	70,9	17,7	3,97	0,788
Como classifica a instalação (edifício) da Casa do Cidadão?	368	1,1	3,8	6,8	67,9	20,4	4,03	0,723
Como classifica a higiene e a limpeza da instituição?	368	1,1	2,2	6,8	67,9	22,6	4,08	0,688
Os funcionários estão bem apresentados?	368	1,6	1,4	5,2	67,4	28,5	4,16	0,717
Tangibilidade	**368**	**1,7**	**2,6**	**6,0**	**67,4**	**22,3**	**4,06**	**0,600**

Em suma, constata-se que os inquiridos se encontram mais satisfeitos com a Casa do Cidadão nas questões da Tangibilidade e menos satisfeitos na dimensão Confiabilidade. Assim, é de realçar que há maior concordância e satisfação dos inquiridos em termos de apresentação dos funcionários da Casa do Cidadão, em termos de higiene e a limpeza da Instituição (Dimensão Tangibilidade) e da cordialidade e gentileza dos funcionários (Dimensão Empatia) e menos satisfeitos com o tempo de espera para ser atendido (Dimensão Atendimento) e com o serviço prestado pela Instituição estar conforme o prometido (Dimensão Confiabilidade).

5.3 TESTE DE HIPÓTESES

De seguida procurou verificar-se se existem diferenças significativas nas diferentes dimensões apresentadas por género, escalão de idades, nível de escolaridade, estado civil, atividade profissional do inquirido e número de vezes que inquirido vai à Casa do Cidadão por ano (Tabelas 5 a 10).

Para explorar o impacto do género nas diferentes Dimensões de eficiência da Casa do Cidadão foi feita a Análise do Teste-T de Amostras Independentes (Tabela 5). Relativamente ao género verifica-se nas diferentes dimensões não há diferenças com significado estatístico relativamente ao género.

TABELA 5. TESTE DE T DE AMOSTRAS INDEPENDENTES COM BASE NO GÉNERO

	Teste de Levene para igualdade de variâncias		teste-t para Igualdade de Médias						
	z	Sig.	t	df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média	Erro padrão de diferença	Confiança da Diferença	
								Inferior	Superior
Confiabilidade	6,051	0,014	-1,783	366	0,075	-0,14379	0,08063	-0,30235	0,01477
			-1,761	329,754	0,079	-0,14379	0,08167	-0,30446	0,01688
Atendimento	0,043	0,836	-0,503	366	0,615	-0,03925	0,07801	-0,19266	0,11415
			-0,505	364,550	0,614	-0,03925	0,07775	-0,19214	0,11363
Segurança	1,151	0,284	1,208	366	0,228	0,07640	0,06326	-0,04799	0,20080
			1,229	355,930	0,220	0,07640	0,06219	-0,04591	0,19872
Empatia	0,977	0,324	0,560	366	0,576	0,03391	0,06058	-0,08522	0,15304
			0,568	360,196	0,570	0,03391	0,05970	-0,08349	0,15132
Tangibilidade	0,501	0,480	-0,886	366	0,376	-0,05555	0,06273	-0,17891	0,06781
			-0,886	362,036	0,376	-0,05555	0,06267	-0,17880	0,06770

Para explorar o impacto da idade, do nível de escolaridade, do estado civil, da atividade profissional e do número de vezes que o utente se dirige à Casa do Cidadão nas diferentes dimensões de eficiência da Casa do Cidadão, utilizou-se a análise da variância entre grupos (ANOVA).

Assim, por escalão de idades verificam-se diferenças relativas com significado estatístico nas dimensões Confiabilidade e Tangibilidade (Tabela 6). Salientando-se que os escalões mais jovens são os que apresentam maior nível de satisfação nestas duas dimensões.

TABELA 6. ANOVA COM BASE NO ESCALÃO DE IDADES

ANOVA					
	Soma dos Quadrados	Df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Confiabilidade	9,084	3	3,028	5,225	0,002
Atendimento	2,904	3	0,968	1,749	0,157
Segurança	1,482	3	0,494	1,349	0,258
Empatia	0,372	3	0,124	0,367	0,777
Tangibilidade	3,206	3	1,069	3,013	0,030

Atendendo ao nível de escolaridade, Tabela 7, verifica-se que não existem diferenças com significado estatístico nas diferentes dimensões de satisfação em análise.

TABELA 7. ANOVA COM BASE NA ESCOLARIDADE

ANOVA					
	Soma dos Quadrados	Df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Confiabilidade	2,491	5	0,498	0,829	0,530
Atendimento	3,457	5	0,691	1,246	0,287
Segurança	2,111	5	0,422	1,152	0,332
Empatia	2,555	5	1	1,533	0,179
Tangibilidade	3,017	5	1	1,689	0,136

Em relação ao Estado Civil do inquirido existem diferenças com significado estatístico na Confiabilidade e Atendimento. Os mais satisfeitos na Confiabilidade são os inquiridos solteiros. Em termos de Atendimento são os solteiros e os que assinalaram outro como estado civil os mais satisfeitos.

TABELA 8. ANOVA COM BASE NO ESTADO CIVIL

ANOVA					
	Soma dos Quadrados	Df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Confiabilidade	14,018	4	3,505	6,175	0,000
Atendimento	7,562	4	1,891	3,488	0,008
Segurança	3,369	4	0,842	2,326	0,056
Empatia	1,933	4	0,483	1,446	0,218
Tangibilidade	3,211	4	0,803	2,257	0,063

Em termos de atividade profissional só existem diferenças com significado estatístico na dimensão Confiabilidade (Tabela 9). Os mais satisfeitos são os empresários seguindo-se os funcionários da função pública.

TABELA 9. ANOVA COM BASE NA ATIVIDADE PROFISSIONAL

ANOVA					
	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Confiabilidade	9,294	6	1,549	2,653	0,016
Atendimento	2,223	6	0,371	0,662	0,681
Segurança	0,861	6	0,143	0,387	0,888
Empatia	1,175	6	0,196	0,579	0,747
Tangibilidade	3,509	6	0,585	1,639	0,135

Em termos de vezes que o utente inquirido frequenta a Casa do Cidadão por ano só existem diferenças estatísticas em relação à Confiabilidade e são os que vão em média 3-4 vezes à Casa do Cidadão os mais satisfeitos (Tabela 10).

TABELA 10. ANOVA COM BASE NO NÚMERO DE VEZES QUE FREQUENTA A CASA DO CIDADÃO

ANOVA					
	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Confiabilidade	4,154	2	2,077	3,512	0,031
Atendimento	1,720	2	0,860	1,549	0,214
Segurança	0,273	2	0,137	0,370	0,691
Empatia	0,967	2	0,484	1,444	0,237
Tangibilidade	0,050	2	0,025	0,069	0,933

Resumindo, considera-se que se verificam as duas hipóteses anteriormente definidas. A satisfação com os serviços prestados pela Casa do Cidadão na Cidade da Praia está relacionada com as condições sociodemográficas do utente, nomeadamente com a satisfação com as dimensões Confiabilidade e Tangibilidade que dependem dos utentes mais jovens em termos de escalão de idade, com as dimensões de Confiabilidade e Atendimento que dependem dos cidadãos solteiros, e com a Confiabilidade que está relacionada com a atividade profissional, confirmando-se assim H1 nestas dimensões.

Também a satisfação com os serviços prestados pela Casa do Cidadão na Cidade da Praia é influenciada pelo número deslocações à Casa do Cidadão, pelo utente, principalmente a dimensão de Confiabilidade, confirmando H2, nesta dimensão.

CONCLUSÃO

Neste estudo foram traçados como objetivos estudar a visão dos utentes no que diz respeito à questão da eficiência na Administração Pública Cabo-Verdiana. Neste sentido, efetuou-se uma pesquisa bibliográfica sobre a questão da eficiência na Administração Pública Cabo-Verdiana. Com esta pesquisa pretende-se encontrar de forma clara as melhores estratégias para melhorar a questão de atendimento nas instituições públicas em Cabo Verde. Assim, como objetivos específicos, pretende-se:

- Saber em que medida a Casa do Cidadão têm contribuído para a eficiência da Administração Pública em Cabo Verde.
- Descrever e caracterizar os fatores que poderão influenciar o atendimento aos utentes da Casa do Cidadão.
- Avaliar a eficiência no Atendimento nos Balcões da Casa do Cidadão na Cidade da Praia.

Cabo Verde é um país pequeno insular, em desenvolvimento e sem dúvida está dia após dia a crescer e os governos a fazer de tudo para dar respostas às necessidades da população em todas as áreas não só no campo administrativo que continua a ser o maior desafio de todos eles.

A reforma do Estado em Cabo Verde conduziu a uma série de reformas no sector da Administração Pública, com o objetivo de acelerar a modernização e uma melhor adaptação aos novos tempos. A Administração Pública sofreu reformas profundas de modo a torná-la mais eficiente para servir bem e melhor os Cabo-verdianos e para estar mais próximo dos cidadãos e das empresas, criando serviços públicos com foco no cidadão.

A Casa do Cidadão na Cidade da Praia foi a instituição escolhida neste projeto aplicado. Esta é uma instituição de referência no processo da modernização da Administração Pública em Cabo Verde, e através dos seus serviços, dá respostas aos utentes que procuram a instituição para resolverem os seus problemas contribuindo assim para uma Administração eficiente. A Casa do Cidadão de Cabo Verde apresenta-se como um serviço de excelência, reunindo num único lugar vários serviços, facilitando a vida do cidadão de Cabo Verde.

Para alcançar os objetivos apresentados, desenhou-se um questionário que foi aplicado a uma amostra dos residentes no Concelho da Praia - Cabo Verde, que frequentam a Casa do Cidadão.

As conclusões apontam para que os utentes do género feminino foram aqueles que mais recorreram aos serviços da Casa do Cidadão. Além disso, constata-se que os inquiridos se encontram mais satisfeitos com a Casa do Cidadão nas questões da Tangibilidade e menos satisfeitos na dimensão Confiabilidade. Assim, é de realçar que há maior concordância e satisfação dos inquiridos em termos de apresentação dos funcionários da Casa do Cidadão, em termos de higiene e a limpeza da Instituição (Dimensão Tangibilidade) e da cordialidade e gentileza dos funcionários (Dimensão Empatia) e menos satisfeitos em relação ao tempo de espera para ser atendido (Dimensão Atendimento) e do serviço prestado pela Instituição estar conforme o prometido (Dimensão confiabilidade).

Os resultados alcançados neste estudo poderão contribuir para a definição de políticas públicas que conduzam à melhoria da qualidade e eficiência dos serviços da Casa do Cidadão Cabo-verdiana, em particular, e à Administração Pública Cabo-verdiana, em geral. Em termos de contributos científicos o estudo fornece novos ensinamentos sobre a temática em causa e sobre o contributo específico das Casas do Cidadão em termos de reforma da Administrativa e ganhos de eficiência e eficácia na Administração Publica.

A Casa de Cidadão na Cidade da Praia é considerada pelo Governo, uma instituição de referência, entretanto segundo os resultados do inquérito peca no quesito tempo de espera para ser atendido.

Um dos grandes desafios da Administração Pública Cabo-Verdiana é melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços prestados aos cidadãos do país e ao mesmo tempo, tornar o cidadão mais exigente em relação aos serviços a que tem direito.

Este trabalho de investigação tem algumas limitações, nomeadamente, a parte empírica. Apenas se utilizou o estudo de uma das Casas do Cidadão. Também o ter-se escolhido só a população da Cidade da Praia para fazer o estudo, sabendo que existem outras lojas da Casa do Cidadão noutras ilhas de Cabo Verde, é sem dúvida uma das limitações deste estudo. O ponto de vista interno da instituição não foi considerado no estudo, o que poderia dar uma visão mais completa das dificuldades sentidas.

De futuro, e na continuação deste estudo, deverá ser efetuado outro estudo mais exaustivo, percorrendo todas as ilhas de Cabo Verde e efetuando um levantamento de dados em outras lojas da Casa do Cidadão. Este estudo poderá ainda ser efetuado junto das Casas do Cidadão espalhadas pelo mundo, para que haja um levantamento mais rigoroso, utilizando um questionário presencial.

REFERÊNCIAS

Almeida, D. (2017). Empresas e Negócios de Cabo Verde, *Revista Iniciativa*, 80, 6-7.

Andrade, S. (2016). *Análise Crítica: Teoria da Burocracia*. Disponível em: https://www.trabalhosgratuitos.com/Humanas/Marketing/AN%C3%81LISE-CRITICA-TEORIA-DA-BUROCRACI-1017186.html. Consultado: 27/10/19.

Barañano, A. M. (2008). *Métodos e técnicas de investigação em gestão-Manual de apoio à realização de trabalhos de investigação* (2ª edição). Lisboa: Edições Sílabo.

Carmo, H., & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da Investigação - Guia para Autoaprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

Conselho de Ministros de Cabo Verde (2005). *Plano de Acção para Governação Eletrónica: uma Governação mais próxima dos Cidadão*. Disponível em : https://www.reformadoestado.gov.cv/index.php?Itemid=370 . Consultado: 27-10-2019.

Constituição da República de Cabo Verde (1999). *Princípios Gerais da Administração Pública*. Disponível em: http://www.icrc.org/ihlat.nsf/162d151af444ded44125673e00508141/1437105f604ce363c1257082003ea54a/$FILE/Constitution%20Cape%20Verde%20-%20POR.pdf . Consultado: 15-10-2019.

Fai, S. Y., Ioi, S. K, & Jiao, C. (2015). Métodos para Avaliar a Eficiência de Serviços Públicos em Macau: Uma Discussão. *Administração*,110 (28), 1025-1042.

Farah, M. (2011). *Administração pública e políticas públicas. Revista De Administração Públic*. 45(3), 813-836. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7016/5575. Consultado: 27/01/19

Fortin, M. F. (2000). *O Processo de Investigação - Da Conceção à Realização*. Loures: Lusociência.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Editora Alta S.A.

Gustafsson, C. (1983). Efficiency and related rules for organizational action. *International Studies of Management & Organization*,13(3), 62-68.

Hernandez, L. M. G. (2011). *Memória e história: administração para o desenvolvimento (1980-1990)*. Cabo Verde: Secretaria de Estado da Administração Pública, 23.

Hood, C. (1995). The "new public management" in the 1980s: Variations on a theme. *Accounting, Organizations and Society*, 20(2-3), 93-109.

Hughes, O. E. (2012). *Public management and administration: An introduction*. New York: Macmillan International Higher Education.

Instituto Nacional de Estatística (2016). *Anuário Estatístico de Cabo Verde*. Disponível em: www.ine.cv, Consultado: 12/09/19.

Köche, J. C. (2013). *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. 33ª edição.Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Lacombe, F., & Heilborn, G. (2008). *Administração: Princípios e Tendência*. 1° Edição. São Paulo: Saraiva.

Ministério das Finanças (2017). *Plano Estratégico e Operacional para a Casa do Cidadão 2017-2021. Sumário*. Cabo Verde: Ministério das Finanças de Cabo Verde.

Moraes, L. (2019). *Críticas ao Modelo burocrático de Max Weber*. Disponível em: https://br.psicologia-online.com/caracteristicas-da-teoria-da-burocracia-de-weber-14.html. Consultado: 27/10/19.

Morais, L. E. (2010). E-Gov em Cabo Verde: análise do impacto do Governo Electrónico na população Cabo-Verdiana. *Tese de Mestrado*. Lisboa: ISCTE. Disponível em https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/4865. Consultado em 30/11/2020.

Parasuraman, A., Ziethaml, V.A., & Berry (1988).SERVQUAL: A Multiple-item Scale for measuring consumer perceptions of service quality. *Journal of Retailing*. 62 (1), 12-40.

Roegiers, X., & Kitele, J. M. (1993). Metodologia da recolha de dados. Lisboa: Instituto Piaget.

Sadeh, E.(2017). Interrelationships among quality enablers, service quality, patients' satisfaction and loyalty in hospitals. *The TQM Journal*, 29 (1). 101-117.

Santiago, R., Magalhães, A. M., & Carvalho, T. (2005). *O surgimento do managerialismo no sistema de ensino superior português*. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Tuckman, B. (2000). *Elaboração de questionários. Manual de investigação em educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Unidade de Coordenação da Reforma do Estado (2013). *Casa do Cidadão*. Disponivel em: http://www.reformadoestado.gov.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=92&itemid=518. Consultado: 21-11-2019

Weber, M. (1947). *The theory of economic and social organization. Trans*. AM Henderson and Talcott Parsons. New York: Oxford University Press.

Yin, R. (1984). *Case study research. Beverly Hills*. Sage publications.

Yin, R. (2013). *Case Study Research:Design and Methods*. Beverly Hills: Sage publications.

LEIS

Decreto-Lei n.° 17/2009, de 15 de junho. Boletim Oficial da República de Cabo Verde numero 24/2009 - I Série. Estabelece o regime de organização, funcionamento e avaliação de estágios profissionais na Administração Pública. Conselho de Ministros (2009). Disponível em: https://kiosk.incv.cv/V/2009/6/15/1.1.24.237/p401.

Decreto-Lei n° 35/2007, de 29 de outubro. Boletim Oficial da República de Cabo Verde número 39/2007 - I Série. Casa do Cidadão. Conselho de Ministros (2007). Disponível em: https://kiosk.incv.cv.

WEBGRAFIA

https://kiosk.incv.cv/ Consultado em novembro de 2019

http://www.rcc.gov.pt/Directorio/Temas/AE/Paginas/Porton-di-nos-ilha-.aspx. Consultado em novembro de 2019

http://www.reformadoEstado.gov.cv/. Consultado em outubro de 2019.

https://antoniocv.wordpress.com/2015/09/01/localizacao-geografica-de-cabo-verde/comment-page-1/. Consultado em novembro de 2019

https://portondinosilhas.gov.cv/ Consultado em outubro, novembro e dezembro de 2019

https://portondinosilhas.gov.cv/ Consultado em outubro, novembro e dezembro de 2019

https://www.ama.gov.pt/ Consultado em novembro de 2019

https://www.governo.cv/ Consultado em outubro, novembro e dezembro de 2019

https://www.reformadoestado.gov.cv/index.php/modernizacao-adminstrativa/enq-moderniza-administrativa Consultado em novembro de 2019

THE IMPORTANCE OF SERVICE VALUE AND CORPORATE IMAGE ON CUSTOMER SATISFACTION IN PORTUGUESE MOBILE BANKING SERVICES

A IMPORTÂNCIA DO VALOR DO SERVIÇO E DA IMAGEM CORPORATIVA NA SATISFAÇÃO DO CLIENTE EM SERVIÇOS DE BANCA NO TELEMÓVEL EM PORTUGAL **PT**

—

LA IMPORTANCIA DEL VALOR DEL SERVICIO Y LA IMAGEN CORPORATIVA EN LA SATISFACCIÓN DEL CLIENTE EN LOS SERVICIOS DE BANCA MÓVIL EN PORTUGAL **ES**

ANABELA FRAGATA
CI&DEI Centro de Estudos em Educação e Inovação. Instituto Politécnico de Viseu
✉ afragata@estgl.ipv.pt

LUÍSA PAULA CRUZ LOPES
CERNAS Research Centre, Instituto Politécnico de Viseu
✉ lvalente@amb.estv.ipv.pt

HELENA PORTUGAL
CI&DEI Centro de Estudos em Educação e Inovação. Instituto Politécnico de Viseu
✉ hteixeira@estgl.ipv.pt

Fragata, A., Lopes, L. & Portugal, H. (2021). The importance of service value and corporate image on customer satisfaction in portuguese mobile banking services. *Egitania Sciencia*, 29 (jun/dez), pp.83-100.

Submitted: 22 th September 2020
Accepted: 19th September 2021

THE IMPORTANCE OF SERVICE VALUE AND CORPORATE IMAGE ON CUSTOMER SATISFACTION IN PORTUGUESE MOBILE BANKING SERVICES

RESUMO

Este artigo pretende examinar empiricamente a criação de satisfação do cliente, juntamente com a influência do valor do serviço, imagem corporativa e confiança nos serviços de banca móvel, no contexto português. A relação negativa entre a satisfação do cliente e a intenção de troca de marca também foi testada.

Os dados foram analisados através de análises exploratórias e confirmatórias e foi extraído um modelo de equações estruturais de 120 inquiridos portugueses. Os resultados sugerem um forte impacto da imagem corporativa no valor do serviço e ambos estão positivamente relacionados com a satisfação do cliente.

Palavras-chave: *Banca no telemóvel, Satisfação do Cliente, Imagem Corporativa, Valor do Serviço, Confiança, Intenção de Mudança.*

ABSTRACT

This paper intends to empirically examine the creation of customer satisfaction, along with the influence of service value, corporate image and trust in Portuguese mobile banking services. The negative relationship between customer satisfaction and brand switching intention was also tested.

The data was analysed by employing exploratory as well as confirmatory analysis and a Structural Equation Model was extracted from 120 Portuguese respondents. The results suggest a strong impact of corporate image in service value and both are positively related with customer satisfaction.

Keywords: *Mobile Banking, Customer Satisfaction, Corporate Image, Service Value, Trust, Switching Intention.*

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo examinar empíricamente la creación de satisfacción del cliente, junto con la influencia del valor del servicio, la imagen corporativa y la confianza en los servicios de banca móvil en Portugal. También se probó la relación negativa entre la satisfacción del cliente y la intención de cambio de marca.

Los datos se analizaron empleando análisis exploratorio y confirmatorio y se extrajo un modelo de ecuación estructural de 120 encuestados portugueses. Los resultados sugieren un fuerte impacto de la imagen corporativa en el valor del servicio y ambos se relacionan positivamente con la satisfacción del cliente.

Palabras clave: *banca móvil, satisfacción del cliente, imagen corporativa, valor del servicio, confianza, intención de cambio.*

INTRODUCTION

Mobile banking is the breakthrough technology in banking sector which has significantly improved efficiency of banks and people's quality of life. Banks seem particularly interested in such systems that provide their customers with better services (Siyal et al., 2019)acceptance of and loyalty to m banking depends on how effectively banks motivate their customers to adopt the technology and retain their continued use. The adoption rate in China is very low and quite a few studies have focused on issues related to m banking. The purpose of this study is to examine factors that affect m banking adoption and usage intentions of Chinese bank customers. The proposed model has extended the technology acceptance model (TAM. Mobile banking is defined as a product or service offered by a bank for conducting financial and non-financial transactions, using a mobile device, namely mobile phone, smartphone, or tablet (Shaikh & Karjaluoto, 2015)but technologies and applications also have begun to focus more on mobile computing, the wireless Web, and mobile commerce. Against this backdrop, mobile banking (m-banking. Mobile banking is among the latest in a series of recent mobile technological wonders. Although automated teller machine (ATM) and Internet banking offer effective delivery channels for traditional banking products, but as the modern delivery channel established by retail and banks in many developed and developing countries, mobile banking is likely to have significant effects on the market. In particular, the expanded uses of smartphones have increased demand for mobile banking services, prompting many more banks, software houses and service providers to offer this innovative service. It comes with new sets of products and applications designed to extend their client reach (including to unbanked populations), improve customer retention, enhance operational efficiency, increase market share, and provide new employment opportunities (Yousuf, 2017). Providing a reliable mobile banking service in this competitive environment is crucial to ensuring success in this service delivery process (Shankar et al., 2019).

Since long-term relationships with customers help the service provider to achieve a group of satisfied and loyal customers, consequently, can achieve a better position in the market and improve its competitiveness and income. Therefore, financial entities should pay attention to their customers' requirements and be flexible when developing products and services because customers' needs and demands change. It is also worth mentioning that a customer's preference toward a company improves when the customer is satisfied with the services offered. This attitude positively affects the customer's satisfaction with the service. Customer satisfaction is achieved when a customer's expectations are met with high-quality services; in other words, to satisfy customers, it is necessary to know their expectations well to offer a service that meets their needs (Alonso-Dos-Santos et al., 2020).

The concept of perceived value compares the advantages of consumer service and the expense of customer engagement between buyer and seller (Samudro et al., 2018). Boon-itt (2015) found that perceived value has a positive association with customer satisfaction in digital banking (both online and mobile banking) in Thailand.

Customers' positive perception of the corporate image is known as a corporate image (Hafez, 2018)brand awareness, brand equity (BE. Corporate image is the overall public impression of a corporate (J. Lee & Lee, 2018). Hafez (2018)brand awareness, brand equity (BE, noticed that the corporate image originates from the emotions, thoughts, and desires for customers toward service offered by the business. A corporate image formed becomes a reflection of the corporate's performance that can be beneficial in gaining customer trust and becoming an asset for the corporate to safeguard its customers and get new customers.

Trust is a result of the reliability and integrity given (Handi et al., 2018). Trust is fundamental in mobile applications accompany different vulnerabilities that open clients to different risks (Stewart & Jürjens, 2018). Geebren et al. (2021)e-commerce and mobile banking literature. We aim to build on this work by investigating customer satisfaction in relational to the utilisation of e-banking services within mobile eco-systems, specifically in a developing country. This involved investigating the mechanism of customer satisfaction enhancement in mobile banking, focusing on the mediating role of trust. In order to achieve this, we utilise structural equation modelling with partial least squares (PLS-SEM findings reveal that trust has a significant positive impact on customer satisfaction, and they also find that trust fully mediates the relationships between service quality, structural assurance, and customer satisfaction.

Banks also have to maintain an excellent corporate image and get a positive transmission because, in this digitalization era, information can spread very quickly between friends, relatives, family, or through the internet, digital media, and social media. Banking also needs to include a guaranteed level of application security in the mobile banking application provided to gain the trust of users and be able to foster and increase their loyalty (Purwanto et al., 2020)application security, word of mouth (WoM.

To maintain a high market share in the banking industry, it is imperative that the bank's customers be extremely satisfied with the services they receive (Ling & Fern, 2016) and, from theory of service science, when customers perceive that the value they are obtaining from a service provider is high, they will show positive evaluations and will be more willing to have relationship with the provider (Calvo-Porral & Lévy-Mangin, 2015).

Switching intention is a signal of disconnection between customers and current services, either wholly or partially. Partial switching allows customers to maintain relationships with existing firms while adopting new behaviors. While it might be reasonable to assume that customers could be influenced to switch services due to a single event, many researchers suggest that the switch could also occur from various problems at hand (Ghamry & Shamma, 2020; Riptiono et al., 2020).

Previous research results from Farah (2017), Madahi & Sukati, (2016), and Youn et al., (2021) stated that attitude and subjective norms can predict switching intention, in Barid et al. (2021).

In line with these arguments, banks would like to devise appropriate strategies that reduce the likelihood of customer switching since it reduces banks' earnings (Liang et al., 2013). Consequently, studies for enhancing service quality, perceived value, and customer satisfaction in mobile banking should be conducted (Leon et al., 2020)there is a dearth of literature on post-adoption and service quality assessment of mobile banking applications. Therefore, the main objective of this study is to assess if the Self-Service Technology service quality (SSTQUAL.

1. RESEARCH HYPHOTESIS

The definition of perceived value is "the overall assessment on the product (or service) utility determines by customer's perceptions of what is received and what is given" (Zeithaml, 1988). In services, it involves the comparison of what one is getting (i.e., benefits) and what he must give up (i.e., sacrifices) to receive the service (Choi et al., 2004)value, patient satisfaction and behavioral intention, and tests it in the context of South Korean health care market. Results based on the data collected from 537 South Korean health care consumers corroborated the causal sequence among these constructs suggested by the multiattribute attitude model framework, i.e., cognition (service quality

and value. Therefore, perceived value of mobile banking service in this study mean the customers' overall perception of it benefits and sacrifices needed to use it. Customers are highly interested in the benefits that a service would offer them once it is used. The customer seeks to establish the value that the service will add in his or her life before making the decision to adopt. Accordingly, the service must be able to satisfy the needs of the customer and provide benefits that make the service worth to adopt. This study addresses the benefit factors that mobile banking customers look out for performance expected and level of effort required. The costs of the service are considered as one of the most imperative factors in the decision-making process. This is because it determines the customer's ability to use the service depending on availability of the specified amount and their set budget. Perceived cost is the perceived quantifiable costs of acquisition and use of technology. Perceived financial cost is defined as "the extent to which a person believes that using mobile banking will cost money" (Alsheikh & Bojei, 2014).

According to existing studies on the impact of perceived value on customer satisfaction, findings by Boon-itt (2015) on mobile banking discovered that perceived value has a significant effect on e-satisfaction. Karjaluoto et al.(2019)mobile banking (m-banking showed that the perceived value of mobile financial services apps yields strong positive effects on customers' overall satisfaction and commitment to their bank.

We then propose the following Hypothesis:

H1: The Service Value is positively related with Customer Satisfaction.

According to (Calvo-Porral & Lévy-Mangin, 2015) the corporate Image is the perception of an organization held in consumer´s memory, who works as a type of filter influencing the perception of how the company operate. The consumers' willingness to continue a contractual relationship with a mobile services' company is strongly influenced by the extent to which they have a positive image. Additionally, consumers' perceptions of the mobile services company, such as integrity, reliability or experience are crucial, since customers evaluate corporate attributes before, they sub- scribe. More specifically, when customers perceive that a mobile services company is reliable, trustworthy and with wide experience, they will be more satisfied (Deng et al., 2010).

We then propose the following Hypothesis:

H2: The Corporate Image is positively related with Customer Satisfaction.

In the study conducted by Zameer et al. (2015) service quality and customer satisfaction have high impact on the customer perceived value where corporate image also effected the customer perceived value. Lai et al. (2009) also found that service quality directly influences both perceived value and image perceptions, that value and image influence satisfaction, that corporate image influences value, and that both customer satisfaction and value are significant determinants of loyalty. Thus, value has both a direct and indirect (through satisfaction) impact on customer loyalty.

We then propose the following Hypothesis:

H3: The Corporate Image is positively related with Service Value.

The authors Koo & Wati (2010) defined trust in mobile banking as the belief that allows individual to willingly become vulnerable either to the bank or e-banking technology after having taken the bank's characteristic embedded in its technology artifact. The lack of trust is one of the most frequently cited reasons for consumers not using mobile banking (Lin, 2011)this study develops a research model to examine the effect of innovation attributes (perceived relative advantage, ease of use and compatibility.

Two types of trust were distinguished in association with mobile banking adoption, namely institutional trust and trust in the technology or the channel. The former covers the trust existing between users and financial service providers which could be due to prior experience or good reputation. However, this concept is not applicable in the case of the introduction of novel financial technology. Therefore, certain perceptions and emotional or irrational forces would then influence the users' trust in the technology. Additionally, prior trust was found to have a significant positive impact on the adoption of mobile banking (Merhi et al., 2019).

Therefore, in the context of mobile banking, if customers believe that the technologies that are being used are reliable and trustworthy, and then they will be more likely to evaluate overall services favorably, which in turn lead toward better user satisfaction.

The effect of trust on user satisfaction is also shown in previous studies (Bankole & Bankole, 2017; K. C. Lee & Chung, 2009; Masrek et al., 2014; Ofori et al., 2017). The study by Masrek et al. (2014) focusing on technologies used in MB showed that the network, the websites, and the mobile phones jointly predict user satisfaction. As explained by this author, trust in MB is not confined only to technology but also covers the service provider or the institution. The manifestation of user trust is normally translated in the form of increased usage of the MB services, which in turn affect the level of satisfaction. However, Ofori et al. (2017) found that trust has a direct relationship with satisfaction.

We then propose the following Hypothesis:

H4: Trust is positively related with Customer Satisfaction.

Switching costs were defined by Porter (1997) as those involved in changing from one service provider to another, including not only costs that can be measured in monetary units, but also psychological effects of becoming a client of a new provider and effort and time involved in adapting to a new firm (Klemperer, 1995). There are three kinds of switching costs - learning costs, transaction costs and contractual costs (Klemperer, 1987, 1995). Jones et al. (2002) demonstrated the multidimensional nature of service switching costs, pointing out three main dimensions: continuity costs (including contractual lock-in costs that penalize a discontinued service relationship), learning costs and sunk costs (that are mostly psychological in nature). While learning costs and transaction costs reflect social costs of switching providers or brands, contractual costs are an artificial type that is distinguished from the other two by the absence of the social costs of switching (Klemperer, 1987). Contractual costs are due to long-term contracts, created by firms in competitive markets to penalize switching by customers, to bear set-up costs that cannot be recouped by entry fees (Buschken, 2004; Caruana, 2003). Satisfaction had an inverse influence on switching intention, suggesting that satisfied customers are less likely to switch than unhappy consumers. The relationships found suggest that, if consumers perceive they are getting a high-value service in relation to the rates they pay, they will tend to be satisfied and continue with their service providers, with perceived price being converted into quality of service (performance improvement) and satisfaction with the service. Switching barriers appeared to be influenced by contractual lock-in mechanisms created by service providers and the rising cost of switching, having an inverse influence on intention to switch (Shin & Kim, 2008).

The mobile service is a continuous service which means customers are always in a continuous process of comparing expectations and actual and since it is personal and subjective, it is all about the consumer satisfaction of needs and wants. (Min & Wan, 2009) identified customer satisfaction as one of the major factors of switching brands and described it as a multidimensional. To be more precise, it is within all services provided by the service firms, therefore, lacking satisfaction in an area of the business could lead

to dissatisfaction with the whole service, hence, brand switching. Also, in the study conducted by Althonayan et al. (2015) confirm a significant negative relationship between customer satisfaction and brand switching intention.

We then propose the following Hypothesis:

H5: Switching intention is inversely related to Customer Satisfaction.

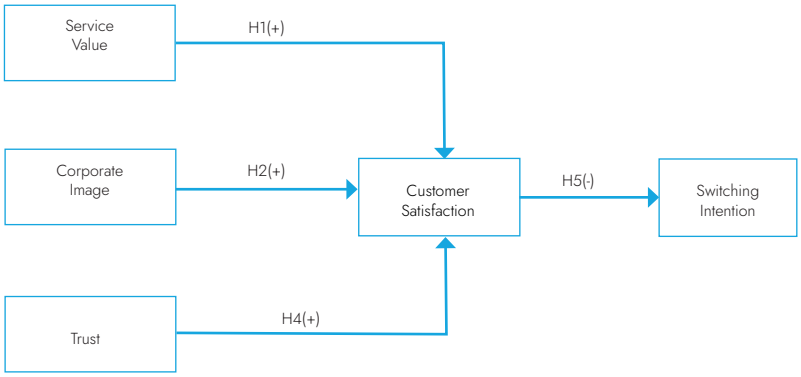


FIGURE 1. PROPOSED HYPOTHESES.

2 METHODOLOGY

The investigation presented here began with a literature review, which was based on research in the areas of mobile banking. Primary data was collected during November 2019. A structured non-disguised questionnaire was prepared and then administered as a Google Form. The link of this Google Form was shared with the people known to the researchers, by email or social media platforms. We obtained 120 valid responses. The primary data collected was analysed through IBM SPSS Statistics 26 for exploratory and confirmatory analysis, as well as reliability analysis. In Appendix we summarize the constructs name and question items used on the final Structural Equation Model. To measure each item of the survey we used a Likert scale of 5 points since this type of scale has been used for studies of mobile banking. In addition to Cronbach´s Alpha, the local fit indices – indicator reliability, variance extracted, factor reliability and total variance explained – were employed to test the validity of the obtained factor. We also tested the composite reliability and the variance extracted. After this analysis, we estimated the final structural models with Amos 26.0 for the Structural Equation Modelling.

After the analysis of the structural model estimated, we verified the existence of offending estimates, and assessed the overall model fit with some goodness-of-fit measures. Model fit criteria suggested by Hu and Bentler (1999) were used, for both the measurement and the structural model: *X2/df,* goodness of fit (GFI), adjusted goodness of fit (AGFI), comparative fit index (CFI), and root mean square error of approximation (RMSEA). Acceptable models should have *X2/df* <= 3, AGFI >= 0.80, RMSEA <= 1.0 and GFI and CFI higher than 0.

Once the overall model fit was evaluated, the measurement of each construct was assessed for unidimensionality and reliability. Although the Cronbach Alpha indicator is the most frequent test to assess reliability it underestimates reliability, consequently, the use of composite reliability and variance extracted has been suggested (Hair et al. 1998).

The commonly used threshold value for acceptable reliability is 0.7 and for variance extracted it is 0.5. Construct validity was assessed considering two types of criteria: convergent and discriminatory validity. We tested convergent validity by checking that the factor loadings of the confirmatory model were statistically significant (at the level of 0.05) and all the factor loadings exceeded 0.5, thereby providing evidence of convergent validity of the measures.

Secondly, we tested the discriminatory validity between the constructs.

3 FINDINGS

In Table 1 we present the demographic characteristics in our sample. The results also indicate that 78,3 % are using the App of their main bank, so our findings indicate a high penetration in the target market and therefore, the potential of this market should not be underestimated. In Figure 2 we present the results of the preferred main mobile bank app (the main bank App used was the one from Caixa Geral de Depositos with 21, 7% of the preferences) and in Figure 3 we asked the respondents their opinion about the main advantage in using the bank App, and 50,8 % answered that "Easy to access in any place at any time" was the most important advantage. We also asked about the "Frequency in using the main bank App" (Figure 4), with 24,2 % using the main bank App daily.

TABLE 1. DEMOGRAPHIC CHARACTERISTICS OF THE SAMPLE

DEMOGRAPHIC VARIABLE		PERCENT
Age	<18	0
	19- 30	20
	31-40	32,5
	41-65	46,7
	>65	0,8
Education	PhD	10,8
	Master	15,8
	Degree	48,3
	Secondary school	22,5
	Another	2,6
Month Income €	<500	13,3
	501-1000	24,2
	1001-1500	29,2
	1501-2000	15
	>2000	18,3

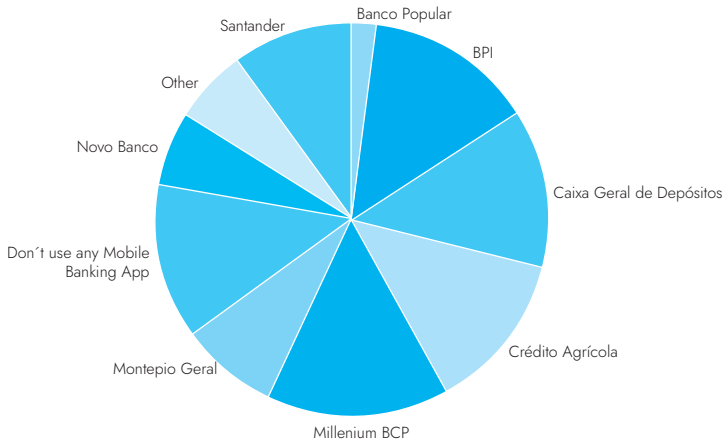


FIGURE 2. PREFERRED MAIN MOBILE BANKING .

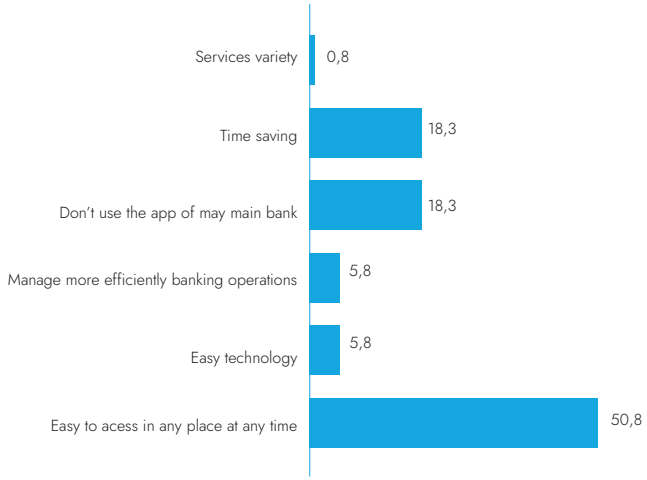


FIGURE 3. ADVANTAGES IN USING THE MAIN BANK APP .

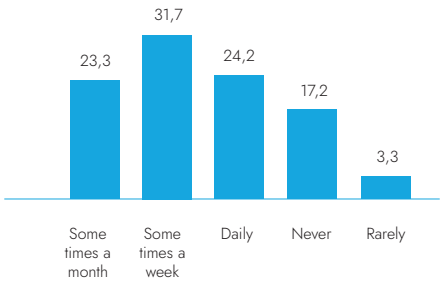


FIGURE 4. FREQUENCY IN USING THE MAIN BANK APP.

In Figure 5 we present the results for the following prepositions about the main Mobile Bank App: "I consider myself loyal to my mobile banking services of my main bank" (43,3% Agree and 25% Total agree); "I am very satisfied with the App of my main bank" (45,8 % Agree and 28, 3% Total Agree) ; "I have a good image about the mobile banking services of my main bank" (41,2% Agree and 20,2% Total Agree); "I trust on

the technology that my main bank is using on their App" (40,8% Agree and 26,7% Total Agree); "The mobile banking service of my main bank offers me many benefits" (41,2% Agree and 20,2 % Total Agree); "I spent a lot of time searching for information about other Apps before I selected mine" (14,2% Agree and 42,5% Total Agree); "If i had contracted with another mobile bank service i would be equally satisfied" (45,8% Total Agree , but also 38,3% Total disagree); "I have the intention of switching my mobile banking service" (33, 3% Agree and 33,3% Total Agree, but 25,8% have no opinion).

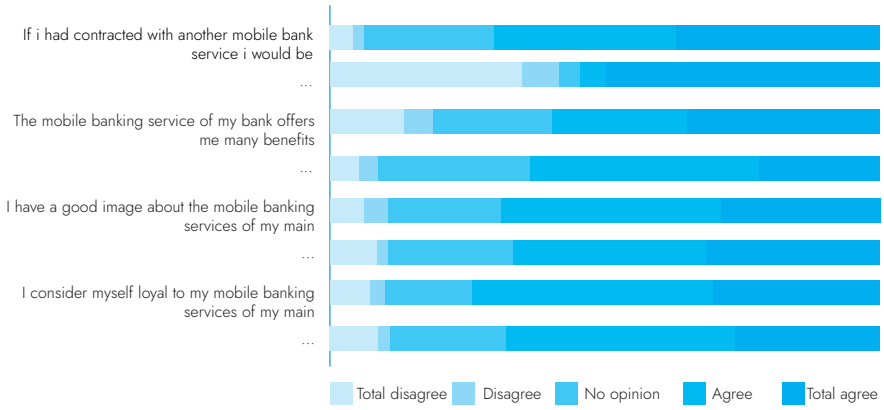


FIGURE 5. OVERALL EVALUATION OF THE MAIN MOBILE BANKING APP.

In conclusion, we can confirm that in average the respondents of our sample are loyal, satisfied, recognize that the App brings them many benefits, trust in the technology of their main Mobile bank App and have no intention to switch to another Bank App, revealing also that they have searched and are being informed about the other bank Apps available in the market.

Our confirmatory factor analysis shows that all standardized loadings are significant with a reliability level of 95% and reach values up to 0,5 (Table 2).

TABLE 2. EXPLORATORY AND CONFIRMATORY ANALYSIS.

CONSTRUCTS	NAME	FACTOR SCORES	TOTAL VARIANCE EXTRACTED (%)	CRONBACH ALPHA	CR	AVE
Customer Satisfaction	SAT1	0,87	85,947	0,917	0,864	0,678
	SAT2	0,97				
	SAT3	0,94				
Corporate Image	IM1	0,94	86,548	0,921	0,889	0,782
	IM2	0,96				
	IM3	0,83				
Service Value	SV1	0,84	75,862	0,839	0,786	0,691
	SV2	0,87				
	SV3	0,80				
Trust	TR1	0,96	92,309	0,972	0,891	0,589
	TR2	0,97				
	TR3	0,96				
	TR4	0,96				
Switching Intention	SW1	0,96	92,271	0,916	0,892	0,601
	SW2	0,96				

In relation to the internal consistency and reliability, Total Variance Extracted, Cronbach Alpha, Composite Reliability (CR) and Average Variance Extracted (AVE) were analyzed. We obtained Cronbach Alpha values from 0,839 to 0,972, thus being acceptable as suggest by Hair et al. (1998).

The composite reliability exceeded the value of 0,5, satisfying the criteria by Hair et al. (1988) and the average variance extracted varied from 0,589 to 0,782, thus confirming convergent validity.

In figure 6 we present the proposed structural equation model. Model fit criteria suggested by Hu and Bentler (1999) were used, for both the measurement and the structural model: X2/df, goodness of fit (GFI), adjusted goodness of fit (AGFI), comparative fit index (CFI), and root mean square error of approximation (RMSEA). Acceptable models should have X2/df <= 3, AGFI >= 0.80, RMSEA <= 1.0 and GFI and CFI higher than 0.

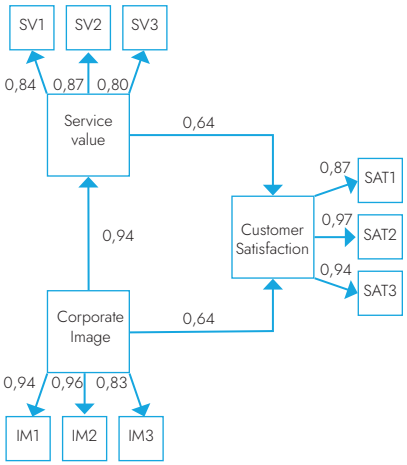


FIGURE 6. FINAL STRUCTURAL EQUATION MODEL.

Global fit for the present structural equation model was acceptable: X2/df = 1,6516; GFI = 0,923; RMSEA =0,074, AGFI = 0,861 and CFI = 0,901. Our results indicate that we can accept the proposed Hypothesis 1 that Service Value is positively related with customer satisfaction with a direct effect of 0,64 and also that we can accept the proposed Hypothesis 2 that image is positively related with customer satisfaction with a direct effect of 0,35. For Hypothesis 3 we found an important impact of image on service value, accepting also the proposed Hypothesis 3. On the other hand, we didn´t found statistical significance for the proposed Hypothesis H5. We didn´t included Trust in the proposed Structural Model because no discriminant validity was found between trust and satisfaction.

CONCLUSIONS

The present study aims to contribute to the existing literature by analyzing the variables influencing mobile banking satisfaction and switching intention. Our findings show that corporate image is found to have a great impact on service value and satisfaction. Consequently, when mobile bank App reinforce their image, perceived service value and satisfaction are directly improved. Mobile bank services' image is critical to succeed in

today's increasingly competitive marketplace. On the other hand, the service perceived value also influences positively satisfaction. Perceived customer value is considered as one of the most imperative factors in the study of customer intention to adopt. In this respect, perceived value is a powerful predictor in attracting new customer and retaining new ones and should thus be perceived with great importance by e-marketers. Creating customer value is considered an important consideration for companies which seek to promote competitive advantage (Bojei & Alsheikh, 2013). Consequently, mobile service companies must focus their efforts on providing a positive and favorable corporate image, as well as high value.

Corporate image was also found to have the greatest impact on customer satisfaction, followed by service value meaning that customers use both criteria when evaluating satisfaction (Calvo-Porral & Lévy-Mangin, 2015).

Many previous studies supported the negative relationship between customer satisfaction and customer switching intention in several other industries (Han & Stoel, 2017; Sun et al., 2017; Wu et al., 2014), but in our study we didn´t found significant negative effect of satisfaction on switching intention, because this effect may be rooted by other variables in the Portuguese mobile banking market. Similar findings were also obtained in virtual operators' market by (Calvo-Porral & Lévy-Mangin, 2015), were customers satisfaction and loyalty not influencing their switching intention.

This research has several limitations, providing possible avenues for further future research. As for the main limitation of this study, first we should notice that the present research was carried out only in Portuguese market; and thus, provides a limited empirical application. Secondly, this study analyses a few variables proposed in prior literature, which only represent a small part of all dimensions affecting mobile banking satisfaction. Accordingly, market scholars and practitioners should consider variables other than those mentioned in our research. Therefore, caution must be exercised in generalizing from these findings and further research is also needed to avoid limitations.

ACKNOWLEDGMENTS

This work is funded by National Funds through the FCT - Foundation for Science and Technology, I.P., within the scope of the project Ref[a] UIDB/05507/2020. Furthermore, we would like to thank the Centre for Studies in Education and Innovation (CI&DEI) and the Viseu Polytechnic Institute for their support.

REFERENCES

Alonso-Dos-Santos, M., Soto-Fuentes, Y., & Valderrama-Palma, V. A. (2020). Determinants of Mobile Banking Users' Loyalty. *Journal of Promotion Management*, *26*(5), 615–633. https://doi.org/10.1080/10496491.2020.1729312

Alsheikh, L., & Bojei, J. (2014). Determinants Affecting Customer's Intention to Adopt Mobile Banking in Saudi Arabia. *Int. Arab. J. e Technol.*, *3*(4), 210–219.

Althonayan, A., Alhabib, A., Alrasheedi, E., Alqahtani, G., & Saleh, M. A. H. (2015). Customer Satisfaction and Brand Switching Intention: A Study of Mobile Services in Saudi Arabia. *Expert Journal of Marketing*, *3*(2). https://marketing.expertjournals.com/23446773-309/

Bankole, F. O., & Bankole, O. O. (2017). The effects of cultural dimension on ICT innovation: Empirical analysis of mobile phone services. *Telematics and Informatics*, *34*(2), 490–505.

Bardhan, I., Demirkan, H., Kannan, P. K., & Kauffman, R. J. (2010). Introduction to the special section: Service science in electronic commerce. *International Journal of Electronic Commerce*, *14*(3), 5–10.

Barid, M. , Siswanto, S. & Masyhuri, M. (2021). Exploring Islamic banking switching intention. *El-Dinar*, 9 (1). pp. 33-43. ISSN 2622-0083

Bojei, J., & Alsheikh, L. (2013). The Value Perspective to Adopt Mobile Banking. *VOL. 21 (S) JUN. 2013*, *57*.

Boon-itt, S. (2015). Managing self-service technology service quality to enhance e-satisfaction. *International Journal of Quality and Service Sciences*.

Buschken, J. (2004). Higher profits through customer lock-in: A roadmap. *Cengage Learning*.

Calvo-Porral, C., & Lévy-Mangin, J.-P. (2015). Switching behavior and customer satisfaction in mobile services: Analyzing virtual and traditional operators. *Computers in Human Behavior*, *49*, 532–540.

Caruana, A. (2003). The impact of switching costs on customer loyalty: A study among corporate customers of mobile telephony. *Journal of Targeting, Measurement and Analysis for Marketing*, *12*(3), 256–268.

Choi, K.-S., Cho, W.-H., Lee, S., Lee, H., & Kim, C. (2004). The relationships among quality, value, satisfaction and behavioral intention in health care provider choice: A South Korean study. *Journal of Business Research*, *57*(8), 913–921. https://doi.org/10.1016/S0148-2963(02)00293-X

Clemes, M. D., Gan, C., & Zhang, D. (2010). Customer switching behaviour in the Chinese retail banking industry. *International Journal of Bank Marketing*, *28*(7), 519–546. https://doi.org/10.1108/02652321011085185

Deng, Z., Lu, Y., Wei, K. K., & Zhang, J. (2010). Understanding customer satisfaction and loyalty: An empirical study of mobile instant messages in China. *International Journal of Information Management*, *30*(4), 289–300. https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2009.10.001

Farah, M. F. (2017). Application of the theory of planned behavior to customer switching intentions in the context of bank consolidations. *International Journal of Bank Marketing*.

Ghamry, S., & Shamma, H. M. (2020). Factors influencing customer switching behavior in Islamic banks: Evidence from Kuwait. *Journal of Islamic Marketing*.

Geebren, A., Jabbar, A., & Luo, M. (2021). Examining the role of consumer satisfaction within mobile eco-systems: Evidence from mobile banking services. *Computers in Human Behavior*, *114*, 106584. https://doi.org/10.1016/j.chb.2020.106584

Hafez, Md. (2018). Measuring the impact of corporate social responsibility practices on brand equity in the banking industry in Bangladesh: The mediating effect of corporate image and brand awareness. *International Journal of Bank Marketing*, *36*(5), 806–822. https://doi.org/10.1108/IJBM-04-2017-0072

Han, T.-I., & Stoel, L. (2017). Explaining socially responsible consumer behavior: A meta-analytic review of theory of planned behavior. *Journal of International Consumer Marketing*, *29*(2), 91–103.

Handi, H., Hendratono, T., Purwanto, E., & Ihalauw, J. J. O. I. (2018). The Effect of E-WOM and Perceived Value on the Purchase Decision of Foods by Using the Go-Food Application as Mediated by Trust. *Quality Innovation Prosperity*, *22*(2), 112. https://doi.org/10.12776/qip.v22i2.1062.

Li-tze Hu & Peter M. Bentler (1999). Cutoff criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives, *Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal, 6:1, 1-55.*

Jones, M. A., Mothersbaugh, D. L., & Beatty, S. E. (2002). Why customers stay: Measuring the underlying dimensions of services switching costs and managing their differential strategic outcomes. *Journal of Business Research*, *55*(6), 441–450. https://doi.org/10.1016/S0148-2963(00)00168-5

Karjaluoto, H., Shaikh, A. A., Saarijärvi, H., & Saraniemi, S. (2019). How perceived value drives the use of mobile financial services apps. *International Journal of Information Management*, *47*, 252–261. https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2018.08.014

Klemperer, P. (1987). Markets with Consumer Switching Costs*. *The Quarterly Journal of Economics*, *102*(2), 375–394. https://doi.org/10.2307/1885068

Klemperer, P. (1995). Competition when Consumers have Switching Costs: An Overview with Applications to Industrial Organization, Macroeconomics, and International Trade. *The Review of Economic Studies*, *62*(4), 515–539. https://doi.org/10.2307/2298075

Koo, C., & Wati, Y. (2010). Toward an Understanding of the Mediating Role of" Trust" in Mobile Banking Service: An Empirical Test of Indonesia Case. *J. UCS*, *16*(13), 1801–1824.

Lai, F., Griffin, M., & Babin, B. J. (2009). How quality, value, image, and satisfaction create loyalty at a Chinese telecom. *Journal of Business Research*, *62*(10), 980–986. https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2008.10.015

Lee, J., & Lee, Y. (2018). Effects of multi-brand company's CSR activities on purchase intention through a mediating role of corporate image and brand image. *Journal of Fashion Marketing and Management: An International Journal*, *22*(3), 387–403. https://doi.org/10.1108/JFMM-08-2017-0087

Lee, K. C., & Chung, N. (2009). Understanding factors affecting trust in and satisfaction with mobile banking in Korea: A modified DeLone and McLean's model perspective. *Interacting with Computers*, *21*(5–6), 385–392. https://doi.org/10.1016/j.intcom.2009.06.004

Leon, M. V. D., Atienza, R. P., & Susilo, D. (2020). Influence of self-service technology (SST) service quality dimensions as a second-order factor on perceived value and customer satisfaction in a mobile banking application. *Cogent Business & Management*, *7*(1), 1794241. https://doi.org/10.1080/23311975.2020.1794241

Liang, D., Ma, Z., & Qi, L. (2013). Service quality and customer switching behavior in China's mobile phone service sector. *Journal of Business Research*, *66*(8), 1161–1167. https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2012.03.012

Ling, & Fern. (2016). Understanding Customer Satisfaction of Internet Banking: A Case Study in Malacca. Procedia Economics and Finance, 80-85.

Lin, H.-F. (2011). An empirical investigation of mobile banking adoption: The effect of innovation attributes and knowledge-based trust. *International Journal of Information Management*, *31*(3), 252–260. https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2010.07.006

Masrek, M. N., Mohamed, I. S., Daud, N. M., & Omar, N. (2014). Technology Trust and Mobile Banking Satisfaction: A Case of Malaysian Consumers. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, *129*, 53–58. https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.03.647

Madahi, A., & Sukati, I. (2016). An empirical study of Malaysian consumers' channel-switching intention: Using theory of planned behavior. *Global Business Review*, *17*(3), 489–523.

Merhi, M., Hone, K., & Tarhini, A. (2019). A cross-cultural study of the intention to use mobile banking between Lebanese and British consumers: Extending UTAUT2 with security, privacy and trust. *Technology in Society*, *59*, 101151. https://doi.org/10.1016/j.techsoc.2019.101151

Min, D., & Wan, L. (2009). Switching factors of mobile customers in Korea. *Journal of Service Science*, *1*(1), 105–120. https://doi.org/10.1007/s12927-009-0006-y

Nie, G., Rowe, W., Zhang, L., Tian, Y., & Shi, Y. (2011). Credit card churn forecasting by logistic regression and decision tree. *Expert Systems with Applications*, *38*(12), 15273–15285. https://doi.org/10.1016/j.eswa.2011.06.028

Ofori, K. S., Boateng, H., Okoe, A. F., & Gvozdanovic, I. (2017). Examining customers' continuance intentions towards internet banking usage. *Marketing Intelligence & Planning*, *35*(6), 756–773. https://doi.org/10.1108/MIP-11-2016-0214

Porter, M. E. (1997). COMPETITIVE STRATEGY. *Measuring Business Excellence*, *1*(2), 12–17. https://doi.org/10.1108/eb025476

Purwanto, E., Deviny, J., & Mutahar, A. M. (2020). The Mediating Role of Trust in the Relationship Between Corporate Image, Security, Word of Mouth and Loyalty in M-Banking Using among the Millennial Generation in Indonesia. *Management & Marketing. Challenges for the Knowledge Society*, *15*(2), 255–274. https://doi.org/10.2478/mmcks-2020-0016

Riptiono, S., Suroso, A., & Anggraeni, A. I. (2020). Examining The Determinant Factors on Consumer Switching Intention Toward Islamic Bank in Central Java, Indonesia. *Humanities & Social Sciences Reviews*, *8*(2), 364–372.

Samudro, A., Sumarwan, U., Yusuf, E. Z., & Simanjuntak, M. (2018). Perceived Value, Social Bond, and Switching Cost as Antecedents and Predictors of Customer Loyalty in the B2B Chemical Industry Context: A Literature Review. *International Journal of Marketing Studies*, *10*(4), 15.

Shaikh, A. A., & Karjaluoto, H. (2015). Mobile banking adoption: A literature review. *Telematics and Informatics*, *32*(1), 129–142. https://doi.org/10.1016/j.tele.2014.05.003

Shankar, A., Datta, B., & Jebarajakirthy, C. (2019). Are the Generic Scales Enough to Measure Service Quality of Mobile Banking? A Comparative Analysis of Generic Service Quality Measurement Scales to Mobile Banking Context. *Services Marketing Quarterly*, *40*(3), 224–244. https://doi.org/10.1080/15332969.2019.1630176

Shin, D.-H., & Kim, W.-Y. (2008). Forecasting customer switching intention in mobile service: An exploratory study of predictive factors in mobile number portability. *Technological Forecasting and Social Change*, *75*(6), 854–874. https://doi.org/10.1016/j.techfore.2007.05.001

Siyal, A. W., Donghong, D., Umrani, W. A., Siyal, S., & Bhand, S. (2019). Predicting Mobile Banking Acceptance and Loyalty in Chinese Bank Customers. *SAGE Open*, *9*(2), 2158244019844084. https://doi.org/10.1177/2158244019844084

Stewart, H., & Jürjens, J. (2018). Data security and consumer trust in FinTech innovation in Germany. *Information & Computer Security*, *26*(1), 109–128. https://doi.org/10.1108/ICS-06-2017-0039

Sun, Y., Liu, D., Chen, S., Wu, X., Shen, X.-L., & Zhang, X. (2017). Understanding users' switching behavior of mobile instant messaging applications: An empirical study from the perspective of push-pull-mooring framework. *Computers in Human Behavior*, *75*, 727–738. https://doi.org/10.1016/j.chb.2017.06.014

Wu, Y.-L., Tao, Y.-H., Li, C.-P., Wang, S.-Y., & Chiu, C.-Y. (2014). User-switching behavior in social network sites: A model perspective with drill-down analyses. *Computers in Human Behavior*, *33*, 92–103. https://doi.org/10.1016/j.chb.2013.12.030

Yanamandram, V., & White, L. (2010). An empirical analysis of the retention of dissatisfied business services customers using structural equation modelling. *Australasian Marketing Journal (AMJ)*, *18*(4), 222–232. https://doi.org/10.1016/j.ausmj.2010.07.005

Youn, S., Lee, J. E., & Ha-Brookshire, J. (2021). Fashion Consumers' Channel Switching Behavior During the COVID-19: Protection Motivation Theory in the Extended Planned Behavior Framework. *Clothing and Textiles Research Journal*, 0887302X20986521.

Yousuf, M. (2017). *Examining the role of trust in shaping customer satisfaction of mobile banking* [PhD Thesis]. Universiti Tun Hussein Onn Malaysia.

Zameer, H., Tara, A., Kausar, U., & Mohsin, A. (2015). Impact of service quality, corporate image and customer satisfaction towards customers' perceived value in the banking sector in Pakistan. *International Journal of Bank Marketing*, *33*(4), 442–456. https://doi.org/10.1108/IJBM-01-2014-0015

Zeithaml, V. A. (1988). Consumer Perceptions of Price, Quality, and Value: A Means-End Model and Synthesis of Evidence. *Journal of Marketing*, *52*(3), 2–22. https://doi.org/10.1177/002224298805200302

APPENDIX

CONSTRUCT NAME	QUESTION ITEMS
SAT1	My decision to use my bank's mobile App was the right one.
SAT2	I'm very satisfied with my bank's mobile App.
SAT3	My bank offers me what I expect from a mobile banking service.
IM1	My bank's mobile App has a good image for customers.
IM2	I have a good image of my bank's mobile App.
IM3	This bank mobile App has a good image compared to others.
SV1	My mobile bank's App is affordable.
SV2	My bank's mobile App offers me many benefits.
SV3	My bank's mobile App offers a good cost-benefit ratio.
TR1	My mobile bank's app is trustworthy.
TR2	My bank is qualified in mobile banking services.
TR3	I trust my mobile bank technology.
TR4	I consider that transactions made on my bank's App are secure.
SW1	I intend to switch my mobile banking services soon.
SW2	I regret having subscribed the mobile banking services of my bank.

O EFEITO DA IDADE RELATIVA NO FUTEBOL FEMININO PORTUGUÊS DE ELITE

THE EFFECT OF RELATIVE AGE ON ELITE PORTUGUESE WOMEN'S FOOTBALL **EN**

—

EL EFECTO DE LA EDAD RELATIVA EN EL FÚTBOL FEMENINO PORTUGUÉS DE ÉLITE **ES**

JOSÉ C. ARAÚJO
Escola Superior de Desporto de Rio Maior, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais
✉ josecarvalhoaraujo23@gmail.com

GONÇALO VIEIRA
Instituto Universitário da Maia
✉ Goncalobrazaovieira@gmail.com

Araújo, J. & Vieira, G. (2021). O efeito da idade relativa no futebol feminino português de elite. *Egitania Sciencia*, 29 (jun/dez), pp.101-111.

Submitted: 8th November 2020
Accepted: 20th June 2021

RESUMO

O futebol feminino tem crescido nos últimos anos, quer em Portugal quer em outras regiões do mundo. Com base na literatura, podemos verificar que existe o Efeito da Idade Relativa (EIR) no futebol masculino, porém não é consensual em relação ao futebol feminino. O EIR avalia a diferença de idades das crianças que nasceram no mesmo ano e que, por esse motivo, são agrupadas na mesma categoria no futebol. O objetivo do presente estudo é perceber se existe o EIR no futebol feminino português de elite, desconhecidos que são os estudos nesta área para este setor, ainda que a literatura evidencie que o EIR é um dos fatores determinantes no processo de seleção, de acesso a melhores condições de treino, de identificação de talentos no futebol masculino, e que leva a que a grande maioria dos jogadores que chegam ao topo tenham nascido nos primeiros meses do seu ano. Para o efeito, foram recolhidas, no *site* da Federação Portuguesa de Futebol (FPF), informações sobre 465 jogadoras inscritas nas equipas Seniores Femininas que disputam o Campeonato Nacional Sénior Feminino 1ª Divisão (época 2020/2021). De seguida, foram recolhidas as datas de nascimento que, por sua vez, foram agrupadas em quartis: Quartil 1 "Q-1" (janeiro a março), Quartil 2 "Q-2" (abril a junho), Quartil 3 "Q-3" (julho a setembro) e Quartil 4 "Q-4" (outubro a dezembro). Depois de efetuada uma análise descritiva dos dados recolhidos, foi utilizado o teste não paramétrico do Qui-quadrado (X^2) para verificar se existiam diferenças ao nível da composição dos quartis. Com este estudo, foi possível concluir que não existe o EIR no futebol feminino português de elite ao nível do Campeonato Nacional Sénior Feminino 1ª Divisão (época 2020/2021), mas acreditamos que se a aposta no desenvolvimento do futebol feminino continuar, num futuro próximo passe também a verificar-se o EIR.

Palavras-chave: *Futebol Feminino, Efeito da Idade Relativa, Futebol Português.*

ABSTRACT

Women's football has grown exponentially in recent years in Portugal and worldwide. season for season increases the number of federated players in our country. Based on the literature we can verify that there is an effect of Relative Age (EIR) on male football, but it is not consensual in relation to women's football. The purpose of this study is to understand if the EIR exists in Portuguese elite women's football. Information was collected on the website of the Portuguese Football Federation (FPF) about 465 players enrolled in the Senior Female teams competing in the 1st National Senior Woman´s Division. Then they were collected as birth data, which in turn were organized and divided into quartiles: Quartile 1 "Q-1" (January, February and March), Quartile 2 "Q-2" (April, May and June), Quartile 3 "Q-3" (July, August and September) and Quartile 4 "Q-4" (October, November and December). A descriptive analysis was performed, and the chi-square statistical test (X^2) was used, for check significant differences in the quartiles. We concluded that there is no effect of Relative Age in Portuguese elite women's football, in the Women´s First Division of National Championship (Season 2020/2021) but can be possible in the future if the Portuguese women's football continues to be development.

Keywords: *Women´s football, Relative Age Effect, Portuguese Football.*

RESUMEN

El fútbol femenino ha crecido exponencialmente en los últimos años en Portugal y en todo el mundo. De temporada en temporada aumenta el número de jugadores federados en nuestro país.

En base a la literatura podemos verificar que existe un efecto de la Edad Relativa (EIR) en el fútbol masculino, pero no es consensual en relación con el fútbol femenino. El objetivo de este estudio es comprender si el EIR existe en el fútbol femenino portugués de élite. Se recopiló información en el sitio web de la Federación Portuguesa de Fútbol (FPF) sobre 465 jugadoras inscritas en los equipos Senior Femenino que compiten en la 1ª División Nacional Senior Femenina. Luego se recolectaron las fechas de nacimiento, que a su vez se organizaron y se dividieron en cuartiles: Cuartil 1 "Q-1" (enero, febrero y marzo), Cuartil 2 "Q-2" (abril, mayo y junio), cuartil 3 "Q-3" (julio, agosto y septiembre) y cuartil 4 "Q-4" (octubre, noviembre y diciembre). Tras realizar un análisis descriptivo de los datos recogidos, se utilizó la prueba de ajuste de Chi-cuadrado (X^2) para comprobar si existían diferencias en la composición de los cuartiles. Concluimos que no existe un EIR en el fútbol femenino de élite portugués a nivel de la 1ª División del Campeonato Nacional Senior Femenino (temporada 2020/2021) pero si la apuesta por el desarrollo del fútbol femenino continúa es posible que en un futuro próximo haya ser EIR.

Palavras clave: *fútbol femenino, efecto de la edad relativa, Fútbol portugués*

INTRODUÇÃO

Durante os primeiros estágios de vida, as crianças são agrupadas em categorias de idade com base nas datas de "corte" específicas (Romann & Fuchslocher, 2013). No futebol, como em várias modalidades, também se usa as categorias de idade, com base no ano de nascimento para agrupar os atletas nos respetivos escalões. A Federação Internacional de Futebol (FIFA) usa o dia 1° de janeiro no sistema de data limite para estabelecer faixas etárias nas Categorias de Base (FIFA, 2015). Isto leva a que na mesma categoria possa existir algum desnível pois, crianças nascidas logo em janeiro são quase um ano mais velhas do que as crianças nascidas em dezembro dentro da sua respetiva faixa etária (Musch & Grondin, 2001).

Na literatura essa diferença de idade das crianças na mesma faixa etária é denominada de idade relativa, sendo o seu impacto conhecido como Efeito da Idade Relativa (EIR) (Musch & Grondin, 2001).

Atletas nascidos no início do ano (mais velhos) podem evidenciar um melhor desempenho e, devido a isso, podem ter mais oportunidades do que os jogadores nascidos no final do mesmo ano (mais jovens). Essa vantagem aumenta a probabilidade de acesso aos níveis mais elevados do treino e da competição (Helsen et al., 1998). Os atletas relativamente mais jovens enfrentam grandes desvantagens na seleção desportiva, o que poderá levar a experiências menos positivas no desporto e, no caso mais drástico, levar ao abandono da modalidade (Delorme et al., 2010).

Barnsley e Thompson (1988) estudaram a relação do EIR no desporto. Os autores investigaram 7313 atletas de hóquei e observaram que os mais velhos do escalão tinham mais vantagens e oportunidades de desenvolvimento devido à altura, peso, força e coordenação, enquanto os mais novos desistiam da prática desportiva.

No Futebol, vários estudos comprovaram que o efeito da idade relativa está patente na seleção e no processo de formação de jovens talentos (Costa et al., 2013) e até de jogadores profissionais (Rogel et al., 2007) porém, a literatura não é tão consensual em relação ao efeito da Idade relativa no Futebol Feminino.

Da Silva et al. (2018) estudaram o EIR nos Mundiais de futebol feminino. Com base numa amostra de 1601 atletas (desde o mundial de 1991 até ao de 2015), chegaram à conclusão que o EIR existe no futebol feminino de acordo com o contexto geral da sua amostra, porém quando os autores dividiram a amostra por continentes, apenas no continente africano se verificou o EIR.

Silva et al. (2015) procuraram estudar o EIR em mundiais de futebol de sub20 e profissional, nos escalões masculinos e femininos. Os autores concluíram que, em relação ao futebol feminino e em ambas as categorias, não ocorre o EIR.

Helsen et al. (2005) apresentam um estudo em que analisaram 2175 jogadores (2103 jogadores do sexo masculino e 72 do sexo feminino) que englobavam várias seleções jovens. Quando analisaram as jogadoras do sexo feminino detetaram que não havia o EIR (a amostra do sexo feminino era referente às seleções sub18).

No que diz respeito às competições nacionais, Roman e Fuchslocher (2011) não identificaram o EIR na Primeira Divisão Sénior Feminina da Suíça.

Apesar disso, estudos como de Honert (2012) e Sedano et al. (2015), mostraram a presença de EIR na estrutura do futebol profissional feminino australiano e espanhol respetivamente, o que mostra a necessidade de outras investigações.

Em Portugal, verificou-se um aumento de 15,4% de atletas inscritas de 2018/2019 para 2019/2020 e se alargarmos o período de tempo, notamos um aumento de 2010 para 2019 de aproximadamente o dobro de atletas femininas, no conjunto das duas modalidades (Costa, 2019). Porém não conhecemos à data estudos sobre o EIR em jogadoras e equipas portuguesas.

Sendo assim, face ao interesse dos investigadores evidenciados na literatura sobre o EIR no futebol e à ausência de estudos sobre o EIR no futebol feminino de elite português, o principal objetivo do presente estudo foi estudar o EIR na composição das equipas que competem no Campeonato Nacional Sénior Feminino 1ª Divisão, LIGA BPI, na época 2020/2021, por ser a divisão de elite do futebol feminino sénior em Portugal.

2. METODOLOGIA

2.1 AMOSTRA

Foram recolhidas informações de 465 jogadoras inscritas na FPF como "sénior" dos 20 clubes que competem no Campeonato Nacional Feminino 1ª Divisão (Divisão de elite portuguesa), denominada de Liga BPI. Foram excluídas as jogadoras que tinham mais jogos pela Equipas "B" do que jogos pela Equipa Principal, uma vez que as equipas "B" jogam em divisões inferiores (2ª divisão e 3ª divisão). Analisamos apenas os dados das jogadoras da divisão de elite do futebol feminino português. Das 465 jogadoras, 242 competem na Série Norte e 223 competem na Série Sul. As jogadoras têm uma média de 23,1 anos de idade sendo o valor mínimo de 16 anos e o valor máximo de 45 anos, com um desvio padrão de 4,32 anos de idade (Tabela 1).

TABELA 1. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

JOGADORAS	DIMENSÃO	%	IDADE MÉDIA	DESVIO PADRÃO DA IDADE	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO (CV)
Série Norte	242	52,04%	22,9	4,33	18,91%
Série Sul	223	47,96%	23,3	4,43	19,01%
Liga BPI	465	100%	23,1	4,32	18,7%

2.2 MÉTODOS

O método utilizado foi a análise documental a partir da lista de jogadoras inscritas em cada equipa Sénior Feminina que competem no Campeonato Nacional Feminino 1ª Divisão disponível no site da Federação Portuguesa de Futebol (FPF).

2.3 PROCEDIMENTOS

Para a recolha de dados cumprimos as seguintes etapas. Num primeiro momento, foi recolhida a informação dos 20 clubes que disputavam o campeonato, disponível no Site da FPF, (www.fpf.pt), de acesso livre (bastando seguir os seguintes passos "Menu", "clubes", "escrever o nome do clube", "jogadores inscritos", "escalão", "futebol feminino sénior"). Após a recolha dos dados das 20 equipas, apurámos as datas de nascimento das jogadoras de cada equipa. Os dados dos nascimentos das jogadoras foram agrupados por Quartis: Quartil 1 "Q1" (janeiro, fevereiro e março), Quartil 2 "Q2" (abril, maio e junho), Quartil 3 "Q3" (julho, agosto e setembro) e Quartil 4 "Q4" (outubro, novembro e dezembro), ficando desta forma as atletas agrupadas em 4 níveis diferentes de idades. Os dados foram também distribuídos pela Série Norte e Sul, para que os resultados pudessem ser analisados nestes dois grupos, para além da análise global à Liga BPI.

2.4 ANÁLISE ESTATÍSTICA

Foi efetuada a análise descritiva da frequência observada, absoluta e percentual das jogadoras nascidas em cada quartil (Tabela 2). A amostra total (465) foi dividida em 4 partes iguais, comparáveis com os intervalos dos quartis definidos, com frequências esperadas iguais a 116,25, que resultam de fazer a divisão de 465 por 4.

TABELA 2. FREQUÊNCIA E PERCENTAGEM DIVIDIDOS POR QUARTIS DA CATEGORIA ANALISADA

VARIÁVEL	Q1	%	Q2	%	Q3	%	Q4	%
Jogadoras Liga BPI	113	24,30	120	25,81	123	26,45	109	23,44

Isto significa que, caso os intervalos das idades (os quatro quartis) fossem todos semelhantes, esperar-se-iam encontrar aproximadamente 116,25 atletas em cada um

deles. Para tal foi efetuado o teste de ajustamento do Qui-Quadrado (x^2), para um nível de significância de 5% com o objetivo de comparar as frequências observadas (reais), com as frequências esperadas, para testar se as respetivas possíveis diferenças são estatisticamente significativas. A amostra foi, posteriormente, ainda repartida em duas, de acordo com a série em que as jogadoras competiam, Série Norte (242 jogadoras) e Série Sul (223) para analisar também o EIR nas diferentes séries, realizando os mesmos procedimentos para testar se as respetivas diferenças são estatisticamente significativas. Para a análise estatística foi utilizado o *software* IBM-SPSS, versão 24, para um nível de significância de 5%.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na tabela 3 podemos observar o resumo dos resultados do teste de ajustamento do Qui-Quadrado.

TABELA 3. TESTE DO QUI-QUADRADO LIGA BPI

INTERVALO	Q1	Q2	Q3	Q4	TOTAL
Real	113	120	123	109	465
Esperado	116,25	116,25	116,25	116,25	465
$Q^2_{calculado} = 1.056$					
Obs: p=0.788 > 0.05					

Os resultados apresentados provam que não existe EIR na divisão de elite de futebol feminino português, pois a probabilidade limite (p) associada à estatística de teste ($Q^2_{calculado}$) é elevada. ($p = Pr(X^2>Q^2_{calculado} | H_0)$. De facto, o valor elevado desta probabilidade, leva-nos a concluir que não devemos rejeitar a H_0: $p_{Q1} = p_{Q2} = p_{Q3} = p_{Q4}$ (hipótese nula) (Murteira, 1995).

Isto significa que os resultados apresentados mostram que o número de nascimentos nos diversos quartis é muito similar. De facto, através da visualização gráfica, é percetível que as diferenças entre os valores observados (reais) e os valores esperados são pequenas (gráfico nº1). Acresce ainda que o total de jogadoras registadas nos dois primeiros quartis foi de 233 e nos outros dois foi 232, facto que fortalece esta constatação.

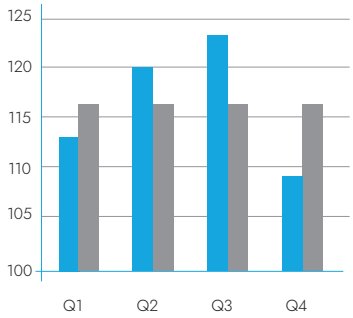


GRÁFICO 1. COMPARAÇÃO ENTRE OS VALORES REAIS E OS VALORES ESPERADOS DAS IDADES DAS JOGADORAS DA LIGA BPI

Estes resultados vão ao encontro do estudo realizados por Roman e Fuchslocher, (2011), na divisão profissional suíça, que evidenciaram não existir o EIR no futebol feminino de elite no seu país. São também idênticos ao estudo de Silva et al. (2015), que não identificaram EIR nos escalões sub20 feminino nem nas seleções Séniores.

Para Da Silva et al. (2018), nos Mundiais de Futebol Feminino, o EIR estava presente em todos os países, tendo os autores, após a análise das idades por continente, verificado que apenas ocorria nos países do continente africano.

Atualmente a Liga BPI é dividida em duas séries, a série norte e a série sul, ambas constituídas por 10 equipas, cuja divisão pode ser analisada na tabela seguinte (Tabela 4), assim como os resultados do teste não paramétrico do Qui-Quadrado para verificar se havia diferenças entre os quartis da Série Norte e da Série sul.

TABELA 4. RESULTADO DO EIR E DO TESTE DO QUI-QUADRADO NA SÉRIE NORTE E NA SÉRIE SUL

SÉRIE	INTERVALO	Q1	Q2	Q3	Q4	TOTAL
	Real	61	57	71	53	242
Norte	Esperado	60,5	60,5	60,5	60,6	242
	$Q^2_{calculado}$=2,959					
Obs:	p=0.40>0.05					
	Real	52	63	52	56	223
Sul	Esperado	55,75	55,75	55,75	55,75	223
	$Q^2_{calculado}$=1,448					
Obs:	p=0.69>0.05					

Depois de ter sido demonstrado que não havia o EIR no futebol feminino de elite português devido aos resultados apresentados na Liga BPI na época 2020/2021, o teste do Qui-Quadrado demonstra que em termos específicos de cada série também não está patente o EIR pois a probabilidade limite (p) associada à estatística de teste ($Q^2_{calculado}$) é elevada. ($p = Pr(Q^2>Q^2_{calculado} \mid H_0)$. De facto, o valor elevado desta probabilidade, leva-nos a concluir que não devemos rejeitar a H_0: $p_{Q1} = p_{Q2} = p_{Q3} = p_{Q4}$ (hipótese nula) (Murteira, 1995).

Os resultados apresentados mostram que o número de jogadoras que nasceram nos diversos quartis é muito similar.

Uma possível explicação para os resultados é que quando, nestas atletas começa a despertar o interesse para a modalidade, geralmente não têm acesso à prática desportiva qualificada que influência no sucesso (Costa et al., 2013).

Musch e Grondin (2001) com base nos estudos de Grondin et al. (1984), Grondin (1982), Grondin e Trudeau (1991) concluem que se o número de jogadores interessados em participar numa equipa for igual ao número de vagas para essa equipa, é normal não haver o EIR, pois todos terão a oportunidade de participar. Porém se o número de interessados for muito maior do que o número de vagas, a competição por um lugar na equipa será muito maior, e é muito mais provável que possa aparecer o EIR

Baxter-Jones (1995) citado por Musch e Grondin (2001) apontou para o amadurecimento precoce do sexo feminino e a maior variação do estado de maturidade do sexo masculino como possíveis causas para um EIR mais forte entre atletas masculinos, comparados com as atletas femininas.

Para os autores deste estudo e baseado no que Musch e Grondin (2001) apresentam, estes resultados também podem ser explicados devido ao grande aumento do número de equipas na LIGA BPI, pois na época 2019/2020 eram apenas 12, mas na presente época aumentaram para 20 equipas (SLBenfica, 2020), o que levou por sua vez ao aumento exponencial do número de jogadoras que competem no mais alto escalão do futebol feminino português. Existindo mais vagas para competirem na divisão elite, o processo de seleção não é tão rigoroso, o que poderá explicar o facto de não existir o EIR. Se existisse menos equipas de um modo geral, as vagas para as jogadoras seriam muito menores, a seleção seria mais rigorosa e escolhidas as melhores jogadoras. Essas jogadoras poderão ser as que nasceram nos primeiros meses do ano respetivo, e devido ao seu grau de maturidade ao longo do processo de formação face às nascidas nos últimos meses do ano, foram as que tiveram mais oportunidades, mais visibilidade e mais tempo de jogo, o que levaria a que em seniores tivessem mais competências e um nível de capacidades mais elevado que as restantes, existindo então o EIR.

CONCLUSÃO

Os autores deste estudo concluem que não existe o Efeito da Idade Relativa na composição das equipas de futebol de elite femininas portuguesas. Em termos gerais da Liga BPI, (a divisão de elite do futebol feminino português) não foi encontrado o EIR, uma vez que a distribuição do nascimento das jogadoras nos quatro trimestres é muito similar, e não existem diferenças estatisticamente significativas. Quando avaliadas as duas séries (Série Norte e Série Sul) também se concluiu que não está patente o EIR em ambas. Concluímos ainda que, se o futebol feminino continuar a crescer nos próximos anos, é possível que num futuro próximo venha a existir o EIR no futebol feminino português de elite.

Limitações**:** a principal limitação do presente estudo está relacionada com a forma com que a frequência esperada do teste de Qui-Quadrado foi calculada. A frequência esperada do teste de Qui-Quadrado foi calculada assumindo uma distribuição igual entre os trimestres. Ao ser calculada desta forma a frequência esperada para a distribuição dos nascimentos ao longo do ano é homogénea, porém vários estudos, como por exemplo (Condon & Scaglion, 1982) provam que a distribuição de nascimentos ao longo do ano não é homogénea e que a distribuição dos mesmos é afetada por aspetos ambientais, culturais, entre outros.

Outra limitação deste estudo é só ser avaliado as jogadoras do Campeonato Nacional Feminino 1ª Divisão, num país que tem 3 divisões seniores femininas, assim como, apenas uma época.

Linhas de Orientação futura: avaliar a IER nos diversos escalões femininos (sub13, sub15, sub17, sub19 e Séniores), avaliar o IER nas três divisões Seniores Femininos, avaliar outras épocas e ter em conta a proporção de nascimentos do sexo feminino, nos 4 trimestres, em vez de considerar que são todos iguais.

REFERÊNCIAS

Barnsley, R. H., & Thompson, A. H. (1988). Birthdate and success in minor hockey: The key to the NHL. *Canadian Journal of Behavioural Science/Revue Canadienne Des Sciences Du Comportment*. https://doi.org/10.1037/h0079927

Condon, R. G., & Scaglion, R. (1982). The ecology of human birth seasonally. *Human Ecology*. https://doi.org/10.1007/BF01531169

Costa, I. T. da, Cardoso, F. da S. L., & Garganta, J. (2013). O Índice de Desenvolvimento Humano e a Data de Nascimento podem condicionar a ascensão de jogadores de Futebol ao alto nível de rendimento? *Motriz: Revista de Educação Física*. https://doi.org/10.1590/s1980-65742013000100004

Costa, S. (2019, dezembro 12). *Futebol e futsal feminino duplicam praticantes em Portugal em dez anos*. https://futebolfemininoportugal.com/futebol- e-futsal-feminino-duplicam-praticantes-em-portugal-em-dez-anos/

da Silva, S. P., da Silva, D. P., & Albuquerque, M. R. (2018). Efeito da idade relativa no Futebol feminino: uma análise no decorrer das edições das Copas do Mundo feminina FIFATM. *RBFF - Revista Brasileira De Futsal E Futebol*, *10*(37), 116-123. Recuperado de http://www.rbff.com.br/index.php/rbff/article/view/553

Delorme, N., Boiché, J., & Raspaud, M. (2010). Relative age and dropout in French male soccer. *Journal of Sports Sciences*. https://doi.org/10.1080/02640411003663276

FIFA. (2015). Eligibility of Players. In: Regulations of the FIFA U-17 World Cup Chile 2015. https://img.fifa.com/image/upload/nk6umf8llwwjwa3xjaxb.pdf

Federação Portuguesa de Futebol – Jogadoras Inscritas na liga BPI https://www.fpf.pt/Jogadores

Helsen, W. F., Van Winckel, J., & Williams, A. M. (2005). The relative age effect in youth soccer across Europe. *Journal of Sports Sciences*. https://doi.org/10.1080/02640410400021310

Helsen, W., Starkes, J & Van Winckel, J. (1998) The influence of relative age on success and dropout in male soccer players. *American Journal of Human Biology*. Num. 10. p. 791- 798.

IBM Corp. (2016) IBM SPSS Statistics for Windows, Version 24.0. Armonk, NY: IBM Corp.

Murteira, J. (1995). Introdução à Inferência Bayesiana., *repositório Universidade Nova* Working Papper nº21

Musch, J., & Grondin, S. (2001). Unequal competition as an impediment to personal development: A review of the relative age effect in sport. *Developmental Review*. https://doi.org/10.1006/drev.2000.0516

Rogel, T., Alves, I., França, H., Vilarinho, R., & Madureira, F. (2007). Efeitos Da Idade Relativa Na Seleção De Talento No Futebol. / Effects of Age on the Selection of Soccer Talent Talents. *Revista Mackenzie de Educacao Fisica e Esporte*.

Romann, M., & Fuchslocher, J. (2011). Influence of the selection level, age and playing position on relative age effects in Swiss women's soccer. *Talent Development and Excellence*.

Romann, M., & Fuchslocher, J. (2013). Influences of player nationality, playing position, and height on relative age effects at women's under-17 FIFA World Cup. *Journal of Sports Sciences*. https://doi.org/10.1080/02640414.2012.718442

Sedano, S., Vaeyens, R., & Redondo, J. C. (2015). The Relative Age Effect in Spanish Female Soccer Players. Influence of the Competitive Level and a Playing Position. *Journal of Human Kinetics*. https://doi.org/10.1515/hukin-2015-0041

Slbenfica. (2020, maio, 6). *Liga Feminina com 20 equipas na época 2020/2021. https://www.slbenfica.pt/pt-pt/agora/noticias/2020/05/06/clube-benfica-futebol-feminino-fpf-apresenta-plano-de-relancamento-2020-21*

Silva, D. C. da, Padilha, M. B., & Costa, I. T. da. (2015). O efeito da idade relativa em copas do mundo de futebol masculino e feminino nas categorias sub-20 e profissional. *Journal of Physical Education*, *26*(4), 567-572. Retrieved from http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/27070

van den Honert, R. (2012). Evidence of the relative age effect in football in Australia. *Journal of Sports Sciences*. https://doi.org/10.1080/02640414.2012.707329

O CONHECIMENTO DE DESIGN NUM PROJETO DE CRIAÇÃO DA IDENTIDADE VISUAL DE UMA MARCA: UM ESTUDO QUALITATIVO SOBRE A PRÁTICA LEGITIMADA DO DESIGN GRÁFICO

DESIGN KNOWLEDGE IN A BRAND VISUAL IDENTITY PROJECT: A QUALITATIVE STUDY ABOUT LEGITIMATED GRAPHIC DESIGN PRACTICE **EN**

—

EL CONOCIMIENTO DE DISEÑO EN UN PROYETO DE CREACIÓN DE LA IDENTIDAD VISUAL DE UNA MARCA: UN ESTUDIO CUALITATIVO SOBRE LA PRACTICA LEGITIMADA DEL DISEÑO GRÁFICO **ES**

MANUELA MAIA
Instituto Superior de Educação e Ciência, Lisboa, Portugal / TGRAF (Centro Internacional de Estudos e Investigação em Tecnologias Gráficas e Comunicação Científica)
✉ manuela.maia@iseclisboa.pt

Maia, M. (2021). O conhecimento de design num projeto de criação da identidade visual de uma marca: um estudo qualitativo sobre a prática legitimada do design gráfico. *Egitania Sciencia*, 29 (jun/dez), pp.113-132.

Submitted: 24th October 2020
Accepted: 27th July 2021

RESUMO

Este artigo tem por objetivo contribuir para a legitimação do design a partir da reflexão sobre a natureza do conhecimento de design, através de um estudo realizado sobre a prática académica de design gráfico. O nosso referencial teórico constitui-se pela visão sobre o design de organizações de referência internacional, nomeadamente sobre o papel do designer na resolução de problemas complexos e pelo estudo de Carvalho e Dong (2008) sobre o que constitui realização de conhecimento legitimado num conjunto de disciplinas de design. Tendo como objetivo verificar da existência de princípios orientadores internalizados na prática de estudantes de design consistente com as conclusões de Carvalho e Dong, o nosso estudo parte da análise de relatórios de projeto de final de curso sobre criação da identidade visual de uma marca. A partir da análise de conteúdo realizada aos relatórios de estudante e de descrições sobre a sua prática projetual, é possível verificar a existência de códigos de legitimação consistentes com uma prática reconhecida, valorizada e legitimada. As conclusões permitem reconhecer que existe uma correlação entre a visão dos praticantes de design gráfico, sobre o seu potencial para a resolução de problemas de comunicação complexos, e a natureza cognitiva da sua prática pelo conhecimento de design colocado em ação no processo de design.

Palavras-chave: *conhecimento de design, cognição em design, legitimação do design, design multidisciplinar, design gráfico.*

ABSTRACT

This article aims to contribute to the legitimation of design through a reflection on the nature of design knowledge, with a study about the academic practice of graphic design. Our theoretical framework is constituted by the vision for the design of international reference organizations, namely, on the designer´s role in complex problem-solving; and the study by Carvalho and Dong (2008) on what constitutes realization of legitimate knowledge in a set of design disciplines. With the objective of verifying the existence of internalized guiding principles in the design student's practice, consistent with the conclusions of Carvalho and Dong, our study starts from the analysis of student's final project reports on creating the visual identity of a brand. From the content analysis of the students' reports, descriptions of their design practice, it is possible to verify the existence of legitimation codes consistent with a recognized, valued and legitimized practice. The conclusions allow us to recognize that there is a correlation between the view of graphic design practitioners, about their potential for complex communication problem-solving, and the cognitive nature of their practice due the design knowledge put into action in the design process.

Keywords: *design knowledge, design cognition, design legitimation, multidisciplinary design, graphic design.*

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo contribuir a la legitimación del diseño a través de la reflexión sobre la naturaleza del conocimiento del diseño, con un estudio realizado sobre la práctica académica del diseño gráfico. Nuestro marco teórico está constituido por la visión sobre el diseño de organismos internacionales de referencia, es decir, sobre el papel del diseñador en la resolución de problemas complejos; y el estudio de Carvalho y Dong (2008) sobre lo que constituye la realización de conocimiento legítimo en un conjunto de disciplinas de diseño. Con el objetivo de verificar la existencia de principios rectores internalizados en la práctica de los estudiantes de diseño coherentes con las conclusiones de Carvalho y Dong, nuestro estudio parte del análisis de los informes finales del proyecto sobre la creación de la identidad visual de una marca. Desde el análisis de contenido realizado sobre los informes de los estudiantes, descripciones de su práctica de diseño, es posible verificar la existencia de códigos de legitimación consistentes con una práctica reconocida, valorada y legitimada. Las conclusiones nos permiten reconocer que existe una correlación entre la visión de los profesionales del diseño gráfico, sobre su potencial para resolver problemas complejos de comunicación, y la naturaleza cognitiva de su práctica debido al conocimiento del diseño puesto en acción en el proceso de diseño.

Palabras clave: *conocimiento de diseño, cognición de diseño, legitimación del diseño, diseño multidisciplinar, diseño gráfico.*

INTRODUÇÃO

As sociedades do século XXI são cada vez mais dominadas por processos intensos em informação e conhecimento, assistindo à transformação permanente dos seus referenciais pela tecnologia. A forma como vivemos hoje está transformada pela forma como nos relacionamos e pela forma como a dinâmica da economia explora as oportunidades da tecnologia. O consumo faz-se cada vez mais pela produção e distribuição de bens e serviços *analítico simbólicos* em vez de bens materiais.

A pressão para o desenvolvimento de soluções que respondam aos comportamentos de pessoas e comunidades interrelacionadas intensifica-se, exigindo maior capacidade de adaptação de organizações e empresas. A automação crescente transforma a procura de competências desafiando as profissões para a redefinição do seu *mindset*, sujeitando-as por vezes a exigentes processos de autorreflexão travando tensões e desafios no sentido da sua evolução.

Na disputa pela linha da frente da liderança da sociedade e da economia assistimos a processos de legitimação social que assentam, sobretudo, nas exigências decorrentes da aceleração da transformação digital em curso. Toda esta transformação da realidade questiona o papel futuro do humano no contexto do tecnológico e do debate do milénio faz parte a reflexão sobre a importância das competências intrinsecamente humanas.

Em torno do eixo criatividade a curiosidade, a empatia, a capacidade sensorial, base do conhecimento intuitivo, e o conhecimento ecológico fazem parte do elenco de competências do "dispositivo cognitivo" fundamental para pensar o complexo.

A nossa reflexão sobre o campo do design está focada na disciplina do design gráfico, sobre a problemática do conhecimento na prática, conhecimento reconhecido, validado e cultivado no seio da comunidade profissional.

1. O DESIGN ENQUANTO DISCIPLINA

O design enquanto disciplina lida com o modo como o conhecimento e as ideias são transformados em artefactos materiais. Enquanto atividade cognitiva o design contempla o processamento de informação para o desenvolvimento de soluções, assente numa forma particular de pensar acerca dos problemas com uma abordagem metodologicamente orientada, respondendo a novas e futuras necessidades (Cross,2007). Os designers identificam um conjunto de valores e virtudes centrais no seu pensamento e prática que os levam a considerar o design um campo com potencial para se posicionar estrategicamente na resolução de problemas complexos. Constituído por diferentes disciplinas o campo do design tem vindo a assistir ao emergir de novas áreas resultantes de cruzamentos disciplinares. O campo do design carateriza-se por uma prática marcada por aspetos específicos e distintivos assente em valores e crenças próprios a cada disciplina, embora possuidoras de processos de trabalho similares. Estes aspetos são estabelecidos na sua regulação, resultando por vezes de acordos tácitos entre os seus praticantes, que enformam sentidos de pertença próprios a cada grupo disciplinar.

Ao reivindicar para si um papel central na resposta à complexidade, a comunidade de design pugna pela validação e reconhecimento do seu valor estratégico no

desenvolvimento das soluções nos diferentes domínios e dimensões da realidade, como são a economia, a política e a sociedade. Mas apesar desta reivindicação, o design ainda é compreendido sobretudo em termos de estética e estilo, integrando nos seus processos a resposta às necessidades do utilizador no âmbito de aspetos funcionais e emocionais.

1.1 A COMUNIDADE DE DESIGN

Compreender os termos concretos desta perceção dos designers implica conhecer o modo como a comunidade de design identifica, valoriza e cultiva conhecimento e competências. Para um entendimento mais concreto sobre o "conhecimento de design" na perspetiva dos designers, conhecimento reconhecido e valorizado pela profissão e que legitima a sua prática, procurámos conhecer a visão de organizações de design de referência Europeias como o Design Council (DC) e o Bureau of European Design Associations (BEDA).

Na sua visão sobre a profissão para o triénio 2019/2021 o BEDA, um dos membros mais prestigiados da comunidade de design, assume que o design deve ser abraçado como o motor do crescimento sustentável e da prosperidade (BEDA,2014a). Sobre a prática do design na última década o BEDA reconhece a evolução de um processo intuitivo e, sobretudo, introvertido para uma abordagem inclusiva, participativa e, como tal, altamente complexa, funcionando com partes iguais de combustível empírico e teórico (BEDA,2014c). Para o BEDA a profissão de design, para além da sua profunda compreensão dos aspetos estéticos e emocionais, consegue através da empatia contemplar na sua abordagem as diversas necessidades das pessoas utilizando metodologias únicas, levando em linha de conta todas estas considerações num processo coerente de resposta a um problema.

Para o BEDA o design tem capacidade para operar em adaptação constante às necessidades dos diferentes públicos, necessidades de mercado. Estes aspetos posicionam o design como atividade vital na resposta à inovação com capacidade diferenciadora e geradora de valor. A realização integral deste potencial implica operar em colaboração estreita e em interação com outras áreas de conhecimento, caraterizando o processo de design como um processo que requer cooperação multidisciplinar para a abordagem à complexidade (BEDA,2014a).

A perceção sobre o valor do design na perspetiva de outra reputada organização europeia, o Design Council, afigura-se-nos igualmente importante na nossa análise. Na sua visão para o design o DC expressa o entendimento de um mundo onde o design é reconhecido como criador fundamental de valor, permitindo uma vida mais feliz, saudável e segura para todos (Design Council,2020a). Este papel não diz apenas respeito ao fornecimento de soluções em produtos e serviços, mas também à capacidade de melhorar processos, conduzindo a um melhor desempenho humano. De acordo com o DC o design é uma forma particular de pensar sobre os problemas, agregando materiais para alcançar a função, criando significado que conduz a novas ideias (Design Council,2020b). Ainda de acordo com o DC, os designers pensam sobre os problemas examinando as questões pertinentes das situações que abordam explorando diversos tipos de conhecimento. Claramente focados na solução os designers dão o salto criativo e desafiador para a resposta ao problema a partir da análise dos dados do problema. A empatia é uma competência fundamental para responder de forma plena e bem-sucedida, possibilitando integrar nas soluções as efetivas necessidades das pessoas e o impacto no planeta (Design Council,2020b).

O DC configura o modo de operar do design a partir do pensamento criativo dos designers para imaginar e construir algo novo, apresentando a solução de forma tangível, solução com a qual as pessoas se possam envolver e interagir. O processo de

design consolida-se na materialização das soluções, trazendo as ideias à vida através da manipulação de materiais e utilizando tecnologias no desenvolvimento de protótipos, objetos reais e digitais, de produtos e sistemas (Design Council,2020b).

1.2 A LEGITIMAÇÃO SOCIAL DA PROFISSÃO

O papel atribuído à profissão de design na resolução dos problemas complexos inerentes às sociedades contemporâneas coloca a necessidade de uma convergência sobre conhecimento de design legitimado, contrariando a existência de perspetivas conflituantes por parte dos próprios designers e um não reconhecimento por parte dos não designers.

A legitimação social da profissão de designer é ainda um processo em curso em alguns contextos da prática da profissão, nomeadamente em alguns países como é o caso de Portugal onde se reconhece existirem tensões entre diferentes interpretações no seio da comunidade. Estas tensões desafiam-nos a compreender o que é design e o que não é design podendo ser atividade e conhecimento de outros territórios, sobre problemas de uma eventual outra natureza, que requerem soluções que o design não pode fornecer. Para respondermos a estas questões importa compreender o que é conhecimento de design reconhecido como válido, e como tal legitimado, distinguindo os profissionais capazes de responder adequadamente às necessidades exigidas pela complexidade da realidade.

2. O CONHECIMENTO E A PRÁTICA DO DESIGN

O campo do design tem-se expandido desde os anos noventa do século XX, tendo assistido ao surgimento de novas áreas disciplinares que acompanham a digitalização crescente das sociedades. A natureza das atividades e do conhecimento em cada disciplina de design tem assistido à reivindicação de diferentes e conflituantes interpretações sobre o conhecimento necessário para as levar a cabo, constituindo-se objeto de reflexão e debate (Dong, Maton, Carvalho,2014). Sobre a natureza do conhecimento no design colocado em ação pelos designers na abordagem aos problemas, o desafio está em grande medida na articulação entre a abordagem racional, que passa também pelo tratamento quantitativo dos problemas, e o conhecimento baseado na experiência de interação com a realidade expressa na prática refletida do designer, como propõe Schön (1983). O design assume uma dialética entre arte e ciência, conhecimento empírico e inventivo (fantasia e ficção) e conhecimento factual (científico). Esta condição da natureza do conhecimento no design participa das tensões verificadas quando se trata de acordar sobre "conhecimento de design" legitimado na prática das suas diferentes disciplinas.

Os contributos do conhecimento científico, trazido para a abordagem racional aos problemas, coexistem com o conhecimento artístico numa participação "em paralelo" no seio das interações dos designers com os "materiais" das situações de design. Quando falamos de conhecimento artístico predomina a noção de que se trata de uma forma de conhecer que parte da experiência, estudo e observação da realidade, essencialmente associada à fantasia e à imaginação, uma forma de conhecer através da intuição que se traduz em conhecimento que muda e se reconfigura no espaço e no tempo. Estas condições são um desafio a uma teoria unificada sobre o "conhecimento de design" como é reclamado pela sua comunidade. Para além destas

considerações sobre conhecimento o que está em causa quando falamos de design passa, incontornavelmente, por aspetos inerentes à prática da profissão expressos na performance do designer e que assentam numa identidade cultural associada à cultura do objeto. Este aspeto identitário associa privilegiadamente o design aos contextos alargados da economia, da produção, do consumo, do significado social e de uso dos objetos, configuração genérica da envolvente aos desafios do design em todas as suas disciplinas.

Para além do conhecimento e do papel determinante da envolvente às suas abordagens os designers apetrecham-se, simultaneamente, com fenómenos, instrumentos e ferramentas analíticas de que se socorrem para a prática da atividade. A práxis do design integra teorias, práticas, princípios, casos, linhas orientadoras, padrões e estratégias cognitivas para dar conta dos problemas em processos de construção cumulativa de conhecimento (Design Council,2020b). Esta caraterização do design é fundamental para compreendermos de que falamos quando falamos de "conhecimento de design", não esquecendo que importa ainda considerar que o resultado do processo de design, a solução, é um output de natureza predominantemente tangível. Esta natureza do output implica um processo para a sua materialização que é também ele conhecimento de design (Cross,1996). O output do processo é "novo conhecimento" acerca da situação de design (problema), conhecimento que pode ser aplicado em outras situações que apresentem condições de similaridade, devendo ser objeto de partilha e disseminação (Maia.2011). Todas estas noções, que enformam a noção de "conhecimento de design", emanam da perceção da natureza do design que contempla a abordagem racional aos problemas de Herbert Simon (1981) e a prática feita de reflexão em ação de Donald Schön (1983), contribuindo para a configuração da especificidade do desafio cognitivo do território do design (Maia,2011).

A perceção da capacidade do design para dar conta da complexidade dos problemas, expressa pela comunidade de design em harmonia com a visão de organizações de referência, revela-se também pela expansão verificada no "uso" do pensamento de design - design thinking - na abordagem a problemas em outros domínios, retirando-o do fechamento da especificidade de uma prática muito focada na materialização de soluções. Esta expansão, no entanto, traz também a expansão do significado próprio do design tornando-o mais plural e mais abrangente, validando-o, por exemplo, na abordagem a problemas de natureza social em áreas como a saúde e o envelhecimento. O potencial de atuação do design ao nível dos sistemas, operando numa base multidisciplinar integrando conhecimento de outras áreas, coloca o design em risco de fragmentação (Dong, Maton, Carvalho,2014). Este risco torna mais complicada a convergência sobre o que é "conhecimento de design" pela dificuldade em dissipar as diferenças nas visões conflituantes no sentido do reconhecimento do que deve ser valorizado e cultivado como "conhecimento de design" para uma prática legitimada.

3. A DISCIPLINA DE DESIGN GRÁFICO

Na nossa investigação sobre o campo da prática do design delimitamos o nosso território de abordagem à disciplina de Design Gráfico, com um estudo focando na prática de estudantes em contexto académico. Procuramos compreender a através da prática destes estudantes os aspetos que fazem parte da perceção dos designers gráficos sobre conhecimento e competências reconhecidos e valorizados, alicerces do seu valor na resolução de problema de comunicação com soluções inovadoras, de entre eles problemas de comunicação global.

Para construir um entendimento concreto sobre o conhecimento de design gráfico analisámos a perspetiva da organização mundial de referência para a comunidade, a AIGA (American Institute of Graphic Arts). De acordo com esta organização os designers gráficos são criadores de mensagens, organizadores de informação e comunicadores de grande escala (AIGA,2020a). A AIGA destaca de entre as competências chave no século XXI a criatividade como componente central e fundamental para manter relevante o valor da profissão de designer gráfico nas sociedades e no mundo. Sobre a evolução da profissão nas últimas décadas a organização refere a passagem de um papel focado nas questões da forma e da técnica, envolvendo imagem e texto, para uma posição mais relevante em contexto de abordagem mais amplos como são os do desenvolvimento de estratégias de comunicação.

O design evoluiu de uma posição no final da cadeia de valor da tomada de decisão para a sua frente, integrando as equipas multidisciplinares (AIGA,2020a). De acordo com a AIGA esta evolução implicou mudança no conteúdo da disciplina, não só em conhecimento como na prática profissional. O foco do profissional na criação da mensagem e na sua reprodução (envolvendo questões de forma e de meios de produção de massa) expandiu-se para aspetos inerentes à circulação das mensagens, ao seu impacto nas pessoas e à sua assimilação pela cultura. Os designers estão cada vez mais integrados em equipas multidisciplinares, sendo capazes de tratar problemas de comunicação mais complexos. De acordo com a AIGA a complexidade é tratada pelos designers gráficos trabalhando ao nível dos sistemas, com enfoque sobre as intrincadas relações de interdependência das audiências. O desafio passa por ser capaz de tratar as interações entre pessoas, entre pessoas e contextos e eventos, produtos e serviços, tendo como objetivo alcançar diferentes públicos em sociedades cada vez mais digitais.

Nesta mesma linha de abordagem, a resposta às questões colocadas em entrevistas realizadas em 2020 por Jorge Frascara a oito especialistas da área do design revelam a perceção dos profissionais sobre conhecimento e competências reconhecidos e valorizados. Nesta perceção destaca-se a importância do treino para a prática da profissão, um dos desafios da educação no século XXI perante a complexidade dos problemas. Frascara salienta, de acordo com os contributos destes especialistas, que os designers devem ser educados para serem culturalmente conscientes, socialmente responsáveis e proativos (Frascara,2020). Reforça esta perspetiva fazendo referência a William Morris e ao seu foco sobre as habilidades nos ofícios, a Walter Gropius e à sua proposta de fusão entre arte e técnica, passando pela introdução da ciência e da filosofia no currículo de design pela Escola de Ulm. As contribuições destes protagonistas chave da história do design reforçam o entendimento dos especialistas em design entrevistados por Frascara (2020) que apontam a importância da qualidade dos métodos de investigação utilizados hoje pelos designers, que estão dependentes da qualidade das equipas de design que os aplicam. Consideramos que este entendimento diz respeito a competências, apontando para os desafios da educação em design no século XXI. Este entendimento está alinhado, na nossa perspetiva, com a visão da AIGA para o papel dos designers perante o desafio da complexidade da realidade, a que fizemos referência anteriormente.

Frascara (2020) salienta nas suas conclusões sobre as perspetivas partilhadas nas entrevistas com os oito especialistas, sobre o papel dos designers no século XXI, que se o processo de design não é delimitado pela investigação logo no início e avaliação no seu final, o design não pode reivindicar ser uma prática responsável. Na base desta assunção estão os desafios de um mundo em mudança rápida, onde os estudantes devem ser ajudados a desenvolver habilidades e competências que uma vida de flexibilidade e adaptabilidade requer (Frascara,2020). Concluí ainda que o conhecimento de design na área da educação deve expandir-se para a preparação dos

próprios educadores para ensinarem os seus estudantes a aprender a aprender, para que estes sejam capazes de prosperar e de se adaptarem às condições de mudança (Frascara,2020).

Dando continuidade a esta linha de abordagem, colocando o nosso foco sobre o design gráfico, consideramos de grande relevância tomar como referência o trabalho na área da educação realizado pela organização norte americana NASAD (National Association of Schools of Art and Design) a AIGA considera que o conhecimento e competências de design colocados em ação na prática da profissão de design gráfico estão hoje ainda mais estreitamente interligados com audiências e a sua diversidade. Este conhecimento centra-se na compreensão daquilo em que as audiências são iguais e naquilo em que são diferentes, envolvendo a capacidade de descrever as suas inter-relações e os seus respetivos contextos, aos quais as suas soluções comunicação têm de responder (AIGA,2020b). O enfoque na capacidade de fazer as ligações entre dimensões de sistemas interrelacionados, presentes hoje nas relações sociais reconfiguradas com a disseminação da tecnologia, implica lidar com as contingências criadas pela mudança nas espectativas destas audiências.

A abordagem aos problemas de design, ainda de acordo com a perspetiva da AIGA, implica a configuração do problema a partir do conhecimento sobre a complexidade dos contextos de uma realidade mutante. Esta moldura contextual coloca ao design gráfico desafios para além das tradicionais questões da forma e do conteúdo na conceção e desenvolvimento de soluções de comunicação para componentes isolados como são produtos e serviços, habitualmente associados à profissão.

Estas mudanças no conteúdo da profissão de design gráfico, na nossa perspetiva, têm implicações sobre aspetos inerentes ao "conhecimento de design" já apontados. A abordagem à resolução de problemas pelo design gráfico na fase inicial do seu processo, fase de identificação e clarificação do problema, apresenta como necessidade incontornável a integração de conhecimento de outras áreas. Nesta fase cabe ao designer gráfico a capacidade de fazer a ligação entre informação e conhecimento multidisciplinar sobre pessoas (audiências) e contextos (físicos, sociais, culturais, económicos e tecnológicos) (AIGA,2020b). A criação de um "objeto de comunicação" que resolve um problema, corolário do processo de design, é um output tangível rico em conhecimento sobre a realidade contemporânea, integrando as variáveis da dinâmica revelada pela mudança constante das inter-relações no seio dos diferentes sistemas.

3.1 O PROCESSO DE DESIGN GRÁFICO

De acordo com o entendimento predominante sobre a prática do design gráfico, quer no seu seio da sua comunidade quer fora dela, o processo de design gráfico é dominado por conhecimento e competências que estão essencialmente focados na materialização da solução (Helfand,2020). A resposta aos requisitos da forma domina praticamente todo o processo, no entanto, os outputs do processo são o resultado de um processo mais amplo e mais vasto, que necessita de conhecimento de diferentes territórios para ser capaz de responder com sucesso à complexidade dos problemas. De acordo com a perspetiva da AIGA este desafio passa pelo trabalho multidisciplinar resiliente, desenvolvido em condições de incerteza perante a mudança nos sistemas e suas múltiplas e mutantes envolventes.

Mais do que a gestão do processo de design está em causa a capacidade de identificar e colocar em ação o conhecimento (conhecimentos) relevantes, contemplando as condições da sua acessibilidade, adequação empírica, poder explicativo e o potencial de desenvolvimento cumulativo.

No desenvolvimento da identidade visual de uma marca, projeto desenvolvido pelos estudantes de design que constituem a amostra do nosso estudo qualitativo, a gestão do processo de design em causa implica, naturalmente, contemplar a identificação de conhecimento chave para o desenvolvimento de uma solução.

A complexidade da estrutura de uma marca, composta por uma rede de elementos diversos, materiais e simbólicos, deve ser compreendida recorrendo ao entendimento do contexto social, económico e cultural onde a marca nasce, evolui e se desenvolve (Costa,2019).

O contexto constitui os eixos de um modelo de análise proposto por Costa (2019), ferramenta de suporte ao processo de design que permite identificar diferentes dimensões chave na construção de uma marca, como mercado, target, consumo e estilo de vida. De acordo com Costa (2019) estas dimensões são reveladas por diferentes eixos denominados Mundo Empresarial, Mundo Social, Mundo Real e Mundo Simbólico, definindo o contexto da marca (Figura 1).

FIGURA 1. ESQUEMA DE CONTEXTO DA MARCA (ADAPTAÇÃO DE JOAN COSTA, 2019)

Nesta mesma linha de análise ao processo de design de criação da identidade visual de uma marca, com contributos de profissionais de referência, tendo com objetivo compreender qual o conhecimento e as competências em que assenta a prática profissional, tomamos como igualmente relevante o trabalho de Alina Wheeler (2017). Wheeler define o processo de design de criação da marca como disciplinado, caraterizando essa disciplina como sendo complexa. O processo é estruturado pela autora em cinco fases, determinantes para construir a confiança na solução (Wheeler,2017). Focada no desafio da materialização da marca gráfica, Wheeler, estabelece como primeira fase a condução de investigação, propondo aos designers que se vejam como investigadores, cientistas e psicólogos. A autora aponta para competências que assentam na capacidade de aprender sobre o problema desenvolvendo um trabalho de investigação rigoroso. Partindo da recolha de informação sobre a empresa, naquilo que denomina de auditoria interna, não deixa, no entanto, de descurar a necessidade de dados sobre o contexto, com enfoque nos competidores e na forma como estes respondem com a suas marcas. Esta necessidade do processo

pressiona, em nosso entender, para o domínio de competências de análise e síntese de informação de outros territórios, como sejam os dados sobre mercados, estratégia, marketing, entre outros.

Estaremos mais uma vez perante o desafio multidisciplinar do design, colocando a tónica do domínio de competências por parte dos profissionais que conduzem a primeira fase de investigação, de acordo com Wheeler, sobre conhecimento de outras áreas que os designers têm de ser capazes de traduzir e aplicar (Wheeler ,2017).

Apesar do reconhecimento de abordagens metodologicamente orientada, como aquelas que acabámos de referir, existirá, no entanto, a necessidade de considerar a fantasia, a ficção e a invenção como instrumentos de resposta à complexidade perante a ausência do estímulo adequado ou perante o desconhecido (Maia,2011). Mesmo numa perspetiva assente numa lógica do pensamento dual, como aquela que ainda parece prevalecer nos nossos processos, o design poderá estar vantajosamente posicionado pela sua dialética entre razão e intuição, ciência e arte.

4. CÓDIGOS DE LEGITIMAÇÃO DA PRÁTICA

Contribuindo para a consolidação de um enquadramento teórico ao design gráfico, alinhado com uma abordagem à problemática do conhecimento de design reconhecido, valorizado e legitimado na prática da profissão como aquele temos vindo a realizar é importante compreender os "princípios orientadores" de práticas profissionais legitimadas. Embora o nosso estudo não pretenda ser uma abordagem às relações sociais subjacentes ao design gráfico, consideramos muito importante ter presente que a questão sobre o conhecimento no seio de uma prática profissional assenta sobre esse pilar fundamental, porque uma profissão é feita de relações humanas. Nesse sentido, nesta dimensão da nossa abordagem estão em causa aspetos sociológicos inerentes à prática profissional, parte integrante dos processos de construção social das profissões. As escolhas conscientes dos designers gráficos sobre o que consideram conhecimento reconhecido como válido, feitas sobretudo com o objetivo de promover a perceção do valor da profissão, envolvem também uma dimensão epistémica socialmente construída.

Na profissão de design gráfico o conhecimento valorizado no seio da disciplina pode ser compreendido numa abordagem sociologicamente orientada assente na Teoria de Códigos de Legitimação (TCL). Através do seu poder de análise a TCL permite compreender melhor as estruturas de conhecimento dominantes numa disciplina. Estes códigos de legitimação são princípios orientadores, conceptualizando as "regras do jogo" dominantes num determinado contexto social como é o de uma prática profissional (Maton,2015). Estes códigos de legitimação têm como papel principal ajudar a compreender como se organizam socialmente as disciplinas e têm a importante função de orientar os profissionais na sua prática. Na nossa abordagem à disciplina do design gráfico consideramos que estes códigos de legitimação estão igualmente presentes na prática da profissão equipando os designers para operar com sucesso.

O estudo realizado por Carvalho e Dong (2008) sobre um conjunto de disciplinas do design, de entre elas o design gráfico integrado na disciplina digital media, permite-nos compreender melhor as estruturas de conhecimento dominantes. Importa sobretudo

para a nossa análise a possibilidade de consolidar o nosso enquadramento teórico a partir deste estudo, particularmente sobre a abordagem efetuada à dimensão da TCL "Especialização". Esta dimensão, de entre as diferentes dimensões que fazem pare da TCL, importa sobretudo porque diz respeito ao fato de as práticas se relacionarem a "algo" e a "alguém" e serem orientadas para "algo e para "alguém" (Maton,2013). Nesta dimensão da teoria importam-nos dois dos códigos que legitimam a prática dos profissionais: o Conhecimento e os Conhecedores.

O Conhecimento diz respeito a competências, técnicas, métodos e conhecimentos necessários para a prática profissional relacionados com o "objeto de estudo" da profissão. Esta relação epistémica (RE) pode ser mais ou menos dominante numa prática. O código de legitimação Conhecedores revela-se nas relações sociais (RS) que ocorrem no seio da profissão e dizem respeito ao talento natural dos praticantes considerados de referência, os conhecedores, diretamente relacionado com a sua forma especial e específica de saber/fazer, que pode ser, igualmente, mais ou menos dominante numa prática.

Esta visão construtivista proposta pela TCL permite-nos compreender o que é dominante na disciplina de design gráfico de acordo com o estudo de Carvalho e Dong (2008). Se o que domina a prática do design gráfico é o Conhecimento ou o saber específico dos Conhecedores de referência, ou se ambos. De acordo com este estudo o design gráfico possui como códigos de legitimação simultaneamente o Conhecimento e os Conhecedores, ou seja, a legitimação da profissão é feita pelo conhecimento especializado de design gráfico e pelas relações sociais que ocorrem no seio da comunidade profissional que reconhecem e valorizam praticantes de referência (conhecedores) (Figura 2).

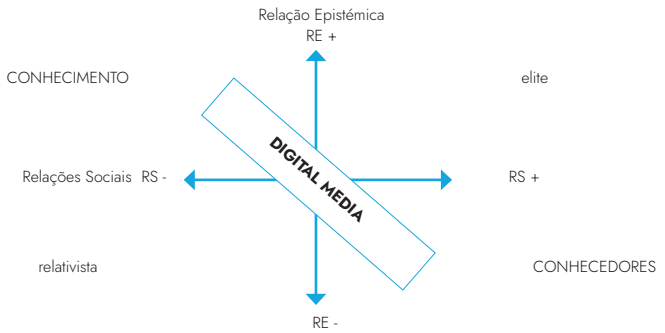


FIGURA 2. CÓDIGOS DE LEGITIMAÇÃO DA DISCIPLINA DE DESIGN "DIGITAL MEDIA" (CARVALHO E DONG:2008)

Extrapolámos a partir deste estudo para o design gráfico e consideramos poder inferir dos resultados que o Conhecimento é determinante na prática desta disciplina, validando-a para contextos mais alargados como são a sociedade e a economia, em alinhamento com a visão da AIGA (2020b). Paralelamente, a prática específica e as soluções de profissionais de referência, reconhecidos pelos seus pares no seio da comunidade, são importantes como "conhecimento" válido.

Quando os designers gráficos desempenham as suas atividades fazem-no tendo internalizado estes códigos de legitimação, no entanto, é importante considerar também que uma profissão enquanto sistema social é também um sistema de comunicação. As escolhas dos designers gráficos que permitem distinguir a prática legitimada assentam em escolhas de entre as múltiplas possibilidades que trazem mais valia para a profissão. Esta condição de escolha é uma necessidade uma vez que constrói as estruturas de sentido na prática da profissão e fornece os limites ao sistema social, que fica desta forma fechado, protegido e operacional. A decisão dos designers gráficos expressa as suas preferências sobre prática legitimada da profissão sendo disseminada por associações profissionais, instituições de ensino e formação e organizações de referência ligadas à proteção e promoção do design, nomeadamente o design gráfico. Em simultâneo, a realidade da prática profissional faz-se de acordo com os contextos das situações de design nas quais os designers estão envolvidos. O desenvolvimento de soluções conta com decisões dos designers sobre o "conhecimento" que responde da forma mais adequada as suas necessidades concretas no âmbito da performance desejada.

5. ESTUDO QUALITATIVO

Com o objetivo de verificar da existência de conhecimento de design compaginável com uma prática de design gráfico legitimada realizámos um estudo qualitativo com estudantes finalistas de um curso de licenciatura em design gráfico. Quando se pretende compreender dinâmicas inerentes a uma profissão um estudo com estudantes, realizado em contexto académico, poderá levar ao questionamento dos resultados. No entanto, dada a natureza do design predominam no ensino metodologias ativas onde se recorre frequentemente à simulação do real, particularmente no ensino do projeto. Quer isto dizer, que no contexto académico é frequente os alunos aprenderem a prática da profissão através da abordagem a problemas concretos trazidos para os contextos de aula, apresentando soluções reais para pessoas reais. No ensino do design também a aprendizagem teórica tem um papel fundamental, sobretudo de suporte ao ensino da prática, pelo que se exige que seja transversal e multidisciplinar.

O nosso objetivo com este estudo é verificar na prática destes estudantes a possibilidade da existência de princípios organizadores da profissão internalizados consistentes com os resultados do estudo de Carvalho e Dong (2008). Alinhado com a necessidade de definir o enquadramento conceptual adequado, de acordo com os nossos objetivos de investigação, construímos uma moldura de análise a partir da visão da AIGA para a prática do design gráfico assente na definição de processo de design multidisciplinar (Figura 3).

O estudo é efetuado a partir da análise de vinte e um relatórios de projeto final de curso, elaborados pelos estudantes sobre a criação da identidade visual de uma marca. Procurámos identificar nestes relatórios referências sobre o conhecimento colocado em ação nos processos de design encetados pelos estudantes, verificando da possibilidade de uma coerência com os códigos de legitimação da profissão revelados pelo estudo de Carvalho e Dong (2008). Tomando como referencial a moldura conceptual representada na Figura 3, efetuámos uma análise de conteúdo aos relatórios de projeto dos estudantes.

O nosso referente da análise, a moldura conceptual definida, integra as dimensões contextuais de um sistema identitário num projeto de criação da identidade visual de uma marca. Estas dimensões são identificadas de acordo com a visão da AIGA (2020a;

2020b) para a prática do design gráfico que considera ser fundamental a integração de conhecimento de outras áreas, sobre os contextos envolventes à situação de design, no desenvolvimento de soluções. Este conhecimento assenta na capacidade de visão global e no poder de síntese do designer que lhe permitem compreender as redes de relações existentes nos diferentes sistemas sociais, culturais, económicos, políticos, e outros, entre pessoas, lugares, coisas e eventos.

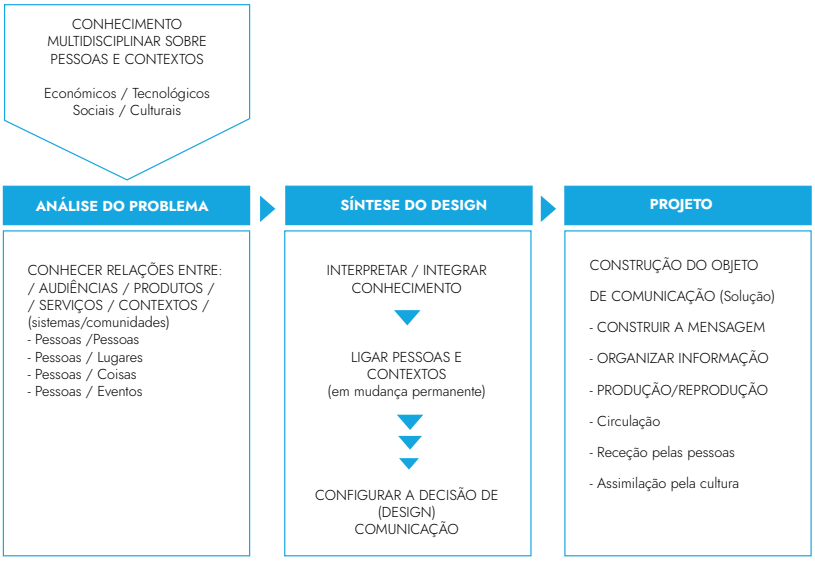


FIGURA 3. MOLDURA CONCEPTUAL DO PROCESSO DE DESIGN

Considerando a envolvente à criação de marcas contemplámos contextos social, cultural, económico e tecnológico enquanto dimensões chave no desenvolvimento da sua identidade visual. Estas dimensões constituem-se como categorias principais na análise de conteúdo efetuada aos relatórios dos estudantes.

5.1 CONDIÇÕES DA ANÁLISE DE CONTEÚDO AOS RELATÓRIOS DOS ESTUDANTES SOBRE A SUA PRÁTICA PROJETUAL

Os relatórios dos estudantes descrevem o processo de desenvolvimento dos seus projetos, etapa a etapa, ao longo do período estabelecido para a sua realização e são constituídos por documentos compostos por texto e imagem com um índice comum. Estes projetos obedeceram a um conjunto de requisitos obrigatório, expressos num enunciado de trabalhos fornecido previamente pelos docentes.

Foi efetuado um estudo qualitativo a estes relatórios dos estudantes utilizando a técnica da Análise de Conteúdo, tendo como referencial para a análise ao processo de design encetado pelos estudantes o enquadramento conceptual representado na Figura 3. Esta análise qualitativa ao conteúdo dos relatórios incidiu sobre a totalidade do relato dos estudantes expresso nos textos. A partir de uma leitura inicial foram formulados hipóteses e objetivos a partir dos quais foram definidos indicadores que permitiram orientar a interpretação dos dados enquadráveis em *Categorias* e *Subcategorias* (Figura 4).

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	DESCRIÇÃO
Compreender a envolvente SOCIAL das marcas	Comportamento das PESSOAS	Referências a comportamentos individuais e coletivos associados ao uso e consumo de marcas.
	Caraterísticas dos CONTEXTOS	Referências a tendências e fenómenos sociais associados ao uso e consumo de marcas.
Compreender a envolvente CULTURAL das marcas	Comportamento das PESSOAS	Referências a tradições e costumes individuais e coletivos associados a consumidores de marcas.
	Caraterísticas dos CONTEXTOS	Referências a tradições e costumes de culturas de países e de regiões, da envolvente ao uso e consumo de marcas.
Compreender a envolvente ECONÓMICA das marcas	Comportamento das PESSOAS	Referências a comportamentos dos consumidores em relação às marcas que consomem e que valorizam.
	Ação das ORGANIZAÇÕES nos mercados	Referências sobre atividades/ações das empresas em relação às suas marcas.
Compreender a envolvente TECNOLÓGICA das marcas	Comportamento das PESSOAS	Referências sobre o uso e o consumo de produtos tecnológicos.
	Utilização de PLATAFORMAS	Referências sobre a utilização de plataformas digitais por pessoas e empresas e a atividades realizadas nas plataformas.

FIGURA 4. QUADRO DE DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO AOS RELATÓRIOS.

Os indicadores referidos foram definidos com o objetivo de orientar a análise centrando-a na verificação da frequência da ocorrência, nas descrições feitas pelos estudantes nos relatórios, de determinados termos e referências enquadráveis nas quatro *Categorias* e nas suas duas *Subcategorias* (Figura 4). Foi efetuada uma codificação simples dos trechos de texto extraídos das leituras, partindo da presença de palavras, frases ou expressões, fatos e acontecimentos (Bardin,1977).

5.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Do total de relatórios analisados 71% apresentam referências elegíveis na Categoria Económica, sendo 57% destas referências na Subcategoria Organizações (Figura 4). Referências identificadas no conteúdo das descrições das etapas iniciais do processo de desenvolvimento da identidade visual das marcas.

De acordo com os dados, na maioria dos relatórios analisados é frequente a ocorrência de referências sobre ações das empresas nos mercados em relação às suas marcas, resultantes das pesquisas realizadas pelos estudantes. Estas pesquisas tiveram como objetivo compreender o modo como as marcas se apresentam, nomeadamente as marcas líderes, referindo-se os conteúdos expressos nos relatórios de forma explícita a análise de elementos visuais, como forma e cor, da identidade visual das marcas. As referências são predominantes nos relatórios nas descrições feitas sobre a fase inicial do projeto, na etapa de identificação e análise do problema.

Sobre a Categoria Cultural (Figura 4) encontramos resultados que se destacam logo a seguir na Subcategoria Pessoas. Verificamos que embora em menor número, comparativamente à Categoria Económica, referências sobre "comportamentos enraizados" são encontradas em vários relatórios. Na Subcategoria Contextos encontramos referências que revelam o olhar dos estudantes sobre a cultura urbana e as suas especificidades, ocidente versus oriente. Estas referências dizem respeito a tradições e costumes de culturas de países e de regiões da envolvente ao uso e

consumo de marcas. Foi verificada nesta Subcategoria, embora em menor número comparativamente à Subcategoria Pessoas, a ocorrência de referências a "conceitos de beleza" e "expressões artísticas" [1].

Destacámos os resultados que revelam pesquisas sobre aspetos da dimensão cultural da envolvente às marcas, no entanto, são igualmente objeto de atenção, embora com uma expressão menor, aspetos inerentes à envolvente social das marcas revelados por referências a comportamentos e tendências. As referências encontradas dizem respeito a aspetos visuais observáveis nas vivência e comportamentos, sobretudo associados ao consumo, analisados pelos estudantes na comunicação das marcas nos media digitais. Estas pesquisas dos estudantes ocorreram na fase inicial dos processos de design e pelas referências encontradas podemos inferir que as mesmas incidiram sobre a dimensão visual, sobre questões de forma e conteúdo, que podem ser associadas aos desafios de conceção e desenvolvimento da identidade visual das marcas.

A partir destes resultados podemos inferir da importância que os aspetos socias e culturais da envolvente às marcas têm para os estudantes, enquanto suporte dos seus processos criativos, no entanto, este conhecimento tem um peso menor comparativamente à análise de soluções existentes. Esta análise assenta sobre o modo como se apresentam as marcas, revelado pela maioria de ocorrências de referências elegíveis na Subcategoria Organizações (Categoria Económica).

Poderemos concluir que as necessidades inerentes ao desafio da conceção e desenvolvimento de uma solução visual para a identidade de uma marca, sobretudo o desafio da sua materialização, colocado pelos estudantes no centro dos seus processos de design, se suporta mais na análise de soluções existentes do que na compreensão das diferentes dimensões da envolvente às marcas.

CONCLUSÕES

A opção dos estudantes pela pesquisa sobre soluções de outras marcas no mercado, na fase inicial do desenvolvimento dos seus processos de design, revela a intenção de integrar conhecimento de outros designers. Poderá significar que os estudantes valorizam nas suas práticas o talento, o saber e a forma de fazer de um Conhecedor, um dos códigos de legitimação da profissão de design gráfico de acordo com Carvalho e Dong (2008). Esta legitimação da prática decorre das "relações sociais" que ocorrem no seio da comunidade de design e traduzem a valorização do conhecimento dos praticantes que pela qualidade do seu trabalho são reconhecidos como referências.

Para além desta conclusão podemos também considerar que os estudantes de design contemplam nas suas práticas Conhecimento tido como válido sobre técnicas e métodos, como é o caso dos processos de análise e síntese assentes na recolha e análise de dados. Estes processos são revelados nas descrições sobre o tipo de dados recolhidos a partir de pesquisas sobre a envolvente às marcas e a análise efetuada, nomeadamente, sobre a envolvente às marcas.

[1] Na análise aos dados sobre referências das diferentes Categorias verificamos que 44% são encontradas nas descrições das pesquisas sobre marcas existentes no mercado, elegíveis na Categoria Económica. As Categorias Social, Cultural e Tecnológica registam 45% das referências encontradas sobre estas diferentes dimensões da envolvente às marcas.

A análise efetuada aos relatórios permite considerar que para o desenvolvimento da identidade visual das marcas os estudantes integram conhecimento multidisciplinar, conhecimento oriundo de outras áreas sobre diferentes dimensões dos contextos envolventes à situação de design. Os estudantes valorizam esse conhecimento sobre a envolvente contemplando também nas suas opções de pesquisa as condições de acesso a esse conhecimento e o seu posterior domínio, diretamente associado à capacidade de o operacionalizar no seio do projeto. A relevância deste conhecimento para os estudantes está diretamente relacionada com a suas necessidades criativas inerentes ao desenvolvimento de uma solução que responde à necessidade de tornar "tangível" uma marca através da sua representação gráfica.

Neste sentido, consideramos que as conclusões extraídas a partir dos resultados do estudo realizado sobre a disciplina de design gráfico vão ao encontro das conclusões do estudo de Carvalho e Dong (2008). Paralelamente, a prática destes estudantes finalistas enquadra-se na visão sobre o conhecimento de design valorizado, cultivado e enfatizado pela comunidade profissional de design gráfico veiculado pela AIGA e reconhecível genericamente para as diferentes disciplinas de design na visão de organizações de referência como o BEDA e o Design Council.

Simultaneamente, pretendemos contribuir com este estudo para a investigação sobre a natureza do conhecimento de design, nomeadamente, sobre a relevância de considerar os contextos da prática da profissão nas suas diferentes disciplinas. Os estudos a desenvolver deveriam assentar em abordagens multidisciplinares suportadas por investigação quantitativa e qualitativa, envolvendo a comunidade profissional.

BIBLIOGRAFIA

American Institute of Graphic Arts AIGA) (2020) > https://www.aiga.org/about/ <

AIGA (2020a) > https://www.aiga.org/aiga/content/tools-and-resources/student-resources/what-is-design/ < Acedido a 20 de Agosto de 2020.

AIGA (2020b) *How does the professional education of graphic designers prepare young practitioners for the consideration of issues that are not about form and technique and for the evolving work of contemporary design practice? What role do general education courses play in preparing students for the expanding domain of graphic design?* AIGA/NASAD Briefing Paper > http://educators.aiga.org/wp-content /uploads/2010/01/NASAD-Briefing-Paper-General-Education.pdf < Acedido a 21 de Agosto de 2020.

Bardin, Laurence (1977) *Análise de Conteúdo*. Edições 70, Lisboa

Bureau of European design Association (2020a) *BEDA Manifesto* > https://www.beda.org/resources/beda-manifesto/ < Acedido a 20 de agosto de 2020.

BEDA (2020b) *Design Europe 2021* > https://www.beda.org/eu-projects/design-europe-2021/ < Acedido a 21 de agosto 2020.

BEDA (2014c) The BEDA Professional Design Practice Dossier >https://beda.org/wp-content/uploads/2019/ 01/DesignPracticeDossier.pdf < Acedido a 3 de Setembro 2020.

BEDA (2014d) *The BEDA Vision on the Design Profession* > https://www.beda.org/resources/beda-vision-on-the-design-profession/ < Acedido a 3 de Setembro 2020.

Carvalho, Lucila e Dong, Andy (2008) *Legitimating design: a sociology of knowledge account of the field*. Design Studies Vol 30 (5) pp. 483-502. Elsevier Science. UK

Carvalho, Lucila e Dong, Andy (2007) *Knowledge and Identity in the Design Field.* CONNECTED 2007, Conference on Design Education, 9 – 12 July 2007, University of New South Wales, Sydney, Australia.

Costa, Joan (2019) Los Cinco Pilares del Branding. Anatomia de la marca. CPC Editor. Barcelona

Cross, N., Christiaans, H., and Dorst, K. (eds.) (1996) *Analysing Design Activity*. John Wiley & Sons, Chichester, UK.

Cross, Nigel (2007) *Designerly Ways of Knowing*. Board of International Research in Design, BIRD. Birkhäuser Verlag AG. Berlin.

Design Council (2020a) > https://www.designcouncil.org.uk/who-we-are/our-mission < Acedido a 20 de agosto.

Design Council (2020b) *Design perspectives: design skills*> https://www.designcouncil.org.uk/resources/ report/design-perspectives-design-skills < Acedido a 20 de Agosto 2020.

Dong, Andy, Maton, Karl e Carvalho, Lucila (2014) *The structuring of design knowledge*. Rodgers, P. & Yee, J. (eds) Routledge Companion to Design Research. London, Routledge.

Frascara, Jorge (2020) Design Education, Training, and the Broad Picture: Eight experts respond to a few questions. She Ji The Journal of Design Economics and Innovation, volume 6(1). Tongii University Press.

Giloi, Susan; Belluigi, Dina Zoe (2017) *Underlying knowledge-knower structures in graphic design: Contributing to establishing a cohesive language for use in graphic design education.* Art, Design & Communication in Higher Education, Volume 16, Number 1, 1. Editor Susan Orr, York St John University, UK.

Helfand, Jessica (2020) *What is design graphic?* > https://www.aiga.org/what-is-graphic-design-video < Acedido a 20 de agosto de 2020.

Maia, Maria Manuela Barros Maia (2011) *O que é o Design?* A dimensão cognitiva da atividade de design: os designers nas organizações portuguesas de Design Industrial. Dissertação de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações. ISEG- UTL. Lisboa

Maton, Karl (2015) *Legitimation Code Theory: Building knowledge about knowledge-building.* Editors: Karl Maton, Susan Hood, Suellen Shay. Publisher Routledge.

Maton, Karl (2013) *Knowledge and Knowers: Towards a Realist Sociology of Education,* Routledge, London

Maton, Karl (2019) Para pensar como Bourdieu: Completando a "Revolução Mental" com a Teoria dos Códigos de Legitimação. *InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande*, MS, v. 25, n. 49, p. 15-36, jan./jun. 2019.

Muller, Roland M.; Thoring, Katja (2010) *A Typology of Design Knowledge: A Theoretical Framework*. Conference: Sustainable IT Collaboration Around the Globe. 16th Americas Conference on Information Systems, AMCIS 2010, Lima, Peru.

Schön, Donald A. (1983) *The Reflective Practioner. How professionals think in action*. Basic Books Inc. USA

Schön, Donald A. (1988) Designing: rules, types and words. *Design Studies*, Vol. 9 N° 3 pp.181-190.

Simon, Herbert (1981) *The Sciences of The Artificial*. Cambridge, Ma: MIT Press.

Wheeler, Alina (2017) Designing Brand Identity: An Essential Guide for the Whole Branding Team. Ed. Wiley

UTILIZAÇÃO DO COMÉRCIO ELETRÓNICO POR ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ALUNOS DO BRASIL E DE PORTUGALT

USE OF E-COMMERCE BY HIGHER EDUCATION STUDENTS: COMPARATIVE STUDY BETWEEN STUDENTS FROM BRAZIL AND PORTUGAL **EN**

—

USO DEL COMERCIO ELECTRÓNICO POR ESTUDIANTES DE EDUCACIÓN SUPERIOR: UN ESTUDIO COMPARATIVO ENTRE ESTUDIANTES EN BRASIL Y PORTUGAL **ES**

ANA FERNANDES
Bacharel em Administração - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - Brasil
✉ carolina.af23@gmail.com

LILIAN MARTINS
Bacharel em Administração - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - Brasil
✉ lilian_martins3@hotmail.com

JOSÉ ALEXANDRE MARTINS
Doutor em Didática das Ciências e Tecnologia – Especialização em Didática das Ciências Matemáticas. Professor Adjunto da Escola Superior de Turismo e Hotelaria - Instituto Politécnico da Guarda - Portugal. Investigador da UDI e do CiTUR.
✉ jasvm@ipg.p

GLAUCIENE MARTINS
Doutora em Administração. Professora do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - Brasil. Pesquisadora do NICE (Núcleo de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo).
✉ glauciene@cefetmg.br

VITOR ROQUE
Doutor em Ciências e Tecnologias da Comunicação. Professor Adjunto da Escola Superior de Turismo e Hotelaria - Instituto Politécnico da Guarda - Portugal. Investigador da UDI, do CiTUR e do CISeD.
✉ vitor.roque@ipg.pt

Fernandes, A., Martins, L., Martins, J., Martins, G. & Roque, V. (2021). Utilização do comércio eletrónico por estudantes do Ensino Superior: estudo comparativo entre alunos do Brasil de Portugal. *Egitania Sciencia*, 29 (jun/dez), pp.133-152.

Submitted: 22th November 2020
Accepted: 31th March 2021

RESUMO

Com o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), as formas de fazer negócios modificaram-se. Surgindo em 1979, os primeiros indícios do comércio eletrónico, o e-commerce, termo originário do inglês, proporcionou uma nova maneira de fazer trocas de bens e serviços através da Internet, utilizando dispositivos eletrónicos. Atualmente, consumidores, empresas e instituições governamentais fazem negócios através dos meios virtuais de forma online. O comércio eletrónico cresce a cada dia bem como o número de pessoas (consumidores) que aderem às compras online. O presente artigo tem como objetivo conhecer os hábitos de consumo online dos estudantes de nível superior de duas instituições de ensino, uma no Brasil, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), e outra em Portugal, o Instituto Politécnico da Guarda (IPG). A partir da pesquisa efetuada, verificou-se que o comportamento de consumo online dos estudantes de ambas as instituições é semelhante, verificando-se apenas algumas variações em situações pontuais.

Palavras-chave: *Brasil; Comércio eletrónico; Estudantes; Ensino Superior; Portugal*

ABSTRACT

With the development of Information and Communication Technologies (ICT), the ways of doing business have changed. Emerging in 1979, the first signs of electronic commerce, e-commerce, a term initially from English, provided a new way of exchanging goods and services over the Internet, using electronic devices. Currently, consumers, companies and government institutions do business through virtual media online. E-commerce grows a lot every day and increases the number of people (consumers) who start to buy online. This article aims to learn about the online consumption habits of higher education students from two educational institutions, one in Brazil, the Federal Center for Technological Education of Minas Gerais (CEFET-MG) and another in Portugal, the Polytechnic of Guarda (IPG). The research found that students' online consumption behavior from both institutions is similar, with only a few exceptions.

Keywords: *Brazil; E-Commerce; Higher education; Portugal; Students*

RESUMEN

Con el desarrollo de las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC), las formas de hacer negocios han cambiado. En 1979 surgieron los primeros indicios de comercio electrónico, el e-commerce, término inicialmente procedente del inglés, que proporcionó una nueva forma de intercambiar bienes y servicios a través de Internet, utilizando dispositivos electrónicos. Actualmente, los consumidores, las empresas y las instituciones gubernamentales hacen negocios a través de medios virtuales en línea. El comercio electrónico crece mucho cada día y aumenta el número de personas (consumidores) que empiezan a comprar en línea. Este artículo pretende conocer los hábitos de consumo en línea de los estudiantes de educación superior de dos instituciones educativas, una en Brasil, el Centro Federal de Educación Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) y otra en Portugal, la Politécnica de Guarda (IPG). La investigación encontró que el comportamiento de consumo en línea de los estudiantes de ambas instituciones es similar, con sólo algunas excepciones.

Palabras clave: *Brasil; Comercio electrónico; Educación superior; Estudiantes; Portugal*

INTRODUÇÃO

A Internet tornou-se uma plataforma comercial essencial para o comércio, distribuição e venda de produtos entre organizações, entre organizações e consumidores, e mesmo entre consumidores, o que levou o comércio electrónico para um nível inteiramente novo (Corbitt et al., 2003). A Internet e as organizações virtuais tornaram-se indispensáveis para os consumidores, uma vez que estas lhes permitem realizar com maior comodidade as suas tarefas, as suas compras, os seus negócios e a sua diversão (Andrade & Silva, 2017). Nesse contexto surge o comércio eletrónico, também conhecido como e-commerce, que se vem desenvolvendo ao longo dos anos e é crescente o número de empresas, instituições governamentais, como também pessoas físicas que utilizam esta forma de fazer "negócio".

"O comércio eletrónico é a realização de toda a cadeia de valor dos processos de negócio num ambiente eletrónico, por meio da aplicação intensiva das tecnologias de comunicação e de informação, atendendo aos objetivos de negócio. Os processos podem ser realizados de forma completa ou parcial, incluindo as transações negócio-a-negócio, negócio-a-consumidor e consumidor-a-negócio" (Albertin, 1999).

De acordo com Kalakota & Whinston (1997), o comércio eletrónico pode ser definido como sendo a compra e a venda de informações, produtos e serviços através de redes de computadores. Por sua vez Vejačka (2019) refere que comércio eletrónico pode ser definido como a disponibilização de produtos ou serviços utilizando as tecnologias de informação e comunicação.

Por sua vez, Meyliana & Chandra (2018) acrescenta que recursos como avaliações, revisões e comentários estão disponíveis nos sítios web de comércio electrónico e que estes recursos disponibilizam informações relevantes, tendo por base a experiência de compradores anteriores, a potenciais consumidores que pretendem comprar produtos ou serviços nesse mesmo sítio web de comércio electrónico.

As soluções de comércio eletrónico começaram a ser adoptadas e utilizadas pelas empresas desde os anos 70, nomeadamente por empresas que trabalham os mercados financeiros. Posteriormente, entre os anos 70 e início dos anos 80, o comércio eletrónico ganha popularidade entre a generalidade das empresas e difunde-se rapidamente com a utilização de sistemas desenvolvidos com base na tecnologia Electronic Data Interchange (EDI).

Esta revolução, liderada pelas tecnologias de informação e comunicação nas últimas duas décadas transformou um grande número de empresas tradicionais. O impacto tem sido mais significativo em indústrias dominadas por bens de informação como a música, o software, os jornais e outras (Pathak, 2016).

Assim, com a massificação do acesso à Internet a partir dos anos 90, atualmente com mais de 4,9 mil milhões de utilizadores e uma taxa de penetração de mais de 63% (IWS, 2020), o comércio eletrónico sofre novos desenvolvimentos e cresce significativamente de ano para ano trazendo importantes implicações económicas e sociais. Os consumidores estão a mudar os seus hábitos de consumo e as empresas tiveram de se adaptar à nova situação modificando as suas estratégias comerciais e de marketing (Garín-Muñoz et al., 2019). "O fato é que o comércio eletrónico representa uma evolução social e tecnológica e traz mudanças estruturais no que diz respeito ao processo de troca. Sendo assim, as empresas devem, cada vez mais, aprimorar seus processos e suas lojas virtuais." (Andrade & Silva, 2017).

No início do comércio eletrónico, muitos consumidores procuravam informações e comparavam produtos na Internet e acabavam por ir à loja física para a sua compra. Hoje, em muitos casos, a situação é a oposta: os consumidores utilizam a loja física como um catálogo "vivo" onde podem ver e experimentar os produtos que mais tarde comprarão online (Garín-Muñoz et al., 2019).

As compras online tornaram-se uma tendência, trazendo consigo muitas e diferentes oportunidades económicas e ao mesmo tempo poderem ser também consideradas uma espécie de revolução social (Garín-Muñoz et al., 2019). De acordo com Mendonça (2016), uma das vantagens do comércio eletrónico é o facto das pequenas empresas/negócios poderem chegar a um maior número de consumidores do que chegariam caso mantivessem apenas o atendimento na loja física. Albertin (2010) complementa afirmando que uma das maiores comodidades desta modalidade de serviços é poder efetuar compras a partir de qualquer lugar.

São também apontadas como vantagens do comércio eletrónico as seguintes: diminuição de custos, diminuição do uso de intermediários (vender diretamente para o consumidor final), preços mais baixos, entre outros. Por outro lado, as desvantagens também devem ser consideradas nomeadamente: a falta de contato físico, sensação de anonimato, insegurança, diminuição da capacidade de verificação da qualidade do produto, como aspectos negativos do comércio eletrónico (Andrade & Silva, 2017; Niranjanamurthy et al., 2013; Silva & Oliveira, 2019).

De acordo com Pavlou (2003), a confiança/segurança é um fator de elevada importância no comércio eletrónico devido ao alto grau de incerteza e risco presente na maioria das transações on-line. Jarvenpaa et al. (2000) mostraram empiricamente o efeito favorável da confiança nas intenções de compra do consumidor. A confiança/segurança é fundamental para influenciar positivamente o comportamento do consumidor em relação ao comércio eletrónico (Corbitt et al., 2003).

M. C. Andrade & Silva (2017) constatam que o comércio eletrónico tem conquistado cada vez mais clientes, pelo simples facto das compras poderem ser feitas em qualquer lugar, em casa, no trabalho, no restaurante, entre outras, e a qualquer hora. Esta situação está intrinsecamente relacionada com a mudança do perfil do consumidor. Variáveis como a idade, a educação, o género e o estatuto socioeconómico são considerados dos preditores mais significativos do comportamento online (Petrovic & Pavlovic, 2016). Existem também inibidores, que são percepções que o consumidor tem sobre as características dos sistemas, que desencorajam a sua utilização e que devem ser minimizados (Lallmahomed, 2019).

O número de pessoas que preferem fazer compras online e o número de compras online são duas variáveis em contínua ascensão. Além disso, os compradores online são cada vez mais jovens (Lin et al., 2019). A redução do esforço humano nas lojas comerciais é mais um fator a favor do comércio eletrónico (Wangmo et al., 2018).

Em 2018, as vendas a retalho de comércio eletrónico, por regiões mundiais, tiveram todas crescimentos acima dos dois dígitos e uma média de crescimento de 24,1% (figura 1).

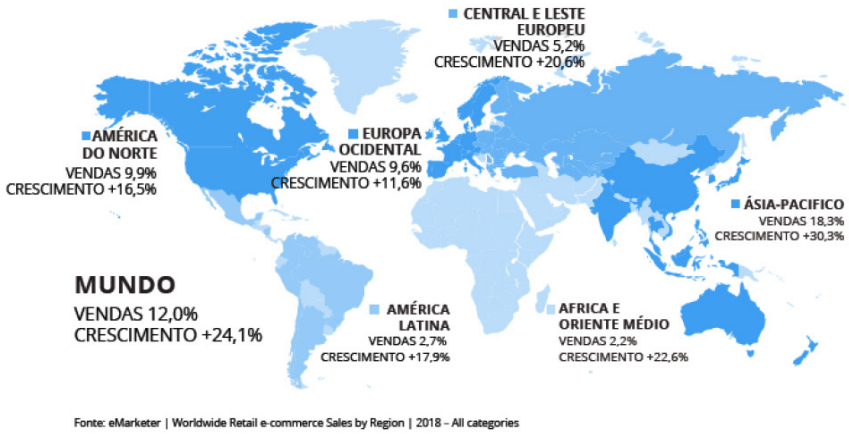


FIGURA 1. VENDAS A RETALHO DE COMÉRCIO ELETRÓNICO POR GRANDES REGIÕES MUNDIAIS.
FONTE. EBIT_NIELSEN (2019)

De acordo com as previsões da eMarketer, as vendas a retalho de comércio eletrónico no mundo em 2020 representarão 4,2 biliões de USD[1], o que corresponde a um aumento de 20% relativamente a 2019 (3,5 biliões de USD) (EMarketer, 2019). Uma fatia significativa deste valor corresponde ao mCommerce, que não é mais do que eCommerce em que o equipamento usado é o smartphone, que, de acordo com as previsões da Statista, representará em 2019, 0,693 biliões de USD, ou seja, 19,6% do total das vendas a retalho (Statista, 2019).

A Verto Analytics estudou o comportamento da população americana e verificou que mais de 96% dos adultos americanos (18+ anos) utilizaram uma plataforma de comércio eletrónico pelo menos uma vez por mês. A distribuição etária dos compradores online é homogénea não se registando diferenças significativas no que respeita às diferentes faixas etárias: (a) Millenials[2] - 30%; (b) Gen X[3] - 34%; (c) Boomers[4] - 31% e (d) 75+[5] - 5% (figura 2) (Verto_Analytics, 2018).

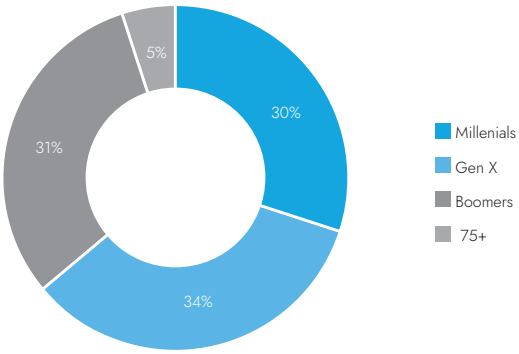


FIGURA 2. DISTRIBUIÇÃO POR FAIXAS ETÁRIAS DOS CONSUMIDORES ONLINE.
FONTE. ADAPTADO DE VERTO_ANALYTICS (2018)

[1] Dólar norte-americano.
[2] Millenials, 18-34 anos.
[3] Gen X, 35-54 anos
[4] Boomers, 55-74 anos
[5] 75+, 75 ou mais anos

Já em relação ao tempo despendido online em compras, os consumidores podem ser categorizados em compradores intensivos (heavy shoppers), compradores médios (medium shoppers) e compradores leves (light shoppers). Neste sentido, os Millenials são maioritariamente compradores leves (36%), enquanto que 75% dos compradores intensivos são das Gen X e Boomers (figura 3). Em termos de equipamento utilizado para fazer compras online, 35% utilizam apenas dispositivos móveis, enquanto apenas 18% utilizam unicamente o computador (Verto_Analytics, 2018).

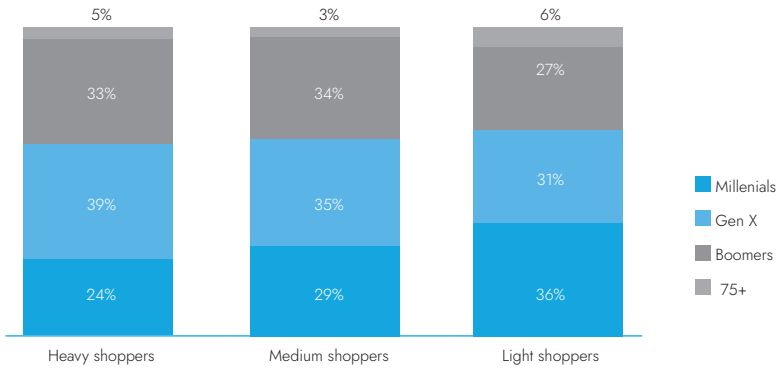


FIGURA 3. CATEGORIZAÇÃO POR TEMPO DESPENDIDO DOS COMPRADORES ONLINE.
FONTE. ADAPTADO DE VERTO_ANALYTICS (2018)

Se o foco forem as vendas globais de comércio eletrónico, o TOP10 dos países em 2019, ordenados por volume de vendas a retalho, é encabeçado pela China com 1,93 biliões de USD e fecha esta lista a Rússia com 0,27 biliões de USD (Tabela 1).

	2018	2019	% VARIAÇÃO
1. China	1,52	1,93	27,3%
2. Estados Unidos	0,52	0,59	14,0%
3. Reino Unido	0,13	0,14	10,9%
4. Japão	0,11	0,12	4,0%
5. Coreia do Sul	0,88	0,10	18,1%
6. Alemanha	0,76	0,82	7,8%
7. França	0,62	0,69	11,5%
8. Canadá	0,41	0,50	21,1%
9. Índia	0,35	0,46	31,9%
10. Rússia	0,23	0,27	18,7%
*valores em mil milhões			

TABELA 1. TOP10 DE PAÍSES POR VOLUME DE VENDAS EM COMÉRCIO ELETRÓNICO.
FONTE. ADAPTADO DE EBIT_NIELSEN (2019)

Desta forma, percebe-se que o ambiente tradicional de negócio está a mudar rapidamente. De acordo com Kalakota & Whinston (1997), as organizações procuram flexibilidade para se relacionar com os parceiros de negócio, plataformas, carreiras e redes. Nesse sentido, pode dizer-se que essa transformação também inclui conexões eletrónicas para incrementar a eficiência das comunicações de negócio.

A importância de perceber os hábitos de consumo online de jovens e a grande presença destes no comércio eletrónico na atualidade foram as principais razões que motivaram o presente estudo. Esta investigação tem como objetivo conhecer os hábitos de consumo online dos estudantes de nível superior de duas instituições de ensino, uma no Brasil, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) e outra em Portugal, o Instituto Politécnico da Guarda (IPG). Tais amostras podem indicar quais os principais aspectos valorizados por este público consumidor, quais os benefícios apontados por eles, além de identificar os aspectos negativos que os levam a não utilizar o comércio eletrónico, bem como experiências menos agradáveis.

O presente artigo está dividido em: introdução, que tem como intuito contextualizar e apresentar o comércio eletrónico de forma generalizada; o capítulo 2 apresenta o comércio eletrónico no Brasil e em Portugal; no capítulo 3 é apresentado a metodologia utilizada, em que se procura descrever ao leitor as abordagens utilizadas; no capítulo 4 é feita a análise de dados e discussão dos principais resultados obtidos e por fim, a conclusão do artigo.

2. O COMÉRCIO ELETRÓNICO NO BRASIL E PORTUGAL

Com a evolução/revolução do comércio eletrónico, o comportamento do consumidor alterou-se, não se limitando apenas à loja física. Os novos canais de comunicação retroalimentam-se e fazem com que a experiência de compra seja muito mais complexa. Uma compra pode ser iniciada com a experimentação/visualização do produto na loja física, em seguida ser feita uma pesquisa no smartphone e a compra ser concluída no desktop. A visita à loja física por um consumidor digital é feita geralmente para experienciar o próprio produto (Ebit_Nielsen, 2019).

Atualmente, o comércio eletrónico em ambos os países (Portugal e Brasil) encontra-se numa fase de maturidade. Depois de vários anos a enfrentar diferentes momentos económicos, os dois mercados demostram atualmente uma maturidade para um crescimento mais homogéneo e consistente. Ambas, as economias seguem um processo de recuperação e o comércio eletrónico pode desempenhar um papel fundamental para alavancar a economia. Aliás, o comércio eletrónico é visto atualmente como uma oportunidade para empreendedores para a criação do seu próprio negócio (Ebit_Nielsen, 2019).

Pastor (2018) considera que um dos obstáculos específicos de Portugal em relação ao comércio eletrónico é a localização geográfica do país, que não possui uma posição central e não tem uma grande dimensão. Além disso, a autora relata que "a Lanidor - empresa portuguesa de vestuário - considera que o comércio online em Portugal está ainda numa fase muito embrionária e dificilmente atingirá posições de destaque a nível mundial no que respeita ao e-commerce" (Pastor, 2018, p.65). Por outro lado, por ter climas e questões de seguranças favoráveis, os cidadãos portugueses realizam muitos passeios e idas a lojas, diminuindo o número de compras pela Internet.

Se considerarmos a rota global do comércio eletrónico (figura 4), o mercado chinês é aquele que apresenta o maior nível de maturidade e onde o momento de consumo atual contempla a categoria de Alimentos Perecíveis, os famosos alimentos frescos. No que concerne a Portugal e Brasil, ambos os países encontram-se também num estádio de desenvolvimento considerável no que respeita a rota global do comércio eletrónico (Ebit_Nielsen, 2019).

FIGURA 4. ROTA GLOBAL DO COMÉRCIO ELETRÓNICO.
FONTE. EBIT_NIELSEN (2019)

Na tabela 2, podem ser visualizados alguns dos produtos pertencentes a cada uma das categorias anteriores.

Entretenimento	Bilhetes de cinema. Bilhetes de eventos, etc.
Turismo/Serviços	Bilhetes de Avião. Reserva de Hotéis, etc.
Bens Duráveis	Eletrodomésticos. Livros, etc.
Bens Não-Duráveis (FMCG[6] ou CPG[7])	Perfumaria e Cosméticos. Bebidas, etc.
Perecíveis	Alimentos frescos.

TABELA 2. EXEMPLO DE PRODUTOS DAS DIFERENTES CATEGORIAS DA ROTA GLOBAL DO COMÉRCIO ELETRÓNICO.

Em termos de compradores online ambos os países apresentam valores percentuais semelhantes relativamente aos utilizadores com acesso à Internet, de 43% (3,1 milhões de compradores online) para Portugal e 40% (60 milhões de compradores online) para o Brasil (tabela 3) (ACEPI, 2017; Ecommerce_FOUNDATION, 2018).

	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO ONLINE	COMPRADORES ONLINE	% CONSUMIDORES ONLINE POPULAÇÃO ONLINE	% CONSUMIDORES ONLINE POPULAÇÃO TOTAL
Portugal	10304434	7316148	3145944	43,00%	30,53%
Brasil	210867954	149057635	60000000	40,25%	28,45%

TABELA 3. COMPRADORES ONLINE.
FONTE. ACEPI (2017) E ECOMMERCE_FOUNDATION (2018)

No Brasil, em 2018, o comércio eletrónico faturou aproximadamente 12 mil milhões de euros, conforme dados do E-commercebrasil (2019). Já Portugal, conforme o Tudo_sobre_eCommerce (2021), terá faturado 5 mil milhões de euros no mesmo ano. A esta diferença em valor absoluto, que é natural dada a diferença de dimensão da população (total e online) dos dois países (Tabela 3), corresponde uma diferença pouco significativa em termos relativos. Ou seja, proporcionalmente (Tabela 3), o consumidor português gasta ligeiramente mais no comércio eletrónico (43% online, 30,53% total) do que o consumidor brasileiro (40,25% online, 28,45% total).

[6] Fast-Moving Consumer Goods
[7] Consumer Packaged Goods

Em relação às categorias de produtos mais vendidos o "Vestuário e Calçado", os "Equipamentos Eletrónicos e Informáticos" e os "Livros e Filmes", são os preferidos dos consumidores online portugueses, mantendo em 2017 o TOP3 de 2016 mas com um aumento em cada uma delas (CTT, 2017).

Por sua vez, as preferências dos consumidores online brasileiros, em 2018, recaem nas categorias de "Saúde/Cosméticos e Perfumes", "Moda e Acessórios" e "Casa e Decoração" (figura 6) (Ebit_Nielsen, 2019).

3. METODOLOGIA

Considerando o consumo online dos consumidores portugueses e brasileiros, o presente trabalho visa analisar os hábitos de consumo online, de um subgrupo específico de consumidores nestes dois países – os estudantes do ensino superior de duas instituições de ensino público, uma no Brasil, o CEFET-MG e a outra em Portugal, o IPG.

Para tal, recorreu-se a métodos de pesquisa maioritariamente de caráter quantitativo e descritivo cujo instrumento de recolha de dados foi um questionário.

O questionário foi construído em parceria entre as duas equipas de pesquisa do Brasil e Portugal, tentando ultrapassar qualquer diferença cultural existente. Como forma de validação do questionário, realizou-se um pré-teste do mesmo com 34 estudantes de ambas as instituições.

O pré-teste foi realizado para avaliar a fidedignidade e a operatividade. A fidedignidade diz respeito à imparcialidade do aplicador, para que não interfira no resultado. A operatividade que indica se o vocabulário do questionário é acessível a todos os entrevistados, deixando claro o que se pretende perguntar (Marconi & Lakatos, 2017). Dos resultados do pré-teste, para além de resultar a verificação de fidedignidade e operatividade, resultaram algumas sugestões que permitiram melhorar o instrumento.

Após o pré-teste, o questionário foi submetido para revisão e validação a um painel de peritos, das áreas de Línguas e Culturas, de Turismo e de Ciências e Tecnologias. Com a validação pretendeu-se verificar a importância das perguntas e dos dados a serem recolhidos, isto é, a verificação se foi omitido algo de grande importância. Desta fase de revisão e avaliação surgiram sugestões que possibilitaram a melhoria do questionário ao nível da forma e do conteúdo e que levaram a que o questionário, que possuía 23 questões, terminasse com 25 questões. As questões estavam divididas em duas grandes categorias temáticas, a demografia com 7 questões e os hábitos de consumo com 18 questões.

A aplicação do questionário ocorreu no início de 2019 a partir de formulário online e divulgado pela equipe desta pesquisa de entre os estudantes das duas instituições de ensino, caracterizadas na tabela 4.

INSTITUIÇÃO	ALUNOS	NÍVEIS DE EDUCAÇÃO	CAMPUS/ ESCOLAS
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) - BRASIL	6122	Técnico Graduação Pós-graduação	9 campus
Instituto Politécnico da Guarda (IPG) - PORTUGAL	2774	Técnico Graduação	4 escolas

TABELA 4. CARATERIZAÇÃO DO CEFET-MG E DO IPG.

A técnica de amostragem utilizada foi por conveniência e autogerada, pelo que não se espera a generalização dos resultados obtidos. A amostra por conveniência é aquela onde se utilizam participantes que estejam mais acessíveis e dispostos a colaborar, sem pré definir critérios (Freitag, 2018). Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão (Gil, 2019). Dada a divergência entre o número de alunos de ambas as instituições educacionais, bem como as diferenças culturais, optou-se por prosseguir com essa metodologia.

Ao todo, a amostra compreendeu um total de 180 estudantes sendo que 67 (37,2%) eram do CEFET-MG e 113 (62,8%) do IPG.

4. ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Utilizou-se análise estatística descritiva e análise estatística inferencial para análise dos dados que permitiu chegar aos seguintes resultados através da utilização do Microsoft Excel e do IBM SPSS Statistics 24.

No caso do CEFET-MG, a maioria dos estudantes era do género feminino (N=41; 61,2%) e no caso do IPG, responderam maioritariamente estudantes do género masculino (N=61; 54,0%). No CEFET-MG a faixa etária mais representativa é a dos [22, 25] anos (44,8%) enquanto no IPG a faixa etária mais representativa é a dos [18, 21] anos (47,8%). Salienta-se ainda que no IPG, 14 (12,4%) dos respondentes tinham idade de 41 anos ou superior (figura 5), não havendo ninguém nessa faixa etária nos respondentes do CEFET-MG.

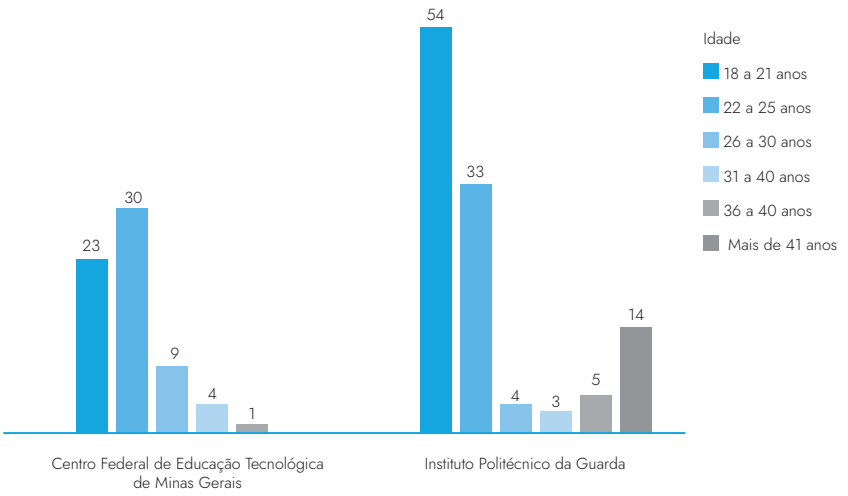


FIGURA 5. IDADE DOS ESTUDANTES QUE PARTICIPARAM NA INVESTIGAÇÃO.

Outro aspecto considerado foi a fonte de subsistência dos alunos para estudarem. Em relação a este aspecto os "Pais e/ou familiares" são a principal fonte de subsistência dos estudantes, com 43,3% para os estudantes do CEFET-MG e 72,6% para os estudantes do IPG (figura 6).

A 2ª fonte de subsistência mais escolhida pelos estudantes foi diferente, tendo os alunos do CEFET-MG referido a opção "Estágio" com 34,3% e a opção "Autônomo/Por conta própria", pelos alunos do IPG, com 17,7%. Esta divergência de resultado na segunda posição pode ser atribuída ao facto de que em Portugal normalmente o estágio ser realizado no final do curso, em contrapartida, no Brasil é possível o estudante estagiar desde o primeiro semestre/ano.

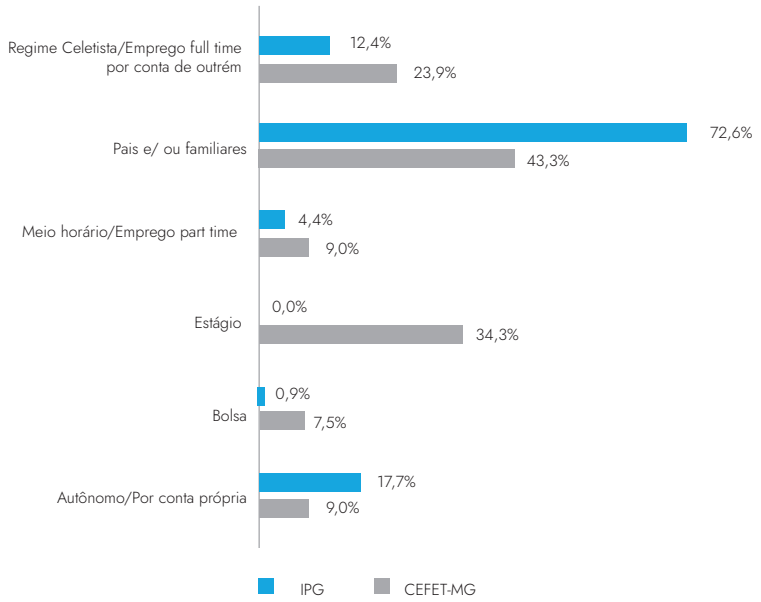


FIGURA 6. FONTE DE SUBSISTÊNCIA PARA ESTUDAR.

Verificou-se também que entre os estudantes da CEFET-MG os intervalos mais representativos do dinheiro que precisam para fazerem face aos seus encargos mensais foram "R$801.00 - 1200.00 | 160€ - 240€" (31,3%) e "Mais de R$2000.00 | Mais de 400€" (29,9%). Já no caso dos estudantes do IPG os intervalos mais representativos foram "R$401.00 - 800.00 | 81€ - 160€" (25,7%) e "Mais de R$2000.00 | Mais de 400€" (25,7%), tal como se pode constatar na tabela 5.

ENCARGOS MENSAIS	INSTITUIÇÃO			
	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS		INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA	
	CONTAGEM	% EM INSTITUIÇÃO	CONTAGEM	% EM INSTITUIÇÃO
0 – R$400,00 | 0 - 80€	5	7,5%	16	14,2%
R$401,00 – R$800,00 | 81€ - 160€	5	7,5%	29	25,7%
R$801,00 – R$1200,00 | 161€ - 240€	21	31,3%	12	10,6%
R$1201,00 – R$1600,00 | 241€ - 320€	8	11,9%	15	13,3%
R$1601,00 – R$2000 | 321€ - 400€	8	11,9%	12	10,6%
Mais de R$2000,00 | Mais de 400€	20	29,9%	29	25,7%
TOTAL	67	100,0%	113	100,0%

TABELA 5. ENCARGOS MENSAIS DOS ESTUDANTES.

No que respeita aos hábitos de consumo, cada vez mais utilizadores, a nível global, compram online, também os estudantes destas duas instituições revelaram esta tendência. Dos inquiridos, 100% (N=67) dos estudantes do CEFET-MG revelaram já ter feito compras online, enquanto que do IPG, 87,7% (N=98) dos estudantes revelaram já terem feito compras online. Tais resultados corroboram a revisão da literatura em relação ao fator segurança anteriormente mencionado

Os produtos que os estudantes responderam comprar mais foram, no caso do CEFET-MG, os "Bilhetes para eventos", com N=43 (64,2%) ocorrências; os "Bilhetes de avião", com 35 (52,2%) ocorrências; e "Tecnologia" e "Vestuário", ambos com 33 (49,3%) ocorrências. No caso do IPG, os produtos mais indicados foram: a "Tecnologia", com 58 (51,3%) ocorrências; o "Vestuário", com 42 (37,2%) ocorrências; e os "Bilhetes de avião", com 33 (29,2%) ocorrências. Na figura 7 podem ser visualizados os resultados para todas as categorias de produtos questionadas. Constata-se que estes estudantes compram produtos da rota global do comércio eletrónico, principalmente entretenimento, turismo/serviços e bens duráveis.

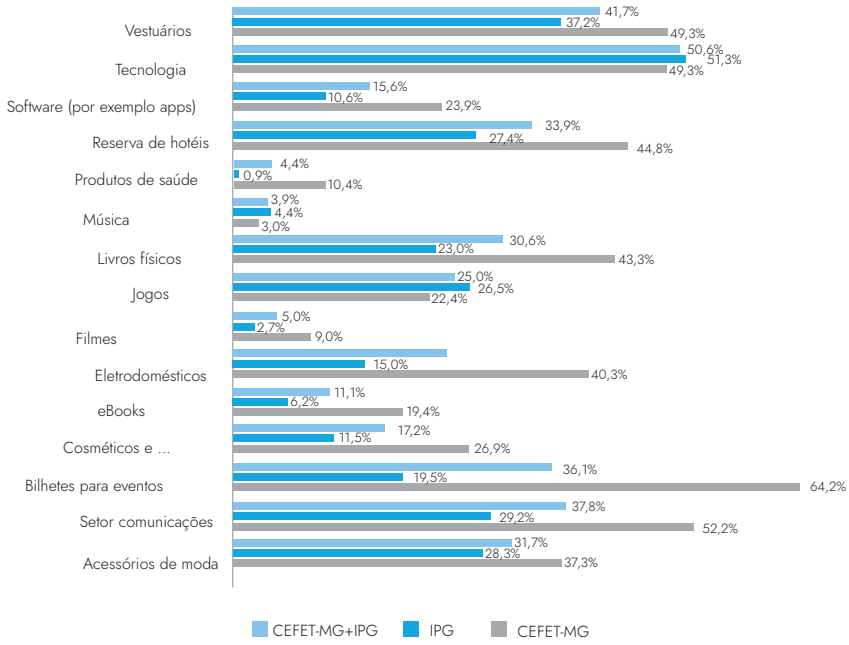


FIGURA 7. CATEGORIAS DE PRODUTOS COMPRADOS PELOS ESTUDANTES ONLINE.

Por outro lado, dos 15 (13,3%) estudantes do IPG que responderam nunca ter feito compras online, os motivos principais que referiram para justificar tal facto foram o "Receio de perder o dinheiro da compra" e a "Falta de contacto físico com o produto" (figura 8). Como observado anteriormente, devido ao hábito de visitar as lojas físicas, este aspecto é potenciado nos estudantes portugueses, devido a uma maior necessidade destes em experenciar os produtos. Este resultado corrobora o observado por Antoniadis et al. (2014) em que os consumidores precisam de examinar fisicamente o produto antes de o encomendar em online, facto que representa desafio significativo para os comerciantes, tanto de retalho físico como de lojas online.

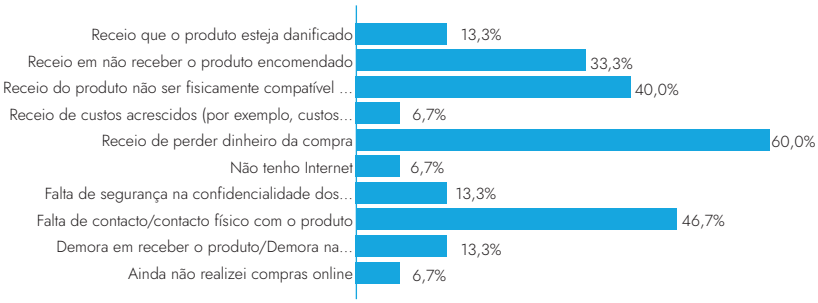


FIGURA 8. RAZÕES PARA OS ESTUDANTES DO IPG NÃO TEREM FEITO COMPRAS ONLINE.

As fontes de informação na Internet sobre os produtos passíveis de serem adquiridos online pelos estudantes da amostra, foi outro dos aspetos analisados. Quando questionados se antes de comprar procuram informações sobre os produtos, a grande maioria, em ambas as instituições, respondeu afirmativamente com 98,5% (N=66) no caso do CEFET-MG, e 93,9% (N=92) no caso do IPG. Do teste de independência do Qui-quadrado, e como a significância é de p=0,147 > 0,05, com um nível de confiança de 95%, pode concluir-se que não há diferenças estatisticamente significativas entre as proporções das duas variáveis. Além disso, não existe associação entre as variáveis, sendo o V de Cramer = 0,113.

Os motores de pesquisa foram as fontes de informação mais indicadas pelos estudantes de ambas as instituições (IPG - 73,9%; CEFET-MG - 72,7%). Seguidamente são indicadas as opções "Com familiares/amigos" e "Nos sites/sítios das empresas" com 42,4% e 46,7% respetivamente pelos estudantes do IPG e com 40,9% e 34,8% respetivamente pelos estudantes do CEFET-MG. Interessante é o facto dos canais de comunicação tradicionais (televisão e revistas/jornais impressos) são preteridos, claramente, em relação aos canais online. Os dados corroboram com a teoria, de que o consumidor tem a necessidade de ter mais informações sobre os produtos (Ebit_Nielsen, 2019).

Quando a mesma pergunta incidiu apenas nas redes sociais como a fonte de procura de informação, a maioria dos estudantes do IPG diz não procurar informações sobre os produtos nas redes sociais (N=53; 54,1%) verificando-se uma situação contrária para os estudantes do CEFET-MG (N=24; 35,8%). Neste caso pode considerar-se que há diferenças estatisticamente significativas entre as proporções das duas variáveis uma vez que, com um nível de confiança de 95%, o teste de independência do Qui-quadrado apresenta uma significância de p=0,021<0,05. Além disso, existe associação entre as variáveis, mas essa associação é fraca com o valor de Fi = -0,18, indicando que maioritariamente no IPG a resposta é Não e, pelo contrário, no CEFET_MG a resposta é maioritariamente Sim.

Os que respoderam afirmativamente à procura de informação nas redes socias, as três mais indicadas foram o Facebook (IPG – 66,7%; CEFET-MG - 60,5%), o YouTube (IPG - 68,9%; CEFET-MG - 58,1%) e o Instagram (IPG - 46,7%; CEFET-MG - 55,8%).

Em termos de montante despendido mensalmente em compras online, a opção mais escolhida pelos estudantes do CEFET-MG foi "R$51,00 - R$100,00 | 11€ - 20€" com 34,3% (N=23), enquanto os alunos do IPG escolheram mais a opção "0 - R$50,00 | 0 - 10€" com 39,8% (N=39) (tabela 6). Contudo, nos estudantes do CEFET-MG 55,2% indicaram gastar mensalmente menos de R$100,00 | 20€ e 85,1% menos de R$200 | 40€, enquanto que nos alunos do IPG as percentagens foram, respetivamente, 47,1% e 67,5%. Do teste de independência do Qui-quadrado e uma vez que a significância é de p=0,024<0,05 pode concluir-se que, com um nível de confiança de 95%, há diferenças estatisticamente significativas entre as proporções das duas variáveis.

COMPRAS ONLINE MENSAIS	INSTITUIÇÃO			
	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS		INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA	
	CONTAGEM	% EM INSTITUIÇÃO	CONTAGEM	% EM INSTITUIÇÃO
0 – R$ 50.00 | 0 - 10€	14	20,9%	39	39,8%
R$51.00 - 100.00 | 11€ - 20€	23	34,3%	17	17,3%
R$101.00 - 200.00 | 21€ - 40€	20	29,9%	20	20,4%
R$201.00 - 400.00 | 41€ - 80€	2	3,0%	10	10,2%
R$1401.00 - 600.00 | 81€ - 120€	4	6,0%	7	7,1%
R$601.00 - 800.00 | 121€ - 160€	0	0,0%	1	1,0%
Mais de R$800.00 | Mais de 160€	4	6,0%	4	4,1%
Total	67	100,0%	113	100,00%

TABELA 6. QUANTO GASTAM POR MÊS EM COMPRAS ONLINE?

Fazendo compras online e tendo em consideração que podem surgir vários problemas com o envio dos produtos, nomeadamente (i) Atraso na entrega, (ii) Cobrança indevida, (iii) Custos acrescidos (por exemplo, custos com alfândegas), (iv) Entrega num endereço diferente, (v) Não entrega, (vi) Produto danificado, (vii) Produto diferente do comprado e (viii) outros, a maioria dos estudantes do CEFET-MG respondeu afirmativamente relativamente ao facto terem tido problemas com o envio dos produtos (53,7%), enquanto a maioria dos estudantes do IPG respondeu que não teve problemas com o envio dos produtos (64,3%). Do teste de independência do Qui-quadrado, e uma vez que a significância é de $p=0,022<0,05$, pode concluir-se que, com um nível de confiança de 95%, há diferenças estatisticamente significativas entre as proporções das duas variáveis.

Ainda neste contexto revelava-se importante aferir se para aqueles estudantes que manifestaram ter tido problemas com compras online, os mesmos tinham sido resolvidos. De acordo, com os resultados obtidos os problemas foram maioritariamente resolvidos para os estudantes de ambas as instituições, o que é um fator positivo e relevante para o engagement e fidelização dos consumidores para o comércio eletrónico.

Se por um lado o comércio eletrónico pode apresentar algumas desvantagens/ problemas, como os referidos anteriormente, também há um conjunto significativo de vantagens associadas ao mesmo. Foram estas vantagens que se pretenderam identificar. Surge uma vantagem claramente à frente de todas as outras que é a "Comodidade". Esta vantagem foi a mais escolhida pelos estudantes de ambas as instituições. Outras vantagens que também mereceram grande aceitação por parte dos estudantes de ambas as instituições foram "Preços mais competitivos dos produtos" e "Poder comprar produtos que não estão facilmente ao nosso alcance" (figura 9).

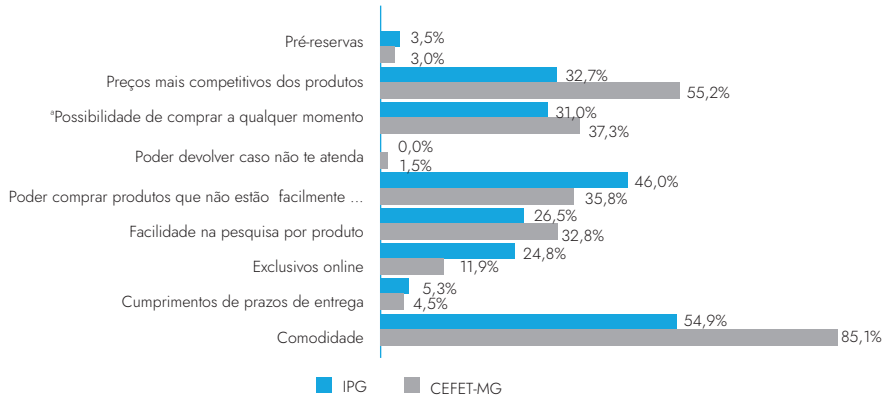


FIGURA 9. VANTAGENS DE FAZER COMPRAS ONLINE.

Por último, e porque o comércio eletrónico é comprar, mas também vender, perguntou-se aos estudantes se já tinham feito alguma venda online. Maioritariamente, os estudantes indicaram nunca terem vendido, embora de forma mais acentuada nos do IPG, com 79,6%, enquanto os do CEFET-MG representam 56,7%. Destes que nunca venderam online, metade no CEFET-MG e mais de metade no IPG indicaram terem interesse em vender. Por outro lado, é de realçar que os valores percentuais são mais elevados no caso dos respondentes do CEFET-MG no que diz respeito aos que já venderam e têm interesse em continuar (29,9% vs 15,0%), o que também acontece ao nível dos vendedores ativos (2,9% vs 0,9%).

CONCLUSÃO

O comércio eletrónico está a crescer e a desenvolver-se rapidamente no mundo. A globalização promovida, principalmente pela Internet, é também um fator que tende a formatar o comportamento e os gostos dos consumidores de forma similar. É também evidente que a forma de fazer negócios se modificou, afetando diretamente empresas, organizações e consumidores.

Os hábitos de consumo das pessoas foram-se modificando com o passar do anos, e se o início do comércio eletrónico teve origem na década de 70, o seu crescimento tem-se verificado especialmente nos últimos anos devido aos avanços tecnológicos. O comércio eletrónico trouxe comodidade, agilidade e eficácia para os seus consumidores, mesmo apresentando alguns problemas.

O artigo em questão comparou o consumo de estudantes do ensino superior do Brasil e de Portugal. Ficou evidente que são países que apresentam características distintas quanto à extensão territorial, dimensão da população e valores culturais, o que interfere nos hábitos de consumo dos estudantes.

Os estudantes brasileiros de forma geral, são muito adeptos às compras online, já os portugueses têm mais o hábito de comprar nas lojas físicas, o que é explicado pelo fator de segurança de Portugal e hábitos culturais.

Outro fator relevante, é que antes de realizar as compras online, os estudantes têm a necessidade de conhecer o produto, procurando fontes de informação que validem as suas compras. sendo que os estudantes do Brasil utilizam as redes sociais como fonte de pesquisa ao contrário dos estudantes portugueses.

Os estudantes brasileiros compram mais produtos dos setores de entretenimento e turismo, enquanto os portugueses investem mais em produtos de tecnologia.

Constata-se que embora haja algumas situações que são ligeiramente diferentes para os estudantes de ambas as instituições, a maioria são similares, uma vez que os estudantes de ambas as instituições pertencem maioritariamente à mesma faixa etária, frequentam graus de ensino equivalentes, embora em dois países culturalmente diferentes.

Com este estudo pensamos ter contribuído, de forma significativa, para melhorar o conhecimento sobre os hábitos de consumo online dos estudantes do ensino superior público no Brasil e em Portugal. Como principal limitação da investigação, aponta-se a dimensão da amostra e o facto de terem sido estudadas apenas duas instituições de ensino superior público, uma em cada país.

Apesar das vantagens que o comércio eletrónico possui, fica evidente que ainda tem muitos pontos de melhoria, como o facto dos produtos não podem ser conferidos e tocados antes da compra, problemas na entrega, o que corrobora a teoria apresentada ao longo do artigo.

REFERÊNCIAS

ACEPI. (2017). *Ecommerce Report Portugal 2017*. https://www.ecommercewiki.org/reports/92/portugal-b2c-ecommerce-country-report-2017-free

Albertin, A. L. (1999). Modelo de comércio eletrônico e um estudo no setor bancário. In *Revista de Administração de Empresas* (Vol. 39, pp. 64–76). Scielo.

Albertin, A. L. (2010). *Comércio Eletrônico: Modelo, Aspectos e Contribuições de sua Aplicação* (6a edição). Atlas.

Andrade, M. C., & Silva, N. G. (2017). O Comércio Eletrônico (e-commerce): Um Estudo com Consumidores. *Perspectivas Em Gestão & Conhecimento*, *7*(1), 98-111. https://doi.org/10.21714/2236-417X2017v7n1

Antoniadis, I., Saprikis, V., & Politis, K. (2014). Investigating internet users' perceptions towards online shopping: An empirical study on Greek university students. In Christos Sarmaniotis (Ed.), *2nd International Conference on Contemporary Marketing Issues (ICCMI)*.

Corbitt, B. J., Thanasankit, T., & Yi, H. (2003). Trust and E-Commerce: A Study of Consumer Perceptions. *Electronic Commerce Research and Applications*, *2* (3), 203-2015. https://doi.org/https://doi.org/10.1016/S1567-4223(03)00024-3

CTT. (2017). *e-Commerce Report - CTT 2017*. http://www.ctt.pt/application/themes/pdfs/solucoes-empresariais/eCommerce_Report CTT 2017.pdf

E-commercebrasil. (2019). *E-commerce cresce 12% e fatura R$ 53,2 bilhões em 2018*. https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/e-commerce-fatura-2018-ebit-nielsen/

Ebit_Nielsen. (2019). *WEBSHOPPERS 39a edição*. https://www.ebit.com.br/webshoppers

Ecommerce_FOUNDATION. (2018). *Ecommerce Report Brazil 2018*. https://www.ecommercewiki.org/reports/765/brazil-ecommerce-report-2018-free

EMarketer. (2019). *Global Ecommerce 2019*. https://www.emarketer.com/content/us-ecommerce-2019

Freitag, R. M. K. (2018). Amostras sociolinguísticas: probabilísticas ou por conveniência? *Revista de Estudos Da Linguagem*. *26* (2): 667-686. https://doi.org/10.17851/2237-2083.26.2.667-686

Garín-Muñoz, T., López, R., Pérez-Amaral, T., Herguera, I., & Valarezo, A. (2019). Models for individual adoption of eCommerce, eBanking and eGovernment in Spain. *Telecommunications Policy*, *43*(1), 100-111. https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.telpol.2018.01.002

Gil, A. C. (2019). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (7a edição). Editora Atlas.

IWS. (2020). *World Internet Users Statistic and 2019 World Population Stats*. https://internetworldstats.com/stats.htm

Jarvenpaa, S. L., Tractinsky, N., & Vitale, M. (2000). Consumer trust in an Internet store. *Information Technology and Management*, *1*(1), 45–71. https://doi.org/10.1023/A:1019104520776

Kalakota, R., & Whinston, A. B. (1997). *Electronic Commerce: A Manager's Guide* (1st ed.). Addison-Wesley.

Lallmahomed, M. Z. I. (2019). Inhibitors of Online Shopping Amongst Higher Education Students. *2019 6th International Conference on Research and Innovation in Information Systems (ICRIIS)*, 1–6. https://doi.org/10.1109/ICRIIS48246.2019.9073650

Lin, M.-C., Huang, C.-H., & Shih, S.-F. (2019). A comparison of the shopping behaviors of cross-strait college students based on the quality of internet ECommerce. *5th International Conference on E-Business and Applications, ICEBA 2019*, 34–37. https://doi.org/10.1145/3317614.3317619

Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2017). *Fundamentos de Metodologia Científica* (8a). Editora Atlas.

Mendonça, H. G. de. (2016). E-Commerce. *Revista Inovação, Projetos e Tecnologias*, *4*(2): 240–251. https://doi.org/hhttps://doi.org/10.5585/iptec.v4i2.68.

Meyliana, & Chandra, Y. U. (2018). Analysis of Higher Education Student's Behavior Factors to Posting a Comment on E-Commerce with Stimulus Organism Response (SOR) Model. *2018 International Conference on Advanced Computer Science and Information Systems (ICACSIS)*, 171–176. https://doi.org/10.1109/ICACSIS.2018.8618183

Niranjanamurthy, M., Kavyashree, N., & Chahar, S. J. D. (2013). Analysis of E-Commerce and M-Commerce : Advantages , Limitations and Security issues. *International Journal of Advanced Research in Computer and Communication Engineering*, *2*(6), 2360–2370.

Pastor, L. L. D. (2018). *A Nova Era do Comércio Digital – Criação de Valor na Realidade Portuguesa: Pequenas e Médias Empresas Portuguesas* [Instituto de Contabilidade e Administração-Universidade de Aveiro]. https://ria.ua.pt/handle/10773/26770

Pathak, B. K. (2016). Emerging online educational models and the transformation of traditional universities. *Electronic Markets*, *26*(4), 315–321. https://doi.org/10.1007/s12525-016-0223-4

Pavlou, P. A. (2003). Consumer Acceptance of Electronic Commerce: Integrating Trust and Risk with the Technology Acceptance Model. *International Journal of Electronic Commerce*, *7*(3), 101–134. http://www.jstor.org/stable/27751067

Petrovic, Z. S., & Pavlovic, D. (2016). Student Preferences With Regards to the Use of Internet Content: Gender Differences. *The Anthropologist*, *24*(2), 407–415. https://doi.org/10.1080/09720073.2016.11892032

Silva, M. E. F., & Oliveira, F. M. (2019). O Comércio Eletrônico como Ferramenta de Vendas no Mercado. *Interdisciplinary Scientific Journal*, *6*(2), 248–260. https://doi.org/http://dx.doi.org/10.17115/2358-8411/v6n2a15

Statista. (2019). *Mobile commerce value worldwide 2014-2019 | Statista*. https://www.statista.com/statistics/557951/mobile-commerce-transaction-value-worldwide/

Tudo_sobre_eCommerce. (2021). *Ecommerce em Portugal – Principais dados e tendências para 2020*. https://tsecommerce.com/blog/ecommerce-em-portugal-principais-dados-e-tendencias-para-2020/

Vejačka, M. (2019). Electronic Commerce Entrepreneurship Education using Virtual Laboratory. *42nd International Convention on Information and Communication Technology, Electronics and Microelectronics (MIPRO)*, 562–567. https://doi.org/10.23919/MIPRO.2019.8757070

Verto_Analytics. (2018). *The E-Commerce Ecosystem: The State of Cross-Device Digital Shopping*. https://vertoanalytics.com/introducing-e-commerce-ecosystem-state-cross-device-digital-shopping/

Wangmo, J., Tenzin, S., Lhamo, T., & Dorji, T. (2018). Report on the Feasibility Study of E-Commerce Website Development for the Cooperative Store at College of Science and Technology. *2018 International Conference on Current Trends towards Converging Technologies, ICCTCT 2018*. https://doi.org/10.1109/ICCTCT.2018.8551178

SAÚDE ORAL E QUALIDADE DE VIDA EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

ORAL HEALTH AND QUALITY OF LIFE IN INSTITUTIONALIZED ELDERLY **EN**

—

SALUD ORAL E CALIDAD DE VIDA EN LOS ANCIANOS INSTITUCIONALIZADOS **ES**

MARIA JOSÉ GOMES
Instituto Politécnico de Bragança, (UICISA:E), Escola Superior de Saúde, Portugal; https://orcid.org/0000-0001-9825-8293
✉ mgomes16mgomes@gmail.com

OLGA MOURA RAMOS
Unidade Local de Saúde de Matosinhos; https://orcid.org/0000-0002-0039-2433
✉ holga82ramos@gmail.com

Gomes, M. & Ramos, O. (2021). Saúde oral e qualidade de vida em idosos institucionalizados. *Egitania Sciencia*, 29 (jun/dez), pp.153-168.

Submitted: 22th September 2020
Accepted: 6th March 2021

RESUMO

A Organização Mundial da Saúde inclui saúde oral (SO) no conceito global de saúde e considera-a essencial para a qualidade de vida (QdV). Pretendeu-se avaliar a qualidade de vida relacionada com a SO (QdVRSO) em idosos institucionalizados em Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPIs). Tratou-se de um estudo quantitativo, transversal, correlacional, tendo sido realizadas entrevistas estruturadas fundamentadas num questionário sociodemográfico e na versão portuguesa do Oral Health Impact Profile (OHIP-14-PT) a 151 idosos de 9 ERPIs. Analisaram-se as variáveis sociodemográficas, clínicas e comportamentais, bem como a autoperceção do impacto da SO na QdV. Os principais resultados indicaram um predomínio do sexo feminino e viúvos, com uma média de idades de 84,4 ± 6,4 anos. Da amostra, 65,6% tinham dentes naturais, 31,8% nunca os escovaram e 17,2% nunca frequentaram consultas de SO. O score médio do OHIP-14-PT foi de 18,22; os itens mais pontuados foram a sensação de desconforto no ato de comer e a necessidade de interromper as refeições. Houve diferenças com significado estatístico entre o score total do OHIP-14-PT e a escolaridade dos inquiridos, a autoavaliação da SO e a medida em que a SO afeta a QdV. A amostra autorrelatou um nível moderado de QdVRSO, com maior impacto nas dimensões Dor física e Limitação funcional. O edentulismo e a ausência de uso de prótese dentária são preditores de pior QdVRSO.

Palavras-chave: *Saúde oral, Qualidade de vida, Pessoa idosa, Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas.*

ABSTRACT

The World Health Organization Includes Oral Health (OH) in the global concept of health and considers it essential for quality of life (QoL). It was intendend to evaluate the quality of life related to OH (QoLROH)in institucionalized elderly in Residential Structures for the Elderly (RSEs). This was a Quantitative, cross-sectional and correlational study, whith structured interviews based on a sociodemographic questionnaire and on the portuguese version of the Oral Health Impact Profile (OHIP-14-PT) were performed to 151 elderly people from 9 RSEs. Sociodemographic, clinical and behavioral variables were analyzed, as well as the self-perceptionof the impact of OH on QoL. The main results indicated indicated a predominance of females and widowed, with an average age of 84.4 ± 6.4 years. Of the sample, 65.6% have natural teeth, 31.8% never brushed them and 17.2% never attended OH consultations. The average score of OHIP-14-PT was 18.22; the most scored items were the feeling of discomfort in the act of eating and the need to interrupt meals. There were differences with statistical significance between the total score of the OHIP-14-PT and the respondents education the self-assessment of the OH and the extent to which the OH affects the QoL. The sample self-reported a moderate level of QoLROH with a greater impact on the dimensions Physical pain and Functional limitation. Edentulism and the absence of the use of dental prosthesis are predictors of worse QoLROH.

Keywords: *Oral health, Quality of life, Elderly, Residential Structures for the Elderly.*

RESUMEN

La Organización Mundial de la Salud incluye la salud bucodental (SB) en el concepto global de salud y la considera fundamental para la calidad de vida (CdV). Se pretendía evaluar la calidad de vida relacionada con la SB (CdVRSB) en ancianos institucionalizados em Estructuras Residenciales para Ancianos (ERPA). Se trata de un estudio cuantitativo, transversal y correlacional, con entrevistas estructuradas fundamentadas en un cuestionario sociodemográfico y en la versión portuguesa del Oral Health Impact Profile (OHIP-14-PT) en 151 ancianos de 9 ERPA. Se analizaron variables sociodemográficas, clínicas y comportamentales, así como la autopercepción del impacto de SB en la CdV. Los principales resultados indicaron um predominio de mujeres y viudos con edad media de 84,4 ± 6,4 años. De la muestra, 65,6% tenía dientes naturales, 31,8% nunca los cepillaron y 17,2% nunca frecuentaron consultas de SB. El score medio obtenido en el OHIP-14-PT fue 18,22; los ítems más puntuados fueron las Molestias al comer y la Necesidad de parar las comidas. Hubo diferencias estadísticamente significativas entre el score total del OHIP-14-PT y la educatión de los encuestados, la autoevaluación del SB y la medida en que el SB afecta la CdV. La muestra auto relató un nivel moderado de CdVRSO con mayor impacto en las dimensiones Dolor físico y Limitación funcional. El edentulismo y la falta de utilización de la prótesis dentaria predicen una peor CdVRSO.

Palabras clave: *Salud Bucal, Calidad de Vida, Anciano, Estructuras Residenciales para Ancianos.*

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é uma realidade que carateriza a demografia do século XXI, traduzindo inevitáveis e importantes desafios que obrigam à intervenção estratégica de organizações governamentais (Organização Mundial da Saúde, 2017). Contudo, deve ser interpretado como um fenómeno enriquecedor do indivíduo e da sociedade em toda a sua plenitude, na medida em que envelhecer é sinónimo de progressos no domínio socioeconómico das nações e da saúde pública (Direção-Geral da Saúde, 2017).

O processo de envelhecimento é progressivo e contínuo ao longo do ciclo vital, pelo que envelhecer com saúde, autonomia e independência é um desafio individual, coletivo e multissetorial que tem reflexo na estrutura biológica, psicológica e social do indivíduo. Assim, emerge um novo paradigma de envelhecimento que exige a melhor saúde possível na velhice por forma a alcançar o desenvolvimento sustentável (Organização Mundial da Saúde, 2017). Alinhada com esta premissa, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável ressalva que o direito à saúde e a uma vida saudável não se restringe a grupos etários específicos sendo que, para alcançar as metas e os objetivos ambicionados, é fundamental considerar o envelhecimento das comunidades e o impacto que este significa (United Nations, 2015; Organização Mundial da Saúde, 2017).

A concetualização de pessoa idosa não é estanque nem linear, evidenciando sensibilidade a fatores que divergem nas diferentes comunidades e entre os indivíduos. A nível biológico, o envelhecimento origina o desequilíbrio homeostático, o que aumenta a vulnerabilidade do indivíduo às agressões internas e externas e reduz a sua adaptação aos estímulos ambientais (Soares, 2014; Rodrigues, 2015). A par das alterações funcionais decorrentes do avançar da idade cronológica, surge a alteração das competências da pessoa idosa na resposta aos estímulos, podendo este facto culminar com a dificuldade na adaptação a novos papéis, desmotivação e desinteresse em planear o futuro, perdas afetivas e sociais, baixa autoestima e autoimagem e, consequentemente, na dificuldade de adaptação a novas situações (Penetro, 2017). Guadalupe e Cardoso (2018) corroboram esta opinião e afirmam que, decorrente do percurso de vida, as pessoas idosas acumulam progressivas desvantagens que se repercutem ao nível da perda de autonomia e vertem em risco de isolamento social, exclusão e pobreza, sendo estes fatores preditores de maior necessidade de cuidados e do incremento da vulnerabilidade que carateriza este grupo populacional. Assim, prevalece a necessidade de criação de redes de apoio social que respondam às necessidades crescentes da pessoa idosa e que minimizem a segregação social, ainda frequente na atualidade.

Numa perspetiva histórica, a concetualização de saúde progrediu do modelo biomédico para o modelo holístico, sendo atualmente interpretada como um conceito positivo e sensível aos recursos pessoais, sociais e ambientais do indivíduo, sendo que a qualidade de vida (QdV) e o nível de saúde autodefinido são fatores importantes e a considerar na avaliação do indivíduo (Hernandez, Diaz, & Vilchis, 2015; Zucoloto, Maroco, & Campos, 2016; Rocha, Vanderlei, Ribeiro, Lima, Santos & Trindade Filho, 2016; Oliveira, Rocha, Nogueira, & Pereira, 2018). De acordo com Glick et al. (2012) a saúde oral (SO) é uma componente essencial da saúde em geral e um índice elevado de SO é um direito humano fundamental, sendo que uma dentição saudável e funcional é uma condição essencial ao longo do ciclo de vida, por forma a que funções humanas essenciais como a fala, o sorriso, a socialização e a alimentação estejam garantidas (Federação Dentária Internacional, 2015). Esta premissa ilustra a pertinência da definição de políticas concernentes à promoção da SO e evidencia a sua importância no conceito global de saúde do indivíduo.

A SO é multifatorial e inclui a função física, mas não se limita a esta dimensão, pelo que um nível elevado de SO é uma componente fundamental da saúde e do bem-estar físico e mental preconizado pela Organização Mundial da Saúde, fundamentando a QdV da pessoa (Federação Dentária Internacional, 2016). A revisão da literatura é unânime no que respeita à pluridimensão dos determinantes da SO, sendo que a aquisição, a nível individual e coletivo, de comportamentos protetores incrementa a possibilidade de manter um nível adequado de saúde, o que sugere a necessidade de uma abordagem integral e integrada da SO, com redução das desigualdades populacionais e fundamentada na cobertura global de saúde (Fisher, Selikowitz, Marthur, & Varenne, 2018; Santos et al., 2019).

Durante décadas, a SO não foi priorizada nas agendas políticas, o que pode estar na dependência da sua tradução em dados de morbilidade e não de mortalidade (Glick et al., 2012). Assim, subsiste a desigualdade e a iniquidade no acesso aos cuidados de SO, caraterizando-se o mapa mundial pela concentração de recursos nas zonas urbanas e pela segregação das populações com menores recursos (Federação Dentária Internacional, 2015). Neste sentido, governos e organizações não governamentais devem unir esforços no sentido de encontrar soluções construtivas e que visem a redução das desigualdades societais na SO e que respondam à crescente necessidade de procura de cuidados de SO, garantindo um acesso pautado pela equidade e oportunidade (Organização Mundial da Saúde, 2005; Federação Dentária Internacional, 2015; Organização Mundial da Saúde, 2019).

De acordo com GBD 2016 Diseases and Injury and Prevalence Collaborators (2017) estima-se que as patologias orais afetem metade da população mundial, sendo a cárie dentária a doença crónica prevalente a nível mundial e com representação em todas as faixas etárias, pelo que tem significado na saúde pública das nações (Federação Dentária Internacional, 2015).

As doenças orais repercutem-se no nível de bem-estar do indivíduo e na oportunidade de manutenção dos papéis sociais. Paralelamente, traduzem o acúmulo de processos patológicos desenvolvidos ao longo do ciclo vital e resultam de comportamentos de saúde e de políticas e estratégias governamentais que implementem intervenções de promoção da SO e favoreçam o acesso e a equidade aos cuidados de SO (Ramos, 2020). De acordo com a Direção-Geral da Saúde (2019), a manutenção da saúde dos dentes e da boca durante o ciclo vital depende da adoção de cuidados básicos de higiene oral, sendo estes simples de concretizar, económicos, eficazes e alcançáveis pela generalidade da população. No entanto, a mesma entidade valoriza o papel das pessoas significativas, realçando o exemplo e a transmissão de informação e conhecimentos por parte dos profissionais e dos cuidadores informais.

Particularizando para o as pessoas idosas, é expectável que a saúde em geral e a SO apresentem caraterísticas específicas decorrentes do processo de envelhecimento. Determinantes como a polimedicação, os antecedentes patológicos e comportamentos de higiene oral precários, coadjuvados pelo défice de literacia em SO e pela desigualdade no acesso aos cuidados de saúde, traduzem os múltiplos problemas de SO que podem caraterizar as pessoas idosas (Cardoso, 2014). A Organização Mundial da Saúde (2019) evidencia um conjunto acrescido de barreiras no acesso aos cuidados de SO pela pessoa idosa, enumerando o défice de mobilidade, as dificuldades financeiras inerentes ao período de reforma agravadas pelos custos associados aos cuidados de SO, o histórico comportamental de más atitudes relacionadas com a vigilância e cuidados aos dentes e boca e a residência solitária sem o apoio de cuidadores informais ou formais que se responsabilizem por esta necessidade.

Nas pessoas idosas com dependência física, diminuição da autonomia cognitiva ou institucionalizadas em redes sociais de apoio, os cuidadores (formais e informais) assumem um papel epicêntrico na vigilância e prestação de cuidados orais (Zanesco, Bordin, Santos, Muller, & Fadel, 2018). Segundo Cardoso (2014) e Rekhi, Marya, Oberoi, Nagpal, Dhinga e Kataria. (2016), as pessoas idosas institucionalizadas são detentoras de um pior estado de SO, estando este associado a cuidados de higiene oral diminuídos e à restrição dos cuidados medico-dentários às situações urgentes, sendo que a higienização dentária não é assumida como prioritária. Esta evidência concorre para que as pessoas idosas institucionalizadas relatem um nível de saúde baixo, refletindo-se este nas diferentes dimensões enquanto ser holístico e na sua QdV. Assim, importa garantir que os dirigentes das ERPIs definam e implementem planos e ações estruturadas que promovam e protejam a SO dos residentes e sensibilizem os próprios indivíduos, os cuidadores informais e os cuidadores formais para as necessidades em SO (Ramos, 2020).

A SO integra o bem-estar do indivíduo e é condição essencial à saúde em geral, tendo tradução nas dimensões física e psicológica da QdV (Alzate-Urrea et al., 2015). Avaliar a QdV relacionada com a saúde através do impacto da condição de SO contribui para a melhoria das estratégias de prevenção e intervenção em SO, na medida em que a autoperceção da SO pode influenciar o autocuidado e afetar a QdV relacionada com a saúde do indivíduo (Zucoloto, Maroco, & Campos, 2016). Do referido, depreende-se que a autoperceção reduzida da SO concorre para a negligência do autocuidado de higiene oral e para a não procura de cuidados protetores, sendo que estas condições têm repercussão na QdV da pessoa pela degradação da condição oral e, consequentemente, nos sistemas de saúde (Dallasta, Medina, & Dallepiane, 2019).

A qualidade de vida relacionada com a saúde oral (QdVRSO) não tem uma concetualização única e isolada, apesar de ser consensual entre diferentes autores que é uma variável multidimensional e que reflete o conforto das pessoas durante a alimentação, o sono e as interações sociais, a autoestima e a satisfação individual com a condição de SO (Hernandez, Diaz, & Vilchis, 2015; Monteiro, 2018). Quando fundamentada na autoperceção do indivíduo, a avaliação da QdVRSO permite a catalogação de dados subjetivos que complementam os dados aferidos em estudos epidemiológicos, possibilitando a caraterização da população e contribuindo para a avaliação efetiva das necessidades, uma vez que a saúde percebida é um bom preditor da saúde objetiva (Silva, Held, Torres, Sousa, Neri & Antunes, 2011, Jerez-Roig et al., 2016, Zanesco, Bordin, Santos, Muller, & Fadel, 2018).

A revisão da literatura é unânime no que concerne ao peso do impacto da SO na QdV, pelo que urge a inserção desta variável nos construtos de pesquisa sobre QdV relacionada com a saúde. Na Declaração de Tóquio, a Japan Dental Association e a Organização Mundial da Saúde (2015) reiteram que a SO é um direito humano fundamental que exige esforços e que deve ser sustentado numa abordagem da SO em todas as políticas. Desta forma, importa a melhoria da objetivação de dados para a formulação de políticas de SO e o reconhecimento da SO enquanto determinante da QdV.

A Global Strategy and Action Plan on Ageing and Health (Organização Mundial da Saúde, 2017) enfatiza a importância da mensuração e da pesquisa de dados relativos à saúde da pessoa idosa, envolvendo-a em todas as decisões que lhe dizem respeito, pelo que investigar a QdVRSO de pessoas idosas garante que os indivíduos, independentemente da sua idade, terão oportunidade de realizar o seu potencial de saúde com dignidade e equidade ao longo do ciclo vital.

MATERIAL E MÉTODOS

TIPO DE ESTUDO

Com o propósito último de avaliar o impacto da SO na QdV de pessoas idosas institucionalizadas, realizou-se um estudo empírico, transversal e correlacional com abordagem quantitativa.

POPULAÇÃO E AMOSTRA

O concelho de Bragança, situado no Nordeste Transmontano, espelha o envelhecimento demográfico a que Portugal assiste, sendo que, em 2017, tinha um índice de envelhecimento de 210,5 pessoas idosas por cada 100 jovens (PORDATA, 2019). De entre as pessoas idosas do concelho, em janeiro de 2019, cerca de 800 estavam institucionalizadas em ERPIs (Gabinete de Estratégia e Planeamento - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, 2019). De acordo com os dados facultados pelas instituições que aceitaram fazer parte do estudo, 160 indivíduos são candidatos a participar, tendo estes como denominador comum os critérios de inclusão e exclusão definidos previamente, a saber: ter capacidade para compreender e assinar o consentimento informado, livre e esclarecido; ter idade igual ou superior a 65 anos; ter nacionalidade portuguesa; e estar institucionalizado em ERPIs do concelho de Bragança.

A identificação dos indivíduos candidatos foi feita pelo diretor técnico das diferentes ERPIs, sendo esta fundamentada nos dados constantes no seu processo clínico.

Das pessoas idosas candidatas a participar no estudo, 9 foram excluídas na fase da recolha de dados [dificuldade na comunicação recetiva (n=3), ausência da pessoa no momento da recolha de dados (n=1) e recusa em consentir a participação no estudo (n=5)], pelo que a amostra final é constituída por 151 indivíduos, representando 31,8% das pessoas idosas institucionalizadas nas ERPIs que integraram o estudo e 18,7% das pessoas idosas institucionalizadas no concelho de Bragança.

INSTRUMENTO DE RECOLHA DE DADOS

O instrumento de recolha de dados engloba um questionário sociodemográfico construído para o efeito e a versão breve do Oral Health Impact Profile (OHIP-14-PT) desenvolvido por Slade (1997) e traduzido e adaptado para a língua e cultura portuguesas por Afonso (2014).

O OHIP-14-PT é uma medida de avaliação da QdVRSO fundamentada na autoperceção da disfunção, do desconforto e da deficiência secundários à SO, possibilitando a recolha de informação concernente à extensão, gravidade e prevalência dos impactos negativos da SO na QdV. É constituído por 14 questões que se agrupam de duas a duas para avaliar a limitação funcional, a dor física, o desconforto psicológico, a incapacidade física, a incapacidade psicológica, a incapacidade social e a desvantagem. A obtenção dos dados foi feita com recurso a entrevistas individuais entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020 e concretizadas pela única investigadora, num espaço facultado por cada uma das ERPIs. A entrevista foi realizada apenas com a presença da investigadora e da pessoa idosa.

TRATAMENTO DOS DADOS

O tratamento estatístico dos dados foi processado no programa *Statistical Package for The Social Sciences* versão 23, tendo-se recorrido ao uso de medidas de estatística descritiva e inferencial. Para a inferência estatística, optou-se pela utilização de testes não paramétricos com um nível de significância (p) de 0,05. As pontuações do OHIP-14-PT foram interpretadas com base no método de adição para a totalidade dos itens e para as dimensões, procedendo-se também ao cálculo da prevalência por forma a dicotomizar a variável dependente (QdVRSO) em Com impacto e Sem Impacto.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS E DEONTOLÓGICOS

O presente estudo obteve o parecer favorável da Comissão de Ética da Unidade de Investigação em Ciências da Saúde: Enfermagem da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra (UICISA:E), conforme Parecer nº P624/11-2019.

A integração das ERPIs no estudo foi precedida de um pedido de autorização para realização do mesmo dirigido ao diretor técnico. Da mesma forma, para que os participantes fossem verdadeiramente informados e esclarecidos, foi solicitada a leitura, reflexão e assinatura do consentimento informado, livre e esclarecido. Foram garantidos o anonimato, a confidencialidade de dados e a possibilidade dos participantes desistirem em qualquer momento do estudo.

A utilização do OHIP-14-PT foi precedida de autorização por parte da autora.

RESULTADOS

VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS

O estudo incidiu em 9 ERPIs, verificando-se, de entre os residentes, o predomínio de indivíduos com 80 e mais anos.

A amostra é constituída maioritariamente por indivíduos do sexo feminino (70,2%, n=106), tendo o participante mais novo 65 anos e o mais velho 99 anos de idade, com média de idade de 84,4 anos (dp=6,4 anos). Da distribuição da idade segundo o sexo inferiu-se que, em média, os participantes do sexo feminino têm 84,8 anos (dp=0,64) e os do sexo masculino 83,7 anos (dp=0,89).

A análise das variáveis sociodemográficas revelou que a maioria dos inquiridos é viúvo (70,2%, n=106) e que frequentou o ensino até ao 1º Ciclo do Ensino Básico (53,6%, n= 81), havendo prevalência de pessoas idosas que exerceram atividade no setor de atividade primário (74,8%, n=113) e cuja residência anterior à institucionalização era em meio rural (79,5%, n=120).

VARIÁVEIS CLÍNICAS E COMPORTAMENTAIS

A quase totalidade dos respondentes referiu ter antecedentes patológicos (96,0%, n=145) e ter regime terapêutico crónico (94,0%, n=142), sendo que as doenças do aparelho circulatório são as que têm maior representatividade (71,5%, n=108). Prevalecem também as doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas (60,9%, n=92) e as doenças do aparelho musculosquelético e do tecido conjuntivo (49,0%, n=74). No que concerne ao uso de tabaco, aferiu-se que 83,4% dos indivíduos (n=126) nunca fumaram e que 3,3% (n=5) têm tabagismo ativo. Relativamente ao consumo de álcool, 42,4% dos respondentes (n=64) referiram nunca ter ingerido bebidas alcoólicas, enquanto que 18,5% (n=28) mantêm a ingestão de 1 a 2 copos por refeição.

Quando questionados sobre a necessidade de alterar a consistência dos alimentos nos 12 meses que antecederam a recolha de dados, a grande maioria dos inquiridos (68,2%, n=103) refere não ter sentido essa necessidade. Contudo, 70,2% (n=106) elegem a dieta cremosa ou mole como a que melhor se adequa à sua condição oral e apenas 29,8% dos indivíduos (n=45) ingerem alimentos de qualquer consistência. Das pessoas idosas que necessitaram de alterar a consistência dos alimentos devido a

problemas dos dentes, boca ou prótese dentária (32,8%, n=48), 52,1% (n=25) reduziram também a quantidade de alimentos ingeridos.

Do total de inquiridos, 65,6% (n = 99) têm dentes naturais e 34,4% (n = 52) são desdentados totais sendo que, dos indivíduos com zonas edêntulas (98,7%, n = 149), a maioria (53,7%, n = 80) não usa prótese dentária.

Do total de inquiridos, 45,0% (n = 68) autoavaliam a SO em Boa ou Muito boa e 30,5% (n = 46) em Razoável, apesar de 45,7% da amostra (n = 69) considerar que tinha pelo menos um problema com os dentes, boca ou prótese dentária que o fizesse pensar que necessitava de uma consulta com profissionais de SO. Quando questionados sobre em que medida a SO afeta a QdV, a avaliação dos respondentes prevalece na opção Moderadamente (40,4%, n = 61), havendo 15,2% (n = 23) que responderam Nada e 20,5% (n = 31) Muito.

No que concerne aos hábitos de higiene oral, verificou-se que 68,2% dos respondentes (n = 103) têm o hábito de escovar os dentes e a boca, enquanto que 31,8% (n = 48) nunca o fazem. Dos indivíduos que higienizam a cavidade oral, 50,5% (n = 52) fazem-no de manhã e 17,5% (n = 18) antes de deitar, sendo que os restantes (32,0%, n = 33) escovam os dentes e a boca mais do que uma vez por dia. Aferindo a mesma variável comportamental, mas relacionada com a escovagem da prótese dentária pelas pessoas idosas que a usam (45,7%, n = 69), verificou-se que 53,6% (n = 37) procede à sua higienização mais do que uma vez por dia e que 2,9% (n = 2) nunca o faz.

AUTOPERCEÇÃO DA QDVRSO

Na autoperceção da QdVRSO através da resposta ao OHIP-14-PT, obteve-se uma pontuação média de 18,22, sendo que a maioria dos inquiridos nunca teve a perceção de incapacidade para desenvolver as suas atividades (86,8%, n=131) e dificuldade para as realizar (75,5%, n= 114) devido a problemas relacionados com os dentes, boca ou prótese dentária. Os itens mais pontuados foram a *Necessidade de interromper as refeições* e a *Sensação de desconforto no ato de comer*, com 39,7% (n=60) e 35,1% (n=53) dos indivíduos a selecionarem, respetivamente, a opção algumas vezes.

No que respeita à distribuição dos itens segundo as dimensões, objetivou-se que, em média, as dimensões mais pontuadas foram a *Incapacidade física* (M = 4,483, dp= 2,511), a *Dor física* (M = 4,325, dp= 2,687) e a *Limitação funcional* (M = 3,563, dp= 2,325) e as menos pontuadas foram a *Incapacidade Social* (M = 0,609, dp= 1,125) e a *Desvantagem* (M = 1,000, dp= 1,342).

Na avaliação das consequências funcionais e psicológicas, confirmou-se que a grande maioria dos elementos da amostra considera que a sensação de desconforto durante a alimentação (62,3%, n = 94) e a necessidade de interromper as refeições (60,9%, n = 92) têm impacto na QdV.

Na avaliação global da QdVRSO, 75,5% dos respondentes (n = 114) consideraram que a SO tem impacto na QdV, pontuando pelo menos um item do OHIP-14-PT em Algumas vezes ou Quase sempre.

Não se verificaram diferenças com significado estatístico entre géneros, no que respeita à autoavaliação da SO e na avaliação da medida em que a SO afeta a QdV.

A correlação estatística entre as variáveis sociodemográficas e a variável dependente, evidenciou que o nível de QdVRSO depende do nível de escolaridade (p=0,003 para o teste de Ajustamento do Qui-Quadrado), inferindo-se que, de entre os indivíduos com escolaridade, os que detêm um nível mais elevado de literacia autorrelataram melhor QdVRSO.

Na amostra estudada, o score total do OHIP-14-PT tem associação estatística com a autoavaliação da SO (p=0,045 para o teste de Ajustamento do Qui-Quadrado) e com o posicionamento dos respondentes na escala de Likert que avaliou a medida em que a SO afeta a QdV (p=0,044 para o teste de Ajustamento do Qui-Quadrado).

No que concerne às variáveis comportamentais, a correlação estatística evidencia que o nível de QdVRSO autorreferida depende do hábito de escovagem da prótese dentária (p=0,018 para o teste de Ajustamento do Qui-Quadrado), mas não depende do hábito de escovagem dos dentes, boca ou prótese dentária (p=0,091 para o teste de Ajustamento do Qui-Quadrado) e do hábito de frequentar consultas de profissionais de SO (p=0,513 para o teste de Ajustamento do Qui-Quadrado).

Verificou-se que os *scores* de cada dimensão do OHIP-14-PT tendem a ser mais elevados quando são mais altos nas restantes, indicando que os respondentes com pior QdVRSO para uma dimensão tende a ter maior impacto da SO na QdV nas restantes dimensões do OHIP-14-PT.

DISCUSSÃO

A investigação da QdVRSO na pessoa idosa traduz-se em contributos que garantem a melhor saúde possível na velhice, permitindo o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável almejados na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (United Nations, 2015). Para os profissionais de saúde, o desafio da avaliação da QdV em pessoas idosas ultrapassa a caraterização sociodemográfica e a aferição de indicadores de morbimortalidade, sendo que, segundo Sousa (2016) e Monteiro (2018) a avaliação da QdVRSO alicerçada na autoperceção do indivíduo é fundamental, uma vez que esta reflete o impacto da condição oral nas dimensões funcional e psicossocial da pessoa, respeitando o holismo que lhe é inerente.

Os dados aferidos sobrepõem o expectável, na medida em que o concelho de Bragança é caraterizado pelo envelhecimento populacional e conhece o incremento do índice de envelhecimento ao longo da última década. À semelhança dos dados sociodemográficos concelhios, na amostra estudada predominam os indivíduos com 75 ou mais anos e do sexo feminino. Tal como nos estudos realizados por Gomes, Teixeira e Paçô (2015), Beldiman et al. (2017) e Umniyati, Surachmin e Ambasarti (2018), as mulheres têm uma média de idade superior, facto que pode estar na dependência da maior esperança média de vida do sexo feminino. Contudo, na perspetiva de Sônego, Porfírio, Felício e Domingos (2013) estes achados evidenciam a maior adesão das mulheres às redes sociais de apoio na terceira idade.

No que respeita ao nível de literacia da amostra, verificou-se que o analfabetismo tem representatividade, ainda que o 1º Ciclo do Ensino Básico seja o nível de escolaridade predominante, evidência que reflete os dados nacionais uma vez que, em 2019, 20,0% da população portuguesa com 65 ou mais anos não tinha escolaridade e 52,8% tinham completado o 1º Ciclo do Ensino Básico (PORDATA, 2020). Regredindo no tempo cronológico e atendendo ao contexto essencialmente rural dos respondentes, infere-se que a idade escolar dos indivíduos foi pautada por dificuldades socioeconómicas e decorreu em meios subdesenvolvidos em que a alfabetização das crianças não era prioridade para as famílias. As crianças eram tidas como fonte de rendimento necessário à sobrevivência, pelo que a progressão académica era limitada a um grupo muito restrito, opinião reforçada pelos respondentes no momento da recolha de dados. Paralelamente, verificou-se que, quanto mais elevado é o nível de escolaridade, melhor é o nível de QdVRSO autorrelatada, sendo que estes dados espelham os encontrados por

Sônego, Porfírio, Felício e Domingos (2013), Gomes, Teixeira e Paçô (2015), Beldiman et al. (2017), Castrejón-Pérez, Borges-Yáñez, Irigoyen-Camacho e Cruz-Hervert(2017), Dallasta, Medina e Dallepiane (2019) e Echeverria, Wunsch, Langlois, Cascaes e Silva (2019). Este facto é relevante, na medida em que um nível superior de literacia é um fator protetor no paradigma holístico do conceito de saúde em geral, podendo ser associado ao aumento de procura e ao melhor acesso à informação relativa à promoção da saúde e prevenção da doença oral.

No presente estudo, os respondentes do sexo feminino autorralataram pior QdVRSO, obtendo *scores* mais elevados no OHIP-14-PT. Estes resultados estão de acordo com os obtidos por Gomes, Teixeira e Paçô (2015), Motallebnejad, Mehdizabeh, Najafi e Sayyadi (2015) e Beldiman et al. (2017), mas não refletem os encontrados por Castrejón-Pérez, Borges-Yanez, Iripoyen-Camavho e Cruz-Hervert (2017) e por Umniyati, Surachmin e Ambasarti (2018) que evidenciaram a ausência de diferenças nas pontuações do OHIP-14 segundo o sexo. Ulinski et al. (2013) e Motallebnejad, Mehdizabeh, Najafi e Sayyadi (2015) referem a maior importância atribuída pelas mulheres à aparência decorrente da condição oral como fator contributivo para a pior QdVRSO relatada. No entanto, a atitude da mulher perante a SO e a saúde em geral decorrente do seu papel enquanto elemento que assume os cuidados à família, pode contribuir para que esta atribua maior significado aos aspetos subjetivos da SO e às repercussões que traduz na saúde em geral.

A análise das variáveis clínicas evidenciou que a amostra é constituída por indivíduos com múltiplas patologias e polimedicados, com predomínio das doenças do aparelho circulatório e das doenças endócrinas, metabólicas ou nutricionais. No estudo correlacional dos antecedentes patológicos com as dimensões do OHIP-14-PT aferiu-se significado estatístico desta variável com as dimensões *Dor física* e *Incapacidade física*. Segundo Oliveira, Rocha, Nogueira e Pereira (2018) existe evidência científica que correlaciona a hipertensão arterial e a diabetes *mellitus* com a SO, sendo que a ocorrência de agravos orais pode estar na dependência da fisiopatologia ou do tratamento medicamentoso destas doenças. De entre os participantes em estudo, os indivíduos com patologia do aparelho circulatório ou doença endócrina, metabólica ou nutricional relataram pior QdVRSO, obtendo um *score* mais elevado no índice OHIP-14-PT do que os indivíduos sem estas patologias. Ainda que, isoladamente, a associação entre os antecedentes patológicos e o regime terapêutico dos indivíduos permita apenas a inferência restritiva e dirigida, os dados em análise podem ser justificados pelo referido anteriormente. Mata, Allen, McKenna, Hayes e Kashan (2019) corroboram esta posição baseando-a no estudo que desenvolveram onde concluíram que as pessoas idosas com comorbilidades apresentam pior QdVRSO comparativamente às que não têm patologias, sendo que, segundo Sônego, Porfírio, Felício e Domingos (2013) o uso de determinados grupos de medicamentos, como os antihipertensores, incrementam no indivíduo o risco de desenvolvimento de doença. Os mesmos autores referem-se ao processo de envelhecimento como etiologia de possíveis alterações morfológicas, funcionais e psicológicas que contribuem para o decréscimo do nível de higiene oral que culmina com a degradação da SO dos indivíduos. Particularizando para as pessoas idosas institucionalizadas em ERPIs, um grupo de peritos do European College of Gerondontology e da European Geriatrics Medicine Society (Kossini et al., 2018) releva o papel dos cuidadores formais e dos dirigentes na definição estratégica de orientações a serem implementadas nas instituições por forma a que a higiene e a saúde orais não sejam descuidadas.

A condição oral dos respondentes carateriza-se pela precaridade, tendo a quase totalidade zonas edêntulas (98,8%, n=149) e, destes, a maioria não usa mecanismos de reabilitação da cavidade oral. A elevada prevalência de problemas de SO está associada à baixa QdVRSO, premissa que legitima as correlações encontradas no estudo, na medida em que se verificou existir associação com significado estatístico entre

as dimensões *Dor física* e *Incapacidade psicológica* do OHIP-14-PT e a presença de dentes naturais. Assim, a perda de dentição natural apresenta-se como preditor negativo da QdV no domínio da dor física e a presença de dentes como preditor positivo no domínio da incapacidade psicológica, à semelhança do descrito nos estudos de Paçô (2014), Sáez-Prado, Maya-Fernandez e Sanz-Garcia (2016) e Umniyati, Surachmin e Ambasarti (2018). Desta forma, infere-se que os indivíduos atribuem importância à função mastigatória dos dentes, mas também à função estética, o que corrobora a posição de Gomes, Teixeira e Paçô (2015) que afirmam que o edentulismo, mais do que o compromisso da mastigação e da fonética, tem repercussões na estética afetando a autoimagem e a autoestima. Importa, desta forma, que na definição de estratégias em SO os decisores políticos considerem a evidência científica relacionada com a perda dentária e o impacto desta na QdV das pessoas idosas devido à alteração da mastigação, fala, nutrição, estética, aspetos psicológicos, autoestima e relações sociais.

O estudo da QdVRSO das pessoas idosas institucionalizadas que integraram a amostra sugere que estas relevam as consequências funcionais em detrimento da componente psicossocial, na medida em que o desconforto psicológico, a incapacidade psicossocial e a desvantagem foram pouco pontuadas. Ainda que a correlação com a dieta que melhor se adequa à condição oral não tenha evidenciado significado estatístico, aferiu-se que é baixo o número de pessoas idosas que ingerem alimentos de qualquer consistência, o que corrobora o impacto da disfunção física relacionada com SO na QdV. Assim, da associação das premissas referidas anteriormente emerge a necessária reflexão, dado que a ingestão nutricional na pessoa idosa tende a estar comprometida quando decorre de uma condição oral precária que culmina com a seleção de alimentos nutricionalmente desequilibrados. Paçô (2014) e Echeverria, Wunsch, Langlois, Cascaes e Silva (2019) valorizam a disfunção mastigatória inerente à precaridade da condição oral como fator favorecedor da desnutrição, enquanto Dallasta, Medina e Dallepiane (2019), numa visão mais holística do Ser Humano, enfatizam o status psicológico do indivíduo. De acordo com estes autores, as perturbações de personalidade, o isolamento social e a solidão enfraquecem a pessoa idosa potenciando o desinteresse por um plano alimentar saudável e consistente que culmina com o comprometimento das funções fisiológicas e, consequentemente, com a degradação do estado de saúde e da QdV.

No contexto da amostra estudada há uma aparente subvalorização do impacto da condição oral na QdV, caraterizando-se o autorrelato das pessoas idosas pelo sentimento de habituação à precaridade da condição oral o que determina a aceitação da disfunção, do desconforto e da desvantagem como consequências do processo de envelhecimento. De acordo com Sônego, Porfírio, Felício e Domingos (2013) as perdas dentárias e as patologias da cavidade oral evoluem de forma gradual ao longo do ciclo vital, possibilitando a adaptação do indivíduo à nova condição e à implementação de estratégias que permitam a satisfação das necessidades, nomeadamente no que concerne à função mastigatória. Paralelamente, reconhece-se que a população idosa viveu num contexto em que o modelo de cuidados de SO se caraterizava pela desigualdade de acesso e de disponibilização de cuidados, sendo que estes eram frequentemente mutiladores (Cornejo, Perez, Lima, Casals-Peidro, & Borrell, 2013). Ainda que, no que respeita à SO da pessoa idosa, o Serviço Nacional de Saúde tenha evoluído favoravelmente na definição de políticas protetoras, importa considerar o contexto cultural dos indivíduos e das comunidades, na medida em que este conflui para que haja diferentes perceções perante a mesma condição. Assim, o nível de QdVRSO evidenciado na amostra pode demonstrar que os respondentes não consideram a SO como determinante da saúde em geral e da QdV, nomeadamente no que respeita ao domínio psicossocial.

CONCLUSÕES

As pessoas idosas institucionalizadas em ERPIs têm dificuldade no acesso aos cuidados de SO, pelo que é pertinente a definição de estratégias e orientações específicas que colmatem esta lacuna.

As variáveis sociodemográficas, clínicas e comportamentais têm impacto na QdVRSO.

A condição oral tem impacto nas dimensões psicossocial e funcional da pessoa idosa.

O *status* de SO é determinante da saúde em geral e da QdV da pessoa idosa.

BIBLIOGRAFIA

Afonso, A. (2014). Qualidade de Vida Relacionada com a Saúde Oral: Adaptação linguística e cultural do OHIP-14 (Dissertação de mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Porto, Portugal).

Alzate-Urrea, S.,Agudelo-Suárez, A., López-Vergel, F., López-Orosco, C., Espinosa-Herrera, É., Posada-Lópes, A., & Meneses-Gómez, E. (2015). Calidade de vida y salud bucal: Perspetiva de adultos mayores atendidos en la rede hospitalaria pública de Medellín, Colombia. Rev. Gerenc. Polit. Salud, 14 (29), pp. 83-96.

Beldiman, M-A, Tatarciuc, M., Bosânceanu, D-N, Macovei, G., Luchian, I., & Mârtu, I. (2017). Quality of Life and Psychological and Social Aspects for Elderly Patients - The Oral Health Impact Profile Questionnaire. Romanian Journal of Oral Rehabilitation, 9 (1), pp. 39-46.

Cardoso, R. (2014). Necessidade de Execução de Tratamentos de Saúde Oral em Idosos Institucionalizados. (Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa, Viseu, Portugal).

Castrejón-Pérez, R., Borges-Yanez, S., Iripoyen-Camavho, M., & Cruz-Hervert, L. (2017). Negative impact of oral healyh conditions on oral health quality of life of community dwellin elders in Mexico city, a population based study. Geriatrics Gerontology Int, 17, pp. 744-752.

Cornejo, M., Perez, G., Lima, K.-C., Casals-Peidro, E., & Borrell, C. (2013). Oral Health-Related Quality of Life in institutionalized elderly in Barcelona. Med Oral Patol Oral Cir Bucal, 18 (2), pp. e285-2292.

Dallasta, T., Medina, V., & Dallepiane, L. (2019). Quality of life related to oral health among elderly of a socialization group. O Mundo sa Saúde, pp. 418-437.

Direção-Geral da Saúde. (2019). Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral Portugal 2019. Lisboa: DGS.

Direção-Geral da Saúde. (2017). Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025. Proposta do Grupo de Trabalho Interminesterial (Despacho nº 12427/2016). Lisboa.

Echeverria, M., Wunsch, I., Langlois, C., Cascaes, A., & Silva, A. (2019). Oral health-related quality of life in older adults - longitudinal study. Gerontology, 36, pp. 118-124.

Federação Dentária Internacional. (2015). El Desafío de las Enfermedades Bucodentales - una llamada a la acción global. Atlas de la Salud Bucodental. Genebra: Myriad Editions.

Federação Dentária Internacional. (2016). FDI's Definition of oral health. Obtido em 21 de setembro de 2019, de FDI: <https://www.fdiworlddental.org/oral-health/fdi-definition-of-oral-health>

Fisher, J., Selikowitz, H., Marthur, M., & Varenne, B. (2018). Strengthening oral health for universal health coverage. The Lancet, 392, pp. 899-901.

Gabinete de Estratégia e Planeamento - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. (2019). Carta Social 2018. Obtido em 6 de setembro de 2019, de <http://www.cartasocial.pt/resultados_pesquisageral.php?filtrar=hidden&cod_distrito=04&cod_concelho=02&cod_freguesia=0&cod_area=21&cod_valencia=2107&nome=&localpostal>

GBD 2016 Diseases and Injury and Prevalence. (2017). Global, regional, and national incidence, prevalence, and years lived with disability for 328 diseases and injuries for 195 countries, 1990–2016: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2016. Lancet, 390, pp. 1211-1259.

Glick, M., Silva, O., Seeberger, G., Xu, T., Pucca, G., Williams, D. Kess, S, Eiselé, J-L, & Séverian, Y. (2012). Ordem dos Médicos Dentistas. Obtido em 21 de setembro de 2019, de Conduzir o Mundo a uma Ótima Saúde Oral - FDI Visão 2020. Uma reflexão sobre o futuro da saúde oral: <https://www.omd.pt/observatorio/futuro/>

Gomes, M., Teixeira, M., & Paçô, M. (2015). Preditores Clínicos da Qualidade de Vida Relacionada com a Saúde Oral em Idosos Diabéticos. Revista de Enfermagem referência, Série IV, N° 7, pp. 81-89.

Guadalupe, S., & Cardoso, J. (2018). As redes de suporte social informal como fontes de provisão social em Portugal: o caso da população idosa. Revista Sociedade e Estado, 33 (1), pp. 215-250.

Hernandez, J., Diaz, F., & Vilchis, M. (2015). Oral Health Related Quality of Life. Em M. (. Virdi, Emerging Trends in Oral Health Sciences and Dentistry (pp. 691-712). IntechOpen.

Japan Dental Association & Organização Mundial da Saúde. (2015). Tokyo Declaration on Dental Care health for Healthy Longevity. Tóquio.

Jerez-Roig, J., Souza, D., Andrade, F., Filho, B., Medeiros, R., Oliveira, N., Neto, S., & Lima, K. (2016). Autoperceção da saúde em idosos institucionalizados. Ciência & Saúde Coletiva, pp. 3367-3375.

Kossini, A., Hajto-Bryk, J., Maggi, S., McKenna, G., Petrovic, M., Roller-Wirnsberger, R., Schimmel, M., Tamulaitienè, M., Vanobbergen, J, & Muller, F. (2018). An Expert Opinion from the European College of Gerodontology and the European Geriatric Medicine Society: European Policy Recommendations on Oral Health in Older Adults. Journal of the American Geriatrics Society, 66, pp. 609-613.

Mata, C., Allen, P., McKenna, G., Hayes, M., & Kashan, A. (2019). The relationship between oral-health-related quality of life and general health in an elderly population: A cross-sectional study. Gerodontology, 36, pp. 71-77.

Monteiro, A. (2018). Qualidade de Vida Relacionada com a Saúde Oral em Pacientes com Diabetes tipo 2: Relação com Variáveis Sociodemográficas, Comportamentais e Clínicas. (Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Escola Nacional de Saúde Pública, Lisboa, Portugal).

Motallebnejad, M., Mehdizabeh, S., Najafi, N., & Sayyadi, F. (2015). The evaluation of oral health-related factors on quality of life of the eldery in Babol. Contemp Clin Dent., 6 (3), pp. 313-317.

Oliveira, E., Rocha, V., Nogueira, D., & Pereira, A. (2018). Quality of life and oral health among hypertensive and diabetic people in a Braziliean Southeastern city. Ciência&Saúde Coletiva, 23 (3), pp. 763-772.

Organização Mundial da Saúde. (2017). Global strategy and action plan on ageing and health. Genebra: World Health Organization.

Paçô, M. (2014). Avaliação do impacto da saúde oral em utentes diabéticos com idade superior ou igual a 65 anos. (Trabalho de projeto, Instituto Politécnico de Bragança, Escola superior de Saúde, Bragança, Portugal).

Penetro, F. (2017). As representações sociais sobre o processo de envelhecimento de idosos beneficiários do Serviço de Apoio Domiciliário e de idosos residentes em Estrutura Residencial. (Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Porto, Portugal).

PORDATA. (2019). BI das regiões: Bragança. Obtido em 6 de setembro de 2019, de PORDATA - Base de Dados portugal Contemporâneo: <https://www.pordata.pt/Municipios>

PORDATA. (7 de fevereiro de 2020). Escolaridade da População. Obtido em 10 de março de 2020, de PORDATA Base de Dados Portugal Contemporâneo: <https://www.pordata.pt/Portugal/

OS TEMAS ECONÓMICOS EM DESTAQUE NAS CAPAS DE DOIS JORNAIS DIÁRIOS GENERALISTAS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

THE ECONOMIC TOPICS FEATURED ON THE FRONT PAGES OF TWO GENERALIST DAILY NEWSPAPERS DURING THE COVID-19 PANDEMIC **EN**

—

TEMAS ECONÓMICOS PRESENTADOS EN LAS PORTADAS DE DOS DIARIOS GENERALISTAS DURANTE LA PANDEMIA DEL COVID-19 **ES**

JOANA MARTINS MOTA
Escola Superior de Educação, CI&DEI, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal.
Doutorada em Ciências da Comunicação pela Universidade de Coimbra. Título de Especialista em Jornalismo e Reportagem.
✉ jmartins@esev.ipv.pt

Mota, J. (2021). Os temas económicos em destaque nas capas de dois jornais diários generalistas durante a pandemia de COVID-19. *Egitania Sciencia*, 29 (jun/dez), pp.169-183.

Submitted: 3rd December 2020
Accepted: 23th March 2021

RESUMO

A informação económica tem uma presença relevante nos jornais generalistas e a economia tem sido referenciada como uma das áreas mais afetadas pela pandemia da Covid-19. Neste artigo, procurámos perceber qual o peso do jornalismo económico nas capas de dois jornais diários generalistas – *o Correio da Manhã e o Público* – no período compreendido entre o decreto do primeiro estado de emergência e a véspera do segundo estado de emergência em Portugal. Apesar das suas diferenças editoriais, concluímos que os jornais se aproximam no espaço que dedicam aos destaques relacionados com a economia e que, dentro do jornalismo económico, o impacto do novo Coronavírus na economia portuguesa foi o assunto dominante. Ainda assim, registámos diferenças na forma de abordagem, bem como no tipo de temas económicos destacadas por cada um dos jornais, à margem da pandemia.

Palavras-chave: *jornalismo económico, covid-19, pandemia, economia*

ABSTRACT

Economic information has a relevant presence in generalist newspapers and the economy has been referred to as one of the areas most affected by the Covid-19 pandemic. In this article, we tried to understand the weight of economic journalism on the front pages of two generalist daily newspapers – Correio da Manhã and Público – in the period between the decre of the first state of emergency and the eve of the second state of emergency in Portugal. Despite their editorial differences, we conclude that newspapers took similar options regarding the space dedicated do the highlights related to the economy and that, within economic journalism, the impact of the New Coronavirus on the Portuguese economy was the dominant subject. Despite those similarities, we registered differences in the approach, as well as in the type of economic issues featured in each newspaper, aside from the pandemic.

Keywords: *economic journalism, covid-19, pandemic, economy*

RESUMEN

La información económica tiene una presencia relevante en los periódicos generalistas y la economía ha sido referida como una de las áreas más afectadas por la pandemia de Covid-19. En este artículo, intentamos comprender el peso del periodismo económico en las portadas de dos diarios generalistas – Correio da Manhã y Público – en el período comprendido entre el decreto del primer estado de emergencia y la víspera del segundo estado de emergencia en Portugal. A pesar de sus diferencias editoriales, concluimos que los periódicos se acercan en el espacio que dedican a los destacados relacionados con la economía y que, dentro del periodismo económico, el impacto del Nuevo Coronavirus en la economía portuguesa fue el tema dominante. Aun así, registramos diferencias en el enfoque, así como en el tipo de cuestiones económicas destacadas por cada uno de los diarios, al margen de la pandemia.

Palabras clave: *periodismo económico, covid-19, pandemia, economia*

INTRODUÇÃO

A 17 de novembro de 2019, na província chinesa de Hubei, foi confirmado o primeiro caso conhecido de um infetado por covid-19, a doença causada pelo Novo Coronavírus. A 11 de março do ano seguinte a Organização Mundial de Saúde declarava, oficialmente, que o mundo se encontrava a viver uma pandemia e os diferentes países começaram a procurar e aplicar formas de conter o vírus e tentar reduzir os impactos da doença.

A economia foi um dos primeiros setores da sociedade a sentir as consequências da pandemia mundial. No caso português, o clima económico deteriorou-se rapidamente, com uma queda de 2,4 por cento do PIB no primeiro trimestre do ano e um aumento de mais de 24 por cento do número de desempregados entre o final de fevereiro e o final de abril de 2020. Para o agravamento contribuiu a declaração do estado de emergência, a 19 de março, situação que se prolongou até 2 de maio do mesmo ano e que obrigou ao fecho de empresas de vários setores, levou à entrada de mais de 100 mil empresas em regime de lay-off e obrigou muitos trabalhadores a deixarem de trabalhar para apoiar a família, dado o encerramento das escolas, jardins de infância e outros serviços (Mamede, Pereira e Simões, 2020). Os meios de comunicação social deram conta de todas estas consequências e o jornalismo económico foi, por isso, uma das áreas em destaque desde o início da pandemia.

JORNALISMO ECONÓMICO: CARATERIZAÇÃO E ESPECIFICIDADES

Falar de jornalismo económico não é diferente de falar de qualquer outra especialização informativa, no sentido em que há um código deontológico que rege todos os jornalistas, independentemente da sua área de atuação. Como afirma Christiana Martins, "mais do que dominar um determinado vocabulário e as relações a ele associadas, há que não esquecer que se trata de jornalismo" (2005: 227).

De facto, a relação do jornalismo com a economia é longa, porém, o jornalismo económico que existe hoje em dia, em Portugal, é muito diferente do jornalismo do século XVIII e início do século XIX. Em Portugal o jornalismo económico especializado e profissionalizado nasceu após o 25 de Abril de 1974, com o Semanário Económico e o Jornal do Comércio (Garrido, 2005: 235), mas foi a adesão à Comunidade Económica Europeia em 1986 que dinamizou, de forma mais visível, este tipo de jornalismo, cujo crescimento coincidiu, também, com a liberalização da economia.

Helena Garrido (2005) sublinha que durante algum tempo a principal fonte do jornalismo económico foi o Governo e que o facto de a banca, os seguros, a energia e as telecomunicações estarem no domínio do setor público representava uma limitação do interesse pela informação empresarial. Com as privatizações no final do século XX e com a integração de Portugal na União Económica e Monetária, em 1999, o jornalismo económico deixou de estar apenas ancorado na macroeconomia e passou a compreender também informação centrada nas empresas.

Arrese (2002: 405) situa na década de 90 do século XX o auge da informação económica, fruto da liberalização dos mercados, do crescimento do capitalismo popular e da globalização. Esta visibilidade acrescida da informação centrada no ramo da economia, das finanças e do mundo empresarial, diz o autor, também não foi imune ao desenvolvimento das novas tecnologias da informação. Face ao surgimento de novos campos de interesse no que diz respeito à segmentação das audiências, aparecem novas publicações no campo da economia, sendo esta evolução sobretudo visível em países como a Grã-Bretanha, Alemanha, França e Itália. O autor considera que a chegada do século XXI trouxe novas ameaças e oportunidades para a imprensa económica, sobretudo face à convergência e aumento da pressão concorrencial, no sentido de levar os periódicos a converterem-se em produtos multimédia (Arrese, 2002: 420)

A compreensão dos temas económicos é uma das funções do jornalismo direcionado para a área de economia. O que se verifica hoje em dia, é que muitas vezes a economia torna-se um assunto complexo para grande parte dos leitores (Kucinski, 2007; Martins, 2005; Hayes, 2014). Kucinski considera que uma das especificidades do jornalismo económico é que ele interpreta episódios e factos singulares, "à luz de processos, leis ou relações económicas", por vezes conflituantes (2007: 21). De facto, o discurso dos textos de economia utiliza uma linguagem de difícil compreensão ao público em geral, não só por ser uma mensagem redigida por *experts* na área, mas também porque é escrita para um leitor que, se assume, tem também conhecimentos acima da média dentro da economia. Por esse motivo, alguns significados podem escapar ao leitor médio. No caso português, existe uma falta de cultura económica, que se traduz no facto de "as restrições impostas pela complexidade das matérias" serem mais amplas do que as existentes noutros países, nomeadamente os de origem anglo-saxónica, "onde existe uma tradição maior de procura e oferta dessa informação" (Garrido, 2005: 236).

Segundo Fernandéz (2002: 55-57), raramente o recetor contesta a informação a que tem acesso através do jornalismo económico, seja por desconhecimento da matéria, pelo caráter aparentemente objetivo dos dados ou até por uma espécie de fé no emissor. Para o autor, isto acontece por quatro motivos: porque nos artigos que comparam a realidade económica analisada com um determinado modelo conceptual são utilizados verbos como considerar, supor, pressupor ou assumir, bem como os verbos no condicional, que suportam as afirmações e a passagem do mundo concreto da realidade para a hipótese preconizada; em segundo lugar porque os redatores partem do pressuposto que os seus leitores têm um conhecimento acima da média sobre economia e utilizam termos cujo significado pode escapar a alguns leitores, não descodificam siglas e estrangeirismos e utilizam metáforas, trazendo opacidade ao texto jornalístico; em terceiro lugar porque a linguagem do jornalismo económico muitas vezes utiliza termos de outros sistemas, nomeadamente do domínio da matemática ou do direito; por último o autor considera que muitos destes textos são caraterizados por um elevado nível de abstração, pelo que é maior a sua ambiguidade e dificuldade.

Apesar da especificidade da linguagem económica, não podemos esquecer que:

> Cabe ao profissional de informação conseguir conjugar dois universos com vocabulários e enquadramentos de compreensão distintos, inserindo os desinseridos, fornecendo-lhes as informações necessárias para que possam decidir sobre todas as questões que lhe digam directamente respeito e que possam ser influenciadas pelo tema abordado no trabalho jornalístico (Martins, 2005: 231).

Assim, em temáticas como a económica, "a comunicação social acaba por ser a maior fonte de informação dos indivíduos ditos leigos" (Martins, 2005: 226), sobretudo desde que este se tornou um dos assuntos que mais preocupam a sociedade. Acrescentaríamos a esta afirmação que, no caso da pandemia de covid-19, a comunicação social

reforçou o seu papel enquanto principal mediador da realidade e, no que toca ao setor económico, desempenhou um papel fundamental ao dar conta de como as consequências da pandemia iam afetando as diferentes áreas de negócio.

JORNALISMO ECONÓMICO EM TEMPOS DE CRISE

Keith Hayes elenca alguns dos temas que integram o jornalismo económico, como emprego, rendimentos, salários ou preços da habitação e afirma que o jornalista da área de economia "reporta histórias que afetam muitas pessoas na comunidade, de uma forma ou de outras" (2014: 2). Já Parker (1997: 12) destaca os quatro tipos de temáticas económicas que normalmente têm espaço nas primeiras páginas da imprensa: análise temas económicos e financeiros globais; histórias de crime, crise e conflito; encerramento e falências de grandes empresas e indústrias; e atividade e políticas corporativas (como aquisições).

O jornalismo económico é, por isso, entendido como uma área fulcral da comunicação social, na medida em que retrata uma componente fundamental da vida em sociedade, mas, apesar dessa dimensão fundamental "estes temas são tratados, muitas vezes, como uma ciência ao alcance apenas de alguns privilegiados" (Fragoso, 2013: 116).

Keith Hayes (2014) considera que que o jornalismo económico se tornará tão mais importante, quanto mais as crises económicas agitem e redefinam o ambiente social. Esta relevância do jornalismo económico em tempos de crise já se tinha verificado durante a crise financeira de 2008, altura em que os problemas sentidos por quase todos os países do mundo levaram a um crescimento das notícias relacionadas com economia e finanças. No caso português, a investigação de Fragoso (2013) mostra que foi evidente a preocupação com a crise financeira, entre 2007 e 2011, no alinhamento do noticiário televisivo da SIC. Aliás, a crise financeira foi o tema mais noticiado durante este período no que diz respeito à abertura dos telejornais daquele canal de televisão.

Encontramos experiências semelhantes em outros países. Em Espanha, por exemplo, a popularização da informação económica aconteceu durante a primeira metade dos anos 80 do século XX, em plena crise económica. Nesta época, alguns analistas consideravam que, terminada a crise, a população espanhola relegaria a informação económica para segundo plano, mas a verdade é que estas previsões não se confirmaram e o interesse por esta área manteve-se (Carrión, 2002). Aliás, a recessão económica em Espanha, em finais do ano de 2008, traduziu-se numa primazia das notícias de economia, que passaram a ocupar as primeiras páginas dos jornais quase diariamente (Gutiérrez, Guardia e Gómez, 2013).

Considerando que a economia tem, então, uma grande importância para a vida da população, das famílias, das comunidades e dos governos, e sublinhando que a comunicação social é, neste campo, a maior fonte de informação para os indivíduos leigos (Martins, 2005; Parker, 1997) cabe-lhe, assim, definir a agenda da opinião pública (McCombs e Shaw, 1993). Assim, partindo dos graves efeitos que se fizeram sentir do ponto de vista económico com a chegada da pandemia de Covid-19, foram os meios de comunicação social os principais veículos de divulgação desses mesmos efeitos. De facto, ainda que seja complexa e vasta a realidade noticiosa, a economia assume-se como uma das áreas que integra o dia a dia informativo e foi, também, um dos temas em destaque a propósito da cobertura informativa diária da evolução da doença covid-19 em Portugal.

METODOLOGIA

Considerando a relevância do jornalismo económico, e face à importância que a cobertura jornalística da economia assume em tempos de crise, foi nossa intenção avaliar os destaques de economia nas capas de dois jornais diários generalistas, tendo em consideração a pandemia de coronavírus e o impacto da doença Covid-19 no domínio do panorama noticioso. Quisemos, pois, analisar a presença dos assuntos relacionados com a temática da economia, desde o dia 18 de março de 2020, data em que foi decretado o primeiro estado de emergência de Portugal, até 5 de novembro, véspera da entrada em vigor de novo estado de emergência em Portugal, aquando da segunda vaga da doença.

Quando à escolha dos jornais, procurámos incluir dois perfis editoriais diferentes. Assim, e com base nos resultados do estudo em torno da tabloidização dos quatro títulos diários generalistas portugueses (Martins, 2020), optámos por comparar o Público e o Correio da Manhã. Aplicando o esquema de Colin Sparks (2000), o estudo em torno da tabloidização mostrou, precisamente, que estes eram os jornais mais distintos do ponto de vista editorial, na medida em que o Correio da Manhã somava mais de 56% de notícias de escândalo, desporto e entretenimento, face a 23% de notícias das temáticas de economia, política e sociedade. Já no Público, os dados mostravam o contrário: cerca de 58% temas de primeira página abordavam economia, política e sociedade e apenas 9% se enquadravam nos temas de escândalo, desporto e entretenimento.

Assim, analisámos as capas do Correio da Manhã e do Público, entre os dias 18 de março e 5 de novembro de 2020, contabilizando o total de destaques, o total de destaques da secção de economia e o tipo de destaque que cada temática de economia teve na primeira página. Em termos de tipos de destaque, considerámos a diferenciação entre manchete, foto de capa, chamada simples e chamada com foto (Tabela 1).

TABELA 1. TIPOS DE DESTAQUES NAS CAPAS DOS JORNAIS

DESTAQUE	DESCRIÇÃO
Chamada simples	Título de primeira página cujo posicionamento é secundário em relação à manchete e face à foto de capa e não tem imagem a acompanhar.
Chamada com foto	Título de primeira página cujo posicionamento é secundário em relação à manchete e face à foto de capa e tem imagem a acompanhar.
Foto de capa	Título secundário de primeira página, onde o conteúdo dominante é a imagem, e que aparece numa configuração secundária face à manchete, mas com maior destaque do que a chamada.
Manchete	Título principal da primeira página de um jornal, assim considerado por ter o maior tipo de letra, por se encontrar o mais próximo possível do topo da página ou por ocupar a maior área da capa do periódico.

FONTE. ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Quanto aos destaques que considerámos como sendo de economia, seguimos a seguinte definição: podem ser classificados como temas de jornalismo económico todas os destaques de primeira página que se debrucem sobre informação respeitante a questões de ordem económica ou financeira, empresas, emprego e desemprego, associações empresariais e todas as personalidades ligadas a estes temas enquanto fontes devidamente identificadas nesse sentido (Martins, 2008). Ao contrário do estudo da tabloidização, neste caso consideramos todos os crimes e casos de corrupção, desde que ligados a instituições económicas ou financeiras, como notícias de economia.

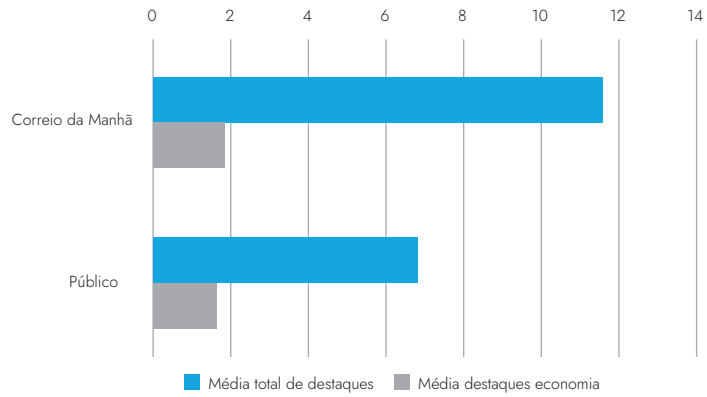
Seguidamente, procurámos elencar os diferentes temas abordados nos destaques, encaixando cada destaque numa categoria de conteúdo.

RESULTADOS

Os primeiros dados quantitativos retirados da nossa análise mostram uma aproximação entre os dois jornais, no que diz respeito ao peso que a temática de economia tem em cada um dos títulos.

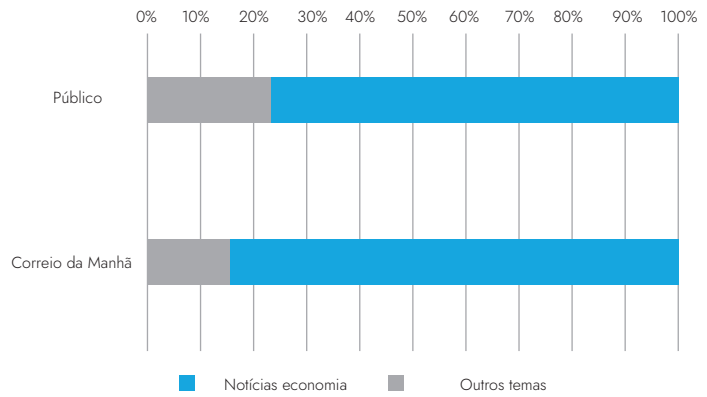
Assim, concluímos que existe uma média de 1,85 notícias por dia sobre economia nas capas do Correio da Manhã, enquanto o jornal Público destaca, em média, 1,61 notícias económicas por dia na sua primeira página. Apesar desta similaridade, não podemos ler estes números sem ter em conta a média total de destaques diários nos dois títulos, visto que o Correio da Manhã destaca, em média, 11,59 assuntos nas suas capas e o Público regista cerca de metade deste número (Gráfico 1). A presença da temática económica é, por isso, bastante mais significativa no jornal Público.

GRÁFICO 1 – MÉDIA DO NÚMERO DE DESTAQUES DIÁRIOS NAS CAPAS DOS JORNAIS CORREIO DA MANHÃ E PÚBLICO ENTRE OS DIAS 19 DE MARÇO E 5 DE NOVEMBRO DE 2020



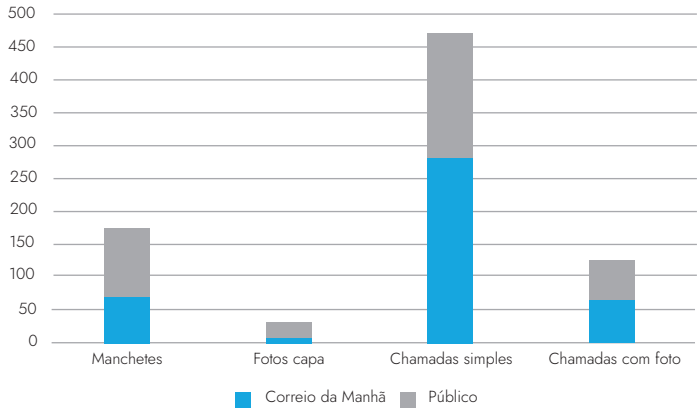
Considerando os dados em percentagem (Gráfico 2), a aproximação entre ambos é mais visível, mas as conclusões mostram o predomínio dos temas de economia no Público (23,64%) face ao Correio da Manhã (15,97%).

GRÁFICO 2. PESO DAS NOTÍCIAS DE ECONOMIA FACE A NOTÍCIAS DE OUTROS TEMAS NOS JORNAIS CORREIO DA MANHÃ E PÚBLICO ENTRE OS DIAS 19 DE MARÇO E 5 DE NOVEMBRO DE 2020



Já no que toca aos tipos de destaque (Gráfico 3), percebemos que ambos os periódicos colocam maioritariamente a economia nas suas capas sob a forma de chamada simples e que a foto de capa é o tipo de destaque menos utilizado. Curioso é perceber que a manchete é a segunda categoria de destaque mais utilizada em ambos, sobretudo no caso do Público, em que quase 30% do total de temas económicos assumem o principal lugar de destaque nas primeiras páginas.

GRÁFICO 3. TIPO E NÚMERO TOTAL DE DESTAQUES DE ECONOMIA NAS PRIMEIRAS PÁGINAS DOS JORNAIS DOS JORNAIS CORREIO DA MANHÃ E PÚBLICO ENTRE OS DIAS 19 DE MARÇO E 5 DE NOVEMBRO DE 2020



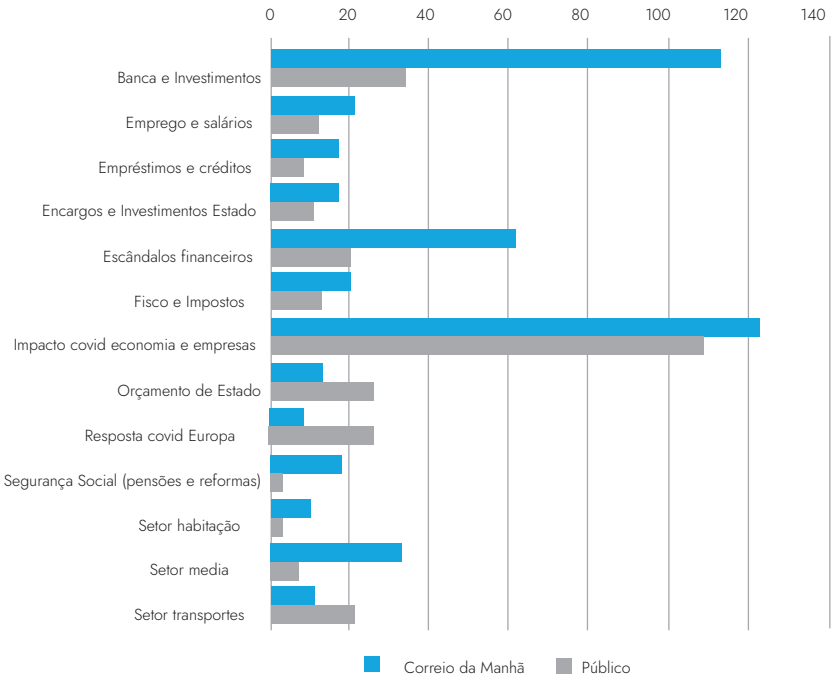
Registados os dados quantitativos, foi necessário olhar para o tipo de temáticas tratadas, de modo a compreender que a aparente aproximação entre os dois jornais apresentava, na verdade, vários pontos de afastamento. Assim, foram elencados os diferentes assuntos da área económica abordados pelos dois jornais, o que resultou num total de 60 tópicos diferentes que foram alvo de notícia dentro da área da economia, ainda que com diferentes incidências por parte de cada jornal (Gráfico 4). Considerando apenas os assuntos económicos que foram alvo de um mínimo de dez notícias, podemos concluir que o impacto da pandemia de covid-19 na economia nacional foi o tema onde se concentraram a maioria das notícias de ambos os jornais. Do ponto de vista temático esta é, no entanto, uma das poucas linhas de aproximação entre os periódicos. De facto, a divisão por tópicos mostra que os escândalos financeiros são o segundo tema mais abordado pelo Correio da Manhã, com o triplo de destaques em relação ao Público. O mesmo se verifica em relação às notícias que se referem ao setor dos media, com o Correio da Manhã a dedicar mais do triplo da atenção do Público a esta temática.

No que toca aos escândalos financeiros, os casos abordados são praticamente os mesmos, mudando apenas o peso que cada um tem nas primeiras páginas dos jornais. O Público destinou algum espaço nas suas capas à cobertura do caso BES e deu ainda destaque ao caso EDP e ao caso Isabel dos Santos. Estes foram os mesmos três temas na agenda do Correio da Manhã quanto a escândalos financeiros, mas este jornal dedicou mais do dobro da atenção a cada um deles do que o seu concorrente.

As notícias que se inserem no setor dos media são quase todas relacionadas com as mudanças na administração da Media Capital, com a saída de Cristina Ferreira da SIC para a TVI e consequente processo judicial. No caso do jornal Público estes temas estiveram 7 vezes na capa, enquanto que o Correio da Manhã lhes dedicou 33 primeiras páginas.

Considerando ainda as diferentes opções editoriais dos jornais, é de realçar que a resposta financeira da Europa à pandemia originou mais do triplo dos destaques de capa no Público. Também as notícias sobre o Orçamento de Estado são bastante mais destacadas na primeira página do Público, que lhe dedica o dobro da atenção destinada pelo Correio da Manhã ao mesmo tema. Neste ponto, é bastante relevante o facto de as negociações para o Orçamento de Estado e entrega do documento terem decorrido durante o período em análise.

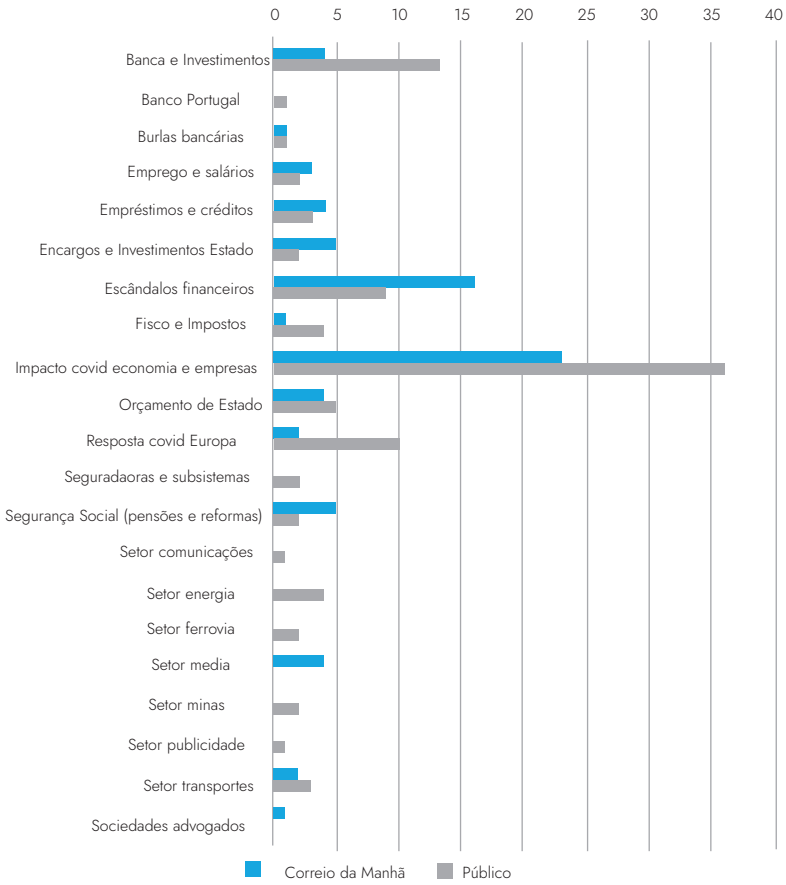
GRÁFICO 4. TÓPICOS DE JORNALISMO ECONÓMICO COM MAIS DE 10 NOTÍCIAS NOS JORNAIS CORREIO DA MANHÃ E PÚBLICO, ENTRE OS DIAS 19 DE MARÇO E 5 DE NOVEMBRO DE 2020



Ainda no âmbito dos assuntos de economia destacados na capa de cada jornal, isolámos apenas os temas que foram manchete, tendo em conta que esta é a principal categoria de conteúdo da primeira página de um jornal (Gráfico 5). Os temas que fizeram manchete confirmam que o impacto da pandemia na economia nacional foi o assunto mais relevante para os jornais durante este período e sublinham as diferenças acima elencadas: predomínio dos escândalos financeiros nas manchetes do Correio da Manhã e maior cobertura da resposta financeira da Europa à pandemia nas manchetes do jornal Público. Ainda assim, não podemos deixar de notar que houve bastante mais manchetes no jornal Público em torno do impacto da pandemia na economia nacional e que a temática da Europa ocupou apenas 2 manchetes no Correio da Manhã, contra 10 manchetes no Público. Já no caso dos escândalos financeiros, eles também têm expressão nas manchetes do Público, mas são sobretudo destacados pelo Correio da Manhã. Pelo contrário, as notícias sobre o setor da banca e os investimentos bancários tem bastante expressão nas manchetes do Público (é o segundo tema mais destacado), enquanto no Correio da Manhã é um dos que tem menos atenção.

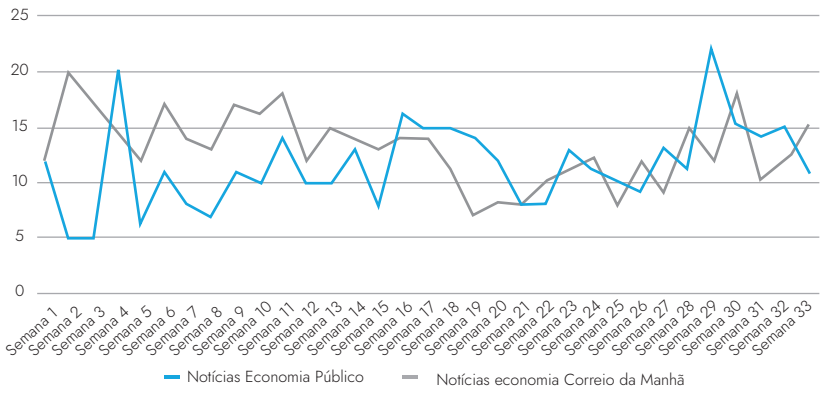
EGITANIA SCIENCIA | N 29 | 2021 | ISSN 1646-8848

GRÁFICO 5. TÓPICOS DE JORNALISMO ECONÓMICO NAS MANCHETES DOS JORNAIS CORREIO DA MANHÃ E PÚBLICO ENTRE OS DIAS 19 DE MARÇO E 5 DE NOVEMBRO DE 2020



Por último, procurámos traçar uma evolução das notícias económicas nas capas dos dois jornais ao longo de todo o período em análise (Gráfico 6) e percebemos que o número de destaques nem sempre é o mesmo ao longo das semanas. De facto, os picos no Correio da Manhã estão, sobretudo, nos primeiros três meses e coincidem com a época de confinamento e todos os efeitos económicos que o fecho das empresas causou.
Já no caso do jornal Público, há também um pico durante o período de confinamento, mas o período em que as notícias de economia estão em claro destaque neste jornal corresponde às primeiras semanas de outubro de 2020, altura em que o principal tema em agenda era o Orçamento de Estado.

GRÁFICO 6. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE NOTÍCIAS DE ECONOMIA NAS CAPAS DO CORREIO DA MANHÃ E PÚBLICO, DURANTE AS 33 SEMANAS EM ANÁLISE (PERÍODO DE 19 DE MARÇO A 5 DE NOVEMBRO DE 2020)



CONCLUSÕES

A pandemia de Covid-19 trouxe mudanças significativas a toda a sociedade e, possivelmente, deixará marcas profundas em todos os setores. A própria comunicação social foi uma das faces mais visíveis da "omnipresença do tema Covid-19 na sociedade portuguesa, e no mundo" e o tema da pandemia fez desaparecer de forma progressiva alguns tópicos dominantes da realidade noticiosa (Cabrera, Martins e Ferin Cunha, 2020: 198). A análise das primeiras páginas dos jornais Correio da Manhã e Público, no que diz respeito à presença do jornalismo económico, confirma essa mesma preponderância da pandemia, do ponto de vista do impacto do vírus nos vários setores da economia portuguesa: 23,64% das temáticas de primeira página do jornal Público abordaram questões económicas, percentagem que se situou nos 15,97% no caso do jornal Correio da Manhã. Aliás, do total de temas económicos, quase 30% se focam no impacto direto da pandemia na economia nacional. Se levarmos também em conta o impacto indireto e a reposta europeia aos efeitos do Novo Coronavírus, estes números sobem para metade do total de notícias económicas.

Ainda de referir que balizámos este estudo no início do primeiro Estado de Emergência decretado em Portugal e que a nossa análise se estendeu à véspera do decreto do segundo Estado de Emergência. A evolução das notícias económicas ao longo das 33 semanas analisadas mostram que o primeiro pico se situa, precisamente, durante o período de confinamento que decorreu entre 18 de março e 2 de maio e que a temática teve menor expressão durante os meses de Verão (julho e agosto). Nas semanas antes do decreto do segundo Estado de Emergência, o número de notícias económicas registava um crescimento, apesar de não podermos esquecer que o Orçamento de Estado 2021 era um dos temas em agenda.

Além dos dados quantitativos, foi necessário olhar para o tipo de temáticas tratadas, de modo a compreender que a aparente aproximação entre os dois jornais apresentava, na verdade, vários pontos de afastamento, sobretudo no que diz respeito aos temas à margem da pandemia. Os tópicos abordados pelos dois jornais mostram as diferenças editoriais de cada periódico, assentes no maior enfoque que o Correio da Manhã dá à temática dos escândalos financeiros e no predomínio do tema Europa no jornal Público, quer na capa como um todo, quer no que diz respeito às manchetes enquanto categoria de conteúdo de maior dimensão na primeira página. O Estatuto Editorial do jornal

Público diz mesmo que o jornal se propõe abordar as grandes questões que se colocam à sociedade portuguesa na perspetiva da construção do espaço europeu. Já o Correio da Manhã, apesar de não mencionar a relevância do escândalo como valor-notícia no seu Estatuto Editorial, dedica bastante importância a esta temática, tal como confirma o estudo de Martins (2020) em torno da tabloidização.

Recuperando agora os quatro tipos de temáticas que Parker (1997) considera serem as que têm mais possibilidades de chegar às capas dos jornais, e levando em conta que esta análise representa um momento de exceção pelo domínio da pandemia como tema, não deixamos de encontrar uma primazia de um dos tópicos elencados pelo autor. Falamos, pois, da questão dos "três Cs", crime, crise e conflito, patente na abordagem, dentro do impacto da covid-19 na economia, à crise nos vários setores empresarias. Também o escândalo, enquanto uma das temáticas económicas dominantes, se encaixa nesta visão dos "três Cs" de Parker.

O nosso estudo centrou-se apenas nas capas dos jornais, enquanto espaço de destaque dos temas mais importantes do dia. A possibilidade de estudar todo o conteúdo jornalístico, do prisma da economia, em tempos de pandemia, poderá abrir a porta a novas conclusões ou permitir olhares diferenciados em torno da cobertura mediática do impacto económico do vírus. Aliás, o estudo de Ana Cabrera, Carla Martins e Isabel Ferin Cunha (2020), que se centrou na análise de 306 peças televisivas dos canais de televisão generalistas RTP, SIC e TVI transmitidas entre 2 e 18 de março de 2020, ou seja, antes da entrada em vigor do estado de emergência, mostra que a crise económica teve pouco reflexo nas primeiras peças dos alinhamentos dos jornais televisivos. Outro caminho pertinente pode ser o do enquadramento das notícias sobre economia, procurando confirmar ou desmentir a ideia de que o *framing* da informação económico é, sobretudo, negativo (Parker, 1997). Por último, fica em aberto a possibilidade de avaliar a especificidade e complexidade apontada ao jornalismo económico, durante um período de crise, em que a cobertura desta temática beneficiaria de clareza e simplicidade na linguagem.

Não podemos deixar de sublinhar que, ainda em plena pandemia, a visão analítica do tema está demasiado perto do objeto de estudo e, possivelmente, as investigações levadas a cabo *a posteriori* poderão oferecer uma visão mais abrangente desta temática. Ainda assim, estes resultados encontram a sua pertinência na crise económica que o mundo atravessa, na relevância que o jornalismo económico assume em tempos de crise (Hayes, 2014) e poderão ser um bom ponto de partida para análises mais aprofundadas sobre os tempos de exceção que todos vivemos.

BIBLIOGRAFIA

Arrese, A. (2002). El desarrollo de la prensa económica europea: 1990-2000. In J. Sanz, J. Laffond & C. Establés. (Eds.), *Prensa y Periodismo Especializado* (pp. 53-60). Guadalajara: México.

Cabrera, A., Martins, C. & Ferin Cunha, I. (2020, outubro). A cobertura televisiva da pandemia de Covid-19 em Portugal: um estudo exploratório. *Media & Jornalismo, vol. 20, n.° 37*, 185-204.

Carrión, M. R. (2002). Apuntes para uma historia del periodismo económico español reciente en el medio radio. In J. Sanz, J. Laffond & C. Establés (Eds.), *Prensa y Periodismo Especializado* (pp. 357-371). Guadalajara: México.

Fernandéz, A. R. (2002). La economia em la prensa y la retórica económica. In J. Sanz, J. Laffond & C. Establés (Eds.), *Prensa y Periodismo Especializado* (pp. 53-60). Guadalajara: México.

Fragoso, A. G. (2013). A Mediatização da Crise Financeira no Jornal da Noite da SIC (Tese de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). Disponível em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/28243/1/Alberto%20Gon%c3%a7alves%20Fragoso.pdf.

Garrido, H. (2005) Jornalismo Económico em Tempos de Concentração - Faces Visíveis das Pressões Sobre a Informação. *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura, n. 5/6,* 233-245.

Gutiérrez, E. C., Guardia, M. L. G, e Gómez, P. N. (2013, junho). El periodismo económico y su desarrollo y expansión en la web 2.0. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico, vol. 19, n. 1,* 35-51.

Hayes, K. (2014). *Business Journalism: How to report on business and economics*. Nova Iorque: Apress.

Kucinski, B. (2007). *Jornalismo Econômico*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Martins, C. (2005) Uma Fronteira ou o Jornalismo Económico como Forma de Conhecimento Especializado. *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura, n. 5/6,* 225-231.

Martins, J. (2020, junho). A Tablodização nos jornais generalistas portugueses. Millenium, 2 (ed. Espec n.o 5), 75-83. doi: https://doi.org/10.29352/mill0205e.06.00317.

Martins, J. (2008). ***A Identidade da Imprensa em Coimbra: os casos de o Diário As Beiras e Diário de Coimbra***. (Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa). Disponível em https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/1079.

Mamede, R. P., Pereira, M. e Simões, A. (2020). ***Portugal: uma análise rápida do impacto da COVID-19 na economia e no mercado de trabalho*** (Relatório da Organização Internacional do Trabalho). Retirado da Organização Mundial do Trabalho: https://www.ilo.org/lisbon/publica%C3%A7%C3%B5es/WCMS_754606/lang--pt/index.htm.

McCombs, M. e Shaw, D. (1993). A função do agendamento dos media. In N. Traquina (Ed.). ***Jornalismo: questões, teorias e estórias*** (pp. 47-61). Lisboa: Vega.

Parker, R. (1997). ***Journalism and Economics: the tangled webs of profession narrative, and responsibility in a modern democracy.*** Cambridge: Shorenstein Center on Media, Politics and Public Policy.

Público (s/d). Estatuto Editorial. ***Público***. Disponível em https://www.publico.pt/nos/estatuto-editorial.

Sparks, C. (2000). Introduction: the panic over tabloid news. In C. Sparks, C. & J. Tulloch (Eds.), *Tabloid tales: global debates over media standards* (pp. 1-40). Oxford: Rowaman & Littlefield Pubishers.

PROGRAMA DE PRESSÃO ARTERIAL DA BEIRA BAIXA – HIPERTENSÃO ARTERIAL E HIPOTENSÃO ORTOSTÁTICA NO CONCELHO DO FUNDÃO

BEIRA BAIXA BLOOD PRESSURE PROGRAM - BLOOD HYPERTENSION AND ORTHOSTATIC HYPOTENSION IN THE FUNDÃO COUNTY **EN**

—

PROGRAMA DE PRESSIÓN ARTERIAL DE BEIRA BAIXA – HIPERTENSIÓN ARTERIAL E HIPOTENSIÓN ORTOSTÁTICA EN EL MUNICIPIO DE FUNDÃO **ES**

SOFIA PINTO
Instituto Politécnico de Castelo Branco – Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias, BSc Student
✉ sofypinto3@gmail.com

PATRÍCIA COELHO
Sport, Health & Exercise Unit (SHERU) | Qualidade de Vida no Mundo Rural (QRural) - Instituto Politécnico de Castelo Branco, PhD
✉ patriciacoelho@ipcb.p

ANA SANTOS
Instituto Politécnico de Castelo Branco – Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias, BSc
✉ analipa.santos@sapo.pt

FRANCISCO RODRIGUES
Qualidade de Vida no Mundo Rural (QRural) | Sport, Health & Exercise Unit (SHERU) - Instituto Politécnico de Castelo Branco, PhD
✉ franciscobrodrigues@ipcb.pt

JOANA PIRES
Instituto Politécnico de Castelo Branco – Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias, MSc, PhD Student
✉ joanapires@ipcb.pt

Pinto, S., Coelho, P., Santos, A., Rodrigues, F. & Pires, J. (2021). Programa de pressão arterial da Beira Baixa - Hipertensão arterial e hipotensão ortostática no concelho do Fundão. *Egitania Sciencia*, 29 (jun/dez), pp.185-203.

Submitted: 26th January 2021
Accepted: 28th June 2021

RESUMO

Estudo observacional, transversal e analítico, integrado no Programa de Pressão Arterial da Beira Baixa, cujo principal objetivo é avaliar o perfil tensional e a prevalência de hipotensão ortostática dos indivíduos adultos no concelho do Fundão. A amostra é constituída por um total de 1030 indivíduos adultos, residentes no concelho em estudo, 511 do sexo feminino e 519 do sexo masculino, selecionados de forma aleatória por clusters. Para a recolha dos dados, foram realizadas 3 avaliações de pressão arterial com o indivíduo sentado e, após 3 minutos, uma última em posição ortostática. Os restantes dados foram obtidos através da aplicação de um questionário. A idade média dos indivíduos inquiridos é de 56,2±15,9 anos, sendo que destes, 43,5% apresenta hipertensão arterial, estando esta mais prevalente no sexo masculino (50,2%). Quanto à Hipotensão Ortostática, existe uma prevalência de 4,8% nos indivíduos adultos no concelho do Fundão, dos quais 53,1% pertencem ao sexo masculino e 46,9% ao feminino. Constatou-se uma elevada prevalência de hipertensão arterial, sendo esta e a hipotensão ortostática graves fatores de risco de morbilidade e mortalidade para doença cerebrocardiovascular.

Palavras-chave: *Hipertensão Arterial [C14.907.489], Hipotensão Ortostática [C10.177.575.600.450], Fatores de Risco [E05.318.740.600.800.725]*

ABSTRACT

Observational, transversal and analytical study integrated on Programa de Pressão Arterial da Beira Baixa which main goal is to evaluate hypertension profile and orthostatic hypotension prevalence on adult subjects of Fundão county Sample is constituted by a total of 1030 adult individuals living in the study's county, 511 are females and 519 males, selected by random choice of clusters. To gather the data were performed 3 arterial pressure evaluations while the individual was seated and after 3 minutes one last evaluation in orthostatic position, the remaining data were obtained through application of a questionnaire. The average age of respondents is 56,2±15,9 years old, and within this, 43,5% has blood hypertension, which is more common in male sex (50,2%). In terms of orthostatic hypotension there is a prevalence of 4,8% of adult individuals living in Fundão county, of which, 53,1% belongs to male sex and 46,9% to female sex. It was found high hypertension prevalence which is, just as orthostatic hypotension, a serious risk factor of morbidity and mortality from cardiovascular disease.

Keywords: *Blood Hypertension [C14.907.489], Orthostatic Hypotension [C10.177.575.600.450], Risk Factors [E05.318.740.600.800.725]*

RESUMEN

Estudio observacional, transversal y analítico, integrado en el Programa de Presión Arterial Beira Baixa, cuyo principal objectivo es evaluar el perfil tensional y la prevalencia de hipotensión ortostática en individuos adultos del municipio de Fundão. La muestra tiene un total de 1030 individuos adultos que viven en el municipio en estudio, 511 mujeres y 519 hombres, seleccionados aleatoriamente. Para la recogida de datos se realizaron 3 evaluaciones de pressión arterial con el individuo sentado y tras 3 minutos una última en posición ortostática. Los datos restantes se obtuvieron mediante la aplicación de un cuestionario previamente validado. La edad media de los entrevistados

PROGRAMA DE PRESSÃO ARTERIAL DA BEIRA BAIXA – HIPERTENSÃO ARTERIAL E HIPOTENSÃO ORTOSTÁTICA NO CONCELHO DO FUNDÃO

es de 56,2 ± 15,9 años, de los cuales 43,5% presenta hipertensión arterial, siendo más prevalente en el sexo masculino (50,2%). Cuanto a la Hipotensión Ortostática, existe una prevalencia de 4,8% en individuos adultos en el municipio de Fundão, de los cuales 53,1% son hombres y 46,9% mujeres. Se encontró una alta prevalencia de hipertensión arterial, siendo ésta y la hipotensión ortostática importantes factores de riesgo de morbilidad y mortalidad por enfermedad cerebrocardiovascular.

Palabras-clave: *hipertensión arterial [C14.907.489], hipotensión ortostática [C10.177.575.600.450], factores de riesgo [E05.318.740.600.800.725]*

INTRODUÇÃO

As doenças cardiovasculares são a principal causa de mortalidade e morbilidade e uso de recursos económicos em Portugal. De acordo com a Sociedade Portuguesa de Hipertensão, a hipertensão arterial é o fator de risco modificável mais comum e relevante para o desenvolvimento de diversas doenças cerebrovasculares e cardiovasculares, tais como: doença vascular cerebral, doença coronária e insuficiência cardíaca (Processo Assistencial Integrado Do Risco Cardiovascular No Adulto, 2014).

A hipertensão arterial caracteriza-se como sendo uma patologia crónica, sistémica e multifatorial que envolve alterações nas estruturas das artérias e do miocárdio (Oliveira Lopes & Diniz de Moraes, 2011). Esta é uma doença silenciosa que afeta ambos os sexos e qualquer faixa etária, manifestando-se por valores de pressão arterial elevados, atingindo valores de pressão arterial sistólica iguais ou superiores a 140 mmHg e/ou de pressão arterial diastólica iguais ou superiores a 90 mmHg. A maioria dos indivíduos que sofrem desta patologia apresentam, entre outros fatores de risco modificáveis associados à HTA: excesso de peso ou obesidade, hipercolesterolémia, diabetes, hábitos tabágicos, hábitos alcoólicos, excesso de consumo de sal e sedentarismo (Correia, 2018; Madeira & Ferreira, 2015; Mancia et al., 2018). O controlo da HTA irá depender do seu grau de gravidade, podendo em fases iniciais passar pela adoção de medidas de alteração do estilo de vida, controlando os fatores de risco modificáveis associados, já noutros casos poder-se-á recorrer ao tratamento farmacológico com anti hipertensores (Mancia et al., 2014).

A hipotensão ortostática acontece quando um indivíduo parte da posição supina para a posição ortostática, ocorrendo uma queda de, pelo menos, 20 mmHg na pressão arterial sistólica ou 10 mmHg na pressão arterial diastólica (Veronese et al., 2015). Por efeito da gravidade, quando o sujeito assume a posição ortostática dá-se um acúmulo de sangue nos membros inferiores e na parte inferior do abdómen, o que leva à incapacidade de vasoconstrição e à diminuição da frequência cardíaca, o que provoca uma diminuição da pré-carga e do retorno venoso originando uma queda na pressão arterial, no volume cardíaco e na quantidade de sangue que circula na parte superior do corpo. Esta intolerância ortostática pode levar ao comprometimento da perfusão sanguínea no cérebro afetando a consciência e obrigando o paciente a assumir novamente a posição de supina. A hipotensão ortostática é, então, um importante marcador de risco cardiovascular, não só por possíveis lesões, mas também, assim como a hipertensão arterial, por morbilidade e mortalidade por doença cardiovascular (Pereira, 2018).

A elevada prevalência de hipertensão arterial e hipotensão ortostática associada com complicações cardiovasculares demonstra a importância da realização do presente estudo no Fundão, concelho que conta com uma população envelhecida e com poucos estudos desta temática na região (Williamson et al., 2016). Este estudo teve como principal objetivo determinar a prevalência de indivíduos com hipertensão arterial e hipotensão ortostática no concelho do Fundão, proporcionar à população um correto acompanhamento por parte de profissionais de saúde especializados na área de modo a prevenir taxas de eventos cardiovasculares graves e reduzir o risco de morte por qualquer outra causa.

1. MATERIAL E MÉTODOS

Estudo observacional, transversal e analítico que tem como objetivo determinar a existências de relação entre as variáveis estudadas, a prevalência de hipertensão arterial e a percentagem de indivíduos com hipotensão ortostática no concelho em estudo.

1.1 AMOSTRA

A amostra foi selecionada de forma aleatória por clusters, sendo constituída por um total de 1030 indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos residentes no concelho do Fundão, 511 (49,6%) do sexo feminino e 519 (50,4%) do sexo masculino, com idade média de 56,2% ± 15,9 anos.

Para o cálculo da amostra foram usados os censos de 2011(Instituto Nacional de Estatistica, 2013) relativos à população total residente no concelho do Fundão, sendo que em grandes aglomerados a seleção foi realizada por ruas e em aglomerados de menores dimensões a seleção foi feita por aldeias. Esta foi calculada com base numa prevalência de 50% para um intervalo de confiança de 95% e um erro amostral de 3%.

1.2 PROTOCOLO

Os indivíduos residentes nos locais selecionados foram abordados e convidados a participar no estudo em questão de forma voluntária pela equipa de investigação, sendo necessária a assinatura do consentimento informado.

Aos participantes foi-lhes aplicado um questionário com perguntas referentes aos fatores de risco associados à hipertensão arterial e às doenças cardiovasculares, sendo também recolhidos dos dados antropométricos (peso e altura) de acordo com as normas da Direção-Geral de Saúde de 2013 (Direção Geral da Saúde, 2013).

A PA foi avaliada de acordo com as Guidelines de 2018 da European Society of Hypertension e da European Society of Cardiology, com recurso a um esfigmomanómetro automático OMRON M3 devidamente calibrado e integrado na listagem de equipamentos válidos pela ©Association for the Advancement of Medical Instrumentation e/ou pela British Hypertension Society.

Foram realizadas 3 avaliações da pressão arterial com o indivíduo sentado com intervalos de 2 minutos entre cada uma, sendo a braçadeira colocada sobre a artéria braquial, 2 a 3 cm acima da fossa ante cubital. Os indivíduos cujos valores coincidiram com o perfil de hipertensão arterial, assinaram um segundo consentimento informado de modo a autorizar a utilização dos seus dados, nomeadamente, número de telefone e morada, para posterior contacto por parte da equipa de investigação para um seguimento e aconselhamento sobre a HTA.

Por fim, foi realizada mais uma avaliação de pressão arterial, após 3 minutos da última medição, em posição ortostática a fim de determinar a existência ou não hipotensão ortostática.

Para a classificação dos valores de PA obtidos foram utilizadas as Guidelines de 2013, em que um indivíduo é considerado hipertenso se apresentar valores de PAS iguais ou superiores a 140 mmHg e PAD de 90 mmHg (Carrageta, 2006). Quanto à hipotensão ortostática um indivíduo é considerado hipotenso se apresentar uma redução superior a 20 mmHg de PAS ou superior a 10 mmHg de PAD em relação aos valor antes registados (Marques da Silva et al., 2019).

1.3 VARIÁVEIS RECOLHIDAS

Ao longo do estudo foram recolhidas variáveis qualitativas nominais e quantitativas.

Quanto às variáveis qualitativas nominais estas incluem a hipertensão arterial, a hipotensão ortostática, o sexo, o tabagismo, o alcoolismo, o sedentarismo, a prática de atividade física, doença cardiovascular, a diabetes Mellitus, a hipercolesterolemia, a história familiar de doença cardiovascular, a história familiar de hipertensão arterial, a pressão arterial e a pressão ortostática.

As variáveis quantitativas abrangem a idade, o peso, o índice de massa corporal, a altura, a pressão arterial sistólica, a pressão arterial diastólica e a pressão arterial ortostática.

1.4 ANÁLISE ESTATÍSTICA

Os dados foram tratados e analisados estatisticamente através do programa de análise estatística SPSS Statistics®, sendo efetuada uma análise descritiva qualitativa e quantitativa com a finalidade de testar as hipóteses entre variáveis através de métodos estatísticos como o desvio padrão, valores mínimos e máximos, frequências absolutas e relativas e cálculo das médias.

1.5 QUESTÕES ÉTICAS

O presente estudo foi aprovado pela comissão de ética da escola superior de Saúde Dr. Lopes Dias, nº 48/CE-ESALD/2017. A equipa de investigação declara não existir quaisquer conflitos de interesses, bem como a não existência de quaisquer fins lucrativos no presente estudo, salvaguardando e respeitando todos os princípios da declaração de Helsínquia (Associação Médica Mundial, 2013).

2. RESULTADOS

Após a recolha dos dados foi realizada a codificação das variáveis em estudo recorrendo ao programa de análise estatística *SPSS Statistics®.*

2.1 FATORES DE RISCO

O Índice de Massa Corporal (IMC) dos indivíduos inquiridos no presente estudo apresenta valores compreendidos entre os 15,03 kg/m2 e os 39,63 kg/m2, com uma média de 25,41 kg/m2 e um desvio padrão de 4,08 kg/m2. De acordo com a distribuição do IMC por classes, 40% da amostra em estudo apresenta excesso de peso, 39,5% tem peso normal, 20% é considerado obeso e que apenas 0,5% dos indivíduos se encontram abaixo do peso.

O fator de risco modificável predominante no concelho do Fundão é o IMC ≥ 25 kg/m2, com uma prevalência de 60%. Neste também foi possível observar a existência de outros fatores de risco, tais como: hipercolesterolemia (46,90%), sedentarismo (52,60%), diabetes Mellitus (35,90%), tabagismo (20,50%) e hábitos alcoólicos (17,50%).

No presente estudo é ainda possível concluir que 33% dos indivíduos afirma apresentar antecedentes familiares de pressão arterial elevada, 67,90% apresenta história familiar de doença cardíaca, e 19,70% afirma ser portador de doença cardíaca.

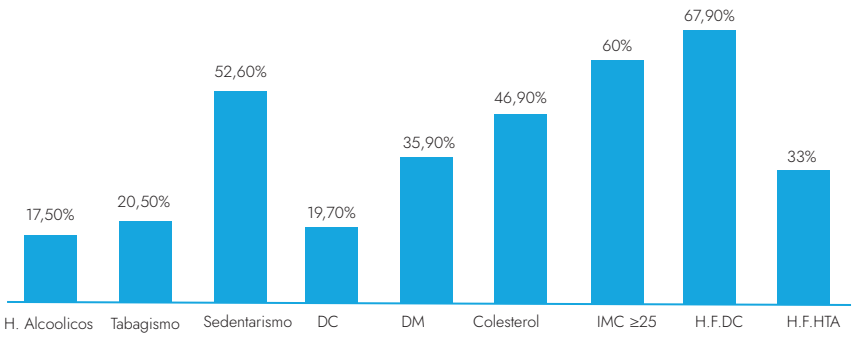


GRÁFICO 1. FATORES DE RISCO NO CONCELHO DO FUNDÃO

2.2 PRESSÃO ARTERIAL NO CONCELHO DO FUNDÃO

Após a análise dos dados recolhidos verifica-se que, no presente estudo, relativamente aos valores de pressão arterial sistólica encontrados, a mínima é 92 mmHg, a máxima é 191,3 mmHg e a média é 129,4 mmHg, contando com um desvio padrão de 16,9 mmHg. Quanto aos valores de pressão arterial diastólica, o mínimo é 52,3 mmHg, o máximo é 111 mmHg e o valor médio é de 76,4 mmHg, com um desvio padrão de 11 mmHg.

	MÍNIMO	MÁXIMO	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
PAS (mmHg)	92	191,33	129,39	16,9
PAD (mmHg)	52,33	111	76,77	11,07

TABELA 1. ANÁLISE DA PRESSÃO ARTERIAL SISTÓLICA E DA PRESSÃO ARTERIAL DIASTÓLICA

A prevalência de hipertensão arterial no concelho do Fundão é de 43,5%, o que significa que dos 1030 indivíduos que participaram no presente estudo, 448 apresentavam valores de pressão arterial acima de 140/90 mmHg. Esta condição está presente em 50,2% de indivíduos do sexo masculino e 49,8% de indivíduos do sexo feminino.

2.3 HIPERTENSÃO ARTERIAL NA POPULAÇÃO ADULTA DO CONCELHO DO FUNDÃO

A amostra é constituída por indivíduos com idades compreendidas entre os 19 e 94 anos, sendo que a média de idades é de 56,2 anos com um desvio padrão de 16 anos. A faixa etária com uma maior prevalência (24,2%) de hipertensão arterial apresenta idades compreendidas entre os 60 e 69 anos.

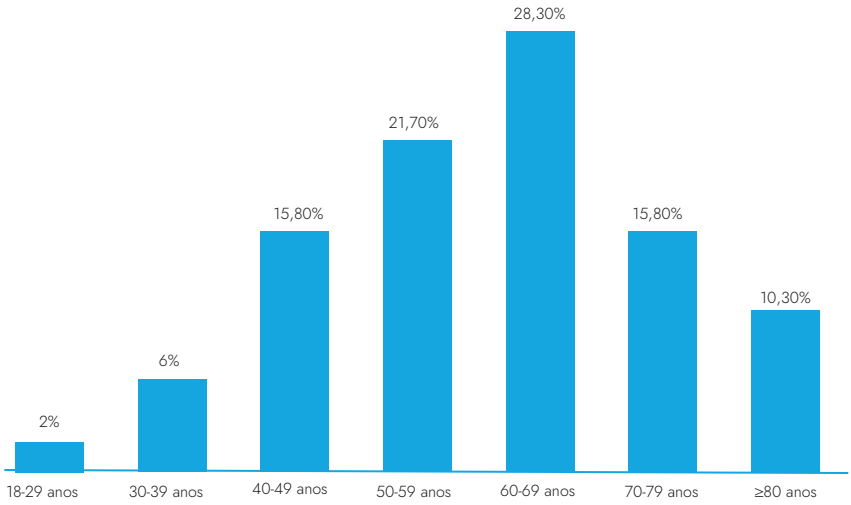


GRÁFICO 2. RELAÇÃO DA PREVALÊNCIA DE HTA NAS DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS

2.4 RELAÇÃO ENTRE HIPERTENSÃO ARTERIAL E OS DIVERSOS FATORES DE RISCO

Recorreu-se ao teste do qui-quadrado com o objetivo de verificar se existia relação estatística entre os diversos fatores de risco e a hipertensão arterial.

FATORES DE RISCO	SIGNIFICÂNCIA
Sexo	0,926
IMC	<0,001
Idade	<0,001
Doença Cardíaca	<0,001
Família com HTA	<0,001
Família com Doença Cardíaca	0,002
Diabetes Mellitus	<0,001
Hipercolesterolemia	<0,001
Sedentarismo	0,117
Hábitos Alcoólicos	0,225
Tabagismo	0,266

TABELA 2. RELAÇÃO ENTRE HTA E OS FATORES DE RISCO

Através da análise da tabela 2, podemos concluir que a HTA apresenta relação estatística ($p<0,05$) com diversos fatores de risco, tais como: IMC, idade, indivíduo com doença cardíaca, antecedentes familiares de pressão arterial elevada, antecedentes familiares de doença cardíaca, diabetes Mellitus e hipercolesterolemia.

Quanto ao IMC, este foi dividido em classes e relacionado com a HTA, constatando-se assim que a prevalência de HTA em indivíduos abaixo do peso é de 0,7%, em sujeitos com peso normal é de 46,6%, em indivíduos com excesso de peso é de 40,5% e em obesos é de 12,2%. De acordo com estes valores, podemos afirmar que a prevalência de hipertensos é superior em indivíduos com valores de IMC ≥25 kg/m^2 (52,7%). O IMC aumenta 1,122 vezes por kg/m2 a probabilidade de ter hipertensão arterial.

Relativamente à presença de doença cardíaca 27,2% dos indivíduos inquiridos afirmou ter alguma doença cardíaca e hipertensão arterial. Dentro das doenças cardíacas mencionadas destacam-se a angina de peito (4,3%), arritmia (75,5%), bloqueios de ramo (25,1%), enfarte agudo do miocárdio (14,9%), implantação de pacemaker (13,8%), implantação de próteses valvulares (2,2%) e taquicardia (1,1%). A presença de doença cardíaca aumenta 2,079 vezes a probabilidade de ter HTA.

Quando questionados, 44,4% dos indivíduos afirmou ter diabetes Mellitus e HTA em conformidade. Quanto ao tratamento dos diabetes, 11,6% afirmou realizar apenas dieta glicémica, 69,4% afirmou realizar terapêutica farmacológica e 19,1% insulina. A diabetes Mellitus aumenta 1,019 vezes a probabilidade de ter HTA.

A pressão arterial elevada e a hipercolesterolemia apresentam relação estatística, sendo que 57,6% dos indivíduos com problemas de colesterol são hipertensos. A hipercolesterolemia aumenta 1,265 vezes a probabilidade de HTA.

A presença de história familiar de doença cardíaca e de HTA também têm relação estatística com a hipertensão, sendo que 74,3% dos indivíduos com antecedentes familiares de doença cardíaca têm HTA e 40,4% dos indivíduos com antecedentes familiares de pressão arterial elevada têm HTA. Indivíduos com história familiar de hipertensão arterial têm 1,669 vezes mais probabilidade de desenvolver HTA. Indivíduos com história familiar de doença cardíaca têm 1,448 vezes mais probabilidade de desenvolver HTA.

Apesar de não apresentar relação estatística com HTA, 56,2% dos indivíduos sedentários apresentam HTA, 39,6% dos indivíduos que afirmam realizar caminhadas ou praticar exercício físico é hipertenso e apenas 4,3% dos indivíduos que realizam caminhada e praticam exercício sofrem de pressão arterial alta. 18,2% dos indivíduos fumadores são hipertensos e 9% dos ex-fumadores também apresenta esta condição. Quanto aos hábitos alcoólicos 18,9% dos indivíduos que afirmam consumir bebidas alcoólicas com frequência são hipertensos e 18% dos indivíduos que afirma beber álcool apenas à refeição tem HTA.

2.5 HIPERTENSÃO ARTERIAL MEDIDA NO CONCELHO DO FUNDÃO

Neste estudo foi definido que um indivíduo apresenta HTA medida sempre que, no momento de avaliação da pressão arterial apresentar valores superiores a 140/90 mmHg, obtivemos 25,8% da população inquirida com HTA medida.

O IMC apresenta relação estatística com a hipertensão arterial medicada (p<0,001). 40,6% dos indivíduos com obesidade, 38,3% das pessoas com excesso de peso, 20,7% dos sujeitos com peso dentro da normalidade e 0,4% dos indivíduos abaixo do peso apresentam valores de pressão arterial elevados.

Verificou-se ainda que é na faixa etária dos 60 aos 69 anos que existe uma maior prevalência de HTA medida (30,1%).

2.6 HIPERTENSÃO ARTERIAL MEDICADA NO CONCELHO DO FUNDÃO

Dos indivíduos inquiridos 24,5% apresenta HTA medicada, ou seja, sujeitos que já foram diagnosticados como hipertensos e que são medicados com fármacos anti-hipertensores.

Quanto aos fatores de risco com relação estatística com a HTA medicada, estes passam por: hábitos tabágicos ($p<0,001$), sendo que 11,6% dos fumadores têm HTA medicada e 10% dos ex-fumadores apresentam a mesma condição; diabetes Mellitus ($p<0,001$), sendo que 54,1% dos diabéticos são também hipertensos; hipercolesterolemia ($p<0,001$), 69,1% dos indivíduos com problemas de colesterol têm pressão arterial elevada; doença cardíaca ($p<0,001$), 38,4% dos sujeitos inquiridos que referiram tem alguma doença cardíaca apresenta HTA medicada; antecedentes familiares de doença cardíaca, 82% dos indivíduos que apresentam uma historia familiar de doença cardíaca tem HTA; antecedentes familiares de HTA, 48,4% afirma ter historia familiar de HTA e ter valores de pressão arterial elevados; idade ($p<0,001$), entre os 30-39 anos apenas 1,2% dos indivíduos tem HTA, entre os 40-49 anos 13,5% tem HTA, dos 50-59 anos 21,8% dos sujeitos têm HTA, dos 60-69 anos 27,4%, entre 70 e os 79 anos 21,4% dos inquiridos têm HTA e acima dos 80 anos de idade 14,7% dos indivíduos sofre de HTA.

Assim, quanto à idade, verificou-se que a faixa etária dos 60 aos 69 anos é que tem mais prevalência de HTA medicada (27,48%).

2.7 HIPERTENSÃO ARTERIAL NÃO DIAGNOSTICADA NO CONCELHO DO FUNDÃO

19% dos indivíduos inquiridos apresentam HTA não diagnosticada, isto é, indivíduos que até ao momento da recolha de dados para o presente estudo não tinha conhecimento de ter hipertensão arterial, não são medicados para esta patologia.

Quanto aos fatores de risco, o IMC ($p<0,001$) apresenta relação estatística com a hipertensão arterial não diagnosticada. Este, quando dividido por classes, permite afirmar que dos indivíduos obesos, 37,8% apresenta HTA e que dos indivíduos excesso de peso, 41,8% apresenta valores de pressão arterial elevados, 20,4% dos sujeitos com peso dentro da normalidade apresentam HTA e nenhum sujeito abaixo do peso sofre desta condição.

Quanto à idade, verificou-se que a faixa etária dos 60 aos 69 anos é que tem mais prevalência de HTA não diagnosticada (29,6%).

2.8 HIPERTENSÃO ARTERIAL NÃO CONTROLADA NO CONCELHO DO FUNDÃO

Dos sujeitos que constituem a amostra, apenas 6,8% apresentam HTA não controlada, ou seja, indivíduos que apesar de tomarem medicação anti-hipertensora no momento da medição da pressão arterial do presente estudo apresentavam valores de pressão arterial acima da normalidade.

Quanto aos fatores de risco, o IMC ($p<0,001$) apresenta relação estatística com a hipertensão arterial não controlada. Este, quando dividido por classes, permite afirmar que dos indivíduos obesos, 48,6% apresenta HTA e que dos indivíduos excesso de peso, 28,6% apresenta valores de pressão arterial elevados, 21,4% dos sujeitos com peso dentro da normalidade apresentam HTA e apenas 1,4% dos sujeitos abaixo do peso sofre desta condição.

Quanto à idade, verificou-se que a faixa etária dos 60 aos 69 anos é que tem mais prevalência de HTA não controlada (31,4%).

2.9 HIPERTENSÃO ORTOSTÁTICA CONCELHO DO FUNDÃO

Após a análise dos dados recolhidos verifica-se que, no presente estudo, relativamente aos valores de pressão arterial ortostática sistólica encontrados, a mínima é 91 mmHg, a máxima é 195 mmHg e a média é 134,4 mmHg, contando com um desvio padrão de 15,7 mmHg. Quanto aos valores de pressão arterial ortostática diastólica, o mínimo é 55 mmHg, o máximo é 118 mmHg e o valor médio é de 81,75 mmHg, com um desvio padrão de 10,3 mmHg.

	MÍNIMO	MÁXIMO	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
PAOS (mmHg)	91	195	134,4	15,7
PAOD (mmHg)	55	118	81,75	10,3

TABELA 3. PRESSÃO ARTERIAL ORTOSTÁTICA SISTÓLICA E PRESSÃO ARTERIAL ORTOSTÁTICA DIASTÓLICA

Quanto à Hipotensão Ortostática, existe uma prevalência de 4,8% nos indivíduos adultos no concelho do Fundão, dos quais 53,1% pertencem ao sexo masculino e 46,9% ao sexo feminino.

Quanto à idade, a faixa etária com maior prevalência de hipotensão ortostática é dos 60 aos 69 anos (32,7%), seguindo-se por idades compreendidas entre os 50-59 anos (26,5%). É de notar que dos 18 aos 29 anos não se observaram indivíduos com hipotensão ortostática.

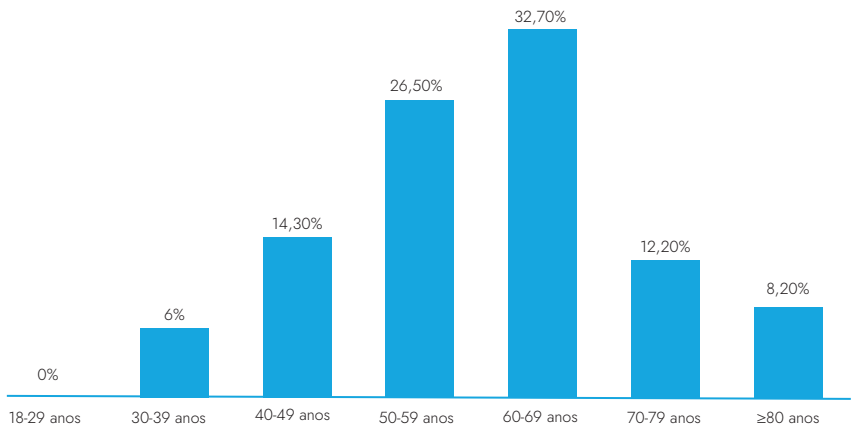


GRÁFICO 3. RELAÇÃO DA PREVALÊNCIA DE HIPOTENSÃO ORTOSTÁTICA NAS DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS

2.10 RELAÇÃO ENTRE HIPOTENSÃO ORTOSTÁTICA E OS DIVERSOS FATORES DE RISCO

Recorreu-se ao teste do qui-quadrado com o objetivo de verificar se existia relação estatística entre os diversos fatores de risco e a hipotensão ortostática.

FATORES DE RISCO	SIGNIFICÂNCIA
Sexo	0,701
IMC	0,008
Idade	0,274
Doença Cardíaca	0,163
Família com HTA	0,570
Família com Doença Cardíaca	0,682
Diabetes Mellitus	0,064
Hipercolesterolemia	0,591
Sedentarismo	0,095
Hábitos Alcoólicos	0,049
Tabagismo	0,727

TABELA 4. RELAÇÃO ENTRE HIPOTENSÃO ORTOSTÁTICA E OS FATORES DE RISCO

Através da análise da tabela 4 podemos concluir que no presente estudo a hipotensão ortostática tem relação estatisticamente significativa com o índice de massa corporal e com os hábitos alcoólicos.

O IMC foi dividido em classes, sendo que grande parte dos indivíduos com obesidade (38,8%) e excesso de peso (37,7%) apresentam também hipotensão ortostática. 26,5% dos indivíduos com peso normal apresentam também esta condição. O IMC aumenta 1,137 vezes por kg/m^2 a probabilidade de ter hipertensão arterial.

Grande parte dos indivíduos sedentários sofre de hipotensão ortostática (67,3%), enquanto que 30,6% indivíduos que praticam exercício físico ou que fazem caminhadas têm hipotensão ortostática e apenas, 2% dos indivíduos que fazem caminhadas e praticam exercício físico têm hipotensão ortostática.

16,3% dos fumadores, 10,2% dos ex-fumadores, 12,5% dos indivíduos que bebem bebidas alcoólicas regularmente, 29,2% dos sujeitos que apenas consomem bebidas alcoólicas à refeição, 50% dos diabéticos, 51,5% dos indivíduos com hipercolesterolemia, 27,7% dos indivíduos com alguma doença cardíaca, 71,4% de sujeitos com antecedentes familiares de doença cardíaca e 36,7% de pessoas com antecedentes familiares de HTA apresentam também hipotensão ortostática.

3. DISCUSSÃO

A hipertensão arterial é caracterizada pelo aumento excessivo da pressão que o sangue exerce nas paredes das artérias, como tal, a longo prazo, pode ter consequências graves, como a deterioração das paredes das artérias ou pode, até mesmo, provocar hipertrofia do miocárdio, levando a doenças cardiovasculares graves como o enfarte agudo do miocárdio e a insuficiência cardíaca. As doenças cardiovasculares são a maior causa de morte e incapacidade mundial. No concelho do Fundão 19,7% da população inquirida refere ser doente cardíaco, destacando-se 14,9% que já teve histórico de enfarte agudo do miocárdio e 4,3% com angina de peito. De acordo com estudos, a HTA apresenta-se relacionada com a mortalidade e morbilidade por doenças cardiovasculares (cerca de 70%) (Williams et al., 2018), sendo responsável, a nível mundial, por 37% dos acidentes vasculares cerebrais e por 18% dos enfartes do miocárdio (Marques da Silva et al., 2019; Tu, 2010), contribuindo para 45% do

total de óbitos por doenças cardíacas (Rodrigues et al., 2017). Segundo o Serviço Nacional de Saúde, cerca de 35 mil portugueses morrem anualmente devido a doenças cardiovasculares (Serviço Nacional de Saúde, 2017).

A HTA é uma condição que raramente se encontra isolada, surgindo maioritariamente associada a outros fatores de risco e a outras patologias concomitantes que favorecem o aumento significativo do risco de doença cerebrocardiovascular (Marques da Silva et al., 2019; Moreira et al., 2019), como a hipercolesterolémia e a diabetes, estimando-se que 78,3% dos indivíduos Portugueses com diabetes sejam considerados hipertensos (Rosendo et al., 2017). Neste estudo tanto a hipercolesterolémia como a diabetes são fatores de risco que apresentam relação estatística com a hipertensão, sendo que 57,6%% dos indivíduos com hipercolesterolémia são hipertensos e 44,4% dos hipertensos apresentam diabetes Mellitus, destes últimos 11,6% faz dieta glicémia, 69,4% afirma fazer tratamento farmacológico por comprimidos e 19,1% realiza tratamento com insulina.

Em 2015, ao nível mundial, cerca de 1,3 bilhões de indivíduos apresentaram valores de pressão arterial elevados, contando com mais de 150 milhões de indivíduos hipertensos na Europa Central e Oriental (Williams et al., 2018)epidemiology and risk. Globally, over 1 billion people have hypertension. As populations age and adopt more sedentary lifestyles, the worldwide prevalence of hypertension will continue to rise towards 1.5 billion by 2025. Elevated blood pressure (BP. Segundo estudos, estima-se que a prevalência de indivíduos hipertensos na Europa ronde os 30 a 45% (Carrageta, 2006; Sociedade Portuguesa de Hipertensão, 2017). Em Portugal, de acordo com o estudo Precise, publicado na Revista Portuguesa de Cardiologia, em 2014, 42,2% da população adulta sofria de hipertensão arterial, sendo esta o segundo fator de risco cardiovascular modificável mais recorrente nos indivíduos portugueses (Marques da Silva et al., 2019; Moreira et al., 2019). No concelho do Fundão 43,5% da população adulta é hipertensa, valores que então em concordância com os estudos mencionados.

A população adulta residente no concelho do Fundão foi previamente estudada entre o ano 2011 e 2013 num estudo no contexto de determinar a prevalência de HTA na população em questão, tendo obtido uma percentagem um pouco mais elevada do que a obtida no presente estudo, 48% de indivíduos adultos no concelho foram considerados hipertensos, sendo a maioria indivíduos do sexo feminino, ao contrário do encontrado neste estudo. 23,9% dos hipertensos tinham valores de pressão arterial controlados dentro da normalidade e 13,1% dos indivíduos não sabia ter hipertensão arterial no estudo de 2011-2013, valores que são semelhantes aos obtidos no presente estudo em que 24,50% dos inquiridos apresentam valores de HTA controlados e que 19% não tinha conhecimento de ser hipertenso. No estudo de 2011-2013 os fatores de risco que apresentaram relação estatística com a hipertensão arterial são semelhantes ao estudo atual: idade, o índice de massa corporal, a história familiar de pressão arterial elevada, a diabetes Mellitus e a hipercolesterolemia. Contrariamente ao que se verifica no presente estudo, o estudo publicado em 2014 foi realizado segundo uma técnica de amostragem por conveniência, contando com um total de 1258 indivíduos com idade média de 54,48 anos e um desvio padrão de 18,272 anos (Baptista et al., 2014), factos estes que podem ter sido significativos nos diferentes resultados obtidos, dado se tratar de um estudo aleatório e o anterior de um estudo por conveniência.

Na região da Beira Baixa foram realizados alguns estudos relativamente ao tema abordado do presente artigo, em que as prevalências de hipertensos são semelhantes ao estudo do presente artigo, ressaltando os seguintes: Estudo da Pressão Arterial em Idanha-a-Nova (PAI), publicado em 2015, em que foi concluído que 51% da população deste concelho era hipertenso (Bernardes et al., 2015); estudo da prevalência de Hipertensão Arterial na Cidade de Castelo Branco que contou com uma prevalência de hipertensos de 62,4% (Simões C.; Coelho P.; Pereira A., 2011); por fim, um estudo

realizado no concelho da Covilhã, publicado em 2020, pertencente, tal como o presente estudo, ao Programa de Pressão Arterial da Beira Baixa que concluiu que 56% da população do concelho da Covilhã (Santos et al., 2020).

A hipertensão arterial torna-se cada vez mais comum com o avançar da idade, rondando prevalências elevadas em indivíduos com idades superiores a 60 anos. A faixa etária com maior prevalência de hipertensos neste estudo são indivíduos com idades compreendidas entre os 60 e os 69 anos (28,30%) resultados que se verificam também nos diversos estudos referidos acima realizados na mesma região. Esta informação pode ser sustentada pelo facto de que há medida que os indivíduos envelhecem, por norma, ficam cada vez mais sedentários e com índices de massa corporal cada vez mais elevados (Williams et al., 2018)epidemiology and risk. Globally, over 1 billion people have hypertension. As populations age and adopt more sedentary lifestyles, the worldwide prevalence of hypertension will continue to rise towards 1.5 billion by 2025. Elevated blood pressure (BP.

Existem duas estratégias para controlo de HTA, a primeira passa pelo tratamento não farmacológico que consiste na mudança do estilo de vida, a segunda trata-se do tratamento farmacológico que, por sua vez, consiste no uso de medicação anti hipertensora (Mancia et al., 2014). Neste estudo, o tratamento farmacológico mais utilizado pela população foi o *Losartan. É essencial, de acordo com todas as informações e estudos disponíveis atualmente, controlar os valores de pressão arterial e reduzir os fatores de risco modificáveis que em conjunto com a hipertensão arterial favorecem o aparecimento de graves doenças cardiovasculares* (Marques da Silva et al., 2019).

A hipotensão ortostática advém de uma falha nos mecanismos adaptativos cardiovasculares em compensar o retorno venoso que ocorre quando um indivíduo parte da posição supina para a posição ortostática, ocorrendo uma queda de, pelo menos, 20mmHg na pressão arterial sistólica ou 10mmHg na pressão arterial diastólica. Esta é a causa de aproximadamente 15% das perdas de consciência e caracteriza-se por ser a segunda etiologia mais frequente da sincope e por ser um marcador de risco de doença cardiovascular importante, estando associada ao aumento da taxa de mortalidade. Apesar da existência de estudos que afirmam que a sua prevalência aumenta em pacientes com doenças neurodegenerativas e em idosos, podendo ainda estar associada à diabetes em sujeitos com idades avançadas (Pinheiro et al., 2015), tal facto não se verifica no presente estudo em que os únicos fatores de risco que demostram ter relação estatisticamente significativa com a hipotensão ortostática são o índice de massa corporal e os hábitos alcoólicos. Estima-se que a prevalência de hipotensão ortostática ronde os 6% na população em geral, sendo que a sua frequência varia com a idade, estando presente em 5% dos indivíduos com idades inferiores a 50 anos e em cerca de 30% nos indivíduos com mais de 70 anos de idade. No presente estudo, regista-se uma prevalência de 4,8% de indivíduos com hipotensão ortostática em que a faixa etária com mais indivíduos hipotensos são idades compreendidas entre os 60 e os 69 anos (32,70%) (Cunha et al., 1997; Low & Tomalia, 2015; Ricci et al., 2015; Ringer & Lappin, 2019; Veronese et al., 2015).

Um estudo publicado em 2019 sobre hipotensão ortostática pertencente ao Programa de Pressão Arterial da Beira Baixa realizado no concelho de Proença-a-Nova, indica taxas semelhantes ao presente estudo, que 5,3% da população sofre de hipotensão ortostática, sendo a maioria (71,4%) do sexo feminino, contrariamente ao estudo no Fundão. A faixa etária dos 60 aos 69 anos e os indivíduos obesos apresentam, tal como o presente estudo, maiores taxas de hipotensão ortostática, no entanto, no estudo em Proença-a-Nova não foi encontrada nenhuma relação estatisticamente significativa com nenhum dos fatores de risco estudados (Tomaz et al., 2019). O estudo Programa de

Pressão Arterial da Beira Baixa – Concelho da Covilhã determinou uma percentagem de hipotensão ortostática mais elevada comparativamente com os valores obtidos, sendo que 10,5% da população adulta é portadora deste fator de risco (Instituto Politécnico de Castelo Branco, 2018; Lusa, 2018).

No decorrer deste estudo existiram algumas limitações, nomeadamente na recolha da amostra, uma vez que esta foi obtida pelo método de seleção aleatória por clusters e, devido à reduzida demografia do interior de Portugal, algumas das ruas e aldeias selecionadas encontravam-se com poucos habitantes ou mesmo desertificadas e, por vezes, a recetividade da população ao presente estudo foi reduzida. Outra limitação poderá estar relacionada com o facto da utilização de questionários para a recolha das informações referentes aos fatores de risco, que apesar de ser um método de investigação válido e por muitos utilizado, podendo existir alguma imprecisão das respostas às variáveis em questão.

CONCLUSÃO

No concelho estudado 43,5% da população adulta apresenta valores de pressão arterial acima de 140/90 mmHg, sendo que 50,2% são indivíduos do sexo masculino e 49,8% pertencem ao sexo feminino. Dos 1030 indivíduos que constituem a amostra apenas 16,8% afirma tem por hábito avaliar a pressão arterial regularmente.

Os fatores de risco que apresentam relação estatística significante com a HTA no Fundão são a Diabetes Mellitus, o IMC, a idade, presença de doença cardíaca, antecedentes familiares de hipertensão arterial, antecedentes familiares de doença cardíaca e a hipercolesterolemia.

Da população hipertensa inquirida 25,8% apresentou HTA medida, 6,8% da população apresenta hipertensão arterial não controlada, 24,5% é medicado para esta patologia e 19% não tem hipertensão arterial diagnosticada. A HTA medida, a não controlada e a medicada apresentaram ser mais prevalentes em indivíduos do sexo masculino e tendo relação estatisticamente significativa com o IMC. A HTA medicada, pelo contrário, é mais prevalente no sexo feminino e apresenta relação estatística com os seguintes fatores de risco: tabagismo, diabetes Mellitus, hipercolesterolemia, doença cardíaca, antecedentes familiares de doença cardíaca, antecedentes familiares de hipertensão arterial e idade.

Tanto na HTA geral, como em todas as classes de HTA estudadas a faixa etária mais prevalente são idades compreendidas entre os 60 e os 69 anos. Verifica-se ainda que indivíduos com obesidade e excesso de peso apresentam grande probabilidade de desenvolver hipertensão arterial.

No presente estudo, existe uma prevalência de 4,8% de hipotensão ortostática nos indivíduos adultos residentes no concelho do Fundão, dos quais 53,4% pertencem ao sexo masculino e 46,6% ao sexo feminino, afetando principalmente, mais uma vez, idades entre os 60 e os 69 anos. Os indivíduos obesos registam maior prevalência de hipotensão ortostática, seguidos pelos indivíduos com excesso de peso. A hipotensão arterial apresenta relação estatisticamente significativa com o IMC e com os hábitos alcoólicos.

Apesar da hipotensão ortostática apresentar um valor estatisticamente reduzido, esta caracteriza-se por ser um importante marcador de risco cardiovascular, não só por possíveis lesões, mas também, assim como a hipertensão arterial, por morbilidade e mortalidade por doença cardiovascular.

O presente estudo permitiu não só determinar a prevalência da população hipertensa, de indivíduos com hipotensão ortostática e determinar "novos casos" de HTA, como também permitiu à equipa de investigação e, consequentemente, a profissionais de saúde aconselhar a população inquirida, alertando para os principais fatores de risco existentes e para a importância da terapêutica.

Face aos resultados obtidos, nomeadamente à elevada prevalência de indivíduos hipertensos no concelho do Fundão, sugere-se a realização de campanhas de consciencialização primária de modo a consciencializar a população para os riscos inerentes à hipertensão arterial e de modo a transmitir a importância da terapêutica, do controlo dos valores de pressão arterial e dos fatores de risco modificáveis. Realça-se ainda a importância de estudar a prevalência de hipertensão arterial, hipotensão ortostática e determinar quais os fatores de risco associados às diferentes regiões portuguesas, uma vez que cada população terá necessidades distintas, desse modo é possível oferecer um correto controle e seguimento aos habitantes de determinada área geográfica de Portugal.

REFERÊNCIAS

Associação Médica Mundial. (2013, October). Declaração de Helsínquia da Associação Médica Mundial. *Princípios Éticos Para a Investigação Médica Em Seres Humanos*, 1–5.

Baptista, M., Coelho, P., & Pereira, A. (2014). Prevalência de Hipertensão Arterial na População Adulta no Concelho do Fundão. *Revista Portuguesa de Hipertensão e Risco Cardiovascular No41*, 8–17.

Bernardes, T., Coelho, P., & Pereira, A. (2015). Estudo PAI - Estudo da Pressão Arterial em Idanha-a-Nova. *Revista Ibero-Americana de Saúde e Envelhecimento*, *1*(3), 304–321. https://doi.org/10.24902/r.riase.2015.1(3).304

Carrageta, M. (2006, September). Tudo o Que Deve Saber Sobre Hipertensão Arterial. *Clube Rei Do Coração*, *9*, 1–12.

Correia, A. F. (2018). Revista Portuguesa de Hipertensão e Risco Cardiovascular no 66. *Hipertensão Arterial No Idoso: Caracterização de Uma Amostra de Utentes Em Cuidados de Saúde Primários*, 12–17.

Cunha, U. G. V., Barbosa, M. T., & Giacomin, K. C. (1997). Diagnóstico por Passos da Hipotensão Ortostática Neurogênica no Idoso Atualização. In *Arq Bras Cardiol* (Vol. 68, Issue 1).

Direção Geral da Saúde. (2013, December 5). Avaliação Antropométrica no Adulto. *Ministério Da Saúde. Direção-Geral Da Saúde, Portugal*, 1–9.

Instituto Nacional de Estatistica. (2013). *Censos 2011*. População Residente Por Freguesias 2013. https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao

Instituto Politécnico de Castelo Branco. (2018). *Programa da Pressão Arterial da Beira Baixa do IPCB revela que mais de metade da população adulta do concelho da Covilhã é hipertensa*. https://www.ipcb.pt/programa-da-pressao-arterial-da-beira-baixa-do-ipcb-revela-que-mais-de-metade-da-populacao-adulta-do?fbclid=IwAR2mugWYpxrVEfD-JIBqiXKzNRnM6a_c1o3ylz5DF_035X0I-hJIvLEFgTk

Low, P. A., & Tomalia, V. A. (2015). Orthostatic hypotension: Mechanisms, causes, management. In *Journal of Clinical Neurology (Korea)* (Vol. 11, Issue 3, pp. 220–226). Korean Neurological

Association. https://doi.org/10.3988/jcn.2015.11.3.220

Lusa. (2018, July). Estudo revela que mais de metade da população da Covilhã é hipertensa. *Diário de Notícias*, 1. https://www.dn.pt/lusa/estudo-revela-que-mais-de-metade-da-populacao-da-covilha-e-hipertensa-9655725.html

Madeira, T. R., & Ferreira, P. L. (2015). *Conhecimento dos Portugueses sobre a Hipertensão Arterial* [Universidade de Coimbra]. https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/29688/1/Tese Tiago Madeira.pdf

Mancia, G., De Backer, G., Dominiczak, A., Cifkova, R., Fagard, R., Germano, G., Grassi, G., Heagerty, A. M., Kjeldsen, S. E., Laurent, S., Narkiewicz, K., Ruilope, L., Rynkiewicz, A., Schmieder, R. E., Boudier, H. A. J. S., & Zanchetti, A. (2018). 2018 ESC/ESH Guidelines for the management of arterial hypertension. *Journal of Hypertension*, *39*(33), 3021–3104. https://doi.org/10.1097/HJH.0b013e3281fc975a

Mancia, G., Fagard, R., Narkiewicz, K., Redón, J., Zanchetti, A., Böh, M., & Zannad, F. (2014). Guidelines de 2013 da ESH/ESC para o Tratamento da Hipertensão Arterial. *Revista Portuguesa de Hipertensão e Risco Cardiovascular*, *36*, 1–92. https://doi.org/10.1093/eurheartj/eht151

Marques da Silva, P., Lima, M. J., Neves, P. M., & Espiga de Macedo, M. (2019, August). Prevalence of cardiovascular risk factors and other comorbidities in patients with hypertension in Portuguese primary health care populations: The PRECISE study. *Revista Portuguesa de Cardiologia (English Edition)*, *38*(6), 427–437. https://doi.org/10.1016/j.repce.2018.09.012

Moreira, C. S., Alcantara, P., Alcântara, C., Nicolau, V., Escoval, A., & Braz-Nogueira, J. (2019). Revista Portuguesa de Hipertensão e Risco Cardiovascular no72. *Hipertensão Arterial (HT) - Uma Doença Em Progressão*, 20–25.

Oliveira Lopes, L., & Diniz de Moraes, E. (2011). *Tratamento não-medicamentoso para Hipertensão Arterial*. Instituto de Ensino Superior de Londrina.

Pereira, M. A. (2018). *Análise da variabilidade cardiovascular em alteração postural*. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Pinheiro, S., Barbosa, A., Cárdenas, C., Silva, M., & Dutra, M. (2015). Hipotensão Ortostática E O Risco De Doenças Cardiovasculares Em Idosos: Uma Revisão De Literatura. *Revista Pesquisa Em Fisioterapia*, *5*(1), 38–42. https://doi.org/10.17267/2238-2704rpf.v5i1.476

Processo Assistencial Integrado do Risco Cardiovascular no Adulto, 009 1 (2014).

Ricci, F., De Caterina, R., & Fedorowski, A. (2015). Orthostatic hypotension: Epidemiology, prognosis, and treatment. In *Journal of the American College of Cardiology* (Vol. 66, Issue 7, pp. 848–860). Elsevier USA. https://doi.org/10.1016/j.jacc.2015.06.1084

Ringer, M., & Lappin, S. L. (2019). *Hipotensão ortostática*. TatPearls - NCBI Bookshelf. https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK448192/

Rodrigues, A. P., Gaio, V., Kislaya, I., Graff-Iversen, S., Cordeiro, E., Silva, A. C., Namorado, S., Barreto, M., Gil, A. P., Antunes, L., Santos, A., Pereira-Miguel, J., Nunes, B., & Matias-Dias, C. (2017). Prevalência de hipertensão arterial em Portugal: resultados do Primeiro Inquérito Nacional com Exame Físico (INSEF 2015). *Instituto Nacional de Saúde*, *9*(2), 11–14. http://repositorio.insa.pt//handle/10400.18/4066

Rosendo, I., Santiago, L. M., & Marques, M. (2017). Characteristics associated with uncontrolled blood pressure among portuguese primary care patients with type 2 diabetes. *Acta Medica*

Portuguesa, *30*(3), 197–204. https://doi.org/10.20344/amp.8321

Santos, M., Coelho, P., & Pereira, A. (2020). Programa da Pressão Arterial da Beira Baixa - Concelho da Covilhã. *Revista Portuguesa de Hipertensão e Risco Cardiovascular*, 6–14.

Serviço Nacional de Saúde. (2017). *Doenças cardiovasculares — SNS*. Doenças Cardiovasculares. https://www.sns.gov.pt/noticias/2017/10/04/doencas-cardiovasculares/

Simões C.; Coelho P.; Pereira A. (2011). Prevalência de Hipertensão Arterial na Cidade de Castelo Branco. *Revista Portuguesa de Hipertensão e Risco Cardiovascular*, 1–18. https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/1171/1/Artigo_final SPH.pdf

Sociedade Portuguesa de Hipertensão. (2017). *Conheça Melhor a Hipertensão Arterial*. Hipertensão Arterial (HTA): O Que É? https://www.sphta.org.pt/pt/base8_detail/24/89

Tomaz, T., Coelho, P., & Pereira, A. (2019). Programa da Pressão Arterial da Beira Baixa, Hipotensão Ortostática - Concelho de Proença-a-Nova. *Higea*, *2*(2), 7–15.

Tu, J. V. (2010). Reducing the global burden of stroke: Interstroke. In *The Lancet* (Vol. 376, Issue 9735, pp. 74–75). Elsevier Limited. https://doi.org/10.1016/S0140-6736(10)60975-0

Veronese, N., De Rui, M., Bolzetta, F., Zambon, S., Corti, M. C., Baggio, G., Toffanello, E. D., Maggi, S., Crepaldi, G., Perissinotto, E., Manzato, E., & Sergi, G. (2015). Orthostatic changes in blood pressure and mortality in the elderly: The Pro.V.A study. *American Journal of Hypertension*, *28*(10), 1248–1256. https://doi.org/10.1093/ajh/hpv022

Williams, B., Mancia, G., Spiering, W., Rosei, E. A., Azizi, M., Burnier, M., Clement, D., Coca, A., De Simone, G., Dominiczak, A., Kahan, T., Mahfoud, F., Redon, J., Ruilope, L., Zanchetti, A., Kerins, M., Kjeldsen, S., Kreutz, R., Laurent, S., … Desormais, I. (2018). 2018 ESC/ESH Guidelines for the management of arterial hypertension. In *European Heart Journal* (Vol. 36, Issue 12). https://doi.org/10.1097/HJH.0000000000001961

Williamson, J. D., Supiano, M. A., Applegate, W. B., Berlowitz, D. R., Campbell, R. C., Chertow, G. M., Fine, L. J., Haley, W. E., Hawfield, A. T., Ix, J. H., Kitzman, D., Kostis, J. B., Marie, A. K. W., Launer, L. J., Oparil, S., Rodriguez, C. J., Roumie, C. L., Shorr, R. I., Sink, K. M., … Pajewski, N. M. (2016). Intensive vs standard blood pressure control and cardiovascular disease outcomes in adults aged ≥75 years a randomized clinical trial. *JAMA - Journal of the American Medical Association*, *315*(24), 2673–2682. https://doi.org/10.1001/jama.2016.7050

COMPREENSÃO DE TEXTOS EXPOSITIVOS: AVALIAÇÃO DE UMA INTERVENÇÃO EM LEITURA NO 4.º ANO DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

READING COMPREHENSION OF EXPOSITORY TEXTS: AN EVALUATION OF AN INTERVENTION IN READING IN A FOURTH-GRADE CLASSROOM **EN**

—

COMPRENSIÓN DE TEXTOS EXPOSITIVOS: EVALUACIÓN DE UNA INTERVENCIÓN EN LECTURA EN EL 4º DE EDUCACIÓN PRIMARIA **ES**

TERESA COSTA-PEREIRA
UIDEF, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa
✉ teresa.costa.pereira@hotmail.com

OTÍLIA SOUSA
Instituto Politécnico de Lisboa – Escola Superior de Educação e UIDEF, Instituto de Educação, Universidade de Lisboa.
✉ otilias@eselx.ipl.pt

Costa-Pereira, T. & Sousa, O. (2021). Compreensão de textos expositivos: avaliação de uma intervenção em leitura no 4.° ano do 1.° Ciclo do Ensino Básico. *Egitania Sciencia*, 29 (jun/dez), pp.205-222.

Submitted: 9th February 2021
Accepted: 28th June 2021

RESUMO

A leitura, competência-chave que permite ao ser humano integrar-se na sociedade, aceder à cultura escrita, refletir e construir conhecimento sobre o mundo que o rodeia, deve ser trabalhada de forma integrada em sala de aula. Práticas pedagógicas que promovam o trabalho da compreensão na leitura de forma transversal, em todas as áreas do currículo, têm um papel crucial na formação de leitores e escritores competentes e de cidadãos críticos e participativos. Esta investigação pretende dar conta da forma como a leitura de textos expositivos, com a utilização de estratégias cognitivas e metacognitivas, aliadas a um ensino sistemático, explícito e progressivo de leitura, ajuda os alunos a construir conhecimento e a melhorar as competências de leitura desses textos. O estudo, quasi-experimental, foi realizado no 4.º ano do 1.º CEB (1 turma experimental e 2 de controlo), de um agrupamento pertencente a um Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP) da região de Lisboa. Os resultados mostram que, após a intervenção, houve um aumento do número de respostas corretas em todos os tipos de compreensão, o que indica que o trabalho realizado ajudou os alunos a melhorar o seu desempenho em leitura.

Palavras-chave: *Leitura, Textos expositivos, Construção de conhecimento, Cognição e Metacognição.*

ABSTRACT

Reading is a key competence that allows the integration of human beings into society, the access to the written culture and to build knowledge about the world around them. It must be worked in an integrated way in the classroom. Pedagogical practices that promote the reading comprehension in a transversal way, in all areas of the curriculum, have a crucial role in the training of competent readers and writers and of critical and participative citizens. This study aims to show in which extent the teaching to read expository texts using cognitive and metacognitive strategies, combined with systematic, explicit and progressive reading, helps students to build knowledge and improve reading skills. This quasi-experimental study was carried out with 4th year students (1 experimental class and 2 control classes), from a primary school belonging to a Priority Intervention Educational Territory (TEIP) in the Lisbon region. The results show that after the intervention, there was an improvement in all types of comprehension, which indicates that the performed teaching work helped students to improve their reading performance.

Keywords: *Reading, Expository texts, Knowledge building, Cognition and Metacognition.*

RESUMEN

La lectura, competencia clave que permite al ser humano integrarse en la sociedad, acceder a la cultura escrita y construir conocimiento sobre el mundo que lo rodea, debe trabajarse de forma integrada en el aula. Las prácticas pedagógicas que promueven el trabajo de comprensión lectora de manera transversal, en todos los ámbitos del currículo, tienen un papel crucial en la formación de lectores y escritores competentes y de ciudadanos críticos y participativos. Esta investigación pretende mostrar cómo la lectura de textos expositivos con el uso de estrategias cognitivas y metacognitivas, combinada con la lectura sistemática, explícita y progresiva, ayuda a los estudiantes a construir conocimientos y mejorar la habilidad lectora de estos textos. El estudio quasi-experimental

COMPREENSÃO DE TEXTOS EXPOSITIVOS: AVALIAÇÃO DE UMA INTERVENÇÃO EM LEITURA NO 4.º ANO DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

se llevó a cabo en el 4° curso de primaria (1 clase experimental y 2 clases control), de un grupo perteneciente a un Territorio Educativo de Intervención Prioritaria (TEIP) de la región de Lisboa. Los resultados muestran que luego de la intervención hubo un aumento en todo tipo de comprensión, lo que indica que el trabajo realizado ayudó a los estudiantes a mejorar su desempeño lector.

Palavras clave: *Lectura, Textos expositivos, Construcción de conocimiento, Cognición y Metacognición.*

INTRODUÇÃO

Saber ler é condição necessária para se ter sucesso académico e profissional, pois permite o acesso e a construção do conhecimento nas mais variadas áreas de atuação. Na verdade, a integração na sociedade fica facilitada quando conseguimos aceder à comunicação escrita e quando conseguimos selecionar e utilizar essa informação para aumentar o nosso conhecimento, para comunicar com os outros, para assumir a nossa voz e nos posicionarmos criticamente.

No entanto, a aprendizagem da leitura não se pode localizar num momento específico da vida do ser humano e é importante que a escola contribua para a criação de sociedades letradas, que saibam utilizar a leitura e a escrita, nas suas diferentes dimensões, de forma adequada, autónoma e crítica (Carvalho, & Sousa, 2011).

De acordo com a legislação portuguesa, "desenvolver nos alunos competências que lhes permitam questionar os saberes estabelecidos, integrar conhecimentos emergentes, comunicar eficientemente e resolver problemas complexos" permitirá prepará-los para os desafios do futuro, mas tal só será possível se transformarmos a escola numa "escola inclusiva e promotora de melhores aprendizagens para todos os alunos" (Decreto-Lei 55/2018, 2018, p. 2928).

O contacto com a linguagem escrita e a apropriação das finalidades e das estratégias que levam à sua aprendizagem (Ferreiro & Teberosky, 1986) começa bastante cedo na vida de uma criança. Esta construção paulatina, pelo contacto e interação com os escritos, é a base da literacia, designada literacia emergente (Ferreiro & Teberosky, 1986 Mata, 2008), e irá sustentar a aprendizagem da leitura e da escrita ao longo do percurso académico e da vida.

Durante o pré-escolar, valorizam-se os comportamentos emergentes e preparam-se as crianças para o ensino formal (Dionísio & Pereira, 2006), através de atividades que as envolvam com a linguagem escrita e as despertem para a importância de saber ler e escrever (Sousa, 2015; Marques, Mata, Rosa & Silva, 2016).

No 1.° ciclo, a aprendizagem da língua compreende o desenvolvimento de competências associadas à compreensão e expressão oral, à leitura, à educação literária, à expressão escrita e ao conhecimento explícito da língua (Direção Geral de Educação, 2018). Procura-se que os alunos aprendam a comunicar, oralmente e por escrito, a ler e compreender as mensagens escritas e a refletir sobre a língua, utilizando de forma adequada as convenções gramaticais.

Ao longo dos ciclos seguintes, é esperado que se dê continuidade ao trabalho com a língua já realizado, complexificando-se as tarefas, introduzindo-se e aprofundando-se conceitos no âmbito dos domínios específicos já elencados anteriormente (Direção Geral de Educação, 2018). Contudo, a organização do ensino em Portugal - professor generalista do 1° ao 4° ano e professor especialista a partir do 5° ano de escolaridade - faz com que o ensino da leitura sofra um revés. Os textos expositivos são a base do currículo das diferentes disciplinas, mas os professores não ensinam leitura, enquanto o professor de Português, professor com formação em ensino da leitura, ensina a ler textos literários (maioritariamente narrativos e poéticos).

Apesar de já existir muita investigação no âmbito da compreensão na leitura (Acevedo & Rose, 2007; Balula, 2007; Boruchovitch, 2007; Armbruster, Lehr, Osborn, O'Rourke, Beck, Carnine, & Simmons, 2001; Mullis, Martin, Foy, & Drucker, 2012; Viana, Ribeiro, Santos, & Cadime, 2012;), a verdade é que o trabalho com textos que permitam

aceder ao conhecimento ainda tem pouca expressão ao nível do 1.º ciclo (Duke, 2000), negligenciando-se as potencialidades da transversalidade da língua para a aprendizagem dos conteúdos, isto é, desatendendo-se à importância de ensinar explicitamente comportamentos de literacia, quando se ensinam conteúdos das diferentes disciplinas. Assim, enquanto se ensina o conceito de buraco do ozono, ensinar-se-ia a ler o texto que apresenta esses conteúdos - através da modelagem de comportamentos leitores e da explicitação das estratégias subjacentes e das suas finalidades.

É indiscutível a importância do ensino da compreensão da leitura (Balula, 2007; Viana et al., 2012; Williams, 2018), pelo papel que esta competência assume na aprendizagem e na construção do sucesso académico, pessoal e profissional (Mullis, Martin, Foy, & Drucker, 2012). O ensino da compreensão é transversal e aparece associado à disciplina de Língua Portuguesa e às diferentes áreas curriculares. Dado que os textos são bastante heterogéneos (Dolz, & Schneuwly, 2004), dependendo do contexto, objetivos e finalidades da comunicação reconhece-se a necessidade de ensino da leitura dos textos das disciplinas (Freebody & Luke, 1990; Miguel, 1993; Costa-Pereira & Sousa, 2017; Sousa & Costa-Pereira, 2018).

A utilização da leitura na construção de conhecimento está normalmente associada à compreensão de textos expositivos e apresenta-se como uma competência transversal ao currículo em todos os ciclos, complexa e bastante exigente do ponto de vista da aprendizagem.

Estes textos são, por excelência, os que permitem aceder à informação. Estão associados ao trabalho dos conhecimentos científicos na escola (Curto, Morillo, & Teixidó, 2009) pois possibilitam o acesso à informação científica necessária para compreender o mundo, os fenómenos naturais e sociais. Possibilitam ainda a participação de forma crítica e empenhada na vida cívica. No entanto, precisam de leitores que sejam capazes de, por um lado, filtrar e avaliar fontes e, por outro, ler para analisar e reorganizar informação de modo a tomar decisões informadas.

Pelas suas caraterísticas, os textos expositivos costumam oferecer dificuldades em termos de compreensão (Mier, Amado & Benítez, 2015) porque, por um lado, são textos com os quais os alunos nem sempre estão familiarizados (Abarca, 2010) e, por outro, porque exigem que as crianças possuam conhecimentos prévios sobre o assunto (Miguel, 1993), dominem vocabulário específico e conheçam as diferentes estruturas que estes textos podem apresentar (Meyer, 1985; Moss, 2004; Meyer & Ray, 2011).

Ao nível dos documentos orientadores que atualmente estão em vigor em Portugal, o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (Martins et al. 2017) e as Aprendizagens Essenciais, a leitura de textos com finalidades informativas aparece como uma das competências que deve ser desenvolvida ao longo dos vários ciclos. No entanto, para cumprir as orientações destes documentos, é necessário que se repense a escola e as dinâmicas de sala de aula numa perspetiva diferente da que tradicionalmente carateriza as práticas pedagógicas, nomeadamente no que se refere ao papel dos alunos. Pretende-se, com estas alterações, que o ensino transmissivo, que tem como pressuposto a passagem de informação do professor para o aluno, dê ainda espaço a uma visão construtiva da aprendizagem, que coloque o aluno no centro do processo, conferindo-lhe autonomia e responsabilidade e que o prepare para responder aos desafios da sociedade atual e futura (Coll, Martín, Mauri, Miras, Onrubia, Solé & Zabala, 2001).

Neste artigo, que se dedica à utilização da leitura na construção de conhecimento, avalia-se uma intervenção durante a qual foi proposto um trabalho de leitura e compreensão de textos expositivos. Trata-se de um projeto que aborda uma temática importante – a leitura como meio de construção de conhecimento – e que está direcionado para

a leitura de textos expositivos nos primeiros anos de escolaridade, contribuindo para a aprendizagem de Ciências e Ciências Sociais e para o desenvolvimento de competências básicas de literacia .

Ao longo da intervenção, procurou-se desenvolver atividades no âmbito da utilização da leitura, como meio de construção de conhecimento. As propostas, coerentes com a investigação já realizada neste âmbito (Chall, 1996; Snow, 2002; Balula, 2007; Viana et al. 2012; Martin, & Rose, 2012; Waldfogel, 2012), procuraram apresentar questões de apoio à pré-leitura, leitura e pós-leitura, utilizando estratégias cognitivas e metacognitivas e textos próximos dos que são encontrados pelos alunos nas suas pesquisas. Procurou-se, também, que o trabalho fosse ao encontro das necessidades dos estudantes, de modo a posicioná-los como construtores do seu próprio conhecimento, guiando-os nas aprendizagens de conteúdos e no desenvolvimento de comportamentos leitores.

COMPREENSÃO DE TEXTOS EXPOSITIVOS

O desenvolvimento de competências de literacia é central no processo de escolarização e contribui para o sucesso académico dos alunos, ajudando-os a aceder e construir conhecimento, a comunicar com os outros e a integrar-se na sociedade. No entanto, a compreensão de um texto carece de ensino explícito é influenciada por diversos fatores: o leitor, o texto, as atividades e o contexto em que a leitura é realizada (Giasson, 2000; Moreno, 2003 Snow, 2010).

Os conhecimentos prévios do leitor, os objetivos de leitura, a forma como se trabalha com o texto e o contexto em que a leitura acontece exercem grande influência na compreensão. Neste sentido, não devem ser descurados quando se planificam atividades de leitura em sala de aula, nem quando se constroem propostas de trabalho. Relativamente ao fator texto, por exemplo, é necessário que exista da parte do leitor um conhecimento aprofundado sobre as suas estruturas, caraterísticas morfossintáticas, léxico (Costa-Pereira & Sousa, 2017) e sobre a estratégias a utilizar para se conseguir um bom nível de compreensão. Este trabalho assume maior importância quando se trata de géneros textuais que apresentam caraterísticas muito específicas, como é o caso da exposição.

Os textos expositivos que, nas palavras de Snow (2010, p. 40), são textos "complexos, diversificados e desafiadores" são os que aparecem mais facilmente quando se procura informação sobre um determinado tema. Na realização de projetos de estudo, por exemplo, os alunos contactam frequentemente com textos expositivos durante as suas pesquisas e o conhecimento sobre o mundo vai sendo construído através da integração de informação dos textos com os conhecimentos prévios do leitor.

O trabalho com estes textos, ao longo da escolaridade, ajuda os alunos a aumentar os seus conhecimentos, mas também lhes dá estratégias de processamento de informação que poderão utilizar ao longo da vida. Ajuda-os, ainda, a alargar o vocabulário (Neuman & Dwyger, 2009), a melhorar a fluência e a motivar-se para a aprendizagem (Guthrie, Anderson, Alao, & Rinehart, 1999).

Contudo, é importante ter em conta que o texto expositivo oferece algumas dificuldades em termos de leitura e compreensão (Williams, 2018). São textos com os quais os alunos estão pouco familiarizados, que apresentam vocabulário específico e que podem organizar-se segundo diferentes tipos de estruturas (Meyer, 1985; Sousa, 2015), o que exige ao leitor um conhecimento aprofundado sobre a forma de abordagem dos textos e as estratégias a utilizar para se atingir um bom nível de compreensão.

Ao contrário do texto narrativo, o mais ensinado na escola (Sousa &Silva, 2003) o texto expositivo não faz parte das leituras habituais dos alunos, seja em casa, seja na escola.

Assim, cabe ao professor desenvolver atividades que ensinem explicitamente os alunos a ler este tipo de textos, modelizando estratégias, instruindo e promovendo momentos de colaboração entre os vários atores (Tomaselo, Kruger & Ratner, 1993). Do ponto de vista da abordagem do texto, a investigação mostra que a existência de atividades que preparem, que acompanhem e que avaliem a leitura realizada traz benefícios à compreensão (Moreno, 2003; Viana, Ribeiro, Santos, & Cadime, 2012).

A realização de atividades antes da leitura ajuda os alunos a antecipar e a resolver alguns problemas que normalmente aparecem associados a baixos níveis de compreensão. A ativação de conhecimentos prévios sobre o assunto, a colocação de hipóteses sobre o texto, uma leitura mais global de alguns índices textuais e a descoberta de vocabulário novo são exemplos de atividades que ajudam o aluno a preparar-se para ler. Durante a leitura o aluno deve ter à sua disposição um conjunto de questões que o ajudem a mover-se ao longo do texto, retirando o máximo partido da informação escrita. Se for apoiado na descoberta da estrutura do texto e de vocabulário ainda desconhecido, na seleção da informação pertinente (Balula, 2007) e no registo dos tópicos e subtópicos, o aluno fará, mais facilmente, o entendimento do escrito como um todo. Finalmente, o processo de compreensão fica mais consistente se, após a leitura, forem colocadas questões que mobilizem vários tipos de compreensão – literal, inferencial, crítica e de reorganização (Viana et al. 2012) – mas também que apoiem os alunos no resumo (Letras, Dias & Sousa, 2019) e na esquematização do que foi lido.

Este trabalho ganha mais sentido se, no momento de planificação das atividades, se tiver em consideração a necessidade de existir motivação para a realização das tarefas (Applegate, & Applegate 2010; Wigfield, Costa-Pereira, Sousa & Matos, 2018; Gladstone, &Turci, 2016). Na verdade, quanto mais motivados estivermos, melhor será o nosso desempenho e mais significativas serão as aprendizagens. O professor, principal apoio dos alunos ao longo de processo, deverá estar preparado para trazer para a sala de aula atividades inovadoras, mas também que cruzem os interesses de aprendizagem das crianças com os desígnios curriculares (Olson, 2005).

Em suma, existem vários pontos a considerar no crescimento de leitores e na construção de propostas de leitura. Cabe ao professor ter uma visão abrangente de todo o processo, planificando atividades que deem voz aos alunos. Ao expressarem-se sobre os seus objetivos, expetativas e motivações (Pires, Brito e Velho, 2020) e ao desenvolver atividades contextualizadas e promotoras de aprendizagens significativas os alunos envolvem-se no processo e integram nas suas rotinas de trabalho estratégias diversificadas de leitura e construção de conhecimento.

O ESTUDO

A investigação tem como temática principal a leitura e a construção de conhecimento e contempla a descrição e avaliação de uma intervenção sobre leitura de textos expositivos em turmas do 4.º ano do 1.º Ciclo do Ensino Básico. O estudo foi realizado numa escola da região de Lisboa que pertence a um Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP).

METODOLOGIA

A investigação insere-se, essencialmente, no paradigma positivista. Trata-se de um estudo quasi-experimental, uma vez que não foi possível alterar a composição dos grupos, de forma a conseguir-se uma amostra aleatória (Tuckman, 2005). Foi organizado em três momentos: pré-teste, intervenção e pós-teste e foi utilizada uma amostra por conveniência, – 3 turmas (1 experimental e 2 de controlo) – randomizada ao nível dos grupos, mas não ao nível dos alunos.

OBJETIVOS

O estudo tinha como principal objetivo conceber, experimentar e avaliar um programa de intervenção sobre construção de conhecimento a partir da leitura orientada de textos expositivos. Pretendia-se perceber de que forma um ensino sistemático, explícito e progressivo de leitura deste tipo de textos, com recurso a estratégias cognitivas e metacognitivas, instrução situada e modelagem de estratégias, melhorava as competências de leitura desses textos.

PARTICIPANTES

Participaram no estudo 3 turmas. O Diretor do Agrupamento autorizou a realização do projeto e selecionou uma turma experimental, na qual foi feita intervenção, e duas turmas de controlo que não tiveram qualquer tipo de intervenção nem interagiram com a turma experimental. Para acautelar efeitos de contaminação a turma experimental e as turmas de controlo eram de escolas diferentes.

Embora as 3 turmas selecionadas tivessem no total 64 alunos inscritos, devido a problemas de absentismo, aquando da recolha dos elementos de avaliação, só foram tidos em conta para este estudo elementos respeitantes a 52 alunos, 17 alunos do Grupo de Controlo 1 (GC1), 16 alunos do Grupo de Controlo 2 (GC2) e 19 alunos do Grupo Experimental de Leitura (GEL).

RECURSOS

Para avaliar a compreensão antes e após a intervenção foi aplicado, na turma experimental e nas turmas de controlo, o teste *TCTML - Testes de Compreensão de Textos na Modalidade de Leitura*, que pertence à Bateria de Avaliação de Leitura (BAL), da autoria de Ribeiro et al. (2014), um teste com quatro textos acompanhados de questões de escolha múltipla que abrangiam quatro tipos de compreensão: literal, inferencial, crítica e reorganização.

Para a intervenção com o Grupo Experimental foram criadas propostas de leitura especificamente para este projeto com base em investigação já existente: 7 incluíam atividades antes, durante e depois da leitura, com questões de diversas tipologias, atividades de resumo e esquematização da informação veiculada pelo texto; as outras 2 apresentavam somente questões de escolha múltipla para responder depois da leitura (Tabela 1).

INTERVENÇÃO EM LEITURA		
Construção de propostas de leitura de textos expositivos, utilizando-se estratégias cognitivas e metacognitivas, organizadas em atividades antes, durante e depois da leitura.		
Organização das propostas	Atividades realizadas	Momentos de trabalho
Antes da leitura: apresentação das expetativas que se tem sobre o tema e o tipo de texto que vai ler, formulação de hipóteses e definição dos objetivos de leitura.	Ativação de conhecimentos prévios Previsões sobre o texto Descoberta de vocabulário	Observação da modelização de estratégias utilizadas pelo professor (propostas realizadas em coletivo); Trabalho segundo as orientações do adulto (propostas realizadas em coletivo e a pares); Construção de conhecimento a partir de momentos de trabalho colaborativo (propostas realizadas a pares).
Durante a leitura: verificação das hipóteses colocadas ou reformulação de acordo com a informação encontrada no texto.	a) Escuta atenta b) Identificação dos tópicos do texto c) Descoberta de vocabulário d) Seleção de informação e) Antecipação de informação	
Depois da leitura: Construção de uma representação mental do texto.	a) Resposta a questões de diferentes tipos e com diferentes níveis de compreensão b) Preenchimento e construção de esquemas	

TABELA 1. ORGANIZAÇÃO DAS PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO EM LEITURA.

Na construção das propostas foram utilizados textos de Estudo do Meio que foram cedidos por uma editora portuguesa de manuais escolares, à exceção de 2 textos que foram retirados do manual adotado pelo professor da turma (Gonçalves & Pires, 2013).

PROCEDIMENTOS

A intervenção na turma experimental durou 6 meses: 4 de intervenção efetiva em sala de aula (27 tempos de 45 minutos cada) e 2 meses, um no meio e outro no fim, de avaliação da intervenção.

No final da intervenção, foram realizados pós-testes em todas as turmas, repetindo-se as tarefas de leitura do pré-teste. Foram ainda aplicados inquéritos ao professor e alunos, nos quais se solicitava uma avaliação do trabalho realizado e foram recolhidos dados da intervenção através de notas de campo que incluíam registos de observação e de conversas informais com o professor.

Tratando-se de um estudo sobre leitura e construção de conhecimento, foi importante analisar os dados de uma dupla perspetiva: em primeiro lugar, se os alunos construíram conhecimento sobre os temas trabalhados e, em segundo lugar, se melhoraram em termos de leitura e compreensão deste tipo de textos.

Na análise de dados, recorreu-se a uma abordagem quantitativa. Para se perceber se a intervenção contribuiu para o aumento de conhecimentos sobre os temas abordados, e uma vez que nos 6 meses de intervenção os alunos só trabalharam Estudo do Meio, através das propostas apresentadas, foram analisadas as notas finais de Estudo do Meio (EM).

Para avaliar o nível de compreensão, foram contabilizados o número total de respostas corretas dos testes de compreensão e do número de respostas corretas em função do tipo de compreensão: literal, inferencial, crítica e de reorganização. Os resultados foram analisados e foi feita uma comparação em função dos grupos. Por se tratar de um agrupamento TEIP (Território Educativo de Intervenção Prioritária), com uma grande incidência de alunos com PLNM – Português Língua Não Materna (55,1% da amostra), foram ainda analisados, em particular, os resultados destes alunos.

Os dados foram analisados com recurso a estatística descritiva e inferencial, tendo sido utilizado o *software IBM SPSS Statistics*, versão 24. A estatística descritiva permitiu calcular

a média e o desvio padrão dos dados e a análise da normalidade suportou as decisões tomadas, relativamente à utilização de testes paramétricos ou não paramétricos. Assim, para comparar os dois momentos (pré e pós) do grupo experimental, foram utilizados o Teste T para amostras emparelhadas (*t test for paired samples, t*) e o Teste de Wilcoxon (*Wilcoxon Test, Z*). Na comparação do grupo experimental com os grupos de controlo utilizaram-se o Teste de Mann-Whitney (*Mann-Whitney Test, U*), a Análise de Variância (ANOVA) Unifactorial (*One-Way Analysis of Variance, F*) e o Teste de Kruskal-Wallis (*Kruskal-Wallis Test, x*).

RESULTADOS

NOTAS FINAIS DE ESTUDO DO MEIO

Os resultados finais dos alunos do grupo experimental não apresentam níveis negativos nesta Área Curricular Disciplinar. Os dados mostram que 8 alunos obtiveram a classificação de Muito Bom, 5 de Bom e 6 de Satisfaz.

RESPOSTAS CORRETAS

Relativamente ao número de repostas certas do Grupo Experimental, embora não tenham sido encontradas diferenças significativas (Tabela 2), os dados mostram que após a intervenção houve um aumento de 2.05 na média de respostas corretas.

	PRÉ-TESTE	PÓS-TESTE	
	(N = 19)	(N = 19)	
	Média (DP)	Média (DP)	t (18)
Respostas corretas	17.74 (4.954)	19.79 (6.347)	-1.65

TABELA 2. DIFERENÇAS ENTRE O NÚMERO DE RESPOSTAS CORRETAS DO PRÉ E DO PÓS-TESTE DO GRUPO EXPERIMENTAL DE LEITURA

Na comparação do Grupo Experimental com os Grupos de Controlo 1 e 2 foram encontradas diferenças significativas no pós-teste (Tabela 3), mas depois de analisar os grupos dois a dois verifica-se que, apesar de existir um aumento nas médias de respostas corretas do pré para o pós-teste em todos os grupos, as diferenças entre eles só são significativas quando se comparam os dois grupos de controlo.

	GRUPO EXPERIMENTAL DE LEITURA	GRUPO DE CONTROLO 1	GRUPO DE CONTROLO 2	
	(N = 19)	(N = 17)	(N = 16)	
	Média (DP)	Média (DP)	Média (DP)	2 (2)
Respostas corretas do pós-teste	19.79 (6.347)	15.35 (5.968)	22.00 (5.610)	9.76**

**** P < .01**

TABELA 3. DIFERENÇAS ENTRE O NÚMERO DE RESPOSTAS CORRETAS DO PRÉ E DO PÓS-TESTE DOS GRUPOS DE CONTROLO E DO GRUPO EXPERIMENTAL DE LEITURA.

ALUNOS COM PORTUGUÊS LÍNGUA NÃO MATERNA (PLNM)

No caso dos alunos com PLNM, os resultados sugerem que o ensino foi benéfico já que se observam mais respostas certas no pós-teste (M = 16.00) do que no pré-teste (M = 14.33). No entanto, tais diferenças não são estatisticamente significativas, conforme se ilustra na tabela abaixo (Tabela 4).

	PRÉ-TESTE	PÓS-TESTE	
	(N = 6)	(N = 6)	
	Média (DP)	Média (DP)	Z
Respostas corretas	14.33 (4.761)	16.00 (4.858)	-.742

TABELA 4. DIFERENÇAS ENTRE O NÚMERO DE RESPOSTAS CORRETAS DO PRÉ E DO PÓS-TESTE DOS ALUNOS COM PLNM DO GRUPO EXPERIMENTAL DE LEITURA

Quando comparado com o grupo de controlo 1, já que o Grupo de Controlo 2 não tinha alunos com PLNM, o Grupo Experimental não apresenta diferenças significativas no número de respostas corretas, nem no pré-teste, U = 11.000, p = .830, nem no pós-teste, U = 9.000, p = .521.

TIPOS DE COMPREENSÃO

No Grupo Experimental, foram encontradas diferenças significativas na compreensão crítica entre o pré e o pós-teste (Tabela 5).

	PRÉ-TESTE	PÓS-TESTE	
	(N = 19)	(N = 19)	
	Média (DP)	Média (DP)	Z
Respostas corretas – Compreensão Crítica	1.37 (.831)	1.95 (.780)	-2.30*

* p < .05

TABELA 5. DIFERENÇAS ENTRE O NÚMERO DE RESPOSTAS CORRETAS DE COMPREENSÃO CRÍTICA DO PRÉ E DO PÓS-TESTE DOS ALUNOS DO GRUPO EXPERIMENTAL DE LEITURA

Relativamente aos Grupos de Controlo, há diferenças significativas ao nível das respostas corretas do pós-teste na compreensão literal e ao nível das respostas corretas do pós-teste na compreensão inferencial (Tabela 6). No entanto, o teste Post-Hoc de Gabriel revelou que essas diferenças se situam unicamente entre os dois grupos de controlo.

	GRUPO EXPERIMENTAL DE LEITURA	GRUPO DE CONTROLO 1	GRUPO DE CONTROLO 2	
	(N = 19)	(N = 17)	(N = 16)	
	Média (DP)	Média (DP)	Média (DP)	F (2,49)
Respostas corretas do pós-teste – Compreensão Literal	5.05 (1.649)	3.71 (1.863)	5.50 (1.366)	5.41**
Respostas corretas do pós-teste – Compreensão Inferencial	8.68 (3.074)	6.88 (3.444)	10.06 (2.768)	4.34*

* p < .05 ** p < .01

TABELA 6. DIFERENÇAS ENTRE O NÚMERO DE RESPOSTAS CORRETAS DE COMPREENSÃO LITERAL E DE REORGANIZAÇÃO DO PÓS-TESTE DOS ALUNOS DOS GRUPOS EXPERIMENTAIS DE LEITURA E DE ESCRITA.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As notas finais de EM, bem como os resultados dos testes de leitura, mostram que os alunos desenvolveram competências de compreensão e aprenderam conteúdos a partir da leitura de textos expositivos.

O aumento no número médio de respostas corretas – no pós-teste há alunos a acertar 30/33 questões, enquanto no pré-teste o máximo era 26/33 – deixa perceber que os alunos melhoraram o seu desempenho, conseguindo mobilizar para a leitura estratégias modelizadas durante a intervenção.

A melhoria da compreensão crítica, que pressupõe respostas subjetivas, que exige algum distanciamento dos alunos em relação ao texto e que, normalmente, apela à mobilização de conhecimentos prévios sobre o tópico abordado, mostra que houve uma alteração na forma como os alunos olham o texto, o que poderá influenciar o seu desempenho como leitores no futuro.

Tratando-se de um agrupamento TEIP e de alunos afastados da cultura letrada, como sugerem as habilitações das mães e o elevado número de alunos com apoio (sinal de baixa renda), os resultados devem ser perspetivados tendo em conta o que se sabe sobre o desempenho destes estudantes em Portugal. Os resultados do PISA revelam que só "1 em cada 10 alunos, provenientes de famílias mais desfavorecidas (...) obteve uma pontuação entre as 25% melhores" e que "o efeito do estatuto socioeconómico e cultural no desempenho em leitura é maior em Portugal do que no conjunto dos países da OCDE" (Lourenço et al., 2019, p. viii). Estes resultados podem ser postos em diálogo com os resultados do PIRLS que mostram que em Portugal as competências de leitura baixaram muito em 2016, em relação à avaliação de 2011, baixando do 19.° para o 30.° lugar (IAVE, 2017, Marôco, 2018).

Sabe-se que "existem fatores mediadores que podem esbater ou reforçar as desigualdades socioeconómicas no desempenho" dos alunos, nomeadamente "fatores relacionados com o papel das famílias (...) e fatores relacionados com o papel da escola: práticas organizacionais e pedagógicas, interações, nomeadamente, entre professores e alunos" (Lourenço et al., 2019, p. 102).

Os resultados obtidos neste estudo permitem uma reflexão sobre o impacto da intervenção no grupo, mas, em especial, nos alunos com PLNM e reiteram a ideia de que a escola pode contribuir para a melhoria das competências de leitura dos alunos, mesmo dos que apresentam mais dificuldades e/ou um estatuto socioeconómico mais baixo (Schleicher, 2019).

A hipótese mais plausível, para uma melhoria dos resultados destes alunos, poderá ser o facto de ter sido realizado ensino que explicita as estratégias com modelagem dos comportamentos leitores que permitem uma maior aprendizagem sobre o que é a atividade de ler para aprender. O facto de existir uma leitura orientada de diferentes textos, o que constitui uma fonte de diversidade, também pode explicar os resultados melhores. Neste ponto, consideramos que as propostas apresentadas poderão contribuir para o preenchimento de lacunas iniciais de alfabetização, decorrentes das caraterísticas dos meios sociais da proveniência dos alunos, o que, tal como sugere Waldfogel (2012), deve ser uma responsabilidade da escola.

Apesar da intervenção realizada, os resultados do Grupo Experimental nem sempre conseguiram atingir ou superar os dos Grupos de Controlo, nomeadamente os do Grupo de Controlo 2, o que merece reflexão. Por um lado, há que equacionar a comparabilidade de dados em grupos pequenos e, por outro, ainda que a nossa

amostra, como referido, tenha sido escolhida ao acaso ao nível da escolha de grupos, não é randomizada nem nos sujeitos nem nos grupos. Para evitar o efeito de contaminação, foi pedido que os grupos experimentais e os grupos controlo, ainda que pertencentes ao mesmo agrupamento, fossem de escolas diferentes. Assim, as turmas de controlo eram de um bairro mais central e as turmas experimentais de um bairro mais periférico. A periferia tem também impacto no desempenho dos alunos do 1° CEB (Rodrigues, Alçada, Calçada, Mata, 2017). No nosso estudo, o grupo de controlo é mais periférico dentro de um agrupamento de periferia da grande Lisboa, um território com fraco desempenho em leitura como mostram os autores no estudo citado (Rodrigues et al. 2017). Aliado ao estatuto socioeconómico e ao fator periferia, é notório o fator migração. O Grupo de Controlo 2 não tinha alunos oriundos de contextos de migração, enquanto, no grupo experimental, a maioria dos estudantes era oriunda de contextos de imigração. Neste sentido, consideramos que as dificuldades apresentadas pelos alunos do Grupo Experimental de Leitura ao longo da intervenção, bem como os resultados que apresentaram no pré e pós-teste de leitura, e que os distanciam do grupo de Controlo 2, foram influenciados, ao mesmo tempo, por questões de origem socioeconómica, os fatores socioeconómicos são uma variável a ter em conta, sobretudo em questões de linguagem e literacia (Waldfogel, 2012; Pace, Luo, Hirsh-Pasek & Golinkoff, 2017), mas também de ascendência e de escolaridade dos pais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo mostram que o projeto teve impacto nas aprendizagens dos alunos e pode constituir um contributo para uma modificação das práticas de sala de aula, abrindo uma porta para a reflexão sobre a importância e a necessidade de se trabalhar de forma explícita as questões da compreensão e do ler para aprender (Snow, 2010).

Sendo o texto expositivo um tipo de texto com caraterísticas muito específicas e muito presente nas diferentes áreas curriculares, é importante que seja regularmente ensinado em sala de aula, combinando a exploração da própria língua com a perspetiva de construção do conhecimento e, neste projeto, apresentam-se propostas muito concretas de trabalho de sala de aula que poderão ser utilizadas no âmbito da formação inicial e contínua de professores.

A construção de propostas, que reúnem e articulam estratégias já estudadas isoladamente em outros estudos, facilitará a integração em sala de aula do que a investigação sugere sobre esta temática, podendo o professor reconstruir e adaptar as propostas aos textos que pretende trabalhar, mas também às caraterísticas da comunidade escolar em que está inserido.

Um terceiro ponto de reflexão prende-se com a importância da utilização de estratégias cognitivas e metacognitivas e do ensino explícito da leitura e da compreensão de textos em sala de aula, pois, tal como refere Machado (2002), não basta incentivar um aluno a ler, é necessário criar atividades que o ensinem e o orientem na construção das suas habilidades como leitor. Ao ensinarmos os alunos a ler e a compreender, através da modelagem e da instrução (Tomasello, Kruger e Ratner, 1993), a pensar sobre o seu trabalho de forma reflexiva e a procurar respostas para os seus problemas e questões, estamos a prepará-los para enfrentar os desafios que lhes irão ser colocados na leitura de textos expositivos fora da sala de aula, seja qual for o tema, o texto ou o contexto em que for realizada a leitura.

Um outro ponto a destacar é a organização da intervenção, ou seja, a existência de uma base teórica que sustentou todas as opções tomadas, desde a organização do trabalho (em grande grupo, em pequeno grupo, a pares e individualmente) ao gradual aumento da complexidade das tarefas e à diminuição do apoio por parte do professor. Aparece aqui como destaque a necessidade de se planificar o trabalho de sala de aula com cuidado, refletindo-se continuamente sobre a necessidade de adaptar os tempos, os espaços e os contextos às orientações curriculares.

Há ainda a destacar o contributo do projeto para a autonomia e a responsabilidade dos alunos. Ao colocarmos os alunos no centro do processo de aprendizagem, ao dar-lhes espaço e tempo para aprender a gerir as tarefas, ao ter em consideração os conhecimentos que já possuem e os seus interesses, estamos claramente a criar cidadãos autónomos e responsáveis e a prepará-los para a sociedade do futuro.

Parece-nos que, tendo em conta a forma como foi desenvolvido e organizado, bem como os resultados que apresenta, este trabalho poderá constituir um contributo para a formação inicial e contínua de professores, mas também para o processo de implementação das novas diretrizes do Ministério da Educação, nomeadamente no que se refere ao que é apresentado no documento das Aprendizagens Essenciais e no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Básica.

Por apresentar estratégias que poderão ser utilizadas por professores do 1.° ciclo, mas também de Português e de outras Áreas Curriculares dos ciclos seguintes, acreditamos que poderá trazer à discussão pontos importantes para a realização de aprendizagens ativas e significativas em sala de aula, atuando como uma alternativa às práticas tradicionais, ajustando-se às necessidades dos alunos e indo ao encontro dos seus interesses, motivando-os para a aprendizagem. É um projeto que poderá ser o ponto de partida para a transformação da sala de aula num espaço em que se promove a autonomia, a responsabilidade e a aprendizagem por colaboração, ao mesmo tempo que se desenvolvem múltiplas competências, entre as quais, competências de literacia.

BIBLIOGRAFIA

Abarca, E. (2010). 10 claves para enseñar a comprender. Educación Primaria. In Bargueño, E., Barredo, F., Nuere, S., Sánchez Zarco, M., & Coll, C. Con firma 2010. *Leer para aprender. Leer en la era digital*. Gobierno de España. Ministerio de Educación.

Acevedo, C., & Rose, D. (2007). *Reading (and writing) to learn in the middle years of schooling*. Primary English Teaching Association. Disponível em https://readingtolearn.com.au/pdf/Reading%20(and%20writing)%20to%20learn%20.pdf

Applegate, A. J. & Applegate, M. D. (2010). A study of toughtful literacy and motivation to read. *The Reading Teacher*, 64 (4), 226-234. Https://doi.org/10.1598/RT.64.4.1. Disponível em https://ila.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1598/RT.64.4.1?Casa_token=3uvtvfcahy4aaaaa:qbwdxf07xymmhphmddav7lukbveprbhze4n6jbng45w1rst_sboqorxq3acahgpkwfxjrv3j3ip8av0

Armbruster, B. B., Lehr, F., Osborn, J., O'Rourke, R., Beck, I., Carnine, D., & Simmons, D. (2001). *Put reading first*. Washington, DC: National Institute for Literacy.

Balula, J. (2007). *Estratégias de leitura funcional no ensino/aprendizagem do português*. (Doctoral Dissertation, Universidade de Aveiro). Disponível em: http://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/1242/1/jprbalula%20%282007%29.pdf.

Chall, J. (1996). *Stages of Reading Development*. New York: mcgraw-Hill

Carvalho, C., & Sousa, O. C. (2011). Literacia e Ensino da Compreensão na Leitura. *Interacções*, 19, 109–126. Disponível em: http://www.eses.pt/interaccoes

Coll, C., Martín, E., Mauri, T., Miras, M., Onrubia, J., Solé, I., & Zabala, A. (2001). *O construtivismo na sala de aula. Novas perspectivas para a acção pedagógica*. Porto: Edições ASA.

Costa-Pereira, T., Sousa, O. & Matos, D. (2018). A escrita como função epistémica em projeto do 1.º ciclo do Ensino Básico de Lisboa: escrever enquanto processo de organização e construção de conhecimento. In L. Silva, D. Cardoso & A. Silva (Orgs.). *Nos Domínios da Escrita: Estudo de Abordagem Processual* (119-144). João Pessoa, Brasil: Editora do CCTA

Costa-Pereira, T. & Sousa, O. (2017). Ler e escrever para construir conhecimento. *Atas do 12.º Encontro da Associação de Professores de Português: Língua e Literatura na escola do Séc. XXI*. Lisboa, Portugal, APP

Curto, L. M., Morillo, M. M., & Teixidó, M. M. (2009). *Escrever e Ler: materiais e recursos para a sala de aula*. Porto Alegre: Artmed.

Decreto-lei n.º 55/2018, de 6 de Julho do Ministério da Educação. Diário da República: I série, N.º 129. Disponível em www.dre.pt.

De Mier, M. V., Amado, B., & Benítez, M. E. (2015). Dificultades en la Comprensión de Textos Expositivos en Niños de los Primeros Grados de la Escuela Primaria. *Psykhe (Santiago)*, 24(2), 1-13.

Dionísio, M., & Pereira, I. (2006). A educação pré-escolar em Portugal. Concepções oficiais, investigação e práticas. *Perspectiva*, 24 (2), 597-622. Https://doi.org/10.5007/%25x. Disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/1664

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens Essenciais - Ensino Básico*. Disponível em: http://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-basico

Duke, N. K. (2000). For the rich it's richer: Print environments and experiences offered to first-grade students in very low- and very high-SES school districts. *American Educational Research Journal*, 37, 456–457. Disponível em https://www.jstor.org/stable/1163530?Seq=1

Ferreiro, E. & Teberosky, A. (1986). *Psicogênese da lingua escrita*. Porto Alegre: Artmed.

Freebody, P. & Luke, A. (1990) Literacies programs: Debates and demands in cultural context. *Prospect*, 5, 7–16. Disponível em https://eprints.qut.edu.au/49099/

Giasson, J. (2000). *A compreensão na leitura*. Porto, Portugal: Edições ASA.

Gonçalves, H. & Pires, P. (2013). *A Grande Aventura, Estudo do Meio 4.º ano*. Lisboa: Texto Editores

Guthrie, J. T., Anderson, E., Alao, S., & Rinehart, J. (1999). Influences of concept- oriented reading instruction on strategy use and conceptual learning from text. *Elementary School jornal*, 99, 343-366. Disponível em https://www.jstor.org/stable/1002175?Seq=1

IAVE (2017). *Resultados Globais PIRLS 2016, epirls 2016 – Portugal. Literacia de Leitura & Literacia de Leitura online*. Disponível em http://iave.pt/images/ficheirospdf/Estudos_Internacionais/Relat_PIRLS_2016_Resultados.pdf

Letras, J., Dias, A. & Sousa, O. (2019). Resumir textos narrativos e textos expositivos: do ensino às

percepções dos alunos. *Palavras*, 2, 1-14.

Lourenço, V., Duarte, A., Nunes, A., Amaral, A. (2019). *PISA 2018 — PORTUGAL. Relatório Nacional*. Lisboa: Instituto de avaliação Educativa.

Machado, E. (2002). *Lendo e Compreendendo: uma experiência com 5ª série*. Tese de mestrado. Brasil: Universidade de Campinas.

Marôco, J. (2018). O bom leitor: preditores de literacia de leitura dos alunos portugueses no PILRS 2016. *Revista Portuguesa de Educação*, 31 (2), 115-131. Https://doi.org/10.21814/rpe.13768 Disponível em https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/13768

Marques, L., Mata, L., Rosa, M., & Silva, I. L. (2016). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Lisboa: Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE).

Martins, G. D. O., Gomes, C. A. S., Brocardo, J., Pedroso, J. V., Camilo, J. L. A., Silva, L. M. U., ... & Rodrigues, S. M. C. V. (2017). *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*. Lisboa, Portugal: Ministério da Educação/Direção Geral da Educação (DGE).

Mata, L. (2008). *A Descoberta da Escrita: Textos de Apoio para Educadores de Infância*. Lisboa: DGIDC.

Meyer, B. (1985). Prose analysis: Purposes, procedures, and problems. In B. K. Britton & J. Black (Eds.), *Analysing and understanding expository text*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Meyer, B. & Ray, M. (2011). Structure strategy interventions: Increasing reading comprehension of expository text. *International Electronic Journal of Elementary Education*, 2011, 4(1), 127-152. Disponível em https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1070453.pdf

Mier, M. V., Amado, B., & Benítez, M. E. (2015). Dificultades en la Comprensión de Textos Expositivos en Niños de los Primeros Grados de la Escuela Primaria. *Psykhe* (Santiago), 24(2), 1-13.

Miguel, E. S. (1993). *Los Textos Expositivos*. Madrid: Santillana.

Moreno, V. (2003). *Leer para comprender*. Pamplona: Gobierno de Navarra-Departamento de Educación y Cultura.

Moss, B. (2004). Teaching expository text structures through information trade book retellings. *Reading Teacher*, 57(8), 710—719. Disponível em: http://mcteresources.pbworks.com/w/file/fetch/65488920/Reading teacher 2.pdf

Mullis, I., Martin, M., Foy, P., & Drucker, K. (2012). *PIRLS 2011 International Results in Reading*. Chestnut Hill: TIMSS & PIRLS International Study Center,. Http://doi.org/10.1097/01.tp.0000399132.51747.71

Neuman, S. B., & Dwyer, J. (2009). Missing in action: Vocabulary instruction in pre-K. The reading teacher, 62(5), 384-392.

Olson, D. R. (2005). *L'école entre institution et pédagogie*. Paris: Retz.

Pace, A., Luo, R., Hirsh-Pasek, K., & Golinkoff, R. (2017). Identifying pathways between socioeconomic status and language development. *Annual Review of Linguistics*, 3, 285-308. Disponível em https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-linguistics-011516-034226?journalCode=linguistics

Pires, â., Brito, E., Velho, F. (2020), Entre a Educação Pré-escolar e o 1.° Ciclo do Ensino Básico —

a perceção da criança. *Egitânia Sciencia - Special Edition – Education*, (67-83).

Ribeiro, I., Viana, F., Santos, S., Cadime, I., (2014). *BAL - Bateria de Avaliação da Leitura: abordagens teóricas e opções metodológicas*. Lisboa: CEGOC-TEA. Disponível em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/42998/1/BAL_Manual%20t%c3%a9cnico%20%28formato%20ebook%29.pdf

Rodrigues, M. L., Alçada, I., Calçada, T. & Mata, J. (2017). *Apresentação do projeto "Aprender a ler e a escrever em Portugal (relatório de progresso)*. Disponível em https://www.dgeec.mec.pt/np4/292/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=516&fileName=relatorio_progresso.pdf

Schleicher, A. (2019). *PISA 2018: Insights and Interpretations*. OECD Publishing. Disponível em https://www.oecd.org/pisa/PISA%202018%20Insights%20and%20Interpretations%20FINAL%20PDF.pdf

Snow, C. (2010). Academic Language and the Challenge of Reading for Learning About Science. *Science*, 328(5977), 450–452. http://doi.org/10.1126/science.1182597

Snow, C. (2002). *The RAND report: Reading for understanding: Toward an R & D Program in Reading Comprehension*. RAND. Santa Monica. Disponível em http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monograph_reports/2005/MR1465.pdf

Sousa, O. C. & Silva, M. E. (2003). O texto narrativo no 1° Ciclo: detecção de alguns problemas. In Bárrios, A. & J. Ribeiro (Org.). *Actas do II Encontro Nacional de Investigação e Formação* (pp.181-192). Lisboa: CIED.

Sousa, O. (2015). *Textos e Contextos: Leitura, Escrita e Cultura Letrada*. Porto, Portugal: Media XXI. Disponível em: https://www.ipl.pt/sites/default/files/textos_contextos.pdf

Sousa, O. & Costa-Pereira, T. (2018). Práticas de literacia no ensino superior: as percepções dos alunos. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, v. 40(2), 1-12. http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/41888

Tomasello, M., Kruger, A., & Ratner, H. (1993). Cultural learning. *Behavioral and Brain Sciences*, 16(3), 495-552. Doi: 10.1017/S0140525X0003123X

Tuckman, B. (2005). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Viana, F. L., Ribeiro, I., Santos, S. C., & Cadime, I. (2012). Aprender a compreender. Da teoria à prática pedagógica. *Exedra*, 447–465.

Waldfogel, J. (2012). The role of out-of-school factors in the literacy problem. *Future of Children*, 22(2), 39–54. Http://doi.org/10.1353/foc.2012.0016

Wigfield, A., Gladstone, J. R., & Turci, L. (2016). Beyond cognition: Reading motivation and reading comprehension. *Child development perspectives*, 10(3), 190-195.

Williams, J. (2018) Text structure instruction: the research is moving forward. *Reading and writing*, 31(9), 1923-1935.

INFLUÊNCIA DA EXPOSIÇÃO TELEVISIVA NO CONSUMO ALIMENTAR DAS CRIANÇAS – REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

THE INFLUENCE OF TELEVISION EXPOSURE ON CHILDREN'S FOOD CONSUMPTION – SYSTEMATIC REVIEW OF LITERATURE **EN**

—

INFLUENCIA DE LA EXPOSICIÓN TELEVISIVA EN EL CONSUMO DE ALIMENTOS INFANTILES - REVISIÓN SISTÉMICA DE LA LITERATURA **ES**

RITA RIBEIRO
Escola Superior de Saúde, Instituto Politécnico de Bragança, Avenida D. Afonso V - 5300-121 Bragança, Portugal.
✉ armr.96@hotmail.com

ANA PEREIRA
Escola Superior de Saúde, Instituto Politécnico de Bragança, Avenida D. Afonso V - 5300-121 Bragança, Portugal.
Centro de Investigação de Montanha, Instituto Politécnico de Bragança, Campus de Santa Apolónia, 5300-253 Bragança, Portugal.
✉ amgp@ipb.pt

ANTÓNIO FERNANDES
Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Bragança, Campus de Santa Apolónia, 5300-253 Bragança, Portugal.
Centro de Investigação de Montanha, Instituto Politécnico de Bragança, Campus de Santa Apolónia, 5300-253 Bragança, Portugal.
✉ toze@ipb.pt

Ribeiro, R., Pereira, A. & Fernandes, A. (2021). Influência da exposição televisiva no consumo alimentar das crianças - revisão sistemática da literatura. *Egitania Sciencia*, 29 (jun/dez), pp.223-244.

Submitted: 12th September 2019
Accepted: 10th October 2020

RESUMO

A omnipresença da televisão na vida das crianças representa um risco potencial para a sua saúde, pois, para além de influir hábitos alimentares inadequados, tem sido frequentemente apresentada como uma atividade sedentária, acarretando uma série de problemas que comprometem o seu correto crescimento e desenvolvimento. O objetivo deste trabalho foi analisar a possível existência de uma associação entre a visualização televisiva e o consumo alimentar das crianças. Foi realizada uma revisão sistemática da literatura, recorrendo às bases de dados Pubmed e Web of Science, incluindo todas as publicações disponíveis entre janeiro de 2008 e dezembro de 2018, e que cumpriam com os critérios de inclusão: artigos que incluíssem crianças com idades entre os 6 e 11 anos; que avaliassem a influência da exposição televisiva no consumo alimentar das crianças; sobre programação televisiva e artigos disponíveis em texto integral, publicados em inglês, espanhol e português. Após a leitura de títulos, resumos e aplicação de critérios, foram obtidos 12 artigos de um total de 2091. Verificou-se que a exposição televisiva induzia a um baixo consumo de fruta e hortícolas (33,3% e 41,7% dos estudos, respetivamente), destacando como principais causas o tempo excessivo de visualização televisiva, a visualização televisiva durante as refeições e a existência de televisão no quarto. O elevado consumo de produtos açucarados salientou-se em 50,0% dos estudos, seguindo-se o de batatas fritas (41,7%), snacks salgados, produtos industrializados e fast-food, em 25,0%. Quanto à ingestão de bebidas, as mais consumidas foram as bebidas com adição de açúcar, cuja maioria (50,0% dos estudos) relacionou o elevado consumo com o tempo excessivo de visualização televisiva, a visualização televisiva durante as refeições e a existência de televisão no quarto. Não obstante, o elevado consumo de açúcar e gordura foi relacionado com a exposição televisiva. Constatou-se que a exposição televisiva está negativamente associada ao consumo de hortofrutícolas e positivamente associada a produtos com elevado teor de açúcar, gordura e sal. Neste sentido, torna-se imperativo reforçar a investigação sobre a influência da exposição televisiva no consumo alimentar das crianças, com implementação de medidas de mitigação onde seja enfatizada a importância de uma alimentação saudável das crianças.

Palavras-chave: *hábitos alimentares, consumo alimentar, comportamento alimentar, televisão, crianças.*

ABSTRACT

The omnipresence of television in children's lives represents a potential risk to their health because, in addition to influencing inappropriate eating habits, has often been presented as a sedentary activity, causing a number of problems that compromise their correct growth and development. The aim of this paper is to systematically review the literature on the influence of television exposure on children's food intake. A literature search was performed on the Pubmed and Web of Science databases, which included all publications available between January 2008 and December 2018, and met the inclusion criteria: articles that included children aged 6 to 11 years; to evaluate the influence of television exposure on children's food consumption; about television programming and full text articles published in English, Spanish and Portuguese. After reading titles, abstracts and applying criteria, 12 articles were obtained from a total of 2091. It was found that television exposure induced a low consumption of fruit and vegetables (33.3% and 41,7% of the studies, respectively) highlighting the main causes of excessive television viewing time, television viewing during meals and existence of television in the room. The high consumption of sugary products stood out in 50,0% of the studies, followed by chips (41,7%), salty snacks, processed products and fast food, in 25,0%.

As for drink intake, the most consumed were drinks with added sugar, the majority of wich (50,0% of the studies) related the high consumption with excessive television viewing time, television viewing during meals and existence of television in the bedroom. However, the high consumption of sugar and fat was related to television exposure. It was found that television exposure is negatively associated with the consumption of fruit and vegetable and positively associated with products with a high content of sugar, fat and salt. In this sense, to reinforce research on the influence of television exposure on children's food consumption, with the implementation of mitigation measures where the importance of healthy children's nutrition is emphasized.

Keywords: *eating habits, food consumption, eating behavior, television, children.*

RESUMEN

La omnipresencia de la televisión en la vida de los niños representa un riesgo potencial para su salud porque, además de influir en hábitos alimentarios inadecuados, muchas veces se ha presentado como una actividad sedentaria, provocando una serie de problemas que comprometen su correcto crecimiento y desarrollo. El objetivo de este estudio fue analizar la posible existencia de una asociación entre ver televisión y el consumo de alimentos en niños. Se realizó una revisión sistemática de la literatura utilizando las bases de datos Pubmed y Web of Science, incluyendo todas las publicaciones disponibles entre enero de 2008 y diciembre de 2018, y que cumplieron con los criterios de inclusión: artículos que incluían niños de 6 años. y 11 años; evaluar la influencia de la exposición a la televisión en el consumo de alimentos de los niños; sobre programación televisiva y artículos disponibles en texto completo publicados en inglés, español y portugués. Después de leer títulos, resúmenes y aplicar criterios, se obtuvieron 12 artículos de un total de 2091. Se encontró que la exposición a la televisión indujo un bajo consumo de frutas y verduras (33,3% y 41,7% de los estudios, respectivamente), destacando las principales causas del tiempo de visualización excesivo de la televisión, la visualización de la televisión durante las comidas y la existencia de televisión en la habitación. El alto consumo de productos azucarados se destacó en el 50,0% de los estudios, seguido de las patatas fritas (41,7%), snacks salados, productos industrializados y comida rápida, en el 25,0%. En cuanto a la ingesta de bebidas, las más consumidas fueron las bebidas con azúcares añadidos, la mayoría de las cuales (50,0% de los estudios) relacionaron el alto consumo con el excesivo tiempo de visualización de la televisión, el visionado de televisión durante las comidas y la existencia de televisión en el país. dormitorio. Sin embargo, el alto consumo de azúcar y grasas se relacionó con la exposición a la televisión. Se encontró que la exposición a la televisión se asocia negativamente con el consumo de frutas y verduras y se asocia positivamente con productos con alto contenido de azúcar, grasas y sal. En este sentido, es imperativo reforzar la investigación sobre la influencia de la exposición a la televisión en el consumo de alimentos de los niños, con la implementación de medidas de mitigación donde se enfatiza la importancia de la nutrición infantil saludable.

Palabras clave: *hábitos alimentarios, consumo de alimentos, comportamiento alimentario, televisión, niños.*

INTRODUÇÃO

A nutrição infantil tem vindo a destacar-se devido ao ambiente obesogénico que circunda as crianças da atualidade (Borraccino et al., 2016; Bundhun, Rampadarath, Puchooa, & Jeewon, 2018; Camelo, Rodrigues, Giatti, & Barreto, 2012). A literatura documenta que os hábitos alimentares inadequados e longos períodos diários de visualização televisiva estão articulados a vários desfechos indesejáveis para a saúde do indivíduo, tais como, a redução da capacidade física, a fragilização de saúde psicossocial, as doenças crónicas não transmissíveis (DCNT) como a hipertensão arterial, doenças cardiovasculares, diabetes e obesidade (Borghese et al., 2014; Borraccino et al., 2016; Fernandes et al., 2011; Niermann, 2018).

Na tentativa de explicar como a televisão interfere no incremento ponderal das crianças foram propostos alguns mecanismos. Um deles é a redução do gasto energético, tanto por ser uma atividade sedentária, como pela redução do tempo gasto em atividades físicas mais ativas. Outro é o seu efeito na ingestão alimentar (Ramos, Costa, Araújo, Severo, & Lopes, 2013). Evidências demonstram que a visualização televisiva está associada positivamente ao aumento do consumo de alimentos hipercalóricos, fast-food e bebidas açucaradas e negativamente associada ao consumo de hortofrutícolas (Borghese et al., 2014; Bundhun et al., 2018; Liang, Kuhle, & Veugelers, 2009; Pearson, Biddle, Griffiths, Johnston, & Haycraft, 2018; Pérez-Farinós et al., 2017). A literatura revela ainda que, ver televisão durante as refeições e a presença de televisão no quarto, podem também estar associados a comportamentos e hábitos alimentares não saudáveis (Heitmann et al., 2011; Lauria et al., 2012; Reisch et al., 2013). Não obstante, estudos têm igualmente focado o efeito de anúncios televisivos nas preferências e consumo alimentar das crianças, pois é através do seu poder persuasivo que gera crenças positivas sobre alimentos anunciados. Estas constatações são preocupantes porque os alimentos anunciados são, tipicamente, antíteses das recomendações dietéticas, constituindo assim uma barreira importante para incutir escolhas alimentares saudáveis na vida das crianças (Borraccino et al., 2016; Halford et al., 2008; Kelly et al., 2010).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda, portanto, que deverão ocorrer mudanças comportamentais que favoreçam a nutrição ideal e reduzam o tempo de exposição televisiva, não excedendo as duas horas por dia (American Academy of Pediatrics, 2001), de forma a evitar os maus hábitos alimentares e obesidade futura (Camelo et al., 2012; Engle, Mei, Wasa, & Yu, 2008; Kelly et al., 2016). Dado que a visualização da televisão se está a expandir rapidamente nas faixas etárias mais precoces, é importante explorar os fatores que podem influenciar os seus comportamentos alimentares, mais especificamente, o aumento da audiência televisiva. Neste sentido, o objetivo da presente revisão sistemática foi analisar a possível existência de uma associação entre a visualização televisiva e o consumo alimentar nas crianças.

1. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão sistemática de literatura baseada na análise de artigos alusivos à influência da televisão no consumo alimentar das crianças. Os artigos foram selecionados através da pesquisa nas bases de dados *PubMed* e *Web of Science*, no horizonte temporal de 2008 a 2018. Previamente, procedeu-se à escolha dos descritores, após breve consulta na página "Descritores em Ciências da Saúde (DeCS)", utilizando termos relacionados com consumo alimentar, exposição televisiva e crianças. Em ambas as fontes de pesquisa optou-se pela seguinte combinação: "*food consumption* OR *feeding behavior* OR *eating habits* AND *television* OR *TV* AND *child*

OR *childhood* OR *children*". Com o intuito de obter artigos adequados ao objetivo do estudo, estabeleceu-se um conjunto de critérios de inclusão, nomeadamente, artigos que avaliassem a relação entre a exposição televisiva e o consumo alimentar das crianças, artigos sobre programação televisiva, crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 11 anos e de ambos os géneros, estudos publicados entre janeiro de 2008 e dezembro de 2018, disponíveis em texto integral e publicados em português, inglês e espanhol. Excluíram-se artigos sobre o controlo da programação televisiva (vídeos/PC/DVD), artigos que incluíssem indivíduos com idades inferior a 6 anos e superior a 11 anos, com patologias associadas, artigos duplicados, artigos de revisão bibliográfica, artigos de opinião e documentos não publicados de forma completa em revistas científicas.

De acordo com o fluxograma de seleção dos artigos (Figura 1), efetuado de acordo com as diretrizes PRISMA (Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises), na pesquisa inicial foram identificados nas bases de dados 2091 artigos, dos quais 76 estudos foram excluídos devido à duplicidade em ambas as bases de dados, tendo sido selecionados 2015.

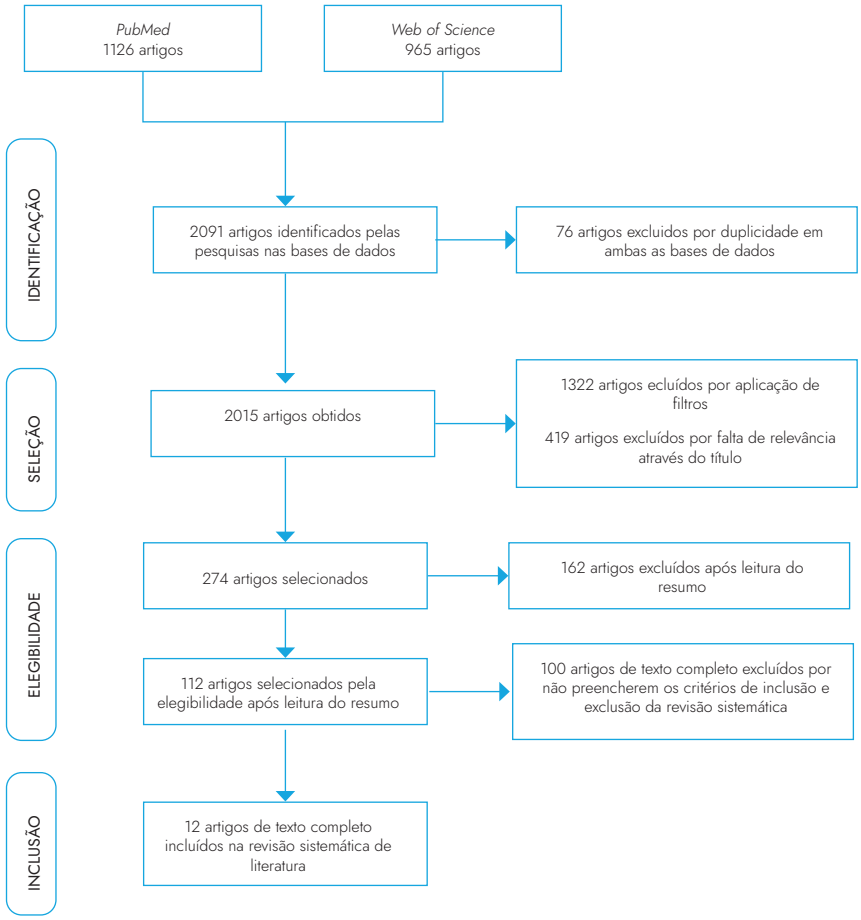


FIGURA 1. FLUXOGRAMA DE SELEÇÃO DE ARTIGOS

Das 2015 publicações, foram excluídas 1322 após aplicabilidade de filtros e 419 por falta de relevância através do título, obtendo uma seleção de 274 artigos. Após essa etapa, foram excluídos 162 após a leitura do resumo e 112 foram selecionados. Após

a leitura do texto integral foram excluídos 100 e apenas 12 artigos preencheram os critérios de inclusão, sendo considerados para esta revisão (Figura 1).

Para compor esta revisão, os 12 estudos foram minuciosamente analisados (metodologia, conteúdo e pertinência dos resultados) de forma a obter uma completa revisão sistemática da literatura. Em concordância com as recomendações de Cochrane, foi realizada a avaliação crítica da qualidade metodológica aos 12 artigos selecionados, através de uma versão modificada de um instrumento de avaliação crítica, adaptado por Crombie em 1996 (Steele, Bialocerkowski, & Grimmer, 2003). Este instrumento é constituído por 16 itens, e a cada um é atribuído 1 ponto caso esteja presente no estudo e 0 pontos quando ausente ou pouco claro. A qualidade metodológica de cada estudo foi, posteriormente, cotada como baixa entre 0 a 5 pontos, moderada entre 6 a 11 pontos e alta entre 12 a 16 pontos (Steele et al., 2003). Assim, de acordo com a pontuação obtida, a maioria dos artigos (n=8; 66,7%) apesenta uma qualidade alta, sendo que 33,3 % apresentam uma qualidade moderada.

2. RESULTADOS

Os dados retirados dos artigos selecionados, foram resumidos e apresentados na Tabela 1, nomeadamente o tamanho da amostra, o género, a idade média, o país, os autores e o ano da publicação do estudo, o tipo de estudo, e o instrumento de recolha de dados. O tamanho amostral variou de 57 crianças (Fiates, Amboni, & Teixeira, 2008) a 42182 crianças (Lauria et al., 2012) de ambos os géneros. Dos 12 artigos, 75,0% (Anschutz, Engels, & Van Strien, 2009; Bellissimo et al., 2017; Borghese et al., 2014; Fiates et al., 2008; Halford et al., 2008; Harris, Bargh, & Brownell, 2009; Heitmann et al., 2011; Johnson, Van Jaarsveld, & Wardle, 2011; Reisch et al., 2013) apresentaram os valores médios de idade, que variaram entre 7,83 ± 0,77 (Reisch et al., 2013) a 11,17 ± 0,54 (Johnson et al., 2011), destes, apenas 8,3% (Heitmann et al., 2011) distinguiram valores médios de idade de 9,7 ± 0,4 para raparigas e 9,8 ± 0,4 para rapazes. Os restantes 25,0% (Lauria et al., 2012; Liang et al., 2009; Skatrud-Mickelson, Adachi-Mejia, & Sutherland, 2011) não apresentaram os valores médios de idade. Quanto ao país de origem dos estudos, foi possível verificar que 25,0% dos estudos se realizaram na Inglaterra (Halford et al., 2008; Johnson et al., 2011; Skatrud-Mickelson et al., 2011), 16,7% no Canadá (Borghese et al., 2014; Liang et al., 2009), 16,7% em Itália (Lauria et al., 2012; Reisch et al., 2013), sendo que destes, 8,3% incluíram mais quatro países Alemanha, Bélgica, Espanha e Estónia (Reisch et al., 2013). Cerca de 8,3% dos estudos realizaram-se no Brasil (Fiates et al., 2008), na Dinamarca (8,3%) (Heitmann et al., 2011), nos Estados Unidos da América (8,3%) (Harris et al., 2009), na Holanda (8,3%) (Anschutz et al., 2009) e no Irão (8,3%) (Bellissimo et al., 2017). O instrumento da recolha de dados mais utilizado foi o Questionário de Frequência Alimentar (50,0%) (Borghese et al., 2014; Fiates et al., 2008; Johnson et al., 2011; Lauria et al., 2012; Liang et al., 2009; Reisch et al., 2013), sendo que destes, 16,7% acompanharam com o Questionário de Frequência Televisiva (Borghese et al., 2014; Johnson et al., 2011), 8,3% acompanharam com o Questionário Frequência Televisiva e Frequência de Refeições durante a visualização televisiva (Liang et al., 2009), 8,3% com Hábitos Televisivos (Reisch et al., 2013), 8,3% com Hábitos Alimentares e Televisivos (Fiates et al., 2008) e 8,3% com Hábitos Alimentares, Questionário de Frequência Televisiva e Presença de Televisão no Quarto (Lauria et al., 2012). Seguindo-se de Exposição Televisiva a Anúncios (25,0%) (Anschutz et al., 2009; Halford et al., 2008; Harris et al., 2009), sendo que nestes, apenas 8,3% (Harris et al., 2009) acompanharam com Questionários de Hábitos Televisivos. Os restantes instrumentos de recolha de dados foram: Registo Alimentar Diário acompanhado de Questionários de Hábitos Televisivos (8,3%) (Bellissimo et al., 2017), Recordatório 24h acompanhado de Questionários de Frequência Televisiva e

Frequência de Refeições durante a visualização televisiva (8,3%) (Heitmann et al., 2011) e por fim, Questionários de Hábitos Televisivos (8,3%) (Skatrud-Mickelson et al., 2011).

A Tabela 2 sumariza os objetivos e síntese dos principais resultados relativos ao consumo de alimentos. O baixo consumo de Fruta foi identificado em 33,3% artigos (Borghese et al., 2014; Heitmann et al., 2011; Lauria et al., 2012; Liang et al., 2009), sendo que destes, 16,7% (Heitmann et al., 2011; Liang et al., 2009) relacionaram o baixo consumo com o tempo excessivo de visualização televisiva e refeições com televisão ligada, apresentando resultados estatisticamente significativos, 8,3% (Lauria et al., 2012) relacionaram com a presença de televisão no quarto e o tempo excessivo de visualização televisiva e 8,3% (Borghese et al., 2014), apenas à visualização televisiva, ambos apresentando resultados estatisticamente significativos. O elevado consumo de Fruta foi abordado em 16,7% artigos (Halford et al., 2008; Skatrud-Mickelson et al., 2011), sendo que destes, 8,3% (Halford et al., 2008) associaram com a exposição a anúncios alimentares televisivos, apresentando resultados estatisticamente significativos, e 8,3% (Skatrud-Mickelson et al., 2011) a refeições com televisão ligada, apresentando resultados estatisticamente significativos. Este último, evidenciou ainda, diferença estatística entre géneros, referindo que as raparigas consumiam com mais frequência estes alimentos, do que os rapazes.

O baixo consumo de Hortícolas foi referido em 41,7% artigos (Borghese et al., 2014; Fiates et al., 2008; Heitmann et al., 2011; Lauria et al., 2012; Liang et al., 2009), destes, 16,7% (Heitmann et al., 2011; Liang et al., 2009) associaram o consumo ao tempo excessivo e visualização televisiva durante as refeições, apresentando resultados estatisticamente significativos, 8,3% (Lauria et al., 2012) relacionaram o consumo com a presença de televisão no quarto e tempo excessivo de visualização televisiva, apresentando resultados estatisticamente significativos, e 16,7% (Borghese et al., 2014; Fiates et al., 2008) associaram o consumo apenas ao tempo excessivo de televisão, apresentando resultados estatisticamente significativos. O elevado consumo de hortícolas foi referido apenas em 8,3% dos estudos (Skatrud-Mickelson et al., 2011) que relacionaram o consumo a refeições com televisão ligada, apresentando resultados estatisticamente significativos. Este, ainda, evidenciou diferença estatística entre géneros, referindo que as raparigas consumiam com mais frequência estes alimentos do que os rapazes.

O elevado consumo de Produtos Açucarados foi observado em 50,0% dos artigos (Anschutz et al., 2009; Borghese et al., 2014; Halford et al., 2008; Heitmann et al., 2011; Johnson et al., 2011; Skatrud-Mickelson et al., 2011). Daqueles artigos analisados, 16,7% relacionaram o elevado consumo com exposição a anúncios televisivos, apresentando resultados estatisticamente significativos para o consumo de Chocolates e Gomas (Halford et al., 2008) e Chocolates (Anschutz et al., 2009). Heitmann et al. (2011), associaram o consumo com o tempo excessivo de visualização televisiva e a refeições com televisão ligada, enquanto que Skatrud-Mickelson et al. (2011) relacionaram o consumo apenas a refeições com televisão ligada, apresentando resultados estatisticamente significativos. Também Johnson et al. (2011), associaram o consumo de Chocolates ao tempo excessivo de visualização televisiva, apresentando resultados estatisticamente significativos.

O elevado consumo de Produtos de Pastelaria/Confeitaria foi identificado em 16,7% dos artigos que relacionaram o consumo com o tempo excessivo de visualização televisiva (Borghese et al., 2014; Johnson et al., 2011), apresentando resultados estatisticamente significativos. Os restantes 83,3% (Anschutz et al., 2009; Bellissimo et al., 2017; Fiates et al., 2008; Halford et al., 2008; Harris et al., 2009; Heitmann et al., 2011; Lauria et al., 2012; Liang et al., 2009; Reisch et al., 2013; Skatrud-Mickelson et al., 2011) não mencionaram estes géneros alimentícios.

O elevado consumo de Batatas Fritas e Batatas Fritas Embaladas foi mencionado em 41,7% artigos, que o relacionaram com: tempo excessivo de visualização televisiva (16,7%) (Borghese et al., 2014; Johnson et al., 2011) ; exposição a anúncios alimentares (8,3%) (Halford et al., 2008) e a realização de refeições com a televisão ligada (8,3%) (Skatrud-Mickelson et al., 2011). Por fim, cerca de 8,3% (Heitmann et al., 2011) dos estudos relacionaram o elevado consumo destes alimentos com o tempo excessivo de visualização de televisão e com a televisão ligada durante as refeições apresentando resultados estatisticamente significativos.

O elevado consumo de Produtos Pré-industrializados/ Fritos e *Fast-Food*, foi identificado em 25,0% dos estudos, relacionando este consumo com o tempo excessivo de visualização televisiva (16,7%) (Borghese et al., 2014; Johnson et al., 2011) e tempo excessivo concomitante com a televisão ligada durante as refeições (8,3%) (Heitmann et al., 2011), apresentando todos, resultados estatisticamente significativos.

O elevado consumo de Snacks Salgados foi observado em 25,0% artigos (Harris et al., 2009; Liang et al., 2009; Skatrud-Mickelson et al., 2011), sendo que destes 8,3% (Skatrud-Mickelson et al., 2011) relacionaram-no com a visualização televisiva durante as refeições, 8,3% (Liang et al., 2009) relacionaram o consumo com o tempo excessivo e visualização televisiva durante as refeições e, 8,3% (Harris et al., 2009) relacionaram esse consumo com a exposição a anúncios alimentares televisivos, apresentando resultados estatisticamente significativos.

A Tabela 3 sumariza os objetivos e síntese dos principais resultados alusivos ao consumo de bebidas durante a visualização televisiva, pelas crianças. Dos 12 artigos, importa referir que o consumo de Sumo de Fruta foi abordado em 16,7% dos artigos apresentando resultados estatisticamente significativos. Daqueles, 8,3% (Borghese et al., 2014) relacionaram o elevado consumo de Sumo de Fruta com a visualização televisiva e outros 8,3% (Skatrud-Mickelson et al., 2011) para além de evidenciarem diferenças estatisticamente significativas no consumo de Sumo de Fruta durante a visualização televisiva, referiram que as raparigas o consumiam com maior frequência do que os rapazes.

O consumo de Bebidas com Adição de Açúcar foi abordado em 50,0% dos artigos (Borghese et al., 2014; Heitmann et al., 2011; Johnson et al., 2011; Lauria et al., 2012; Liang et al., 2009; Skatrud-Mickelson et al., 2011), sendo que destes, 16,7% (Heitmann et al., 2011; Liang et al., 2009) relacionaram o elevado consumo com o tempo excessivo e a visualização televisiva durante as refeições. Cerca de 16,7% dos estudos (Borghese et al., 2014; Johnson et al., 2011) relacionaram o elevado consumo com o tempo excessivo de visualização televisiva, 8,3% (Lauria et al., 2012), para além do tempo, relacionaram o consumo com a presença de televisão no quarto. Importa referir que 8,3% dos artigos (Skatrud-Mickelson et al., 2011) evidenciaram diferenças estatisticamente significativas, entre género masculino e feminino, no consumo de Bebidas com Adição de Açúcar durante a visualização televisiva, referindo que os rapazes consumiam com maior frequência do que as raparigas. Os restantes 50,0% (Anschutz et al., 2009; Bellissimo et al., 2017; Fiates et al., 2008; Halford et al., 2008; Harris et al., 2009; Reisch et al., 2013) não abordaram este tipo de bebida.

O consumo de Bebidas Pobres em Calorias/Bebidas sem adição de açúcar foi observado apenas em 16,7% artigos (Borghese et al., 2014; Skatrud-Mickelson et al., 2011). Destes, 8,3% (Borghese et al., 2014) relacionaram o elevado consumo com o tempo excessivo de visualização televisiva apresentando resultados estatisticamente significativos e 8,3% (Skatrud-Mickelson et al., 2011) referiram que, apesar das raparigas consumirem com maior frequência aqueles produtos enquanto viam televisão comparativamente aos rapazes, a diferença não era estatisticamente significativa.

A Tabela 4 sumariza os objetivos e síntese dos principais resultados relativos ao consumo de nutrientes durante a visualização de televisão pelas crianças. O elevado consumo de Glícidos verificou-se em 25,0% dos artigos (Bellissimo et al., 2017; Liang et al., 2009; Reisch et al., 2013), dos quais, 8,3% (Liang et al., 2009) relacionaram o elevado consumo de Sacarose proveniente da ingestão de Glícidos com o tempo excessivo de visualização televisiva e com a visualização televisiva durante as refeições, 8,3% (Bellissimo et al., 2017) relacionaram o elevado consumo de Glícidos com a presença de televisão às refeições (pequeno-almoço), e 8,3% (Reisch et al., 2013), ainda relacionaram o elevado consumo de Sacarose proveniente da ingestão de Glícidos com a presença de televisão no quarto.

O baixo consumo de Proteína verificou-se em 8,3% dos artigos (Bellissimo et al., 2017) que relacionaram o baixo consumo com a visualização televisiva às refeições (pequeno-almoço), apresentando resultados estatisticamente significativos.

O elevado consumo de Lípidos esteve presente em 16,7% dos artigos, que relacionaram o alto consumo de lípidos com a visualização televisiva durante as refeições.

TABELA 1. VISÃO GERAL DOS ESTUDOS INCLUÍDOS NA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE A "INFLUÊNCIA DA EXPOSIÇÃO TELEVISIVA NO CONSUMO ALIMENTAR DAS CRIANÇAS"

ESTUDO	TIPO DE ESTUDO	PAÍS	N	GÉNERO	IDADE MÉDIA (ANOS)	INSTRUMENTO DE RECOLHA DE DADOS
Anschutz et al., 2009	Experimental	Holanda	120	M: 46,70% F: 53,30%	9,8 ± 1,2	Exposição Televisiva com anúncios
Bellissimo et al., 2017	Transversal	Irão	607	M: 45,47% F: 54,53%	8,16 ± 1,37	Registo Alimentar Diário; Questionário de Hábitos Televisivos (Frequência Televisiva e Frequência de Refeições com Televisão);
Borghese et al., 2014	Transversal	Canada	523	M: 41,71% F: 58,30%	10 ± 0,37	Questionário de Frequência Alimentar e Televisiva
Fiates et al., 2008	Transversal	Brasil	57	M: 49% F: 51%	8,96 ± 1,13	Questionário de Frequência e Hábitos Alimentares; Questionário de Hábitos Televisivos (Frequência Televisiva, Frequência de Refeições com Televisão e Ter Televisão no Quarto)
Halford et al., 2008	Experimental	Inglaterra	59	M: 32 (54,2%) F: 27 (45,7%)	10,2	Exposição Televisiva com anúncios
Harris et al., 2009	Experimental	Estados Unidos da América	118	M: 62 (52,5%) F: 56 (47,5%)	8,8	Exposição Televisiva com anúncios; Questionário de Hábitos Televisivos (Frequência Televisiva, Frequência de Refeições com Televisão e Ter Televisão no Quarto)
Heitmann et al., 2011	Transversal	Dinamarca	697	M: 45,19% F: 54,81%	M: 9,8 ± 0,4 F: 9,7 ± 0,4	Recordatório 24h suplementado com registo alimentar qualitativo; Questionário de Frequência Televisiva e Frequência de Refeições com Televisão
Johnson et al., 2011	Transversal	Inglaterra	342	M: 44% F: 56%	11,17 ± 0,54	Questionário Frequência Alimentar e Televisiva
Lauria et al., 2015	Transversal	Itália	42182	M: 50,9% F: 49,1%	NI (8 a 9)	Questionário de Frequência e Hábitos Alimentares; Questionário de Hábitos Televisivos (Frequência Televisiva e Ter Televisão no Quarto)
Liang et al., 2009	Transversal	Canada	4966	NI	NI (10 a 11)	Questionário Frequência Alimentar e Televisiva e Frequência de Refeições com Televisão
Reisch et al., 2013	Estudo Longitudinal Prospetivo	Bélgica, Estónia, Alemanha, Itália e Espanha	229	M: 46,70% F: 53,30%	7,83 ± 0,77	Questionário de Frequência Alimentar e Hábitos Televisivos (Frequência Televisiva e Ter Televisão no Quarto)
Skatrud-Mickelson et al., 2011	Transversal	Inglaterra	1448	M: 51,40% F: 48,60%	NI (4ºao 6ºano)	Questionário de Hábitos Televisivos (Frequência Televisiva, Frequência de Refeições com Televisão e Ter Televisão no Quarto)

LEGENDA. N – TAMANHO AMOSTRAL, NI – NÃO IDENTIFICADO; M – MASCULINO; F – FEMININO

TABELA 2 – OBJETIVOS E SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS RELATIVOS AO CONSUMO DE ALIMENTOS

ESTUDO	OBJETIVOS	FRUTAS	HORTÍCOLAS	PRODUTOS AÇUCARADOS	PRODUTOS PASTELARIA/ CONFEITARIA	BATATAS FRITAS E BATATAS FRITAS (EMBALADAS)	PRODUTOS PRÉ-INDUSTRIALIZADOS/ FRITOS E FAST-FOOD	SNACKS SALGADOS
Anschutz et al., 2009	Testar experimentalmente os efeitos diretos dos anúncios alimentares na ingestão de lanches não anunciados, durante a visualização televisiva.	NI	NI	Na presença de anúncios alimentares, os rapazes (51,8 ± 6,7) consumiram mais chocolates (M&M'S) do que as raparigas (19,1 ± 6,3) (p-value = 0,050)	NI	NI	NI	NI
Bellissimo et al., 2017	Investigar a relação dos hábitos alimentares das crianças decorrente da visualização TV.	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Borghese et al., 2014	Determinar o melhor preditor entre tempo de visualização televisiva e tempo total sedentário, para a frequência de consumo alimentar.	O tempo excessivo de visualização TV correlacionou-se com o baixo consumo de Fruta (p-value < 0,002)	O tempo excessivo de visualização TV correlacionou-se com o baixo consumo de Hortícolas (p-value < 0,002)	O tempo excessivo de visualização TV correlacionou-se com o alto consumo de doces (p-value < 0,002)	O tempo excessivo de visualização TV correlacionou-se com o alto consumo de Produtos de Pastelaria (p-value < 0,002)	O tempo excessivo de visualização TV correlacionou-se com o alto consumo de Batatas Fritas (p-value < 0,002)	O tempo excessivo de visualização TV correlacionou-se com o alto consumo de Fritos e Fast-Food (p-value < 0,002)	NI
Fiates et al., 2008	Identificar o comportamento consumidor das crianças em relação aos seus hábitos alimentares e televisivos.	Não se verificou correlação entre a visualização TV e o consumo de Fruta (p-value = 1,000)	O tempo excessivo de visualização TV associou-se ao baixo consumo de Hortícolas (p-value = 0,004)	Não se verificou correlação entre a visualização TV e o consumo de doces (p-value = 0,858)	NI	NI	NI	NI
Halford et al., 2008	Investigar o efeito dos anúncios televisivos sobre a ingestão alimentar das crianças.	A exposição ao anúncio alimentar aumentou o consumo de Frutas (p-value = 0,001)	NI	A exposição ao anúncio alimentar aumentou o consumo de chocolates e gomas (p-value < 0,001)	NI	A exposição ao anúncio alimentar aumentou o consumo de batatas fritas (p-value < 0,001)	NI	A exposição ao anúncio alimentar não se correlacionou com o consumo de SS (p-value < 0,052)
Harris et al., 2009	Investigar o efeito dos anúncios televisivos sobre comportamentos alimentares.	NI	NI	NI	NI	NI	NI	A exposição ao anúncio alimentar aumentou o consumo de SS (p-value = 0,01)
Heitmann et al., 2011	Investigar as associações transversais entre hábitos TV e hábitos alimentares;	Tempo excessivo de visualização TV e a visualização durante as refeições correlacionou-se com o alto consumo de Frutas (p-value < 0,001)	Tempo excessivo de visualização TV e a visualização durante as refeições correlacionou-se com o baixo consumo de Hortícolas (p-value < 0,001)	Tempo excessivo de visualização TV e a visualização durante as refeições correlacionou-se com o alto consumo de Doces (p-value < 0,001)	NI	Tempo excessivo de visualização TV e a visualização durante as refeições correlacionou-se com o alto consumo de Batatas Fritas (p-value < 0,001)	Tempo excessivo de visualização TV e a visualização durante as refeições correlacionou-se com o alto consumo de Fast-food (p-value < 0,001)	NI
Johnson et al., 2011	Adotar uma abordagem multidimensional na avaliação dos correlatos independentes da ingestão alimentar das crianças.	Não se verificou correlação entre a visualização TV e ingestão Fruta (-0,06; 0,04)	Não se verificou correlação entre a visualização TV e ingestão de Hortícolas (-0,06; 0,04)	O tempo excessivo de visualização TV correlacionou-se com o alto consumo de Doces e Chocolates (p-value < 0,05)	O tempo excessivo de visualização TV correlacionou-se com o alto consumo de Produtos Pastelaria (p-value < 0,05)	O tempo excessivo de visualização TV correlacionou-se com o alto consumo de Batatas Fritas (p-value < 0,05)	O tempo excessivo de visualização TV correlacionou-se com o alto consumo de Produtos pré-industrializados e fritos (p-value < 0,05)	NI
Lauria et al., 2015	Descrever os hábitos alimentares nas crianças de 8 a 9 anos.	Tempo excessivo de visualização TV e ter TV no quarto correlacionou-se com o baixo consumo de Frutas (p-value < 0,001)	Tempo excessivo de visualização TV e ter TV no quarto correlacionou-se com o baixo consumo Hortícolas (p-value < 0,001)	NI	NI	NI	NI	NI
Liang et al., 2009	Examinar se o tempo total despendido e comer enquanto vê TV representam um risco de má nutrição.	O tempo excessivo de visualização TV (-0,26; -0,04) e a visualização durante as Refeições (-0,32; -0,22) correlacionou-se com o baixo consumo de Frutas	O tempo excessivo de visualização TV (-0,26; -0,04) e a visualização durante as Refeições (-0,32; -0,22) correlacionou-se com o baixo consumo de Hortícolas	NI	NI	NI	NI	O tempo excessivo de visualização TV (0,96; 4,71) e a visualização durante as Refeições (1,17; 3,10) correlacionou-se com o alto consumo de SS
Reisch et al., 2013	Investigar o impacto da publicidade nas preferências alimentares das crianças correlacionando-as com o seu estado ponderal.	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
Skatrud-Mickelson et al., 2011	Descrever a prevalência de petiscar lanches enquanto vê TV bem como categorizar o conteúdo alimentar.	A visualização TV durante as refeições correlacionou-se com o alto consumo de Frutas em ambos os géneros, porém as raparigas (22,6%) selecionaram com mais frequência do que rapazes (14,7%) (p-value = 0,003)	A visualização TV durante as refeições correlacionou-se com o alto consumo de Hortícolas em ambos os géneros, porém raparigas (22,6%) selecionaram com mais frequência do que rapazes (14,7%), (p-value = 0,003).	A visualização TV durante as refeições correlacionou-se com o alto consumo de Pipocas em ambos os géneros (p-value = 0,04).	NI	A visualização TV durante as refeições correlacionou-se com o alto consumo de Batatas Fritas em ambos os géneros.	NI	A visualização TV durante as refeições correlacionou-se com o alto consumo de SS em ambos os géneros.

LEGENDA. TV – TELEVISÃO; SS – SNACKS SALGADOS; NI – NÃO IDENTIFICADO.

TABELA 3. OBJETIVOS E SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS RELATIVOS AO CONSUMO DE BEBIDAS

ESTUDO	OBJETIVOS	SUMOS DE FRUTA NATURAIS	BEBIDAS COM ADIÇÃO DE AÇÚCAR	BEBIDAS POBRES EM CALORIAS/ BEBIDAS SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR
Anschutz et al., 2009	Testar experimentalmente os efeitos diretos dos anúncios alimentares na ingestão de lanches não anunciados, durante a visualização televisiva.	NI	NI	NI
Bellissimo et al., 2017	Investigar a relação dos hábitos alimentares das crianças decorrente da visualização TV.	NI	NI	NI
Borghese et al., 2014	Determinar o melhor preditor entre tempo de visualização televisiva e tempo total sedentário, para a frequência de consumo alimentar.	A visualização TV associou-se ao Alto Consumo de Sumos de Fruta (p-value < 0,002)	O tempo excessivo de visualização TV associou-se ao Alto Consumo de Bebidas com adição de açúcar/ Refrigerantes (p-value < 0,002)	O tempo excessivo de visualização TV associou-se ao Alto Consumo de Refrigerantes s/adição de açúcar (p-value < 0,002)
Fiates et al., 2008	Identificar o comportamento consumidor das crianças em relação aos seus hábitos alimentares e televisivos.	NI	NI	NI
Halford et al., 2008	Investigar o efeito dos anúncios televisivos sobre a ingestão alimentar das crianças.	NI	NI	NI
Harris et al., 2009	Investigar o efeito dos anúncios televisivos sobre comportamentos alimentares.	NI	NI	NI
Heitmann et al., 2011	Investigar as associações transversais entre hábitos TV e hábitos alimentares	NI	Tempo excessivo de visualização TV (p-value < 0,01) e visualização TV durante as Refeições associou-se ao Alto Consumo de Refrigerantes em ambos os géneros (p-value < 0,001)	NI
Johnson et al., 2011	Adotar uma abordagem multidimensional na avaliação dos correlatos independentes da ingestão alimentar das crianças.	NI	Tempo excessivo de TV associou-se ao Alto Consumo de Bebidas com adição de açúcar/Refrigerantes (p-value < 0,05)	NI
Lauria et al., 2015	Descrever os hábitos alimentares nas crianças de 8 a 9 anos.	NI	Tempo excessivo de TV e Ter TV no quarto associou-se ao Alto Consumo de Bebidas com adição de açúcar/ Refrigerantes (p-value < 0,001)	NI
Liang et al., 2009	Examinar se o tempo total despendido e comer enquanto vê TV representam um risco de má nutrição.	NI	O tempo excessivo de TV (1,63; 2.90) e Refeições na presença de TV (2,36; 3,64) associou-se ao Alto Consumo de Refrigerantes	NI
Reisch et al., 2013	Investigar o impacto da publicidade nas preferências alimentares das crianças correlacionando-as com o seu estado ponderal.	NI	NI	NI
Skatrud-Mickelson et al., 2011	Descrever a prevalência de petiscar lanches enquanto vê TV bem como categorizar o conteúdo alimentar.	Raparigas relataram beber significativamente mais sumo do que os rapazes, na presença de TV (p-value = 0,02)	Rapazes relataram consumir mais bebidas c/adição de açúcar do que raparigas, na presença de TV (p-value = 0,006)	Raparigas relataram um consumo mais frequente do que os rapazes, na presença de TV, porém não houve diferença estatística (p-value = 0,11)

LEGENDA. TV – TELEVISÃO; NI – NÃO IDENTIFICADO.

TABELA 4. OBJETIVOS E SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS RELATIVOS AO CONSUMO DE NUTRIENTES

ESTUDO	OBJETIVOS	GLÍCIDOS	PROTEÍNA	LÍPIDOS
Anschutz et al., 2009	Testar experimentalmente os efeitos diretos dos anúncios alimentares na ingestão de lanches não anunciados, durante a visualização televisiva.	NI	NI	NI
Bellissimo et al., 2017	Investigar a relação dos hábitos alimentares das crianças decorrente da visualização TV.	A visualização televisiva durante o pequeno-almoço associou-se ao Alto Consumo de Glícidos (p-value = 0,02)	A visualização televisiva durante o pequeno-almoço associou-se ao Baixo Consumo de Proteína (p-value = 0,028)	A visualização televisiva durante o lanche almoço associou-se ao Alto Consumo de Lípidos (p-value = 0,04)
Borghese et al., 2014	Determinar o melhor preditor entre tempo de visualização televisiva e tempo total sedentário, para a frequência de consumo alimentar.	NI	NI	NI
Fiates et al., 2008	Identificar o comportamento consumidor das crianças em relação aos seus hábitos alimentares e televisivos.	NI	NI	NI
Halford et al., 2008	Investigar o efeito dos anúncios televisivos sobre a ingestão alimentar das crianças.	NI	NI	NI
Harris et al., 2009	Investigar o efeito dos anúncios televisivos sobre comportamentos alimentares.	NI	NI	NI
Heitmann et al., 2011	Investigar as associações transversais entre hábitos TV e hábitos alimentares.	NI	NI	NI
Johnson et al., 2011	Adotar uma abordagem multidimensional na avaliação dos correlatos independentes da ingestão alimentar das crianças.	NI	NI	NI
Lauria et al., 2015	Descrever os hábitos alimentares nas crianças de 8 a 9 anos.	NI	NI	NI
Liang et al., 2009	Examinar se o tempo total despendido e comer enquanto vê TV representam um risco de má nutrição.	O tempo excessivo de TV (0,86; 2,24) e visualização TV durante as Refeições (1,17; 1,90) associou-se ao Alto Consumo de Glícidos (Sacarose)	NI	A visualização TV durante as Refeições (0,49; 1,41) associou-se ao Alto Consumo de Lípidos
Reisch et al., 2013	Investigar o impacto da publicidade nas preferências alimentares das crianças correlacionando-as com o seu estado ponderal.	A presença de TV no quarto associou-se ao Alto Consumo de Glícidos (Sacarose) (p-value <1), porém não foi significativa.	NI	NI
Skatrud-Mickelson et al., 2011	Descrever a prevalência de petiscar lanches enquanto vê TV bem como categorizar o conteúdo alimentar.	NI	NI	NI

LEGENDA. TV – TELEVISÃO; NI – NÃO IDENTIFICADO.

4. DISCUSSÃO

O objetivo desta revisão sistemática foi analisar a possível existência de uma associação entre a visualização televisiva e o consumo alimentar nas crianças. A relação entre a visualização televisiva e o estado ponderal da criança ainda é um tema pouco explorado, porém, pode ser explicado pelo efeito moderador da alimentação, nomeadamente a ingestão alimentar decorrente da exposição televisiva (Sisson, Shay, Broyles, & Leyva,

2012). São vários os autores que têm focado a televisão, como um meio promotor de escolhas alimentares não saudáveis.

Na presente revisão, em pelo menos 33,3% dos estudos, o baixo consumo de frutas e hortícolas (Borghese et al., 2014; Heitmann et al., 2011; Lauria et al., 2012; Liang et al., 2009) foi associado negativamente à exposição televisiva. Este resultado é consistente com o estudo de Matheson, Killen, Wang, Varady e Robinson (2000) no qual, durante a semana, as crianças consumiam menos fruta e legumes durante a visualização televisiva. Outro estudo realizado em vários países da Europa e América do Norte (Roberts, Vereecken, Todd, Maes, & Mulvihill, 2006) refere que, a associação entre a visualização televisiva e a redução do consumo de frutas e hortícolas, pode estar relacionada com um estilo de vida menos saudável ou, possivelmente, ser resultado da substituição desses géneros alimentícios por outros anunciados com mais frequência.

De acordo com o estudo COSI Portugal 2016 (Rito, Sousa, Mendes, & Graça, 2017), as crianças manifestam um consumo prevalente de alimentos como pizzas, batatas fritas e batatas fritas de pacote, hambúrgueres, enchidos, salsichas e folhados. Os resultados do presente estudo são consistentes com a literatura visto que, 41,7% dos estudos evidenciaram o elevado consumo de Batatas Fritas/ Batatas Fritas Embaladas (Borghese et al., 2014; Halford et al., 2008; Heitmann et al., 2011; Johnson et al., 2011; Skatrud-Mickelson et al., 2011), consumo de Produtos Pré-Industrializados / Fritos e Fast-Food (Borghese et al., 2014; Heitmann et al., 2011; Johnson et al., 2011) e consumo de Snacks Salgados (25,0%) (Liang et al., 2009; Skatrud-Mickelson et al., 2011), existindo uma relação desse consumo com o tempo excessivo de visualização televisiva, refeições com a televisão ligada e a exposição a anúncios de conteúdo alimentar. O estudo COSI Portugal 2016 (Rito et al., 2017) aferiu que, biscoitos/bolachas doces, bolos, donuts, rebuçados, gomas ou chocolates também são frequentemente consumidos pelas crianças. Cerca de 50% dos estudos reforçam a literatura, documentando que o elevado consumo destes produtos alimentares (Produtos Açucarados e Produtos de Pastelaria/ Confeitaria). Nestes estudos foi possível, ainda, verificar que o elevado consumo estava associado à exposição televisiva (Borghese et al., 2014; Johnson et al., 2011) e/ ou visualização televisiva durante as refeições (Heitmann et al., 2011; Skatrud-Mickelson et al., 2011) bem como, exposição de anúncios de conteúdo alimentar (Anschutz et al., 2009; Halford et al., 2008). A literatura tem demonstrado que, as crianças que excedem o período recomendado de visualização televisiva (mais de 2h/dia), que realizam as suas refeições com televisão ligada e que têm uma televisão no seu quarto, são grandes consumidores de biscoitos doces, bolos/donuts, produtos de confeitaria, entre outros (Boylan, Hardy, Drayton, Grunseit, & Mihrshahi, 2017). Relativamente à ingestão de bebidas, as mais citadas foram as bebidas com adição de açúcar (n = 6; 50,0%), as quais se associaram positivamente com o tempo excessivo de visualização (Borghese et al., 2014; Johnson et al., 2011) e/ou visualização televisiva durante as refeições (Heitmann et al., 2011; Liang et al., 2009; Skatrud-Mickelson et al., 2011) e, ainda, a presença de televisão no quarto (Lauria et al., 2012). Estes resultados corroboram os apontados na literatura que referem o consumo de grandes porções de bebidas com adição de açúcar pelas crianças mais propensas a ver televisão por mais de 2h/dia (Gui et al., 2017; Powell, Szczypka, & Chaloupka, 2010). Uma revisão de literatura (Pearson & Biddle, 2011) vem reforçar os resultados, documentando que a visualização televisiva nas crianças está positivamente associada ao consumo de alimentos e bebidas de alta densidade energética. Quanto ao consumo alimentar expresso em nutrientes aferiu-se que, em pelo menos 16,7% dos estudos, o elevado consumo de glícidos e lípidos estava positivamente associado ao tempo excessivo de visualização televisiva e/ou ver televisão durante as refeições (Bellissimo et al., 2017; Liang et al., 2009). Estes resultados vão ao encontro do estudo de Manios et al. (2009) em que foi evidente um consumo maioritário de gordura total entre as crianças que vêm televisão por mais de 2 h/dia. Os resultados são, igualmente, consistentes com os obtidos por Wiecha et al. (2006) em que o aumento da visualização televisiva foi correlacionado com o aumento do consumo

de alimentos comummente anunciados, que geralmente são ricos em gordura e açúcar. Lissner et al. (2012) aferiu, também, que as crianças (2 a 9 anos) que viam mais de 60 minutos de televisão por dia, que comiam enquanto viam televisão e que tinham uma televisão no quarto eram propensas a consumir géneros alimentícios com elevado teor de gordura e açúcar. Uma revisão da literatura de Avery, Anderson, & McCullough (2017) vem reforçar os resultados documentando que, mesmo a partir dos 2 anos, as crianças que comem enquanto veem televisão têm maior probabilidade de consumir alimentos com elevado teor de gordura e açúcar.

A literatura documenta que a visualização televisiva concomitante com a refeição pode resultar em comer de forma impensada, ou seja, o tempo de visualização televisiva pode atuar como um fator de distração, limitando a capacidade do indivíduo de controlar sinais fisiológicos associados à saciedade, levando, em última instância, ao aumento da ingestão calórica (Coon, Goldberg, Rogers, & Tucker, 2012; Dunstan et al., 2015; Tsujiguchi et al., 2018). Os resultados corroboram com o que é documentado visto que 50,0% dos artigos (Bellissimo et al., 2017; Fiates et al., 2008; Harris et al., 2009; Heitmann et al., 2011; Liang et al., 2009; Skatrud-Mickelson et al., 2011) que mencionaram a visualização televisiva durante as refeições, 41,7% (Bellissimo et al., 2017; Harris et al., 2009; Heitmann et al., 2011; Liang et al., 2009; Skatrud-Mickelson et al., 2011) evidenciaram um elevado consumo de produtos alimentares densamente energéticos. Dois estudos experimentais (16,7%) demonstraram que anúncios de conteúdo alimentar contribuem diretamente para o aumento da ingestão alimentar nas crianças, nomeadamente produtos açucarados e snacks salgados (Anschutz et al., 2009; Harris et al., 2009). Estes resultados vêm fortalecer a literatura no sentido em que, a maior parte dos anúncios de conteúdo alimentar veiculados na televisão refere-se a alimentos de baixo valor nutricional. Um estudo internacional (Kelly et al., 2010) revelou que as crianças estão expostas a muita publicidade alimentar na televisão e que, apesar da frequência dessa publicidade variar por país, o objetivo, na globalidade, é a comercialização de produtos não saudáveis. Na Argentina, 64% dos anúncios de conteúdo alimentar foram classificados como insalubres e quase 50% dos alimentos anunciados eram ricos em açúcar, 25% eram ricos em gordura saturada, 15% eram ricos em sódio e 16% eram ricos em gordura total (Rovirosa, Gotthelf, & Ferrante, 2017). Outro estudo conduzido na Turquia, relatou que dos 32,1% dos anúncios de conteúdo alimentar, 81% eram referentes a produtos ricos em gordura, açúcar e/ou sal e de baixo valor nutricional (Guran, 2011). Da mesma forma, um estudo Brasileiro também mencionou que cerca de 60% anúncios de conteúdo alimentar mencionaram grupos de alimentos processados e ultraprocessados, destacando-se os produtos ricos em açúcar, como refrigerantes e outras bebidas com adição de açúcar (22,7%) e gelados, chocolates e outros doces (17%) (Maia et al., 2017). Importa, também, referir que a exposição a anúncios televisivos pode afetar de maneira diferente ambos os géneros. Anshutz et al. (2009) mostraram que, perante a visualização de anúncios de conteúdo alimentar, os rapazes consumiram mais alimentos açucarados (chocolates) do que as raparigas. Uma possível justificação seria pelo facto dos rapazes comerem mais porque são mais vulneráveis a estímulos alimentares (odor e visão) do que as raparigas (Van Strien & Bazelier, 2007). Além dos estímulos alimentares, pode-se notar também que os rapazes são frequentemente descritos com menos autocontrolo (Piquero & Turner, 2002) do que as raparigas e, em contrapartida, o baixo autocontrolo tem sido relacionado com a maior ingestão de gordura saturada (Wills, Isasi, Mendoza, & Ainette, 2007). Outra possível explicação seria pelo facto das raparigas sofrerem mais com a pressão sociocultural, distúrbios alimentares e/ou insatisfação corporal do que os rapazes (Ouwens, Cebolla, & Van Strien, 2012), daí evidenciarem maior restrição alimentar. Dos cinco estudos (41,7%) que incluíram nos seus questionários a presença de televisão no quarto, dois relacionaram esse facto com o baixo consumo de frutas e hortícolas, o elevado consumo de bebidas com adição de açúcar (Lauria et al., 2012) e com o elevado consumo de açúcar (Reisch et al., 2013). Pesquisas anteriores vieram corroborar estes resultados visto que, o tempo excessivo de visualização televisiva

proporciona às crianças oportunidades mais frequentes de consumo excessivo durante a exibição televisiva, pois estão sujeitos a uma maior exposição a anúncios televisivos que demonstraram afetar negativamente os seus padrões alimentares e, ainda, vem reforçar o poder de insistência de pedidos aos pais para adquirirem esses produtos (Borghese et al., 2015; Chaput, Klingenberg, Astrup, & Sjödin, 2011; Heitmann et al., 2011; Ng et al., 2015; Temple, Giacomelli, Kent, Roemmich, & Epstein, 2007). O estudo de Schwartz et al. (2015) mencionou, ainda, que um possível mecanismo de ligação entre ter televisão no quarto e aumentar o consumo de bebidas açucaradas pode ser devido à diminuta duração de sono a que as crianças estão sujeitas e, portanto, estão mais propensas a ingerir bebidas açucaradas com cafeína durante o dia.

Com base na qualidade e na dimensão amostral dos estudos abordados nesta revisão, os dados apresentados sobre hábitos alimentares não saudáveis parecem confirmar que o consumo alimentar nas crianças ocorre porque há um estímulo, mas o que faz com que uma criança escolha um determinado produto em relação aos outros semelhantes é o poder de persuasão da publicidade. Isto porque a criança não tem conhecimento suficiente para distinguir as características nutricionais de um alimento e saber se ele é bom ou não, mas, influenciada pela publicidade e pelos apelos visuais do produto, ela acredita que este seja melhor que os demais (Elliott, & Brierley, 2012). Assim, a proibição da publicidade de alimentos não saudáveis diminuiria a preferência das crianças por tais produtos. É de salientar que os anúncios não determinam a quantidade de alimentos que a criança consome, porém se a propaganda vai despertar o interesse pelo produto, a repetição do anúncio gera a repetição do desejo e, consequentemente levará a que a criança não consuma apenas uma vez o alimento, mas enquanto presenciar tal propaganda haverá a ânsia pelo produto. Desta forma, devem ser garantidos mecanismos de proteção face ao ambiente de estímulos voltados para o consumismo de modo a proteger a criança, ao longo da sua vida (Sally, Burlandy, & Beiler, 2011). Ademais, tem sido também solicitado por profissionais de saúde pública, definir a faixa etária adequada para proteger as crianças da publicidade televisiva de conteúdo alimentar (Carter, Patterson, Donovan, Ewing, & Roberts, 2011; Graff, Kunkel, & Mermin, 2012). A ação pública não deve apenas restringir-se a limitar a publicidade dos alimentos não saudáveis, mas opções alimentares saudáveis precisam simultaneamente de ser incentivadas, apoiadas e protegidas (Monteiro & Castro, 2009). No geral, a presente investigação sugere que para crianças compreendidas nesta faixa etária (6 aos 11 anos), a exposição televisiva reduz a qualidade da dieta, evidenciando um maior consumo de alimentos ricos em gordura e açúcar, menos hortofrutícolas e maior consumo de bebidas açucaradas. Recomenda-se, portanto, que os pais sejam alvos de intervenção, com o aumento da literacia sobre a importância de hábitos alimentares saudáveis. A influência dos pais é fundamental para estabelecer e impor limites ao tempo e conteúdo televisivo, particularmente durante a refeição, e, encorajar refeições em família sem a televisão ligada (Avery et al., 2017). São vários os países em que as políticas relativas aos anúncios de conteúdo alimentar transmitidos na televisão estão em discussão e, em alguns, as crianças são protegidas de tal exposição tanto quanto possível, por exemplo a Suécia proibiu todos os anúncios destinados a crianças com idade inferior a 12 anos (Valkenburg, 2000). Também no Reino Unido, foram introduzidas restrições para reduzir a publicidade televisiva de produtos alimentares com alto teor de gordura, açúcar e sal, através da proibição de anúncios especificamente criados para menores de 16 anos (Office of Comunications, 2007). Em Portugal, uma nova lei limita a publicidade de alimentos e bebidas com elevado teor de sal, açúcares e gorduras dirigida a menores de 16 anos, nas escolas e suas imediações, bem como nos intervalos de programas e filmes ou páginas na internet e redes sociais destinadas a crianças. Na promoção destes produtos, as marcas deixam também de poder usar mascotes ou personagens ligadas ao mundo infantil (Lei nº 30/2019 de 23 de abril). Fruto de muitos fatores, mas também

do trabalho realizado pelos profissionais de saúde e educação os recentes dados preliminares da 5ª fase do COSI Portugal, descrevem um decréscimo consistente na população escolar portuguesa entre os 6 e os 8 anos compreendendo um período que vai de 2007/2008 a 2018/2019 (INSA, 2019).

CONCLUSÃO

Diante dos resultados obtidos nesta investigação, constatou-se que a exposição televisiva está negativamente associada ao consumo de frutas e hortícolas e positivamente associada ao consumo de produtos com elevado teor de açúcar, gordura e sal. Dada a prevalência atual de ter televisão no quarto, fazer refeições com a televisão ligada e a prolongada visualização televisiva sejam preocupantes, torna-se imperativo reunir esforços para reduzir a exposição televisiva nesta faixa etária. Como a maioria dos comportamentos ocorre em casa, é fundamental que os familiares implementem regras no sentido de não colocarem televisões nos quartos e removerem as que já existem, eduquem no sentido da interromperem a visualização de ver televisão para efetuarem as refeições, definam limites de tempo e tornem mais seletiva a visualização televisiva.

Esta revisão sistemática apresenta algumas limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados, tais como a heterogeneidade dos estudos incluídos, a falta de padronização do instrumento utilizado e perceções autoreferidas que se prestam a vieses de memória e desejo social. É de realçar que 58,3% dos estudos não citaram qualquer tipo de validação do instrumento utilizado para a recolha de dados. Assim sendo, torna-se pertinente referir que a investigação nesta área deveria evoluir de forma a proporcionar uma redução do enviesamento dos resultados. Na presente revisão sistemática de literatura, a maioria dos estudos realizados foram transversais e estes não conseguem determinar importantes relações de causa e efeito. Portanto, torna-se necessário realizar-se estudos longitudinais para entender melhor a relação causal entre comportamentos alimentares e televisivos. Importa, também, referir que outra possível limitação foi a falta de dados sobre o tipo de programação que as crianças viam enquanto comiam refeições e que poderá ter influenciado o consumo alimentar. Para colmatar, fica provada a necessidade de reforçar a pesquisa sobre esta temática de forma a contribuir com dados mais precisos sobre a exposição televisiva e consumo alimentar nas crianças dos 6 aos 11 anos, com intuito de melhorar os seus comportamentos alimentares e televisivos e potencialmente reduzir a obesidade infantil.

REFERÊNCIAS

American Academy of Pediatrics. (2001). Children, Adolescent and TV. Retrieved November 22, 2019, from http://pediatrics.aappublications.org

Anschutz, D. J., Engels, R. C. M. E., & Van Strien, T. (2009). Side effects of television food commercials on concurrent nonadvertised sweet snack food intakes in young children. American Journal of Clinical Nutrition, 89(5), 1328–1333. https://doi.org/10.3945/ajcn.2008.27075

Avery, A., Anderson, C., & McCullough, F. (2017). Associations between children's diet quality and watching television during meal or snack consumption: A systematic review. Maternal and Child Nutrition, 13. https://doi.org/10.1111/mcn.12428

Bellissimo, N., Salehi-Marzijarani, M., Ghobadi, S., Faghih, S., Totosy de Zepetnek, J. O., Hemmatdar, Z., ... Barati, R. (2017). Association between overweight/obesity and eating habits while watching television among primary-school children in the city of Shiraz, Iran. Public Health Nutrition, 21(03), 571–579. https://doi.org/10.1017/s1368980017003251

Borghese, M. M., Tremblay, M. S., Katzmarzyk, P. T., Tudor-Locke, C., Schuna, J. M., Leduc, G., ... Chaput, J. P. (2015). Mediating role of television time, diet patterns, physical activity and sleep duration in the association between television in the bedroom and adiposity in 10 year-old children. International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity, 12(1), 1–10. https://doi.org/10.1186/s12966-015-0221-5

Borghese, M. M., Tremblay, M. S., Leduc, G., Boyer, C., Bélanger, P., LeBlanc, A. G., ... Chaput, J.-P. (2014). Independent and combined associations of total sedentary time and television viewing time with food intake patterns of 9- to 11-year-old Canadian children. Applied Physiology, Nutrition, and Metabolism, 39(8), 937–943. https://doi.org/10.1139/apnm-2013-0551

Borraccino, A., Lemma, P., Berchialla, P., Cappello, N., Inchley, J., Dalmasso, P., ... Scotti, M. T. (2016). Unhealthy food consumption in adolescence: Role of sedentary behaviours and modifiers in 11-, 13- and 15-year-old Italians. European Journal of Public Health, 26(4), 650–656. https://doi.org/10.1093/eurpub/ckw056

Boylan, S., Hardy, L. L., Drayton, B. A., Grunseit, A., & Mihrshahi, S. (2017). Assessing junk food consumption among Australian children: trends and associated characteristics from a cross-sectional study. BMC Public Health, 17(1), 1–9. https://doi.org/10.1186/s12889-017-4207-x

Bundhun, D., Rampadarath, S., Puchooa, D., & Jeewon, R. (2018). Dietary intake and lifestyle behaviors of children in Mauritius. Heliyon, 4(2), e00546. https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2018.e00546

Camelo, L. do V., Rodrigues, J. F. de C., Giatti, L., & Barreto, S. M. (2012). Lazer sedentário e consumo de alimentos entre adolescentes brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2009. Cadernos de Saúde Pública, 28(11), 2155–2162. https://doi.org/10.1590/s0102-311x2012001100015

Carter, O. B. J., Patterson, L. J., Donovan, R. J., Ewing, M. T., & Roberts, C. M. (2011). Children's understanding of the selling versus persuasive intent of junk food advertising: Implications for regulation. Social Science and Medicine, 72(6), 962–968. https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2011.01.018

Chaput, J. P., Klingenberg, L., Astrup, A., & Sjödin, A. M. (2011). Modern sedentary activities promote overconsumption of food in our current obesogenic environment. Obesity Reviews, 12(501), 12–20. https://doi.org/10.1111/j.1467-789X.2010.00772.x

Coon, K., Goldberg, J., Rogers, B., & Tucker, K. (2012). Food Consumption Patterns, 73(1), 66–71. https://doi.org/10.3148/73.2.2012.66

Dunstan, D. W., Salmon, J., McNaughton, S. A., Leech, R., Fletcher, E., & Lacy, K. E. (2015). Is the relationship between sedentary behaviour and cardiometabolic health in adolescents independent of dietary intake? A systematic review. Obesity Reviews, 16(9), 795–805. https://doi.org/10.1111/obr.12302

Elliott PhD, C., & Brierley MScBMC, M. (2012). Healthy Choice?: Exploring How Children Evaluate the Healthfulness of Packaged Foods. Canadian Journal of Public Health, 103(6), 453–458. Retrieved from https://search.proquest.com/docview/1285440316?accountid=27797

Engle, K. M.; Mei, T-S.; Wasa, M.; Yu, J.-Q. (2008). Comportamentos do uso de tv e petiscar em crianças e adolescentes na china. Accounts of Chemical Research, 45(6), 788–802. https://doi.org/10.1038/jid.2014.371

Fernandes, R. A., Casonatto, J., Kawaguti, S. S., Ronque, E. R. V., Cardoso, J. R., Júnior, I. F. F., & Oliveira, A. R. (2011). Cross-sectional association between healthy and unhealthy food habits and leisure physical activity in adolescents. Jornal de Pediatria, 87(3), 252–256. https://doi.org/10.2223/JPED.2093

Fiates, G. M. R., Amboni, R. D. D. M. C., & Teixeira, E. (2008). Comportamento consumidor, hábitos alimentares e televisão por crianças de Florianópolis. Revista de Nutricao, 21(1), 105–114. https://doi.org/10.1590/S1415-52732008000100011

Graff, B. S., Kunkel, D., & Mermin, S. E. (2012). Government Can Regulate Food Advertising To Children Because Cognitive Research Shows That It Is Inherently Misleading.

Gui, Z. H., Zhu, Y. N., Cai, L., Sun, F. H., Ma, Y. H., Jing, J., & Chen, Y. J. (2017). Sugar-sweetened beverage consumption and risks of obesity and hypertension in chinese Children and adolescents: A national cross-sectional analysis. Nutrients, 9(12), 1–14. https://doi.org/10.3390/nu9121302

Guran, T. (2011). International epidemic of childhood obesity and television viewing. Division of Pediatric Endocrinology Marmara University, 63(6), 483–490.

Halford, J. C. G., Boyland, E. J., Hughes, G. M., Stacey, L., McKean, S., & Dovey, T. M. (2008). Beyond-brand effect of television food advertisements on food choice in children: The effects of weight status. Public Health Nutrition, 11, 897–904. https://doi.org/10.1017/S1368980007001231

Harris, J. L., Bargh, J. A., & Brownell, K. D. (2009). Priming Effects of Television Food Advertising on Eating Behavior. Health Psychology, 28(4), 404–413. https://doi.org/10.1037/a0014399

Heitmann, B. L., Møller, N. C., Togo, P., Nielsen, B. M., Kristensen, P. L., & Hare-Bruun, H. (2011). Television viewing, food preferences, and food habits among children: A prospective epidemiological study. BMC Public Health, 11(1). https://doi.org/10.1186/1471-2458-11-311

INSA. (2019). COSI Portugal 2019, INSA. Retrieved from http://www.insa.min-saude.pt/cosi-portugal-2019-excesso-de-peso-e-obesidade-infantil-continuam-em-tendencia-decrescente/

Johnson, L., Van Jaarsveld, C. H. M., & Wardle, J. (2011). Individual and family environment correlates differ for consumption of core and non-core foods in children. British Journal of Nutrition, 105(6), 950–959. https://doi.org/10.1017/S0007114510004484

Kelly, B., Halford, J. C. G., Boyland, E. J., Chapman, K., Bautista-Castaño, I., Berg, C., … Summerbell, C. (2010). Television food advertising to children: A global perspective. American Journal of Public Health, 100(9), 1730–1736. https://doi.org/10.2105/AJPH.2009.179267

Kelly, B., Hebden, L., King, L., Xiao, Y., Yu, Y., He, G., … Kim, H. (2016). Children's exposure to food advertising on free-to-air television: An Asia-Pacific perspective. Health Promotion International, 31(1), 144–152. https://doi.org/10.1093/heapro/dau055

Lauria, L., Spinelli, A., Cairella, G., Censi, L., Nardone, P., & Buoncristiano, M. (2012). Hábitos Alimentares nas Crianças Italianas 8 aos 10 anos. Retrieved from https://pdfs.semanticscholar.org/2ed8/b0bc0c93347c83f092eb102a2d79383c5a90.pdf

Lei n° 30/2019 de 23 de abril. Diario da República n°79/2019 - Série I. Assembleia da República. Lisboa

Liang, T., Kuhle, S., & Veugelers, P. J. (2009). Nutrition and body weights of canadian children watching television and eating while watching television. Public Health Nutrition, 12(12), 2457–2463. https://doi.org/10.1017/S1368980009005564

Maia, E. G., Costa, B. V. de L., Coelho, F. de S., Guimarães, J. S., Fortaleza, R. G., & Claro, R. M. (2017). Análise da publicidade televisiva de alimentos no contexto das recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira. Cadernos de Saúde Pública, 33(4), 1–11. https://doi.org/10.1590/0102-311x00209115

Matheson, D. M., Killen, J. D., Wang, Y., Varady, A., & Robinson, T. N. (2000). Consumo de alimentos para crianças durante a visualização de televisão, 1–8.

Monteiro, C. A., & Castro, I. R. R. de. (2009). Por que é necessário regulamentar a publicidade de alimentos. Artigos e Ensaios, 07(3), 55–66.

Ng, S. H., Kelly, B., Se, C. H., Sahathevan, S., Chinna, K., Ismail, M. N., & Karupaiah, T. (2015). Reading the mind of children in response to food advertising: A cross-sectional study of Malaysian schoolchildren's. BMC Public Health, 15(1), 1–14. https://doi.org/10.1186/s12889-015-2392-z

Niermann, C. Y. N. (2018). Physical Activity , Screen Time , and Dietary Intake in Families : A Cluster-Analysis With Mother-Father-Child Triads, 6(September), 1–12. https://doi.org/10.3389/fpubh.2018.00276

Office of Comunications. (2007). Television advertising of food and drink products to children. Final statement, (March), 1–25. Retrieved from https://www.ofcom.org.uk/__data/assets/pdf_file/0028/47746/Television-Advertising-of-Food-and-Drink-Products-to-Children-Final-statement-.pdf

Ouwens, M., Cebolla, A., & Van Strien, T. (2012). Eating style, television viewing and snacking in pre-adolescent children. Nutricion Hospitalaria, pp. 1072–1078. https://doi.org/10.3305/nh.2012.27.4.5805

Pearson, N., & Biddle, S. J. H. (2011). Sedentary behavior and dietary intake in children, adolescents, and adults: A systematic review. American Journal of Preventive Medicine, 41(2), 178–188. https://doi.org/10.1016/j.amepre.2011.05.002

Pearson, N., Biddle, S. J. H., Griffiths, P., Johnston, J. P., & Haycraft, E. (2018). Clustering and correlates of screen-time and eating behaviours among young children. BMC Public Health, 18(1), 1–9. https://doi.org/10.1186/s12889-018-5698-9

Pérez-Farinós, N., Villar-Villalba, C., López Sobaler, A. M., Dal Re Saavedra, M. Á., Aparicio, A., Santos Sanz, S., … Ortega Anta, R. M. (2017). The relationship between hours of sleep, screen time and frequency of food and drink consumption in Spain in the 2011 and 2013 ALADINO: a cross-sectional study. BMC Public Health, 17(1), 1–12. https://doi.org/10.1186/s12889-016-3962-4

Piquero, A., & Turner, M. (2002). The stability of self-control. Journal of Criminal Justice, 30, 457–471.

Powell, L. M., Szczypka, G., & Chaloupka, F. J. (2010). Trends in exposure to television food advertisements among children and adolescents in the United States. Archives of Pediatrics and Adolescent Medicine, 164(9), 794–802. https://doi.org/10.1001/archpediatrics.2010.139

Ramos, E., Costa, A., Araújo, J., Severo, M., & Lopes, C. (2013). Effect of television viewing on food and nutrient intake among adolescents. Nutrition, 29, 1362–1367. https://doi.org/10.1016/j.nut.2013.05.007

Reisch, L. A., Gwozdz, W., Barba, G., De Henauw, S., Lascorz, N., & Pigeot, I. (2013). Experimental evidence on the impact of food advertising on children's knowledge about and preferences for healthful food. Journal of Obesity, 2013. https://doi.org/10.1155/2013/408582

Rito, A., Sousa, R. C. de, Mendes, S., & Graça, P. (2017). Childhood Obesity Surveillance Initiative: relatório COSI Portugal 2016. Retrieved from http://repositorio.insa.pt/handle/10400.18/4857

Roberts, C., Vereecken, C. A., Todd, J., Maes, L., & Mulvihill, C. (2006). Television viewing behaviour and associations with food habits in different countries. Public Health Nutrition, 9(02), 244–250. https://doi.org/10.1079/phn2005847

Rovirosa, A., Gotthelf, S., & Ferrante, D. (2017). Food and beverage advertising on children's TV channels in Argentina: Frequency, duration, and nutritional quality. Archivos Argentinos de Pediatria, 115(1), 28–34. https://doi.org/10.5546/aap.2017.eng.28

Sally, E. O., Burlandy, L., & Beiler, R. M. (2011). Regulamentação da propaganda de alimentos infantis como estratégia para a promoção da saúde, 481–490.

Sisson, S. B., Shay, C. M., Broyles, S. T., & Leyva, M. (2012). Television-viewing time and dietary quality among U.S. children and adults. American Journal of Preventive Medicine, 43(2), 196–200. https://doi.org/10.1016/j.amepre.2012.04.016

Skatrud-Mickelson, M., Adachi-Mejia, A. M., & Sutherland, L. A. (2011). Tween Sex Differences in Snacking Preferences during Television Viewing. Journal of the American Dietetic Association, 111(9), 1385–1390. https://doi.org/10.1016/j.jada.2011.06.004

Steele, E., Bialocerkowski, A., & Grimmer, K. (2003). review, 7, 1–7.

Temple, J. L., Giacomelli, A. M., Kent, K. M., Roemmich, J. N., & Epstein, L. H. (2007). Energy Intake in Children 1 – 3, (3), 355–361.

Tsujiguchi, H., Hori, D., Kambayashi, Y., Hamagishi, T., Asakura, H., Mitoma, J., … Nakamura, H. (2018). Relationship between screen time and nutrient intake in Japanese children and adolescents: A cross-sectional observational study. Environmental Health and Preventive Medicine, 23(1), 1–12. https://doi.org/10.1186/s12199-018-0725-0

Van Strien, T., & Bazelier, F. G. (2007). Perceived parental control of food intake is related to external, restrained and emotional eating in 7-12-year-old boys and girls. Appetite, 49(3), 618–625. https://doi.org/10.1016/j.appet.2007.03.227

Wills, T. A., Isasi, C. R., Mendoza, D., & Ainette, M. G. (2007). Self-Control Constructs Related to Measures of Dietary Intake and Physical Activity in Adolescents. Journal of Adolescent Health, 41(6), 551–558. https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2007.06.013yyyy

EXPOSIÇÃO TELEVISIVA E OBESIDADE INFANTIL DAS CRIANÇAS DOS 6 AOS 11 ANOS. QUE RELAÇÃO? REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

TELEVISION EXPOSURE AND CHILDHOOD OBESITY OF CHILDREN FROM 6 TO 11 YEARS. WHAT RELATIONSHIP? SYSTEMATIC REVIEW OF LITERATURE **EN**

—

EXPOSICIÓN DE TELEVISIÓN Y OBESIDAD INFANTIL DE NIÑOS DE 6 A 11 AÑOS. ¿QUÉ RELACIÓN? REVISIÓN SISTEMÁTICA DE LA LITERATURA **ES**

JOANA TEIXEIRA
Escola Superior de Saúde, Instituto Politécnico de Bragança, Avenida D. Afonso V - 5300-121 Bragança, Portugal
✉ joana.daniela.teixiera@gmail.com

ANA PEREIRA
Escola Superior de Saúde, Instituto Politécnico de Bragança, Avenida D. Afonso V - 5300-121 Bragança, Portugal
Centro de Investigação de Montanha, Instituto Politécnico de Bragança, Campus de Santa Apolónia, 5300-253 Bragança, Portugal
✉ amgpereira@ipb.pt

ANTÓNIO FERNANDES
Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Bragança, Campus de Santa Apolónia, 5300-253 Bragança, Portugal.
Centro de Investigação de Montanha, Instituto Politécnico de Bragança, Campus de Santa Apolónia, 5300-253 Bragança, Portugal
✉ toze@ipb.pt

Teixeira, J., Pereira, A. & Fernandes, A. (2021). Exposição televisiva e obesidade infantil das crianças dos 6 aos 11 anos. Que relação? Revisão sistemática da literatura. *Egitania Sciencia*, 29 (jun/dez), pp.245-267.

Submitted: 07th November 2019
Accepted: 08th November 2020

RESUMO

Estudos indicam uma associação entre a visualização televisiva e a obesidade, seja por incentivar o consumo de alimentos calóricos seja por conduzir ao sedentarismo, comportamento que contribui para a génese da obesidade. Este trabalho teve como objetivo estudar a relação entre a exposição televisiva e a obesidade infantil, em crianças dos 6 aos 11 anos. Realizou-se uma revisão sistemática da literatura, tendo sido selecionados 18 artigos nas plataformas Web of Science e PubMed, publicados entre 2008 e 2018, que respondessem aos objetivos. Esta revisão foi conduzida de acordo com as diretrizes PRISMA (Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises) e colaboração Cochrane para revisões sistemáticas. Verificou-se uma associação estatisticamente positiva entre o tempo de exposição televisiva e a obesidade (n=9; 53%). Em três artigos verificou-se uma relação entre a visualização de TV e a obesidade, independentemente do tempo despendido na visualização (n=3; 17,6%). Aferiu-se, também, que em 29,4% dos estudos (n=5), o nível de adiposidade aumentava nas crianças quando estas tinham uma TV no quarto.

Constatando-se que a existência de aparelho televisivo no quarto e o tempo de visualização de TV se relacionam com a obesidade nas crianças, conclui-se que é necessário e urgente o estímulo a atividades que promovam de um estilo de vida ativo.

Palavras-chave: *Obesidade, Televisão, Infância*

ABSTRACT

Studies indicate an association between television viewing and obesity, either by encouraging the consumption of caloric foods or by leading to physical inactivity, a behavior that contributes to the genesis of obesity. This work aimed to carry out a systematic review on the relationship between television exposure and childhood obesity, of children from 6 to 11 years. A systematic review of the literature was carried out and 18 articles were selected on the Web of Science and PubMed platforms, published between 2008 and 2018, that met the objectives. This review was conducted in accordance with the PRISMA guidelines and Cochrane collaboration for systematic reviews. There was a statistically positive association between television exposure time and obesity (n = 9; 53%). Three articles found a relationship between TV viewing and obesity, regardless of the time spent watching. (n = 3; 17.6%). It was also found that in 29.4% of the studies (n = 5), the level of adiposity increased in children when they had a TV in their bedroom. Noting that the existence of a television set in the bedroom and the TV viewing time is related to obesity in children, it is concluded that it is necessary and urgent to stimulate activities that promote an active lifestyle.

Keywords: *Obesity, Television, childhood*

RESUMEN

Los estudios indican una asociación entre la televisión y la obesidad, ya sea fomentando el consumo de alimentos ricos en calorías o conduciendo a un estilo de vida sedentario, un comportamiento que contribuye a la génesis de la obesidad. Este estudio tenido como objetivo estudiar la relación entre la exposición a la televisión y la obesidad infantil, de niños de 6 a 11 años. Se llevó a cabo una revisión sistemática de la literatura, con 18 artículos seleccionados en las plataformas Web of Science y PubMed publicados

entre 2008 y 2018, que cumplieron los objetivos. Esta revisión se realizó de acuerdo con las directrices de PRISMA y la colaboración Cochrane para revisiones sistemáticas. Se verificó una asociación estadísticamente positiva entre el tiempo de exposición a la televisión y la obesidad (n = 9; 53%). Tres artículos encontraron una relación entre ver televisión y la obesidad, independientemente del tiempo que pasen viendo. (n = 3; 17,6%). También se encontró que en el 29.4% de los estudios (n = 5), el nivel de adiposidad aumentó en los niños cuando tenían un televisor en su dormitorio. Dado que la existencia de un televisor en el dormitorio y el tiempo de visualización de la televisión están relacionados con la obesidad en los niños, se concluye que es necesario y urgente estimular actividades que promuevan un estilo de vida activo.

Palabras clave: *Obesidad, Televisión, Infancia*

INTRODUÇÃO

A prevalência da obesidade, em crianças, tem vindo a aumentar a nível mundial e a um ritmo alarmante, sobretudo nos países desenvolvidos. Dadas as graves e múltiplas repercussões desta patologia, tanto a curto como a médio e longo prazo, torna-se urgente a necessidade de implementação de estratégias de prevenção, mas também o diagnóstico precoce e intervenção atempada (Wang & Lobstein, 2006; WHO, 2004; DGS, 2020).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a obesidade como uma doença, em que o excesso de gordura corporal acumulada pode atingir graus capazes de prejudicar a saúde. A génese da obesidade deve-se a sucessivos balanços energéticos positivos, em que a quantidade de energia ingerida é superior à quantidade de energia gasta pelo organismo, ainda que outros fatores, também, determinem a sua origem, nomeadamente, genéticos, culturais, psicológicos, hormonais e uma série de fatores ambientais que afetam a alimentação, atividade física ou ambos (NCD-RisC, 2017; WHO, 2018).

A obesidade, de acordo com as curvas de percentis de Índice de Massa Corporal (IMC) do Centers for Disease Control and Prevention (CDC), específicos para a idade e género da criança, é descrita como um IMC no percentil 95 ou superior (CDC, 2001; DGS, 2013). Segundo a OMS, a obesidade é definida como um IMC no percentil 97 ou superior, específicos para a idade e género da criança (WHO, 2007).

A etiologia da obesidade está, seguramente, relacionada com padrões de comportamento alimentar caracterizados por elevado consumo de calorias e, paralelamente, a dietas cada vez menos ricas em cereais integrais e hortofrutícolas, para além de reduzidos níveis de atividade física e os elevados níveis de sedentarismo (WHO, 2018). A obesidade relaciona-se com padrões de comportamento alimentar caracterizados por um aumento do consumo de alimentos ricos em energia e ricos em gordura; e um aumento do sedentarismo e da inatividade física, induzidos pelas mudanças nos modos de transporte e aumento da urbanização (WHO, 2018).

Embora possa haver uma predisposição genética na origem da obesidade, tal não será causa suficiente para explicar o rápido aumento que se tem verificado nas taxas de obesidade infantil nas últimas décadas. É essencial identificar e, em seguida, abordar os fatores de nível populacional que tornam a sobrenutrição e a inatividade tão difundidas, não só para prevenir a obesidade mas, também, para reduzir morbilidades futuras relacionadas com a má nutrição (por exemplo, hipertensão, doenças cardíacas e cancro) (Ashton, 2004; Dibildox, 2014; Hingle & Kunkel, 2012; Veerman, Van Beeck, Barendregt & Mackenbach, 2009).

O aumento da prevalência de excesso de peso em crianças e adolescentes está associado ao aumento de comorbilidades como a hipertensão, diabetes, doenças cardíacas e cancro (Daniels, 2009; Raj, 2012; Tamborlane et al., 2004). Apresentam, também, consequências sociais e interpessoais adversas ao nível da auto-estima, auto-imagem e auto-conceito com a aparência física mais afetada, podendo induzir estados depressivos na adolescência (Gatineau & Dent, 2011). Segundo alguns autores, a obesidade em crianças e adolescentes é um preditor importante de obesidade no adulto e está associada a uma maior probabilidade de depressão, morte prematura e comorbilidades na vida adulta (Baker, Olsen & Sorensen, 2007; Franks et al., 2010).

De acordo com o Inquérito Alimentar Nacional de Atividade Física (IAN-AF), no ano 2017, com crianças com menos de 10 anos em Portugal, 17,3% apresentavam pré-obesidade e 7,7% obesidade (Camolas, Gregório, Sousa & Graça, 2017). A Associação

Portuguesa Contra a Obesidade Infantil (APCOI), em 2018, constatou que 32% das crianças entre os 2 e os 10 anos têm excesso de peso, entre as quais 14,6% são obesas (APCOI, 2018).

O Childhood Obesity Surveillance Initiative (COSI)/World Health Organization Regional Office for Europe é o sistema europeu de vigilância nutricional infantil coordenado pelo Gabinete Regional Europeu da OMS. Tem como principal objetivo criar uma rede sistemática de recolha, análise, interpretação e divulgação de informação descritiva sobre as caraterísticas do estado nutricional infantil de crianças dos 6 aos 8 anos. A abordagem da Obesidade Infantil é um dos eixos prioritários do Plano Nacional de Saúde – extensão a 2020 reforçando a importância de mecanismos de vigilância nutricional infantil. Torna-se, por isso, fundamental uma avaliação detalhada e compreensiva da magnitude deste problema de saúde sendo possível estimular uma adequada e mais ajustada resposta política.

A prevalência de excesso de peso infantil em Portugal foi, desde o início do estudo, uma das mais elevadas ao nível de países como a Grécia, Itália, Espanha e Malta. Dados recentes do COSI, em 2019, mostram que o excesso de peso em Portugal, decaiu para 29,6%, inicialmente em 37,9% em 2008, e a obesidade para 12,0%, inicialmente em 15,3% em 2008. A prevalência de excesso de peso nas crianças portuguesas tem vindo a diminuir consistentemente nos últimos anos (-7,2% de 2008 a 2016) apresentando-se, por isso, em melhor posicionamento a par da média europeia global (DGS, 2019). Embora se considere que se tem vindo a registar uma evolução positiva, Portugal continua a ser um dos países com maior prevalência de excesso de peso infantil.

Estudos transversais e longitudinais mostraram uma associação positiva entre o tempo gasto a assistir programas televisivos e o aumento da prevalência da obesidade infantil (Goris, Petersen, Stamatakis & Veerman, 2010), no entanto, ainda não são claros os fatores responsáveis pela relação. Estudos revelam que a televisão (TV) pode relacionar-se com a obesidade potenciando a ocupação do tempo com uma atividade sedentária; pode incentivar, através de publicidade, a ingestão de alimentos de menor qualidade nutricional e maior quantidade; e ambos em simultâneo (Andreyeva, Kelly & Harris, 2011; Chou, Rashad & Grossman, 2008; Dibildox, 2014; Ghamdi, 2013; Mitchell, Pate, Beets & Nader, 2012; Taveras et al., 2011; Zimmerman & Bell, 2010). A presente revisão sistemática teve como objetivo estudar a relação entre a exposição televisiva e a obesidade nas crianças, dos 6 aos 11 anos.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi efetuada de acordo com as recomendações PRISMA (Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises) (Harrad, Galvão, Pansati & Andrade, 2015), baseada na análise de artigos referentes à relação da exposição televisiva e a obesidade infantil.

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, em que os artigos foram selecionados por meio de busca nas bases de dados Pubmed e Web of Science, no horizonte temporal 2008 a 2018, utilizando os termos chave (children, child, childhood, television, TV, screen time, obesity, overweight, adiposity) e as diferentes combinações entre eles.

Com o intuito de obter artigos adequados ao objetivo do estudo, estabeleceu-se um conjunto de critérios de inclusão, nomeadamente, estudos sobre a relação da exposição televisiva e a obesidade em crianças, de idades compreendidas entre os 6 e os 11 anos de ambos os géneros, publicados entre 2008 e 2018, disponíveis em texto integral, e publicados em inglês, espanhol e português. Excluíram-se os estudos com artigos

de revisão sistemática, artigos de opinião, crianças com idades inferiores a 6 anos e superior a 11 anos e artigos que incluíssem apenas variáveis como Digital Versatile Disc (DVD), Compact Disc (CD's), rádio, videojogos e/ou computador. Como se pode verificar no fluxograma de seleção dos artigos (Figura 1), na pesquisa inicial foram identificados nas bases de dados 2194 estudos, dos quais 70 estudos foram excluídos devido à duplicidade em ambas as bases de dados, tendo sido selecionados 2124. Destas publicações, 1538 foram excluídas e 586 foram inicialmente selecionadas com base no título. Depois dessa etapa, foram excluídos 447 após a leitura do resumo e 139 foram selecionados. Após a leitura do texto integral foram excluídos 121 artigos e apenas 18 preencheram os critérios de inclusão, sendo considerados para esta revisão.

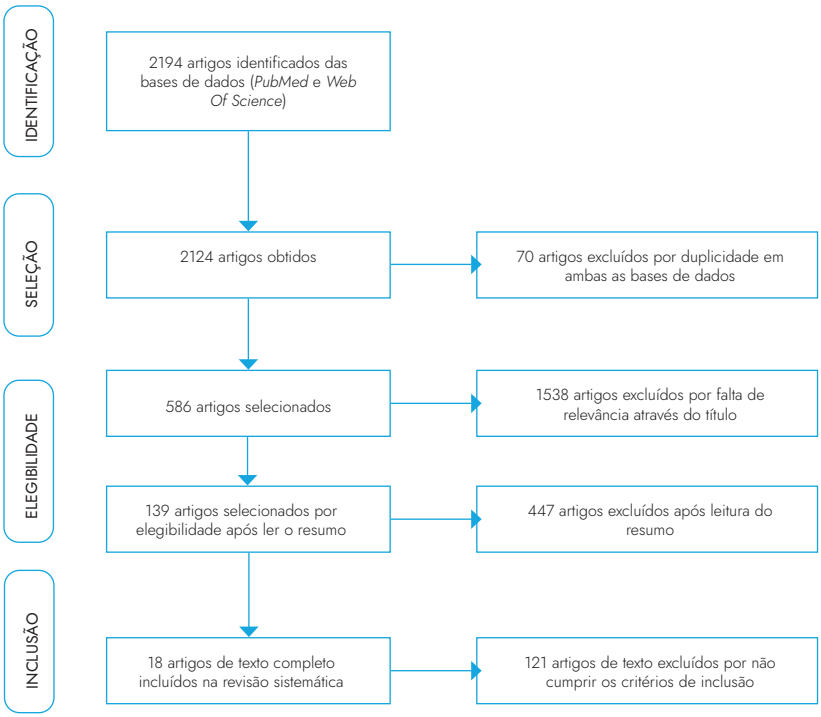


FIGURA 1. FLUXOGRAMA DE SELEÇÃO DE ARTIGOS

Os 18 artigos foram analisados na íntegra (metodologia, conteúdo e pertinência dos resultados) para a integração nesta revisão sistemática da literatura. A avaliação crítica da qualidade metodológica foi realizada aos 18 artigos selecionados, através de uma versão modificada de um instrumento de avaliação crítica, adaptado por Crombie em 1996 (Steele, Bialocerkowski & Grimmer, 2003). Este instrumento é constituído por 16 itens, sendo que é atribuído um ponto, caso esteja presente no estudo o que o item expressa e zero pontos quando ausente ou pouco claro (Steele et al., 2003). A qualidade metodológica de cada estudo foi cotada como baixa entre 0 a 5 pontos, moderada entre 6 a 11 pontos e alta entre 12 a 16 pontos. Assim, tendo em conta a pontuação obtida, a maioria dos artigos (n=12; 66,7%) (Bracale, Milani & Ferrara, 2013; Carandente, Roveda, Montaruli & Pizzini, 2009; Chaput et al., 2014; Heilmann, Rouxel, Fitzsimons, Kelly & Watt, 2017; Huang, Chien, Yeh, Lee & Chang, 2013; Novaes, Lamounier, Franceschini & Priori, 2009; Katzmarzyk et al., 2015; Lane, Harrison & Murphy, 2014; Luis, Ferrari, Matsudo, Katzmarzyk & Fisberg, 2017; Luis et al., 2015; Mitchell et al., 2018; Montgomery-Reagan, Bianco, Heh, Rettos & Huston, 2009) apresentou uma qualidade alta, sendo que seis artigos (33,3%) apresentaram uma qualidade moderada (Decelis,

Jago & Fox, 2014; Dutra, Kaufmann, Pretto & Albernaz, 2015; Huang et al., 2013; Liang, Kuhle & Veugelers, 2009; Mitchell et al., 2018; Perez-Rodriguez, Melendez, Nieto, Aranda & Pfeffer, 2012).

RESULTADOS

Os dados retirados dos artigos selecionados foram resumidos e apresentados no Quadro 1, nomeadamente, os autores, o ano da publicação do estudo, o tipo de estudo, o país, a dimensão da amostra, o género, a idade média e o instrumento de recolha de dados.

O tamanho amostral variou entre 191 crianças (Perez-Rodriguez et al., 2012) e 65721 crianças (Mitchell et al., 2018). Há predominância do género masculino em 44,4% (n=8) dos artigos; dos restantes 10 artigos incluídos nesta revisão, 5 artigos (27,8%) dizem respeito a indivíduos do género feminino, e os outros 5 artigos (27,8%) não classificaram as crianças por género.

Os valores médios de idade variaram entre 8 (Dutra et al., 2015) e 11,2 ± 0,33 (Heilmann et al., 2017). Quanto ao país de origem dos estudos, foi possível verificar que 4 foram realizados no Brasil (n=4; 22,24%), seguido da Itália (n=2; 11,12%), Canadá (n=2; 11,12%), China (n=2; 11,12%), Reino Unido (n=1; 5,55%), Malta (n=1; 5,55 %), México (n=1; 5,55 %), Estados Unidos (n=1; 5,55%) e Irlanda (n=1; 5,55%). Há, ainda, um estudo que foi realizado no Canadá e nos Estados Unidos e 2 estudos que foram realizados em 12 e 15 países.

Para a recolha de dados da obesidade, as variáveis mais utilizadas foram a estatura, peso e IMC (n=9; 50%) (Bracale et al., 2013; Carandente et al., 2009; Decelis et al., 2014; Katzmarzyk et al., 2015; Lane et al., 2014; Liang et al., 2009; Luis et al., 2015; Mitchell et al., 2018; Montgomery-Reagan et al., 2009). Em três estudos, as variáveis usadas foram a estatura, peso, IMC e percentagem de gordura corporal. (Chaput et al., 2014; Heilmann et al., 2017; Perez-Rodriguez et al., 2012); Num estudo foram utilizadas a estatura, peso, IMC e circunferências (Huang et al., 2013); em outro utilizou-se a estatura, peso, IMC, gordura corporal, pregas cutâneas e circunferências (Novaes et al., 2009); em apenas um se usou a estatura, peso, IMC, percentagem de gordura corporal e circunferência da cintura (Luis et al., 2017); outro estudo utilizou o peso, estatura, IMC, circunferências e pregas cutâneas (Xinhua et al., 2010); noutro utilizou-se a percentagem de gordura corporal (Borghese et al., 2015). Por fim, um estudo não identificou as variáveis de recolha de dados (Dutra et al., 2015).

Para a recolha de dados acerca da visualização da TV, o instrumento mais utilizado foi o questionário (n=17; 94,4%) (Borghese et al., 2015; Bracale et al., 2013; Carandente et al., 2009; Chaput et al., 2014; Decelis et al., 2014; Dutra et al., 2015; Heilmann et al., 2017; Novaes et al., 2009; Katzmarzyk et al., 2015; Lane et al., 2014; Liang et al., 2009; Luis et al., 2015, 2017; Mitchell et al., 2018; Montgomery-Reagan et al., 2009; Perez-Rodriguez et al., 2012; Xinhua et al., 2010). Apenas Huang et al recolheu os dados através de um registo diário de 3 dias (Huang et al., 2013).

O tipo de estudo prevalente na amostra foi o transversal (n=15; 83,3%) (Borghese et al., 2015; Bracale et al., 2013; Carandente et al., 2009; Chaput et al., 2014; Decelis et al., 2014; Dutra et al., 2015; Novaes et al., 2009; Katzmarzyk et al., 2015; Lane et al., 2014; Liang et al., 2009; Luis et al., 2015, 2017; Mitchell et al., 2018; Montgomery-Reagan et

al., 2009; Perez-Rodriguez et al., 2012); seguido do caso-controlo (n=2; 11,1%) (Huang et al., 2013; Xinhua et al., 2010); e, por fim, coorte prospetivo (n=1; 5,6%) (Heilmann et al., 2017).

O Quadro 2 sumariza o objetivo dos 18 artigos selecionados, e a respetiva relação existente entre a obesidade e a exposição televisiva.

Constatou-se que em 17 artigos há uma associação estatisticamente positiva entre a exposição televisiva e a obesidade nas crianças. (n=17; 94,4%) (Borghese et al., 2015; Bracale et al., 2013; Carandente et al., 2009; Chaput et al., 2014; Decelis et al., 2014; Dutra et al., 2015; Heilmann et al., 2017; Huang et al., 2013; Novaes et al., 2009; Katzmarzyk et al., 2015; Lane et al., 2014; Liang et al., 2009; Luis et al., 2017; Mitchell et al., 2018; Montgomery-Reagan et al., 2009; Perez-Rodriguez et al., 2012; Xinhua et al., 2010). Destes 17, observou-se em 5 artigos, (n=5; 29,4%) que a adiposidade aumentava nas crianças, quando estas tinham uma TV no quarto (Borghese et al., 2015; Chaput et al., 2014; Heilmann et al., 2017; Lane et al., 2014; Luis et al., 2017). Aferiu-se, também, uma relação estatisticamente significativa, entre o aumento do tempo de visualização de TV com a obesidade (n=9; 53%) (Bracale et al., 2013; Carandente et al., 2009; Decelis et al., 2014; Dutra et al., 2015; Huang et al., 2013; Novaes et al., 2009; Katzmarzyk et al., 2015; Mitchell et al., 2018; Xinhua et al., 2010). Os restantes três artigos demonstraram, na sua amostra, apenas uma relação entre a visualização de TV e a obesidade, independentemente do tempo despendido na visualização. (n=3; 17,6%) (Liang et al., 2009; Montgomery-Reagan et al., 2009; Perez-Rodriguez et al., 2012).

Apenas um estudo não encontrou nenhuma diferença significativa no IMC médio com a presença ou ausência de TV no quarto (n=1; 5,6%) (Luis et al., 2015).

QUADRO 1. VISÃO GERAL DOS ESTUDOS INCLUÍDOS NA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE A RELAÇÃO DA OBESIDADE E A VISUALIZAÇÃO DE TV

AUTOR, ANO	TIPO DE ESTUDO	PAÍS	N	GÉNERO MASCULINO	GÉNERO FEMININO	IDADE MÉDIA (ANOS) ± DESVIO PADRÃO	VARIÁVEIS DE RECOLHA DE DADOS PARA A OBESIDADE	INSTRUMENTO DE RECOLHA DE DADOS PARA A VISUALIZAÇÃO DE TV
Bracale et al, 2013	Transversal	Itália	16588	8339 (50,3%)	8249 (49,7%)	NI (6 aos 11)	Estatura, peso e IMC	Questionário
Borghese et al, 2015	Transversal	Canadá e Estados Unidos	1201	513 (42,7%)	688 (57,3%)	9,8	% de gordura corporal	Questionário
Carandente et al, 2009	Transversal	Itália	1194	610 (51%)	584 (49%)	9,5 ± 0,5	Estatura, peso e IMC	Questionário
Chaput et al, 2014	Transversal	Canadá	502	205 (41%)	297 (59%)	10 ± 0,4	Estatura, peso, IMC, % gordura corporal	Questionário
Decelis et al, 2014	Transversal	Malta	811	412 (50,8%)	399 (49,2%)	NI (10 aos 11)	Estatura, peso e IMC	Questionário
Dutra et al, 2015	Transversal	Brasil	616	NI	NI	8	NI	Questionário
Heilmann et al, 2017	Coorte prospetivo	Reino Unido	12556	6353 (50,6%)	6203 49,4%)	11,2 ± 0,33	Estatura, peso, IMC e % gordura corporal	Questionário
Huang et al, 2013	Caso - controlo	China	550	296 (54%)	254 (46%)	9,88 ± 0,37	Estatura, peso, IMC e circunferência da cintura	Registo diário de 3 dias

Lane et al, 2014	Transversal	Irlanda	8568	4326	4242	9	Estatura, peso e IMC	Questionário
Liang et al, 2009	Transversal	Canadá	4966	NI	NI	NI (10 a 11)	Estatura, peso e IMC	Questionário
Luis et al, 2015	Transversal	Brasil	441	216 (49%)	225 (51%)	10	Estatura, peso e IMC	Questionário
Luis et al, 2017	Transversal	Brasil	328	169 (51,5%)	159 (48,5%)	10,4 ± 0,5	Estatura, peso, IMC, % de gordura corporal e circunferência da cintura	Questionário
Mitchell et al, 2018	Transversal	15 países	65721	NI	NI	NI (6 a 7)	Estatura, peso e IMC	Questionário
Montgomery-Reagan et al, 2009	Transversal	Estados Unidos	5326	2662 (49%)	2664 (51%)	NI (6 aos 11)	Estatura, peso e IMC	Questionário
Novaes et al, 2009	Transversal	Brasil	627	NI	NI	NI (6 aos 10)	Estatura, peso, IMC, pregas cutâneas tricipital e subescapular, % gordura corporal, circunferências da cintura e quadril	Questionário
Perez-Rodriguez et al, 2012	Transversal	México	191	NI	NI	NI (8 a 10)	Estatura, peso, IMC e % gordura corporal	Questionário
Katzmarzyk et al, 2015	Transversal	12 países	6025	2716 (45%)	3309 (55%)	10,4 ± 0,6	Estatura, peso e IMC	Questionário
Xinhua et al, 2010	Caso -controlo	China	6288	3306 (53%)	2982 (47%)	NI (6 aos 9)	Estatura, peso, IMC, circunferência do peito, cintura e anca e pregas	Questionário

LEGENDA. N: TAMANHO DA AMOSTRA, NI: NÃO IDENTIFICADO, IMC: ÍNDICE DE MASSA CORPORAL, TV: TELEVISÃO, % PERCENTAGEM

QUADRO 2. VISÃO GERAL DOS OBJETIVOS E RELAÇÃO ENTRE A OBESIDADE E A TV

AUTOR, ANO	OBJETIVOS	RELAÇÃO DA VISUALIZAÇÃO DA TV COM A OBESIDADE
Bracale et al, 2013	Avaliar a prevalência de baixo peso, pré-obesidade e obesidade em crianças	O IMC das crianças correlacionou-se estatisticamente com maiores horas de observação diária de TV (>2h) ($p < 0,05$).
Borghese et al, 2015	Examinar o papel mediador dos comportamentos do estilo de vida na associação entre TV no quarto e a percentagem de gordura corporal	Crianças canadianas com uma TV no quarto tinham uma % de gordura corporal mais alta e assistiam mais à TV ($p < 0,001$). Em meninas canadianas, o tempo de visualização mediou a associação entre ter uma TV no quarto e adiposidade ($p < 0,0001$) Meninos e meninas americanos com uma TV no quarto assistiam mais TV, enquanto os meninos tinham uma % de gordura corporal mais alta.
Carandente et al, 2009	Estudar a relação do sedentarismo com o excesso de peso em crianças	Crianças obesas passaram mais tempo em frente à TV do que as crianças eutróficas ($p < 0,05$)
Chaput et al, 2014	Averiguar se o número e o tipo de aparelhos eletrónicos disponíveis nos quartos das crianças são importantes na relação com a adiposidade, atividade física e o sono.	As crianças que tinham apenas uma TV no quarto tinham adiposidade significativamente maior do que as que não tinham ($p < 0,05$)

Decelis et al, 2014	Avaliar, por meio de medidas objetivas, o tempo de visualização de TV em diferentes categorias de peso	Houve diferenças estatisticamente significativas entre os tempos de visualização de TV em meninos de diferentes categorias de peso apenas nos finais de semana (p = 0,004). Quase metade dos meninos obesos (45,5%) assistiram mais de 2 horas de TV em comparação com 30,8% dos meninos com pré-obesidade e 24,7% dos com peso normal.
Dutra et al, 2015	Avaliar a prevalência de hábitos de visualização de TV e a sua associação com o sedentarismo infantil e excesso de peso	O tempo diário de mais de 2h de visualização de TV foi positivamente associado ao excesso de peso (p < 0,01)
Heilmann et al, 2017	Avaliar as associações longitudinais entre ter uma TV no quarto e a gordura corporal entre as crianças	As crianças que tiveram uma TV no quarto, aos 7 anos de idade, tiveram um IMC significativamente maiores aos 11 anos, em comparação com aqueles sem TV no quarto. (p < 0,001) As associações foram mais fortes estatisticamente para as meninas do que para os meninos, visto que as meninas que tinham uma TV no quarto aos 7 anos tinham um risco aproximadamente 30% maior de ter excesso de peso aos 11 anos (IMC 0,94 maior com IC 95%) em comparação com aquelas que não tinham TV no quarto e, para os meninos, o risco aumentava em cerca de 20% (IMC 0,60 maior com IC 95%) .
Huang et al, 2013	Investigar como a visualização de TV, após a escola, está associada à obesidade e obesidade abdominal em crianças	Riscos de obesidade e de obesidade abdominal foram maiores nas crianças que passaram mais de 2h por dia a ver TV (p = 0,026). Crianças com obesidade tiveram significativamente mais horas a assistir televisão (p < 0,05) e maior tempo total de visualização de TV (p < 0,01) do que as crianças eutróficas.
Lane et al, 2014	Analisar a influência do tempo sedentário e atividade física no risco de excesso de peso	Ter uma TV no quarto foi estatisticamente relacionado com pré-obesidade e obesidade. (p<0,05)
Liang et al, 2009	Averiguar se comer enquanto assiste à televisão representa um risco de excesso de peso além do tempo gasto assistindo televisão.	Visualizar TV foi associado estatisticamente e positivamente ao excesso de peso nas crianças (OR 2.69; IC95% 1,72-4,22)
Luis et al, 2015	Estudar a associação entre equipamentos eletrónicos no quarto e tempo sedentário, atividade física e IMC em crianças	Nenhuma diferença estatisticamente significativa foi encontrada no IMC médio com a presença ou ausência de TV no quarto. (p = 0,102)
Luis et al, 2017	Identificar a prevalência e os fatores de risco associados ao IMC	Considerando ambos os sexos, o IMC foi positivamente associado com ter TV no quarto (p = 0,049)
Mitchell et al, 2018	Investigar a associação entre os fatores de risco postulados e o IMC em crianças.	Associações estatisticamente significativas foram encontradas com IMC elevado e a visualização de TV por mais de 5h. (p < 0,001)
Montgomery-Reagan et al, 2009	Identificar crianças cujos fatores comportamentais levem ao aumento de IMC	Crianças com obesidade eram mais propensas a assistir televisão (p = 0,017)
Novaes et al, 2009	Identificar os fatores associados ao excesso de peso nas crianças	No modelo da regressão logística múltipla, verificou-se que um dos fatores ambientais associados estatisticamente ao excesso de peso infantil, foi o tempo, por dia, de visualização de TV, superior a 3 horas (p = 0,04)
Perez-Rodriguez et al, 2012	Avaliar se os comportamentos sedentários estavam associados ao excesso de peso	Correlações estatísticas foram encontradas entre a visualização de televisão e o excesso de peso, % gordura corporal e IMC. (r = 0,07)
Katzmarzyk et al, 2015	Avaliar associações entre comportamentos de estilo de vida e obesidade	O tempo de TV foi positivamente e estatisticamente associado à obesidade na amostra total (p < 0,05)
Xinhua et al, 2010	Determinar a prevalência e os fatores de risco para a obesidade infantil	Assistir televisão por 2 h ou mais, por dia, foi associado à obesidade (OR = 2,35; IC95%: 1,01-5,47)

LEGENDA. IMC: ÍNDICE DE MASSA CORPORAL, TV: TELEVISÃO, OR: ODDS RATIO, IC: INTERVALO DE CONFIANÇA, P: P-VALUE, H: HORAS

DISCUSSÃO

A obesidade cresceu exponencialmente, sendo a doença pediátrica mais prevalente a nível mundial, atingindo proporções epidémicas, principalmente em crianças dos 6 a 11 anos nos Estados Unidos (DGS & SNS, 2004; Flegal, Carroll, Ogden & Johnson, 2002; Ogden, Carroll, Kit & Flegal, 2014). Estima-se que cerca de 200 milhões de crianças em idade escolar apresentem excesso de peso, das quais 40 a 50 milhões são obesas (Davó-Blanes, Ortiz-Moncada, Gil-González, Álvarez-Dardet & Lobstein, 2013; INSA, 2017).

Embora as causas da obesidade sejam multifatoriais (WHO, 2018), há evidências crescentes de que a epidemia da obesidade pode ser atribuída a um ambiente obesogénico, onde a visualização de televisão é um dos principais contribuintes, de forma direta ou indireta (Ebbeling, Pawlak & Ludwig, 2002; Andreyeva et al., 2011; Dibildox, 2014; Ghamdi, 2013; Mitchell et al., 2012). As influências diretas incluem a quantidade de tempo gasto a assistir televisão; um aumento na prevalência, intensidade e uso direcionado de anúncios televisivos para alimentos calóricos e pobres nutricionalmente (Augusto, Silva, Tremblay, Gonçalves & Jerónimo, 2014); e, uma tendência para comer sem notar as quantidades ingeridas enquanto se vê televisão. Formas indiretas em que a televisão poderia promover a obesidade incluem o uso intensivo de produtos alimentares em programas de televisão; a proliferação de programação que apresenta a preparação de alimentos e consumo; e o tempo despendido que poderia ser usado em atividade física (Hands et al., 2011).

Estes dados vão ao encontro da presente revisão sistemática, que demonstrou que em 94,4% dos artigos foi encontrada uma associação estatisticamente positiva entre a exposição televisiva e a obesidade nas crianças (Borghese et al., 2015; Bracale et al., 2013; Carandente et al., 2009; Chaput et al., 2014; Decelis et al., 2014; Dutra et al., 2015; Heilmann et al., 2017; Huang et al., 2013; Novaes et al., 2009; Katzmarzyk et al., 2015; Lane et al., 2014; Liang et al., 2009; Luis et al., 2017; Mitchell et al., 2018; Montgomery-Reagan et al., 2009; Perez-Rodriguez et al., 2012; Xinhua et al., 2010).

Na literatura, há autores que afirmam que o tempo em frente à TV é preocupante e demonstraram uma associação significativa e positiva entre o número de horas de televisão e a obesidade em crianças (Bartlett et al., 2001; Boone, Gordon-Larsen, Adair & Popkin, 2007; Jackson, Djafarian, Stewart & Speakman, 2009). Além disso, as dietas de crianças e adolescentes que assistem regularmente à televisão podem ser menos nutritivas e mais calóricas do que as dietas das crianças que assistem a menos horas de televisão (Barr-anderson, Larson, Nelson, Neumark-Sztainer & Story, 2009; Coon, Goldberg, Rogers & Tucker, 2001). Por exemplo, um estudo demonstrou que crianças que assistiam à televisão por mais de 5 horas por dia, consumiam menos hortofrutícolas e mais bebidas adoçadas com açúcar cinco anos depois do que as crianças que tinham assistido a menos de 5 horas de televisão por dia (Barr-Anderson et al., 2009). Este facto é corroborado pelo estudo de Liang e pelo estudo de Mitchell, que também demonstraram na sua amostra que ingerir alimentos enquanto se assiste à TV, aumenta a adiposidade (Liang et al., 2009) e demonstraram associações estatisticamente significativas com IMC elevado e a visualização de TV por mais de 5h (Mitchell et al., 2018).

Uma das explicações propostas para a associação entre a televisão e a obesidade infantil é que as horas gastas em frente à televisão substituem o tempo gasto em atividade física (Hands et al., 2011). Esta diminuição na atividade física leva a um balanço energético positivo, o que resulta em ganho de peso e, finalmente, em obesidade. Esta hipótese foi apoiada longitudinalmente, com dados que permitiram constatar que as crianças que passaram mais tempo a assistir televisão (mais de 120 minutos/dia) aos seis anos eram

menos ativas e tinham maiores IMC aos oito e dez anos, do que as crianças que aos seis anos assistiram a menos televisão (Chivers et al., 2011). Esta explicação é apoiada pelo estudo de Decelis, incluído na presente revisão sistemática, que demonstrou que as crianças obesas eram menos ativas do que crianças eutróficas e observavam mais horas de televisão (Decelis et al., 2014).

O estudo longitudinal de Heilmann et al, 2017, também incluído na revisão, demonstrou que as crianças que tiveram uma TV no quarto aos 7 anos de idade tiveram um IMC significativamente maior aos 11 anos em comparação com aqueles sem TV no quarto ($p < 0,001$) (Heilmann et al., 2017). No entanto, independentemente da atividade física, a visualização da televisão continua a ser um fator de risco para a adiposidade. Num estudo transversal de base populacional de crianças e adolescentes, a televisão e a atividade física não estavam estatisticamente associadas ($r = 0,013$, $p = 0,58$), mas consumir refeições enquanto assistiam a programas de televisão estava positivamente associado à adiposidade ($p = 0,029$), mesmo após o ajuste para sexo, faixa etária, local do estudo e atividade física (Ekelund et al., 2006). Estes trabalhos indicam que assistir televisão influencia o desenvolvimento da obesidade por meio de mecanismos que vão além da simples diminuição da atividade física.

Estudos americanos indicam que o tempo gasto a ver TV aumentou, pois estima-se que mais de 99% das famílias americanas têm pelo menos um aparelho de televisão, com uma média de três televisores por família (Jordan & Robinson, 2008). São também os membros mais jovens da sociedade que passam uma quantidade considerável de tempo em frente à televisão (Zimmerman, Christakis & Meltzoff, 2007). Em Portugal, o cenário é idêntico, onde 98,9% das famílias possuem televisão nos seus agregados (INE, 2018). Outros estudos americanos mostraram que as crianças, em idade escolar, assistem uma média de três horas por dia à TV (Jordan & Robinson, 2008), excedendo as diretrizes estipuladas pela Academia Americana de Pediátrica (AAP) e a Sociedade Canadiana de Pediatria, que referem para limitar o tempo total de exposição à TV das crianças a não mais que uma a duas horas de programação de qualidade por dia (American Academy of Pediatrics, 2013; Canadian Paediatric Society, 2003). Em Portugal, as crianças também passam, em média, duas horas e meia por dia em frente à televisão (EPHE, 2015). Na atual revisão sistemática as crianças com excesso de peso passavam mais de duas horas a ver TV (Bracale et al., 2013; Decelis et al., 2014; Dutra et al., 2015; Huang et al., 2013; Novaes et al., 2009; Mitchell et al., 2018; Xinhua et al., 2010). Num estudo, as crianças obesas passavam mais de três horas a ver TV (Novaes et al., 2009); e, num outro estudo, as crianças obesas passavam mais de cinco horas por dia a ver TV (Mitchell et al., 2018). Dados referem que mais de 30% das crianças americanas vivem em agregados onde a TV está ligada durante as refeições (Rideout, Hamel & Foundation Kaizer, 2006) e mais de 60% das crianças têm um aparelho de televisão no quarto (American Academy of Pediatrics, 2001; Carneiro, 2007). Em Portugal, 74% das crianças com nível educacional mais baixo detêm um aparelho televisivo nos seus quartos, sendo o segundo valor mais alto da Europa (EPHE, 2015). Estes dados vão ao encontro da presente revisão sistemática, onde se pode verificar que em 27,8% dos artigos, as crianças tinham TV no quarto e a adiposidade nestas era estatisticamente maior, quando comparadas com as crianças que não tinham TV no quarto (Borghese et al., 2015; Chaput et al., 2014; Heilmann et al., 2017; Lane et al., 2014; Luis et al., 2017).

A Academia Americana de Pediatria já sugeriu, em 2013, que os pais retirassem as televisões dos quartos das crianças, limitando, assim, o seu acesso (Zachry, 2013). Isto ocorre, principalmente, porque as evidências sugerem que a presença de uma TV nos quartos das crianças aumenta o tempo de visualização da TV (Cameron et al., 2012) e a adiposidade (Staiano, Harrington, Broyles, Gupta, & Katzmarzyk, 2013; Zachry, 2013), bem como outros riscos para a saúde. Estudos afirmam que crianças com uma televisão no quarto, veem cerca de uma hora por dia a mais do que aquelas que não

têm o mesmo acesso (Rideout, Foehr & Roberts, 2010) e têm maior risco de obesidade (Adachi-Mejia et al., 2007; Staiano et al., 2013) e risco de síndrome metabólica (Staiano et al., 2013; Zachry, 2013). Embora pareça intuitivo que as televisões nos quartos exerçam um efeito ao nível de adiposidade infantil por meio do aumento do tempo de visualização de TV, há evidências que sugerem que esse efeito existe além do que pode ser explicado apenas pelo tempo de visualização de TV (Delmas et al., 2007; Gilbert-Diamond, Li, Adachi-Mejia, Mcclure & Sargent, 2014). Ter uma televisão no quarto também está associado a escolhas alimentares menos saudáveis (Demissie, Lowry, Eaton, Park & Kann, 2013), níveis mais baixos de atividade física moderada a vigorosa (Connor, Chen, Baranowski, Thompson & Baranowski, 2013) e hábitos insuficientes de sono em crianças (Cain & Gradisar, 2010; Nuutinen, Ray & Roos, 2013).

À luz de investigações que sugerem que comportamentos adotados no início da vida podem prever hábitos posteriores (Nelson, Story, Larson, Neumark-Sztainer & Lytle, 2008), não é de surpreender que quanto maior for o tempo gasto a assistir televisão durante a infância, mais a saúde ficará comprometida no futuro, incluindo o aumento ponderal, hipercolesterolemia e obesidade abdominal (Ashton, 2004; Boone et al., 2007; Dibildox, 2014; Goris et al., 2010; Hancox, Milne, & Poulton, 2004; Hingle & Kunkel, 2012; Parsons, Manor & Power, 2008). Estudos prospetivos, como o Estudo de Acompanhamento de Profissionais da Saúde e o Nurses Health Study, encontraram associações diretas entre o número de horas a ver TV e o risco de desenvolver obesidade e diabetes Mellitus tipo 2 em idade adulta (Hu et al, 2003; Willett et al., 2001), bem como outras consequências metabólicas negativas associadas à obesidade, como a hipertrigliceridemia e uma relação cintura-quadril elevada (Cleland, Schmidt, Dwyer & Venn, 2008; Healy et al., 2008; Salmon et al., 2005; Gao, Nelson & Tucker, 2007). As evidências descritas acima sugerem que os hábitos de visualização televisiva podem influenciar negativamente tanto a ingestão alimentar atual quanto a futura, o peso corporal e conduzir a outras patologias relacionadas. O mesmo sugerem os artigos incluídos nesta revisão sistemática, que declaram que a circunferência da cintura é maior nas crianças com pré-obesidade e/ou obesas que, por sua vez, são as crianças com mais tempo de visualização de TV. Consequentemente, são crianças que já apresentam, pelo menos, um fator de risco cardiovascular, como a distribuição central da gordura corporal (Huang et al., 2013; Novaes et al., 2009) e que, nesta faixa etária, tende a permanecer até à idade adulta (Park, Blanck, Sherry, Brener & Toole, 2012), havendo um maior risco de desenvolver doenças crónicas, como a síndrome metabólica (Cali, Bonadonna, Trombetta, Weiss & Caprio, 2008; WHO, 2009).

Em relação às alterações metabólicas relacionadas com a obesidade, a resistência à insulina é a mais comum, com ligação importante entre esta e complicações cardiovasculares. A literatura demonstra que aproximadamente 55% da variação da sensibilidade à insulina em crianças pode ser explicada pela adiposidade total (Weiss & Kaufman, 2008). A ingestão de alimentos e o gasto de energia são rigorosamente regulados, com o cérebro a desempenhar um papel central na integração de sinais homeostáticos, ambientais e hedónicos para modular a ingestão de alimentos e o gasto de energia (Belfort-DeAguiar & Seo, 2018). Muitas substâncias podem agir na comunicação entre os neurónios e os controlos centrais da ingestão de alimentos. A rede de vias neuroquímicas hipotalâmicas, que controla a ingestão alimentar e o gasto energético, está por trás da base genética da obesidade (Schwartz, Woods, Porte, Seeley, Baskin, 2000). Ao nível do núcleo arqueado, estrutura hipotalâmica, a resistência à insulina e leptina diminui a ativação dos neurónios POMC (pró-opiomelanocortina) e aumenta a ativação do neurónio NPY (neuropeptideo y), culminando na diminuição da saciedade, aumento da fome e menor gasto de energia. Trabalhos recentes apontaram que a inflamação induzida por ácidos gordos e o aumento da produção de espécies reativas mitocondriais de oxigénio nos neurónios POMC (pró-opiomelanocortina) e NPY, podem desempenhar um papel no desenvolvimento da resistência central à insulina e leptina na obesidade (Belfort-DeAguiar & Seo, 2018).

O tratamento e prevenção da obesidade em crianças e adolescentes requer não apenas educação alimentar, mas medidas para abordar questões sociais e emocionais mais amplas, reforçando a importância de uma equipa multidisciplinar (Gatineau & Dent, 2011).

A aquisição das práticas alimentares saudáveis e de um estilo de vida ativo na infância é determinante na saúde das crianças e, posteriormente, na sua saúde enquanto adultos (Sousa, 2009).

A fase escolar é um período de desenvolvimento em que a criança se encontra envolvida em diferentes contextos que lhe possibilitam a aquisição de novas competências e aprendizagens. A aprendizagem por observação do modelo (aprendizagem social) é uma das formas mais frequentes pelas quais a criança diversifica o seu repertório comportamental. Para que a criança incorpore hábitos de uma alimentação equilibrada, os pais e, em geral, todos os adultos com quem a criança contacta, devem servir de modelos (Leiras, 2015; Viana, Santos & Guimarães, 2008). As intervenções realizadas com crianças de idade escolar devem ser consideradas como fatores relacionados com a aquisição de conhecimentos sobre o próprio e sobre o mundo exterior que promovam rotinas e estilos de vida saudáveis. Estas intervenções devem ser dirigidas às crianças e aos adultos responsáveis (pais/cuidadores), e devem incluir a escola pois é o sítio onde a criança passa grande parte do tempo e, como tal, este local é considerado em si mesmo como um determinante da saúde da criança (Sousa, 2009). É necessário e importante a deteção de pré-obesidade/obesidade, e para que os programas de prevenção sejam eficazes, os fatores associados ao excesso de peso precisam de ser identificados, uma vez que a prevalência desta patologia em crianças brasileiras e portuguesas é alta (DGS, 2007; Ramires, Menezes, Oliveira et al., 2014). Artigos incluídos neste revisão sistemática, mais concretamente 22,2%, foram realizados com crianças brasileiras, e os mesmos sugerem que, a prevalência da obesidade está a aumentar, e um dos fortes contribuintes para isso acontecer é o tempo de visualização de TV (Dutra et al., 2015; Novaes et al., 2009) e ter uma TV no quarto (Luis et al., 2017).

Além das influências diretas da televisão sobre a obesidade, fatores indiretos relacionados com a visualização de televisão podem promover o excesso de peso. Por exemplo, as empresas de alimentos costumam usar estratégias de posicionamento discretas, mas direcionadas, para anunciar os seus produtos aos consumidores. Tais estratégias podem manipular as preferências dos espectadores por alimentos não saudáveis ou influenciar, subconscientemente, o seu desejo de comer quando não estão com fome (Stein, 2007). Os alimentos processados são adaptados para atender a um sabor e apresentação ideais que, geralmente, são alcançados pela adição de uma quantidade significativa de açúcar e gordura. Esta dieta saborosa e apetitosa pode influenciar os hábitos alimentares, diminuindo a saciedade e aumentando o desejo por comida (Belfort-DeAguiar & Seo, 2018). Além disso, a televisão desempenha um papel importante na formação de normas sociais e crenças pessoais sobre aparência física, comportamento alimentar adequado e autoconceito (Stein, 2007).

A maneira mais simplista de minimizar o impacto negativo da televisão na epidemia da obesidade é ver menos televisão. Um Painel de Especialistas em Crianças, Televisão e Peso Corporal foi convocado em 2006 pelos Centros de Controle e Prevenção de Doenças e, depois de rever a literatura, encontrou várias estratégias promissoras. Entre elas, destacam-se: 1) eliminar a televisão dos quartos das crianças; 2) desligar a televisão enquanto se consomem alimentos; 3) fornecer aos profissionais de saúde estratégias de ajudar as crianças a reduzir o uso da televisão (Jordan & Robinson, 2008). Embora pareçam razoáveis, a televisão tornou-se uma parte omnipresente da vida no século XXI, e essas mudanças comportamentais serão difíceis. Portanto, é importante considerar

outras que possam alterar a direção da influência, como práticas industriais mais socialmente responsáveis e regulamentações governamentais mais rigorosas em relação à publicidade de produtos alimentares.

A regulamentação governamental mais rigorosa das campanhas publicitárias das empresas alimentares também poderia ajudar a reduzir a obesidade. Vários países, incluindo o Reino Unido, Brasil, Tailândia e Chile, estabeleceram ou estão a propor restrições ao marketing alimentar. O sucesso desses esforços ainda está por ser quantificado. No entanto, estudos indicam que países com regulamentações mais rígidas acerca da publicidade de produtos alimentares destinados a crianças têm uma prevalência menor de obesidade do que aqueles com padrões menos rigorosos (Caroli, Argentieri, Cardone & Masi, 2004). Investigações apoiam a potencial eficácia de proibições em anúncios de televisão para alimentos/bebidas com alto teor de energia, com uma diminuição prevista de 2,5 a 6,5% no ganho de peso entre crianças de 5 a 14 anos (Veerman et al., 2009) e uma redução de 18% em crianças com excesso de peso entre as idades de 3 a 11 anos (Chou, Rashad & Grossman 2008).

A OMS, em março de 2019, lançou um relatório no qual afirma que jovens e crianças estão cada vez mais expostos a produtos nefastos para a saúde devido à falta de regulamentação da publicidade, defendendo uma maior monitorização deste tipo de produtos pelos países e, também, pelos pais das crianças. Os especialistas concluíram que, as estratégias de regulação e autorregulação que existam para a televisão e outros meios de comunicação social tradicionais estão obsoletas e, é necessária uma atitude mais articulada por parte das entidades públicas. Por isso, é necessário desenvolver ferramentas e estratégias comuns a todos os países (OMS, 2019).

Em Portugal, a 23 de abril de 2019, a Assembleia da República promulgou a Lei n.° 30/2019, que introduz restrições à publicidade dirigida a menores de 16 anos de géneros alimentícios e bebidas que contenham elevado valor energético, teor de sal, açúcar, ácidos gordos saturados e ácidos gordos trans, procedendo à 14.ª alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.° 330/90, de 23 de outubro. Esta Lei decreta que é proibida a publicidade a géneros alimentícios e bebidas referidos em serviços de programas televisivos e serviços de comunicação audiovisual a pedido e na rádio nos 30 minutos anteriores e posteriores a programas infantis, e a programas televisivos que tenham um mínimo de 25% de audiência inferior a 16 anos, bem como na inserção de publicidade nas respetivas interrupções. Afirmam, ainda, que a publicidade a estes géneros alimentícios e bebidas deve ser clara e objetiva e não relacionar o consumo do produto a potenciais benefícios para a saúde, abstendo-se de encorajar consumos excessivos; menosprezar os não consumidores; criar um sentido de urgência ou necessidade premente no consumo do produto anunciado; transmitir a ideia de facilitismo na sua aquisição, minimizando os seus custos; transmitir a ideia de benefício no seu consumo exclusivo ou exagerado, comprometendo a valorização de uma dieta variada e equilibrada e um estilo de vida saudável; associar o consumo do produto à aquisição de estatuto, êxito social, especiais aptidões, popularidade, sucesso ou inteligência; utilizar em anúncios publicitários figuras, desenhos, personalidades e mascotes, entre outros, que se encontrem relacionados com programas destinados ao público infantil.

CONCLUSÃO

Nesta revisão sistemática constatou-se que, na maioria dos estudos (n= 17; 94,4%), existe relação entre a exposição de televisão e a obesidade nas crianças, sendo necessário e urgente o estímulo a atividades que promovam um estilo de vida ativo, com a redução do tempo que as crianças dispensam em frente à TV. Considera-se imperativo promover programas de educação nutricional e planos de intervenção assertivos, enfatizando-se a mensagem sobre os riscos associados ao consumo de alimentos nutricionalmente pobres e a um estilo de vida fisicamente inativo.

O papel da televisão em influenciar a epidemia da obesidade é significativo e pode ser explicado por vias diretas e indiretas. Estes, em conjunto, contribuem para alterar o balanço energético das crianças, com tendência a aumento da ingestão calórica e diminuição do gasto calórico. No entanto, as causas da obesidade são multifatoriais e incluem mudanças genéticas, psicológicas, sociais, políticas e ambientais. Assim, embora a diminuição do tempo gasto a ver televisão e a alteração do conteúdo da programação sejam, certamente, contribuições benéficas, as modificações na televisão não são uma solução isolada, e outros fatores causais também precisam de ser considerados. Nesta linha, em Portugal, a Lei n.° 30/2019, poderá vir a despoletar a mudança desejada, sendo que a meta do projeto COSI, proposta em 2008, foi atingida em 2019, levando a crer que as ações realizadas, em Portugal, estão a surtir efeito.

Esta revisão sistemática, apresenta algumas limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados, tais como, a falta de padronização do instrumento utilizado para a variável obesidade e a heterogeneidade dos estudos incluídos e da população estudada. Um estudo (5,6%) não citou qualquer tipo de variável para a recolha de dados para a obesidade. Nesse sentido, a pesquisa nesta área, deveria evoluir para melhorar os instrumentos e variáveis de avaliação da recolha da variável obesidade, de modo a permitir a comparação entre os diferentes estudos.

Neste estudo, o tamanho da amostra variou de 191 a 65271 crianças, existindo uma grande discrepância de valores. Há uma necessidade de ampliar e uniformizar a dimensão amostral para produzir associações mais consistentes, e extrapolar os resultados para a população.

Na presente revisão houve apenas um artigo prospetivo em dezoito e estes são fundamentais para apontar importantes relações de causa e efeito, podendo ser mais sensíveis às alterações de comportamentos a longo prazo. Outra das limitações é o risco de viés, nomeadamente o viés de seleção. Também são necessários estudos que utilizem os mesmos métodos para estudar a associação da televisão e com a obesidade.

Do ponto de vista da investigação, estudos experimentais que permitam aprofundar o estudo da causa e efeito entre a televisão e a obesidade, particularmente por meio de estudos intervencionais, são necessários para decifrar e analisar com precisão a extensão dos efeitos da televisão sobre a epidemia de obesidade.

O conhecimento e os avanços científicos no estudo da obesidade infantil mostram-se cada vez mais relevantes e estruturantes para a definição de estratégias de terapêutica nutricional, educação alimentar e consciencialização parental sobre a doença. O panorama atual da obesidade infantil, em Portugal e na europa, justifica a definição de politicas de saúde pública e de prevenção da doença cada vez mais precoces, compostas por equipas multidisciplinares que respondam de forma eficaz ao padrão dimensional da doença, monitorizando o perfil educacional, psicológico, comportamental e social da criança e da família, e os hábitos alimentares. Urge que

os profissionais de saúde e os investigadores disponham da organização e meios necessários nos serviços de saúde para prevenir e tratar a obesidade infantil.

Assim, é necessário continuar a investigar esta temática para a obtenção de dados mais precisos e comparáveis sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

American academy of pediatrics. (2001). Children, adolescents, and television. Pediatric research, 107(2), 423-426; https://doi.org/10.1542/peds.107.2.423

American academy of pediatrics. (2013). Children, adolescents, and the media. Pediatric research, 132(5), 958-961, https://doi.org/10.1542/peds.2013-2656

Adachi-Mejia, a. M., Longacre, m. R., Gibson, j. J., beach, m. L., titus-ernstoff, l. T., & dalton, m. A. (2007). Children with a tv in their bedroom at higher risk for being overweight. International journal of obesity, 31(4), 644–651. Https://doi.org/10.1038/sj.ijo.0803455

Andreyeva, T., Kelly, I. R., & Harris, J. L. (2011). Exposure to food advertising on television: associations with children's fast food and soft drink consumption and obesity. Economics and human biology, 9(3), 221–233. Https://doi.org/10.1016/j.ehb.2011.02.004

Apcoi (2018). Associação portuguesa contra a obesidade infantil. Retrieved from http://www.apcoi.pt/2018/11/estudo-apcoi-2018-revela-32-das.html (consultado a: 02/03/2019)

Ashton, D. (2004). Food advertising and childhood obesity. Journal of the royal society of medicine, 97(2), 51–52. Https://doi.org/10.1258/jrsm.97.2.51

Augusto, D., Silva, S., Tremblay, M. S., Cristina, E., Gonçalves, D. A., & Jerônimo, R. (2014). Television time among brazilian adolescents : correlated factors are different between boys and girls. The scientific world journal. (2):794539. Https://doi.org/0.1155/2014/794539

Baker, J. L., Olsen, I. W., & Sorensen, T. L. (2007). Childhood body-mass index and the risk of coronary heart disease in adulthood. The new England journal of medicine, 357(23), 2329–2337. Https://doi.org/10.1056/nejmoa072515

Barr-Anderson Dj, Larson Ni, Nelson Mc, Neumark-Sztainer D, Story M. (2009). Does television viewing predict dietary intake five years later in high school students and young adults. The international journal of behavioral nutrition and physical activit. Act;6. Https://doi.org/10.1186/1479-5868-6-7

Bartlett, S. J., Crespo, C. J., Smit, E., Troiano, R. P., Macera, C. A., & Andersen, R. E. (2001). Television watching, energy intake, and obesity in us children: results from the third national health and nutrition examination survey, 1988-1994. Archives of pediatrics & adolescent medicine, 155(3), 360–365. Https://doi.org/10.1001/archpedi.155.3.360

Belfort-de Aguiar, R., & Seo, D. (2018). Food cues and obesity: overpowering hormones and energy balance regulation. Current obesity reports, 7(2), 122–129. Https://doi.org/10.1007/s13679-018-0303-1

Boone, J. E., Gordon-Larsen, P., Adair, l. S., & Popkin, B. M. (2007). Screen time and physical activity during adolescence: longitudinal effects on obesity in young adulthood. The international journal of behavioral nutrition and physical activity, 4, 26. Https://doi.org/10.1186/1479-5868-4-26

Borghese, M.M., Tremblay, M.S., Katzmarzyk, P.T. et al. (2015) mediating role of television time, diet patterns, physical activity and sleep duration in the association between television in the bedroom and adiposity in 10 year-old children. The international journal of behavioral nutrition and physical activity. Act 12, 60. Https://doi.org/10.1186/s12966-015-0221-5

Bracale, R., Milani, l., Ferrara, E. et al. (2013) childhood obesity, overweight and underweight: a study in primary schools in milan. Eat weight disord, 18, 183–191. Https://doi.org/10.1007/s40519-013-0036-9

Cain, N., & Gradisar, M. (2010). Electronic media use and sleep in school-aged children and adolescents : a review. Sleep medicine, 11(8), 735–742. Https://doi.org/10.1016/j.sleep.2010.02.006

Cali, A. M. G., Bonadonna, R. C., Trombetta, M., Weiss, R., & Caprio, S. (2008). Metabolic abnormalities underlying the different prediabetic phenotypes in obese adolescents, the journal of clinical endocrinology & metabolism, 93(5), 1767–1773. Https://doi.org/10.1210/jc.2007-1722

Cameron, A. J., Stralen, M. M., Brug J., et al. (2012). Television in the bedroom and increased body weight: potential explanations for their relationship among european school children. Pediatric obesity, 8 (2,) 130–141. Https://doi.org/10.1111/j.2047-6310.2012.00094.x

Camolas J., Gregório M. J., Sousa S. M., Graça P. (2017). Obesidade: otimização da abordagem terapêutica no serviço nacional de saúde. Lisboa, portugal: programa nacional para a promoção da alimentação saudável & direção-geral da saúde. Retrived from https://nutrimento.pt/activeapp/wp-content/uploads/2017/10/obesidade_otimizacao-da-abordagem-terapeutica-no-servi%c3%a7o-nacional-de-saude.pdf (consultado a: 06/08/2019)

Canadian paediatric society. (2003). Impact of media use on children and youth. Paediatrics & child health, 8(5), 301–306. Https://doi.org/10.1093/pch/8.5.301

Carandente, F., Roveda, E., Montaruli, A., & Pizzini, G. (2009). Nutrition, activity behavior and body constitution in primary school children. Biology of sport, 26(4). 10.5604/20831862.901139.

Carneiro, V. G. (2007). A influência da mídia na obesidade de crianças e adolescentes. (doctoral dissertation, universidade de ribeirão preto – campus guarujá). Retrived from http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/file/2010/artigos_teses/educacao_fisica/monografia/midia-na-obesidade.pdf (consultado a: 07/05/2019)

Caroli, M., Argentieri, l., Aardone, M., & Masi, A. (2004). Role of television in childhood obesity prevention. International journal of obesity and related metabolic disorders: journal of the international association for the study of obesity, 28(3), 104–108. Https://doi.org/10.1038/sj.ijo.0802802

CDC (2001). Centers for disease control and prevention. Data table of bmi-for-age charts. Retrieved from https://www.cdc.gov/growthcharts/html_charts/bmiagerev.htm#males (consultado a: 07/05/2019)

Chaput, J. P., Leduc, G., Boyer, C., Bélanger, P., Leblanc, A. G., Borghese, M. M., & Tremblay, M. S. (2014). Electronic screens in children's bedrooms and adiposity, physical activity and sleep: do the number and type of electronic devices matter?. Canadian journal of public health, 105(4), 273–279. Https://doi.org/10.17269/cjph.105.4511

Chivers, P. T., Hands, B. P.,Parker, H. E., Beilin, l., Kendall, G., & Larkin, D. (2011). The associations between physical activity, screen time and weight from 6 to 14 yrs: the raine study. Journal of science

and medicine in sport, 14(5), 397–403. Https://doi.org/10.1016/j.jsams.2011.03.011

Chou, S., Rashad, I., & Grossman, M. (2008). Fast-food restaurant advertising on television and its influence on childhood obesity. The journal of law and economics, 51(4), 599–618. Doi:10.1086/590132

Cleland, V. J., Schmidt, M. D., Dwyer, T., & Venn, A. J. (2008). Television viewing and abdominal obesity in young adults: is the association mediated by food and beverage consumption during viewing time or reduced leisure-time physical activity? The american journal of clinical nutrition, 87(5), 1148–1155. Https://doi.org/10.1093/ajcn/87.5.1148

Connor, T. M., Chen, T. A., Baranowski, J., Thompson, D., & Baranowski, T. (2013). Physical activity and screen-media-related parenting practices have different associations with children's objectively measured physical activity. Childhood obesity,, 9(5), 446–453. Https://doi.org/10.1089/chi.2012.0131

Coon, K. A., Goldberg, J., Rogers, B. L., & Tucker, K. L. (2001). Relationships between use of television during meals and children's food consumption patterns. Pediatrics, 107(1), 1-11. Https://doi.org/10.1542/peds.107.1.e7

Daniels, S. R. (2009). Complications of obesity in children and adolescents. International journal of obesity, 33(1), 60–65. Https://doi.org/10.1038/ijo.2009.20

Davó-Blanes, M. C., Ortiz-Moncada, R., Gil-González, D., Álvarez-Dardet, C., & Lobstein, T. (2013). The impact of marketing practices and its regulation policies on childhood obesity. Opinions of stakeholders in spain. Appetite, 62, 216–224. Https://doi.org/10.1016/j.appet.2012.11.030

Decelis, A., Jago, R., & Fox, K. R. (2014). Physical activity, screen time and obesity status in a nationally representative sample of maltese youth with international comparisons. Bmc public health, 14, 664. Https://doi.org/10.1186/1471-2458-14-664

Delmas, C., Platat, C., Schweitzer, B., Wagner, A., Oujaa, M., & Simon, C. (2007). Association between television in bedroom and adiposity throughout adolescence. Obesity (silver spring, md.), 15(10), 2495–2503. Https://doi.org/10.1038/oby.2007.296

Demissie, Z., Lowry, R., Eaton, D. K., Park, S., & Kann, l. (2013). Electronic media and beverage intake among united states high school students. Journal of nutrition education and behavior, 45(6), 756–760. Https://doi.org/10.1016/j.jneb.2013.03.017

DGS (2007). Direção Geral da Saúde. Plataforma contra a obesidade. Retrived from https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/plataforma-contra-a-obesidade-pdf.aspx (consultado a: 29/06/2019)

DGS (2013). Direção Geral da Saúde. Norma no010/2013. Programa nacional de saúde infantil e juvenil. Retrieved from https://www.dgs.pt/directrizes-da-dgs/normas-e-circulares-normativas/norma-n-0102013-de-31052013-jpg.aspx (consultado a: 17/09/2019)

DGS (2019). Direção Geral da Saúde. Projeto "cosi." Retrieved from http://www.alimentacaosaudavel.dgs.pt/projetos/projeto-cosi/ (consultado a: 17/09/2019)

DGS (2020). Direção Geral da Saúde. Plataforma contra a obesidade. Lisboa. Retrived from http://www. Plataformacontraaobesidade.dgs.pt/. (consultado a: 02/07/2020)

DGS & SNS (2004). Direção geral da saúde & serviço nacional de saúde. Estratégia global de alimentação, actividade física e saúde. Retrieved from https://www.dgs.pt/promocao-da-saude/educacao-para-a-saude/areas-de-intervencao/alimentacao.aspx (consultado a: 29/06/2019)

Dibildox, J. (2014). Analysis of tv, advertising and other behavioral determinants of overweight and obesity in childhood. Salud publica de mexico, 56(2), 162–166. Pmid: 25629249

Dutra, Gisele F., Kaufmann, Cristina C., Pretto, Alessandra D.B., & Albernaz, Elaine P. (2015). Television viewing habits and their influence on physical activity and childhood overweight. Jornal de pediatria, 91(4), 346-351. Https://doi.org/10.1016/j.jped.2014.11.002

Ebbeling, C. B., Pawlak, D. B., & Ludwig, D. S. (2002). Childhood obesity: public-health crisis, common sense cure. Lancet (london, england), 360(9331), 473–482. Https://doi.org/10.1016/s0140-6736(02)09678-2

Ekelund, U., Brage, S., Froberg, K., Harro, M., Anderssen, S. A., Sardinha, l. B., Riddoch, C., & Andersen, l. B. (2006). Tv viewing and physical activity are independently associated with metabolic risk in children: the european youth heart study. Plos medicine, 3(12), e488. Https://doi.org/10.1371/journal.pmed.0030488

Ephe (2015). Epode for the promotion of health equity. O baixo estatuto socioeconómico é um importante factor de risco para a obesidade nas crianças, 1–5. Retrived from https://www.dgs.pt/em-destaque/projeto-ephe-epode-for-the-promotion-of-health-equity-pdf.aspx (consultado a: 29/06/2019)

Flegal, K. M., Carroll, M. D., Ogden, C. L., & Johnson, C. L. (2002). Prevalence and trends in obesity among us adults, 1999-2000. Jama, 288(14), 1723–1727. Https://doi.org/10.1001/jama.288.14.1723

Franks, P. W., Hanson, R. L., Knowler, W. C., Sievers, M. L., Bennett, P. H., & Looker, H. C. (2010). Childhood obesity, other cardiovascular risk factors, and premature death. The new england journal of medicine, 362(6), 485–493. Https://doi.org/10.1056/nejmoa0904130

Gao, X., Nelson, M. E., & Tucker, K. L. (2007). Television viewing is associated with prevalence of metabolic syndrome in hispanic elders. Diabetes care, 30(3), 694–700. Https://doi.org/10.2337/dc06-1835

Gatineau, M. & Dent, M. (2011). Obesity and mental health. National obesity observatory, oxford. Retrieved from http://www.noo.org.uk/noo_pub/briefing_papers (consultado a: 09/07/2019)

Ghamdi, S. H. Al. (2013). The association between watching television and obesity in children of school age in saudi arabia. Journal of family and community medicine, 20(2), 83–90. Https://doi.org/10.4103/2230-8229.114767

Gilbert-Diamond D, Li Z, Adachi-Mejia Am, Mcclure Ac, Sargent Jd. (2014) association of a television in the bedroom with increased adiposity gain in a nationally representative sample of children and adolescents. Jama pediatry, 168(5):427–434. Doi:10.1001/jamapediatrics.2013.3921

Goris, J., Petersen, S., Stamatakis, E., & Veerman, J. (2010). Television food advertising and the prevalence of childhood overweight and obesity: a multicountry comparison. Public health nutrition, 13(7), 1003-1012. Doi:10.1017/s1368980009992850

Hancox, R. J., Milne, B. J., & Poulton, R. (2004). Association between child and adolescent television viewing and adult health: a longitudinal birth cohort study. Lancet, 364(9430), 257–262. Https://doi.org/10.1016/s0140-6736(04)16675-0

Hands, B. P., Chivers, P. T., Parker, H. E., Beilin, l., Kendall, G., & Larkin, D. (2011). The associations between physical activity , screen time and weight from 6 to 14 yrs : the raine study. Journal of science and medicine in sport, 14(5), 397–403. Https://doi.org/10.1016/j.jsams.2011.03.011

Harrad, D., Galvão, T. F., Pansani & Andrade T. S. (2015). Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: a recomendação prisma. Epidemiologia e serviços de saúde, 24(2), 335–342. Https://doi.org/10.5123/s1679-49742015000200017

Healy, G. N., Dunstan, D. W., Salmon, J., Shaw, J. E., Zimmet, P. Z., & Owen, N. (2008). Television time and continuous metabolic risk in physically active adults. Medicine and science in sports and exercise, 40(4), 639–645. Https://doi.org/10.1249/mss.0b013e3181607421

Heilmann, A., Rouxel, P., Fitzsimons, E., Kelly, Y., & Watt, R. G. (2017). Longitudinal associations between television in the bedroom and body fatness in a uk cohort study. International journal of obesity, 41(10), 1503–1509. Https://doi.org/10.1038/ijo.2017.129

Hingle, M., & Kunkel, D. (2012). Childhood obesity and the media. Pediatric clinics of north america, 59(3), 677-692. Https://doi.org/10.1016/j.pcl.2012.03.021

Hu Fb, Li Ty, Colditz Ga, Willett Wc, Manson Je. (2003). Television watching and other sedentary behaviors in relation to risk of obesity and type 2 diabetes mellitus in women. Jama. 2003;289(14):1785–1791. Doi:10.1001/jama.289.14.1785

Huang, H. M., Chien, l. Y., Yeh, T. C., Lee, P. H., & Chang, P. C. (2013). Relationship between media viewing and obesity in school-aged children in taipei, taiwan. The journal of nursing research: jnr, 21(3), 195–203. Https://doi.org/10.1097/jnr.0b013e3182a0afac

Ine (2018). Portal do instituito nacional de estatística. Agregados privados com os principais equipamentos domésticos (%). Retrieved from https://www.pordata.pt/db/portugal/ambiente+de+consulta/tabela (consultado a: 09/07/2019)

Insa (2017). Instituto nacional de saúde doutor Ricardo Jorge. Obesidade infantil. Retrieved from https://www.sns.gov.pt/noticias/2017/07/03/obesidade-infantil-cioi-2017/ (consultado a: 09/07/2019)

Jackson, D. M., Djafarian, K., Stewart, J., & Speakman, J. R. (2009). Increased television viewing is associated with elevated body fatness but not with lower total energy expenditure in children. The american journal of clinical nutrition, 89(4),1031-1036. Https://doi.org/10.3945/ajcn.2008.26746.1

Jordan, A. B., & Robinson, T. N. (2008). Children, television viewing, and weight status: summary and recommendations from an expert panel meeting. The annals of the american academy of political and social science, 615(1), 119–132. Https://doi.org/10.1177/0002716207308681

Katzmarzyk, P. T., Barreira, T. V., Broyles S.T., et al (2015). Relationship between lifestyle behaviors and obesity in children ages 9-11: results from a 12-country study. Obesity, 23(8), 1696–1702. Https://doi.org/10.1002/oby.21152

Lane, A., Harrison, M., & Murphy, N. (2014). Screen time increases risk of overweight and obesity in active and inactive 9-year-old irish children: a cross sectional analysis. Journal of physical activity & health, 11(5), 985–991. Https://doi.org/10.1123/jpah.2012-0182

Leiras, E. M. V. (2015). Comportamento alimentar da criança: a influência materna, (master's thesis, instituto politécnico de viana de castelo). Retrieved from http://repositorio.ipvc.pt/bitstream/20.500.11960/1287/1/elsa_leiras.pdf (consultado a: 09/07/2019)

Liang T., Kuhle s & Veugelers P.J. (2009) nutrition and body weights of canadian children watching television and eating while watching television. Public health nutrition;12(12), 2457–2463. Https://doi.org/10.1017/s1368980009005564

Luis, G., Ferrari, D. M., Leandro, T., Carlos, I., Matsudo, V., & Fisberg, M. (2015). Association between electronic equipment in the bedroom and sedentary lifestyle, physical activity, and body mass index of children. Jornal de pediatria, 91(6), 574–582. Https://doi.org/10.1016/j.jped.2015.01.009

Luis, G., Ferrari, D. M., Matsudo, V., Katzmarzyk, P. T., & Fisberg, M. (2017). Prevalence and factors associated with body mass index in children aged 9-11 years. Jornal de pediatria, 93(6), 601–609. Https://doi.org/10.1016/j.jped.2016.12.007

Mitchell, E. A., Stewart, A. W., Braithwaite, I., Murphy, R., Hancox, R. J., Wall, C., Beasley, R., & Isaac phase three study group (2018). Factors associated with body mass index in children and adolescents: an international cross-sectional study. Plosone, 13(5), e0196221. Https://doi.org/10.1371/journal.pone.0196221

Mitchell, J. A., Pate, R. R., Beets, M. W., & Nader, P. R. (2012). Time spent in sedentary behavior and changes in childhood bmi : a longitudinal study from ages 9 to 15 years. International journal of obesity, 37(1), 54–60. Https://doi.org/10.1038/ijo.2012.41

Montgomery-Reagan, K., Bianco, J. A., Heh, V., Rettos, J., & Huston, R. S. (2009). Prevalence and correlates of high body mass index in rural appalachian children aged 6-11 years. Rural and remote health, 9(4), 1234. Pmid: 19848443.

Ncd risk factor collaboration (ncd-risc) (2017). Worldwide trends in body-mass index, underweight, overweight, and obesity from 1975 to 2016: a pooled analysis of 2416 population-based measurement studies in 128·9 million children, adolescents, and adults. Lancet (London, England), 390(10113), 2627–2642. Https://doi.org/10.1016/s0140-6736(17)32129-3

Nelson, M. C., Story, M., Larson, N. I., neumark-sztainer, d., & lytle, l. A. (2008). Emerging adulthood and college- aged youth: an overlooked age for weight-related behavior change. Obesity, 16(10), 2205–2211. Https://doi.org/10.1038/oby.2008.365

Novaes, J.F., Lamounier, J.A., Franceschini, S.C.C. & Priore, S.E. (2009). Fatores ambientais associados ao sobrepeso infantil. Revista de nutrição, 22(5), 661-673. Https://doi.org/10.1590/s1415-52732009000500007

Nuutinen, T., Ray, C., & Roos, E. (2013). Do computer use , tv viewing , and the presence of the media in the bedroom predict school-aged children's sleep habits in a longitudinal study? Bmc public health, 13(684) . Https://doi.org/10.1186/1471-2458-13-684

Ogden, C. L., Carroll, M. D., Kit, B. K., & Flegal, K. M. (2014). Prevalence of childhood and adult obesity in the United States, 2011-2012. Jama, 311(8), 806–814. Https://doi.org/10.1001/jama.2014.732.

OMS (2019). Organização mundial de saúde.publicidade digital promove produtos nefastos para a saúde de jovens e crianças - oms. Retrieved from https://www.dn.pt/lusa/interior/publicidade-digital-promove-produtos-nefastos-para-a-saude-de-jovens-e-criancas oms10677674

A Revista EGITANIA SCIENCIA, propriedade do Instituto Politécnico da Guarda, é uma publicação periódica que materializa a permanente preocupação de apoiar, primordialmente, a atividade de investigação. Fomentar a investigação nos domínios da didática, pedagogia, cultura e técnica é o principal objetivo desta revista de divulgação científica.

The academic journal EGITANIA SCIENCIA, property of the Instituto Politécnico da Guarda (IPG), is a periodic publication that represents a constant commitment to support research activity. Its foremost objective is to give incentive to research in the areas of didactics, pedagogy, culture and technology.

La Revista EGITANIA SCIENCIA, propiedad del Instituto Politécnico de Guarda, es una publicación periódica que materializa la preocupación permanente en apoyar, primordialmente, la actividad de investigación. Fomentar la investigación en los campos de la didáctica, pedagogía, cultura y técnica es el principal objetivo de esta revista de divulgación y científica.